

MARCIA REGINA DE OLIVEIRA LUPION

Por gentileza, verificar os originais, sobretudo para as imagens em A-3.

Na BCE/UEM e no Programa de Pós-Graduação em História/UEM é possível encontrar os originais da dissertação.

Obs: O texto da dissertação diverge do conteúdo presente no Livro.

NAS ÁGUAS DE LOBATO
A construção de um espaço social na zona rural de
Lobato, Norte do Paraná (1948-1973)

MARINGÁ
2003

MARCIA REGINA DE OLIVEIRA LUPION

NAS ÁGUAS DE LOBATO
A construção de um espaço social na zona rural de
Lobato, Norte do Paraná (1948-1973)

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação UEM/UEL,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em História Social.

Orientador:

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota

Co-orientador:

Prof. Dr. Andreas Leonardus Doeswijk

MARINGÁ
2003

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

L955n Lupion, Marcia Regina de Oliveira
Nas Águas de Lobato a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948-1973) / Marcia Regina de Oliveira Lupion. - Maringá, PR : [s.n.], 2003.
186 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota.

Co-orientador : Prof. Dr. Andreas Leonardus Doeswijk.

Dissertação (mestrado) - Programa Associado de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, 2003.

1. Águas de Lobato - Construção do espaço rural.
2. Águas de Lobato - Histórias de vida. 3. Águas de Lobato - Geografia. 4. Águas de Lobato - Microanálise. 5. Norte do Paraná - História regional. I Universidade Estadual de Maringá. Programa Associação de Pós-Graduação em História Social. II. Título.

CDD 21.ed.981.62

Zenaide Soares da Silva CRB 9/1307

MARCIA REGINA DE OLIVEIRA LUPION

NAS ÁGUAS DE LOBATO

A construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná
(1948-1973)

Dissertação apresentada ao Programa Associado de
Pós-Graduação UEM/UEL, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em 04/03/2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Dalton Áureo Moro
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Andreas Leonardus Doeswijk
Facultad de Humanidad del COMAHUE - Argentina

MARINGÁ
2003

*Para Paulo e Paulo Emílio,
com todo meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Lucio Tadeu Mota, pela orientação firme demonstrada durante as principais fases de elaboração do trabalho.

Aos moradores de Lobato, principalmente os memorialistas: Iracema Coletto Colontonio e Durval Colontonio, Olindina Cordeiro de Freitas e Manuel Batista de Freitas; Nair Marques de Oliveira, João do Soutto Mello, Raimundo Saraiva Peixoto, Zailson Lemos, Nilo Lampugnani, Valdir Cotrin Ribeiro, Agripino Lúcio dos Santos, Olírio Xavier Cotrim, Satoru Inoue, Nabio Tanaka, Tânia Martins Costa, Darcy Américo de Oliveira, José Cavalcanti da Silva, Henrique Oelke e Alice Cafofo, que com suas histórias de vida enriqueceram a pesquisa e transformaram esse trabalho em algo mais que um exercício acadêmico.

Ao professor Dalton Áureo Moro pela forma profissional e sensível apresentada durante as fases de qualificação e defesa da pesquisa.

À Prefeitura do Município de Lobato pelo apoio e respeito demonstrado durante o trabalho desenvolvido no município.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, pela concessão da bolsa de estudo que auxiliou sobremaneira na realização deste trabalho.

Ao Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL, em especial às professoras Sandra Pelegrini e Hilda Pívaro Stadniky, pelo acompanhamento dispensado durante o desenvolvimento e conclusão do curso de Mestrado.

Ao Programa Interdisciplinar de Estudos e Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Étno-História da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), pelo apoio dispensado aos jovens pesquisadores da UEM.

À Giselle Moraes e Silva, Secretária do Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL, pela competência, disposição e amizade.

Às amigas Marcia Garcia Rodrigues e Elaine Maria Soares Scarci por terem pacientemente dividido seu tempo de forma a poderem participar das etapas conclusivas do trabalho.

À minha mãe Otília e minhas irmãs, Dilma, Eliane e Walkiria por terem me apoiado durante todas as fases do meu recente processo de instrução superior.

Agradeço de forma muito especial e particular ao professor Andreas Leonardus Doeswijk que mesmo após ter deixado minha orientação formal, continuou seu trabalho ao meu lado de forma incansável e presente. Mais que um orientador para pesquisas históricas, me orientou para o conhecimento das sociedades humanas e dos seres humanos particularmente. Otimista, me apoiou de forma firme e segura durante todas as fases pesquisa, por isso, dedico também a ele esse trabalho que, na verdade, é nosso.

Moravam lá umas dez famílias. Mais, depois que o meu irmão pegou ela, foi que ele foi mandando pra vim o povo do Norte, de Pernambuco. Vinham aqueles caminhões de gente, jogava lá, os conhecidos que tinha lá. O povo se iludiu, vinha muita gente, mas foi muita gente pra sofrer, porque lá na fazenda, além de nós encontrar só aquele mato, que nós não tinha nada, que a casa não era nem matajuntada não era, era tudo aberto.

Olindina Cordeiro de Freitas

RESUMO

A pesquisa realizada com a sociedade que se formou na zona rural do município de Lobato, espaço conhecido por Águas, revela a importância das experiências humanas no desenvolvimento dos processos históricos. Revela ainda, como a formação dessa sociedade contribuiu para a constituição da atual sociedade Norte paranaense ao introduzir elementos pertinentes à sociedade capitalista em combinação com elementos culturais trazidos pelos migrantes de suas regiões e nacionalidades de origem. As experiências cotidianas vividas pelos moradores das Águas de Lobato foram organizadas por meio de um exaustivo trabalho com as fontes, abordagem pertinente a “microstoria” italiana. A aplicação dessa abordagem histórica e o uso de fontes orais se mostraram extremamente profícuos para levantamentos de História Regional.

Palavras-chave: Norte do Paraná. Microanálise. Fontes Orais. As Águas de Lobato. Organização Social. Experiências Humanas. Espaço Social.

ABSTRACT

ÁGUAS DE LOBATO: THE CONSTRUCTION OF A SOCIAL SPACE AT LOBATO RURAL ZONE, NORTH OF PARANÁ STATE (1948-1973)

The research carried out with the society that was formed at the rural zone of *Lobato* county, area known as *Águas*, reveals the importance of human experiences at the development of historical processes. It also reveals how the formation of this society contributed to the constitution of the current society on northern region of *Paraná* state while elements related to capitalist society were introduced associated with cultural elements brought by migrants from their original regions and nationalities. Daily experiences of *Águas de Lobato* inhabitants were organized by means of an exhaustive work with sources, Italian “*Microstoria*” approach. The application of this historical approach and the use of oral sources appeared to be extremely useful to Regional History survey.

Key words: North of *Paraná* State. Microanalysis. Oral Sources. *Águas de Lobato*. Social Organization. Human Experiences. Social Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Lobato no espaço geográfico Estadual e Federal	16
Figura 2	Áreas comercializadas pela CTNP/CMNP no Norte e Noroeste do Estado do Paraná	26
Figura 3	Propaganda da CTNP/CMNP para divulgação e venda de propriedades no Norte do Paraná	27
Figura 4	Lobato: Localização do Município.....	67
Figura 5	Lobato: Áreas comercializadas pela CMNP e pelo Governo do Estado do Paraná	68
Figura 6	Lotes rurais demarcados a partir de uma aguada conforme plano de colonização da CMNP	68
Figura 7	Construções às margens da Água Ibitipoca.....	71
Figura 8	Monjolo às margens da Água Ibitipoca	71
Figura 9	Planta Parcial n. VI: Recorte dos lotes rurais pela CMNP em Lobato.....	73
Figura 10	Vista da Água Araçá.....	74
Figura 11	Vista da Água Ibitipoca.....	74
Figura 12	Vista da Água Paramirim	74
Figura 13	Vista do Salto Pirapó.....	74
Figura 14	Vista da Água Valmarina	75
Figura 15	Vista da Água Grajaú	75
Figura 16	Município de Lobato: Mapa Rodoviário	78
Figura 17	Município de Lobato: Sistema Viário	79
Figura 18	Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 I. 2000a	85
Figura 19	Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 II. 2000b	85
Figura 20	Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 III. 2000c	85

Figura 21	Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 IV. 2000d	85
Figura 22	Capela Santa Rita, Água Paramirim, 1973	91
Figura 23	Senhor Agripino Lúcio dos Santos	97
Figura 24	Senhora Nair Marques de Oliveira	103
Figura 25	Escola da Água Ibitipoca.....	107
Figura 26	Escola da Fazenda Remanso.....	107
Figura 27	Escola da Água Grajaú, 1968	111
Figura 28	Clube Japonês	112
Figura 29	Senhor Satoro e Dona Miyoko Inoue	113
Figura 30	Poço: Propriedade do Senhor Satoru Inoue, 1951	113
Figura 31	Senhor Olírio Xavier Cotrim	117
Figura 32	Torcedores e reservas em dia de jogo de futebol	117
Figura 33	Time de Futebol.....	117
Figura 34	Escola da Água Araçá 2.....	118
Figura 35	Escola da Fazenda Santa Maria, Água Araçá, 1964.....	118
Figura 36	Senhor Durval junto ao que um dia foi a primeira residência do casal na fazenda São José	127
Figura 37	Localização da fazenda onde viveram Durval e Iracema e, em rosa, o lote de dez alqueires recebido pela família Colontonio do tio José Sandin.....	129
Figura 38	Prefeitura de Lobato	130
Figura 39	Prefeitura de Lobato II.....	130
Figura 40	Comissão para a construção da primeira Igreja Católica de Lobato	131
Figura 41	Esquema da organização do espaço na Fazenda São José, década de 1950.....	132
Figura 42	Dona Olindina e Seu Manoel.....	139
Figura 43	Fazenda Moron, localização provável	141

Figura 44	Sítio adquirido por Manoel e Olindina no aterro da Água Colorado, localização provável	152
Figura 45	Itinerário realizado por Olindina e Manoel pelas Águas de Lobato.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de Batizados entre 1959 e 1975.....	90
Quadro 2	Espaços Coletivos Rurais	92
Quadro 3	As vinte escolas rurais.....	93
Quadro 4	Origem regional dos alunos matriculados nas escolas Ibitipoca e Remanso	107
Quadro 5	Origem dos entrevistados para a pesquisa.....	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	POR UMA HISTORIOGRAFIA SEM EXCLUSÕES	23
2.1	AS PRODUÇÕES ÉPICAS	23
2.2	A MEMÓRIA MARXISTA-ESTRUTURALISTA	28
2.3	A HISTORIOGRAFIA DOS CONFLITOS	31
2.4	A PESQUISA NAS ÁGUAS DE LOBATO	38
2.4.1	Estudos sobre sociedades rurais	38
2.4.2	Características que permitem analisar a sociedade das Águas historicamente	41
3	SOBRE A MICROANÁLISE, A ORALIDADE E O MODELO MOSAICO.....	44
3.1	SOBRE A MICROANÁLISE	44
3.1.1	Sobre o uso do estilo narrativo	46
3.1.2	Sobre a subjetividade do objeto.....	47
3.1.3	Sobre o jogo de escalas	49
3.2	SOBRE O USO DE FONTES ORAIS	50
3.2.1	Sobre o uso de biografias	52
3.2.2	Construção e análise dos documentos orais	53
3.2.3	A narrativa presente nos documentos orais.....	56
3.3	O MODELO MOSAICO.....	59
4	DE ACIDENTE GEOGRÁFICO A OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA	66
4.1	A GEOGRAFIA DAS ÁGUAS	66
4.2	AS ÁGUAS COMO OBJETO HISTÓRICO	77
5	APONTAMENTOS SOBRE A DEMOGRAFIA NAS ÁGUAS E A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS	84
5.1	A DEMOGRAFIA NAS ÁGUAS: UM QUADRO PROVÁVEL.....	84
5.2	OS ESPAÇOS COLETIVOS	92
6	OS DIVERSOS PERFIS DOS HABITANTES DAS ÁGUAS.....	96
6.1	MOTIVOS – OBJETIVOS E SUBJETIVOS – DA VINDA DE ALGUNS MIGRANTES PARA LOBATO	96
6.2	CONFLITOS PESSOAIS NAS ÁGUAS	101
6.3	O PERFIL REGIONAL E CULTURAL DOS HABITANTES DAS ÁGUAS	106

7	A ÁGUA ARAÇÁ: NARRATIVA CONSTRUÍDA A PARTIR DO RELATO DE UM CASAL DE EX-MORADORES DA ZONA RURAL.....	116
7.1	AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS BÁSICAS DA ÁGUA ARAÇÁ	116
7.2	DURVAL E IRACEMA	119
8	UM COTIDIANO DE TENTATIVAS EM FAZENDAS E ÁGUAS DE LOBATO: A EXPERIÊNCIA DE OLINDINA E MANOEL	138
8.1	OLINDINA E MANOEL	138
9	CONCLUSÕES E PROPOSTAS	160
9.1	ALGUNS MOTIVOS QUE LEVARAM À REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DAS ÁGUAS NO INÍCIO DE 1970	160
9.2	A SOCIEDADE DAS ÁGUAS FOI FORMADA PELA DIVERSIDADE CULTURAL DE SEUS HABITANTES E POR ELEMENTOS RELATIVOS AO MODELO CAPITALISTA DE SOCIEDADE	163
9.3	A MICROANÁLISE, A ORALIDADE E A INTERDISCIPLINARIEDADE COMO PROPOSTAS DE ABORDAGEM HISTÓRICA PARA ESTUDOS REGIONAIS ...	168
	REFERÊNCIAS	172
	ANEXOS	186

1 INTRODUÇÃO

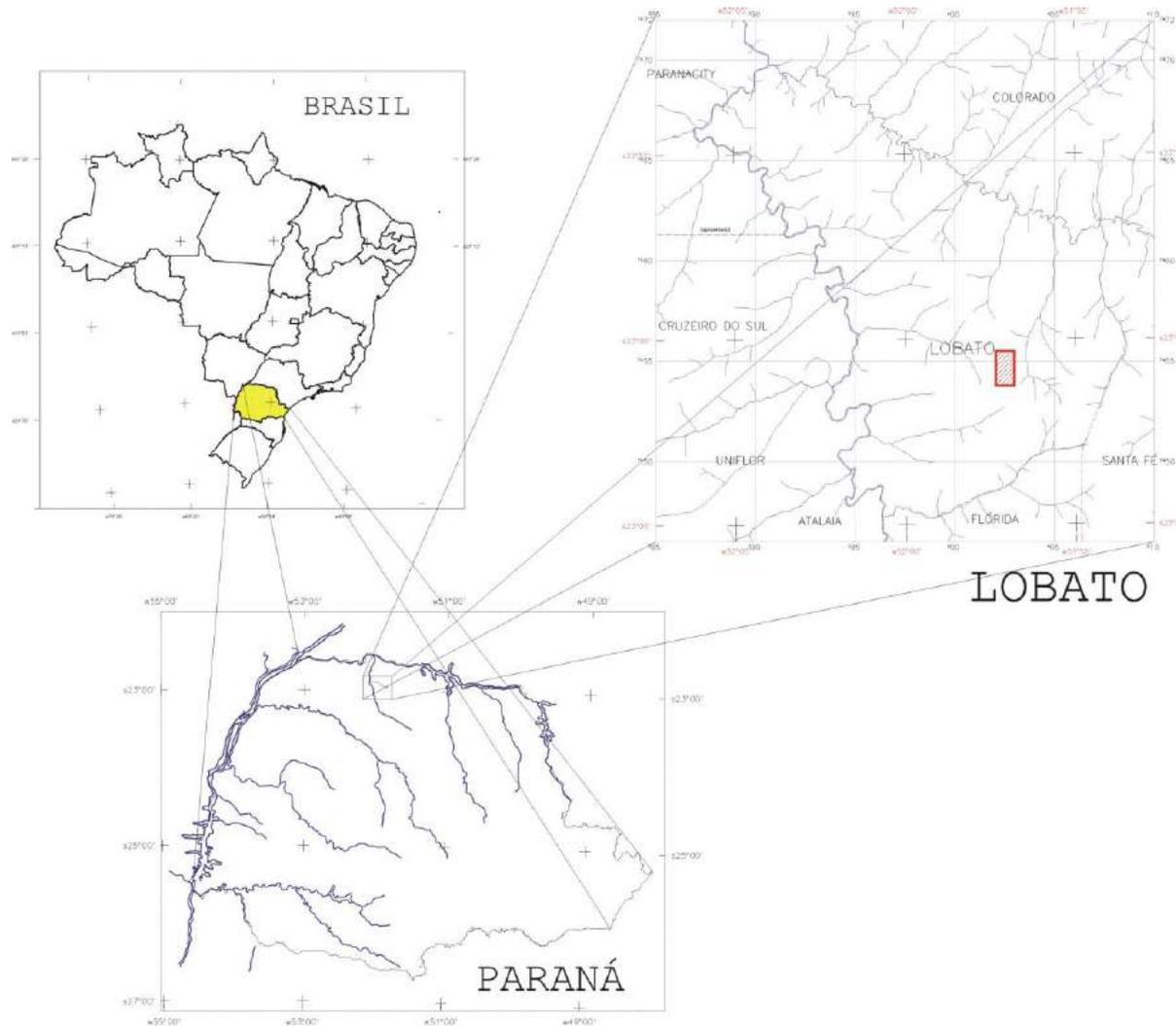
Entre 1948 e 1973, uma sociedade formada por um conjunto de núcleos sociais relativamente autônomos construiu e habitou a zona rural de Lobato, município localizado a 462Km de Curitiba, no Norte do Estado do Paraná (Figura 1). A sociedade, em sua forma geográfica, era composta por propriedades rurais que foram demarcadas a partir dos córregos, ou Águas, que existem na área sobre a qual o município foi fundado. Faziam parte da estrutura material desses núcleos sociais, escolas, vendas, capelas e campinhos de futebol, elementos responsáveis por demonstrar o elevado nível da organização social implantado pelos moradores nas Águas.

A existência e trajetória desse conjunto de núcleos sociais coincide com o avanço e consolidação do sistema capitalista no Norte do Estado e, dessa forma, a história da sociedade das Águas é a história do estabelecimento desse sistema na região e também a história de pessoas comuns, que passaram grande parte de sua vida construindo um espaço social que fosse capaz de reproduzir a vida humana por meio de elementos culturais trazidos de suas regiões de origem. Entre seu estabelecimento e evolução, a sociedade das Águas existiu por aproximadamente vinte e cinco anos enquanto havia significativo número de moradores nas propriedades. Com o declínio populacional ocorrido de forma vertiginosa sobretudo em 1973, o mundo das Águas passa por uma extrema mudança que confere uma nova plástica a essa sociedade. Com isso, a história da sociedade das Águas aqui analisada, faz parte do acervo histórico da memória-local e será contada sobretudo a partir de experiências particulares de moradores e ex-moradores que ajudaram a construir e habitaram aqueles espaços geográficos por eles organizados socialmente.

Segundo Antonio Candido¹, os grupos sociais buscam sempre um equilíbrio entre as necessidades e os recursos meio ambiente e, esse equilíbrio estaria ligado à forma como as atividades são organizadas. Para ele, pode-se:

Determinar uma posição fecunda para compreender a vida social a partir da satisfação das necessidades, mostrando, de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de sociedade.

¹ CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9.ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001. p. 30.



LOCALIZAÇÃO DE LOBATO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO ESTADUAL E NACIONAL.

Figura 1 - Localização de Lobato no espaço geográfico Estadual e Nacional.
Fonte: Nanni (2001).

Execução: Marcos Rafael Nanni.
Universidade Estadual de Maringá - 2001
Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto

figura 1. localização de Lobato no espaço estadual MAPA NANI...

A esse ângulo social, Candido denomina sociabilidades, conceito que representa as relações sociais praticadas entre os grupos e é distinto do equipamento material utilizado pelos grupos para se relacionar com o meio. Entretanto, essa separação entre relações sociais e equipamentos materiais é, no contanto com a realidade humana, indivisa. Na verdade, o equilíbrio entre esses dois elementos forma o que o autor denominou organização social. Conceito de suma importância para a pesquisa por representar as relações travadas entre os moradores em seu cotidiano de encontro, transformação da natureza e de reprodução humana conhecida e reelaborada no contato com a realidade das Águas.

Ao discorrer sobre a forma como os moradores das Águas organizaram o espaço social rural, a pesquisa evidencia que a sociedade que se estabeleceu na região Norte paranaense, principalmente a partir de 1950, foi formada por elementos culturais trazidos pelos migrantes de várias regiões do país e do mundo em conjunto com elementos relativos à reprodução econômica comum à sociedade capitalista. Chamar a atenção para a existência da convivência entre esses dois elementos é um dos objetivos pretendidos nessa pesquisa. Outros objetivos são relativos ao trabalho com fontes orais e a utilização da microanálise como recursos metodológicos e teóricos amplamente viáveis na construção, sistematização e análise dos processos históricos, notadamente em trabalhos de cunho regional.

Fundado em 1948 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)², o município de Lobato conheceu elevado crescimento populacional em seus primeiros anos de fundação. De acordo com a memória-local, em 1953, quando ainda era um patrimônio, Lobato contava com aproximadamente 15 mil habitantes sendo dois terços moradores das Águas. As Águas então, passam a ser compreendidas não só como o córrego sobre o qual foram delimitadas divisas entre propriedades pela CMNP, mas, principalmente por seu sentido social. Pois, o conjunto dessas propriedades revela a existência de núcleos sociais relativamente autônomos formados por grandes e pequenos proprietários lavradores e lavradoras, lavradores assalariados, meeiros, arrendatários, professoras, empreiteiros que derrubavam a mata, donas-de-casa, crianças, enfim, por pessoas interessadas em construir um

² Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) não é o nome original da empresa que loteou parte do Norte e Noroeste paranaense. Essa empresa instalou-se em São Paulo, em 1925, sob a denominação Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e era subsidiária da empresa inglesa “Brazil Plantations Syndicate Ltd.” Somente em 1944, ao ser adquirida por um grupo de empresários brasileiros, é que passa a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Por esse motivo é que alguns documentos que ilustram a presente pesquisa, embora posteriores a 1944, ainda se encontram intitulados pela antiga denominação da empresa, isto é, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Para maiores informações sobre a empresa ver: **COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

espaço social capaz de atender às diversas necessidades relativas aos seres humanos. Daí construírem, além de moradias e estruturas relativas à produção cafeeira, como tulhas, terreiros para armazenar e secar o produto, também se voltarem para a organização social das Águas equipando-as com escolas, vendas, capelas e campos de futebol. Nesse fato reside a importância do aspecto sociabilizador existente nas Águas uma vez que ele demonstra a estrutura criada pelos moradores para sustentar, sobretudo traços coletivos da vida na zona rural.

Em levantamento realizado em mapas do município foram identificadas trinta e quatro aguadas sendo que somente em dezenove delas se desenvolveu vida social do tipo nuclear representativa dos casos de organização social que interessam para pesquisa. As quinze aguadas restantes se encontravam dentro de grandes propriedades e por isso não são nomeadas nos mapas, sendo discriminadas apenas as fazendas. Assim, ao construir a história das Águas, não estarei considerando todas as aguadas existentes no município, mas, somente aquelas nas quais houve vida social de forma mais efetiva. Essa efetividade foi estabelecida de acordo com o significativo número de construções coletivas que havia em determinadas Águas o que, segundo a memória-local, ficou registrado como construções que existiram em quase todas as Águas. Ao todo, foram identificadas nas Águas de Lobato, vinte escolinhas rurais, sete capelinhas, sete vendas e três campos de futebol sendo que sobre as duas últimas construções pairam algumas dúvidas sobre o número real ou aproximado de estabelecimentos. Em ambos os casos, é possível que tenham existido em maior número do que os registrados pelos mapas analisados uma vez que é significativa a lembrança entre os entrevistados que recordam desses espaços sociais coletivos como tendo existido na maioria das Águas.

Em conjunto com as sociabilidades praticadas pelos moradores e frequentadores da zona rural, a construção desses espaços coletivos demonstra toda a vivência e organização social existente nos núcleos formados nas Águas e grandes fazendas de Lobato. Vivência essa que, ao se desenvolver, trouxe consigo não somente a implantação do sistema capitalista baseado na pequena propriedade na região Norte do Estado do Paraná, mas que trouxe, principalmente, milhares de pessoas esperançosas de uma vida justa e digna para si e seus familiares. O espaço de vinte e cinco anos que percorre essa pesquisa revelou que, na maior parte desse tempo, a vida dessas pessoas, migrantes e imigrantes de várias regiões do país e do mundo, foi composta por um constante recomeçar; por uma série de tentativas que levava os moradores das Águas a viverem num eterno clima de insegurança e incerteza que os

induzia a estarem sempre criando e recriando seu espaço social e econômico. É sobre a história dessa sociedade construtora que discorrerei.

Num certo sentido, essa pesquisa é continuação de um trabalho realizado pela equipe do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Étno-história (LAEE)³ da Universidade Estadual de Maringá no município de Lobato no ano de 2000 e da qual fiz parte como aluna do quarto ano de História. O projeto em questão propunha alternativas de preservação e manejo de duas reservas florestais então existentes no município de Lobato sendo elas, a Reserva Particular de Patrimônio Natural das Fazendas da Barra e Remanso. Entre suas prerrogativas, a pesquisa sobre as reservas propunha despertar na comunidade lobatense o interesse pela preservação das matas nativas através de um comitê gestor de unidades de conservação e programas de educação ambiental⁴.

Para tanto, o relatório final foi composto por um levantamento interdisciplinar que apresentou resultados nas áreas de geografia, agronomia, biologia arqueologia e história⁵. A questão dos agentes responsáveis pela transformação ambiental e social empreendida naquele município é um dos pontos que mais se destaca no levantamento histórico. Entre esses agentes encontram-se os já conhecidos interesses imobiliários e financeiros da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e do Governo do Estado, que juntos demarcaram e comercializaram os lotes rurais e urbanos no município. Outros protagonistas do processo, foram os trabalhadores especializados, como furadores de poço, farmacêuticos, pequenos comerciantes e também costureiras, donas de casa, professoras, parteiras, benzedeiras e ainda lavradores assalariados, peões, jagunços. Juntamente com os órgãos institucionais primeiramente citados, os trabalhadores especializados e os trabalhadores pertencentes ao universo doméstico foram considerados como os sujeitos sociais e institucionais que, imbuídos de interesses particulares e coletivos, se tornaram os responsáveis pela construção

³ LAEE/UEM – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Étno-história: Programa Interdisciplinar de Estudos e Populações. Universidade Estadual de Maringá.

⁴ Os organismos responsáveis pela elaboração do projeto sócio-ambiental foram a Prefeitura de Lobato, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Universidade Estadual de Maringá/Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional (UEM/CSD). Referência: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional/Coordenadoria de Projetos e Convênios. Elaboração do plano de manejo da RPPN de Lobato – projeto n.º 01/2000 – CPC. Maringá, mai. 2000.

⁵ A equipe responsável pelo levantamento histórico do relatório esteve sob a coordenação do Prof. Lucio Tadeu Mota. Outros pesquisadores envolvidos no projeto foram o Prof. Andreas Leonardus Doeswijk, responsável pelo levantamento Histórico-Oral e as professoras Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion.

do município de Lobato, foi constituído por vários motivos e condições que podiam ser tanto particulares quanto de instituições públicas e privadas.

A massa documental levantada sobre as reservas naturais resultou num arquivo diversificado de fontes primárias sobre Lobato no qual se destaca a construção de nove documentos orais, um significativo acervo contendo 204 fotos, mapas, documentos da Divisão de Educação e da Prefeitura. Sob nova abordagem, agora voltada para um trabalho centrado somente na zona rural, cujos resultados estão aqui apresentados, a pesquisa incorporou outras fontes como documentos da Delegacia de Lobato, da Igreja Católica local, outros mapas do município, e 129 fotografias, além de dez outras entrevistas. Um intensivo trabalho de campo realizado na cidade e na zona rural durante as quinze viagens feitas ao município, com estadias que duravam entre um e cinco dias, resultou não somente no levantamento de novas fontes mas, principalmente, na interação com o espaço geográfico e social sobre o qual a pesquisa discorre. Fator que auxiliou sobremaneira na condução e conclusão desse trabalho marcado também pela interdisciplinaridade.

Ainda durante a pesquisa sobre as reservas, a busca pelo máximo de informações em diversos tipos de fontes, as entrevistas e o trabalho de campo revelaram a importância de uma vida particular aos moradores da zona rural para a população local durante os primeiros anos do município. Aos poucos, chamou a atenção o uso freqüente da denominação “Águas” nas referências feitas aos moradores e à vida que se desenvolveu no perímetro rural, principalmente entre 1948 e 1973, anos de intensa transformação municipal. A constatação da existência e da importância que a sociedade local continuava a remeter à vida rural mesmo após quase trinta de sua extinção aliada ao fato de que, ao discorrerem sobre aquele momento da história do município os memorialistas revelavam traços do processo de implantação da sociedade capitalista na região ainda inexplorados pela historiografia existente, foram os motivos que levaram ao interesse em explorar em maior profundidade o fenômeno social acontecido nas Águas de Lobato.

Esse fato transforma a memória-local-oral na fonte reveladora do objeto analisado na pesquisa sobre as Águas e, dessa forma, a sociedade que se formou às margens dos ribeirões existentes na zona rural, ou seja nas Águas de Lobato, e que já não existe mais, se transformou no objeto de análise histórica pretendida nessa pesquisa. Reveladora de um momento de suma importância para a história regional, que é a implantação do sistema capitalista do Norte do Paraná, a sociedade das Águas possibilita ainda que se introduza nessa historiografia uma abordagem social do processo que tem, nas experiências humanas, nos casos particulares e na análise minuciosa e detalhista das fontes, a valorização de pessoas e

vivências excluídas ou sequer consideradas por algumas produções historiográficas existentes sobre o processo.

É exatamente nesse ponto que a pesquisa sobre as Águas se distanciou da abordagem presente no relatório, pois, enquanto aquele discorria sobre o município como uma tela na qual se vislumbra um panorama geral da história de Lobato, na pesquisa sobre a sociedade das Águas essa perspectiva macroanalítica cedeu lugar a um espaço e um tempo mais específico e reduzido de abordagem histórica, ou seja, a constituição de um espaço social pelos moradores das Águas de Lobato entre os anos de 1948 e 1973. Esta medida foi estabelecida não com o objetivo de escrever uma pequena história, mas, exatamente para demonstrar, através de particularidades qualitativas, quão múltiplas podem ser as versões sobre um processo histórico. Assim, a memória-local-oral se transformou na fonte principal desse trabalho e, em conjunto com os demais documentos arrolados sobre a sociedade das Águas e analisados sob a perspectiva da microanálise, foi possível reconstruir traços de vida desenvolvida pelos moradores na zona rural que revelaram a imbricação entre essa vivência e processo em questão. Pois, foram as atividades praticadas pelos moradores na organização social das Águas que sustentaram e deram vida ao processo que introduziu de forma ostensiva algumas características da sociedade capitalista na região Norte do Paraná e também traços de outras sociedades que fogem ao sentido capitalista de significar um espaço social, geralmente trazidos pelos migrantes e imigrantes de diversas nacionalidades e regiões que se estabeleceram nas Águas.

Para discorrer sobre alguns desses traços, no primeiro capítulo apresento produções que explicam alguns dos motivos, interesses e ideais sobre os quais o processo de introdução do sistema capitalista ocorrido no Norte do Paraná entre 1925 e 1970 se sustentou. Ainda nesse capítulo, introduzo a questão relativa ao fato de que a sociedade das Águas se constituiu a partir de duas formas de sociedade, uma relativa às características capitalistas de construção social e outra representada pelas formas organizativas de ocupar uma área territorial tendo por base costumes conhecidos por aqueles que se estabeleceram em Lobato. Na sequência serão estabelecidas as bases historiográficas do posicionamento acadêmico presente na pesquisa.

No segundo capítulo serão apresentadas a teoria e o método adotados no levantamento histórico realizado nas Águas de Lobato. O uso da microanálise se justifica na medida em que o aporte teórico presente nesse tipo de abordagem histórica foi o que melhor respondeu ao tratamento necessário a ser imposto ao objeto e à fonte primaz do trabalho, que são, respectivamente, a construção de um espaço social pelos moradores das Águas e o uso das

experiências subjetivas desses habitantes como evidência e fundamento histórico da hipótese aqui levantada.

No terceiro capítulo são esclarecidas as bases teóricas e subjetivas que acompanharam a transformação do termo Águas, cujo predomínio como um conceito geográfico é explícito, num termo histórico-social. Pois, enquanto reproduziam suas vidas, aqueles que viveram o cotidiano das Águas, produziram um espaço social com memória e identidade próprias muitas vezes distintas dos ideais capitalistas que, de fato, estiveram presentes naquele momento histórico. Esse cotidiano contudo, se construiu sobre um espaço natural que necessitou ser transformado para atender aos interesses da sociedade que lá estabeleceu. Para discorrer sobre a transformação sócio-espacial, foi necessário ampliar o conceito geográfico que a palavra Águas contém de forma a representar, também, o sentido social do uso comum do termo entre os moradores.

No quarto e quinto capítulos são discutidas informações sobre o perfil demográfico e regional dos moradores das Águas e apontados alguns conflitos pessoais daqueles que lá viveram. Dessa forma, características subjetivas da vida nas Águas se tornam evidências históricas na medida em que revelam traços das experiências de ex-moradores rurais que viveram sobretudo na Água Araçá e na Fazenda Moron. O número elevado de informações e o nível de autonomia apresentado pela Água Araçá e pela Fazenda Moron foram decisivos para utilizar esses dois espaços como representativos do universo social construído na zona rural de Lobato.

Como a subjetividade é a viga-mestra que sustenta a pesquisa, os capítulos seis e sete, descrevem em minúcias a experiência e o cotidiano de quatro ex-moradores das Águas como forma de ilustrar os dramas vividos por aqueles que para lá se dirigiram esperançosos de uma organização social capaz de atender às necessidades primárias dos seres humanos. Foi assim, explorando ao máximo as informações presentes nos depoimentos e nas demais fontes, que foi possível reconstruir, como num mosaico, uma figura sobre o processo de consolidação da sociedade capitalista no Norte paranaense tendo um novo grupo de protagonistas formado por homens, mulheres e crianças cujo pioneirismo se revela na luta diária do trato com a terra, a lavoura, a família e no contato com um espaço social primeiro por ser criado e depois, por ser mantido. Ou seja, através de atitudes concretas e ao mesmo tempo, num constante desejo de criar e recriar a sobrevivência humana e, ao discorrer minuciosamente sobre essas atitudes e desejos, tentei demonstrar a importância das ações humanas na constituição e na evolução dos processos históricos.

2 POR UMA HISTORIOGRAFIA SEM EXCLUSÕES

2.1 AS PRODUÇÕES ÉPICAS

São várias as produções que se propõem analisar e explicar a consolidação do capitalismo na região Norte do Paraná e todas, sem exceção, são leituras imprescindíveis tendo em vista a forma como o tema foi analisado pelo conjunto de cada produção. Diz-se conjunto porque, entre essas leituras obrigatórias encontram-se, principalmente, três tipos de abordagens sobre a temática. Uma dessas produções aborda o tema remetendo ao mesmo um sentido épico e apologético e, outra se destaca por explicar o processo enfatizando o aspecto econômico a partir da produção cafeeira difundida naquele momento. Uma releitura desses trabalhos, acontecida em finais da década de 1980 e início dos anos 90, questionou a memória criada pelas duas primeiras produções e abordou o tema partindo de uma perspectiva que, ao explorar as contradições existentes nos processos históricos inseriu outros agentes e interesses entre os protagonistas do processo.

No grupo da produção-épica, ou seja, aquela que apresenta o processo que introduziu o sistema capitalista na região Norte paranaense como fruto do trabalho heróico de um grupo social restrito, se destacam desde obras completas que discorrem sobre a fundação de um único município⁶; coleções em que constam resumos da trajetória de vários municípios⁷ e também, o livro que conta, por meio de uma narrativa épica, o desempenho da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), no processo⁸. Sob títulos apologéticos e recheados de narrativas heróicas, essa produção escreveu uma memória histórica em que o processo se caracteriza pelo sentido ordeiro e pacífico que teria acompanhado a imensa transformação sócio-espacial da região entre 1925 e 1970.

De forma geral, a memória épica aborda a consolidação dos ideais da sociedade capitalista no Norte paranaense remetendo um papel de destaque sobretudo a dois sujeitos históricos em particular representados pela empresa Colonizadora Companhia Melhoramentos

⁶ Trabalhos que representam esse tipo de abordagem: MORATO, Ernesto Piancó; MENDES, Manoel Messias. **Os municípios: sua história e sua gente**. Astorga. Maringá: CEDI Editora, 1980; e, SILVA, José Adalberto Firmino. **Mandaguari, sua história, sua gente**. Maringá: J. A Editora, 1982.

⁷ Dois exemplos ilustram esse tipo de produção: FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959; e, FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1999.

⁸ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

Norte do Paraná e um grupo caracterizado pela intrepidez de seus atos – dentre eles, empresários-fazendeiros, pequenos e grandes proprietários -, ambos conceituados pela memória como os pioneiros⁹. De acordo com a CMNP¹⁰:

Não há dúvida de que essa fabulosa região prosperou contando basicamente com a organização objetiva e dinâmica da empresa privada que a desbravou, e com a vontade de vencer dos que para ela afluíram atraídos pelas perspectivas de liberdade de empreendimento que se lhes apresentavam. Durante muitos anos, somente a determinação firme de vencer sustentou o trabalho dos pioneiros.

Segundo a empresa ainda, o trabalho por ela desempenhado estaria imbuído de um sentido utilitário da área adquirida (Figura 2), e que se justificava uma vez que a empresa desbravaria o sertão existente transformando-o numa sociedade predominantemente capitalista e útil à coletividade posto que se fundamentava na autêntica democracia e, que através da propriedade privada, vinha realizando na região “uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária”¹¹. Ao supervalorizar o papel dos agentes acima citados, essa memória criou um mito que tem, no trabalho desempenhado pela empresa CMNP e pelos pioneiros, os únicos agentes responsáveis pelo fenômeno de transformação social e ambiental acontecido na região. A esse mito ainda, foi incorporado um sentido de que essas transformações eram parte do sacrifício necessário para elevar as potencialidades funcionais da área colonizada de acordo com uma civilização mais desenvolvida, ou seja, dos ideais progressistas do sistema capitalista baseado na propriedade privada e no liberalismo¹².

Um exemplo de trabalho que divulgou esse caráter épico do processo data de 1959 e, dentre as várias citações que podiam ser retiradas desse texto escrito por Jurandir Pires Ferreira, foram escolhidas duas em especial por se referirem exatamente ao município de Lobato. A primeira citação valoriza o papel da CMNP enquanto a segunda enfatiza o desempenho dos pioneiros de Lobato, os quais, inclusive, tem seus nomes gravados não somente nesse, mas em outros trabalhos referentes ao município.

Embora o município de Astorga de que se originou o de Lobato tenha sido obra daquela companhia imobiliária [CMNP], as poucas referências históricas encontradas nada informam que este também tenha sido planejado e fundado pela empresa semeadora de cidades e condutora do progresso e do

⁹ No presente trabalho não se questiona o papel pioneiro desempenhado pela CTNP/CMNP e os proprietários de terra que se estabeleceram na região, questiona-se apenas, o caráter excludente dessa designação que desconsidera a importância de outros grupos sociais – como os trabalhadores autônomos da lavoura que jamais foram proprietários de um terreno na zona urbana ou rural no Norte do Paraná – que também foram responsáveis pela consolidação do processo.

¹⁰ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 146.

¹¹ Idem, p. 150.

¹² Idem, p. 146.

engrandecimento do Norte do Paraná. Fruto da exuberância do solo e do esforço dos primeiros desbravadores do sertão ignoto, o município de Lobato constitui afirmação dinâmica e espontânea da eficiência e capacidade realizadora dos modernos bandeirantes, que fizeram daquela fértil região a Canaã brasileira, ou a nova Terra da Promissão¹³.

Com frases como essas, a produção-épica sustentou o mito criado pela CMNP e se incumbiu de disseminá-lo no país como mostra a propaganda feita pela companhia sobre o município de Londrina, o primeiro fundado no Norte do Paraná exemplificada na Figura 3. Ao criar esse mito ainda a memória excluiu a participação de outros protagonistas que promoveram a transformação do Norte do Paraná como posseiros, trabalhadores autônomos, mulheres, crianças e populações indígenas. Excluiu também, parte do significado social e histórico dos momentos que envolveram o processo por serem conflituosos e em estarem em desacordo com os ideais de progresso e desenvolvimento que ela sustentava para a região. Esse tipo de abordagem continuou a se repetir ainda por muitos anos no meio acadêmico. João Carlos Vicente Ferreira em trabalho datado de 1996, reproduz aspectos da memória épica ao fazer o histórico de vários municípios paranaenses. No caso de Lobato, através de tópicos como o histórico do município, o autor volta a enfatizar o papel criador da CMNP.

Desde o ano de 1925, quando um grupo de colonizadores ingleses, tendo à frente Lord Lovat, fundou a Companhia de Terras, foram semeadas dezenas de cidades, e plantado o progresso e riqueza, em grande área do território Paranaense, incluído aí Lobato¹⁴.

Aquele que se detiver apenas nas informações contidas nessas fontes, com certeza construirá um conhecimento parcial e arbitrário sobre o processo, uma vez que travaria contato apenas com uma das muitas memórias existentes sobre ele. Aquela que mitifica o processo enfatizando o papel desempenhado pela CMNP e por pessoas estigmatizadas como “pioneiros”, organismo e pessoas imbuídas de uma “destinação histórica” que se propunham transformar as “grandes áreas de terra desabitadas, mas com grandes potencialidades” no Norte do Paraná em uma sociedade baseada nos ideais do “capitalismo democrático”, posto que empreenderiam “uma missão de elevado interesse público” ao promoverem uma “colonização” com base na propriedade privada e no trabalho¹⁵. Pois, para a memória épica, o que houve na região Norte do Paraná entre 1925 até meados da década de 1960 foi um processo de colonização em que a transformação ambiental e a construção social, por estarem baseadas nos moldes capitalistas, seriam a melhor forma de desenvolver a região, fato que, por si só, justificaria a forma acelerada e intensa da transformação empreendida.

¹³ FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959. p. 304.

¹⁴ FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996. p. 402.

¹⁵ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 08.

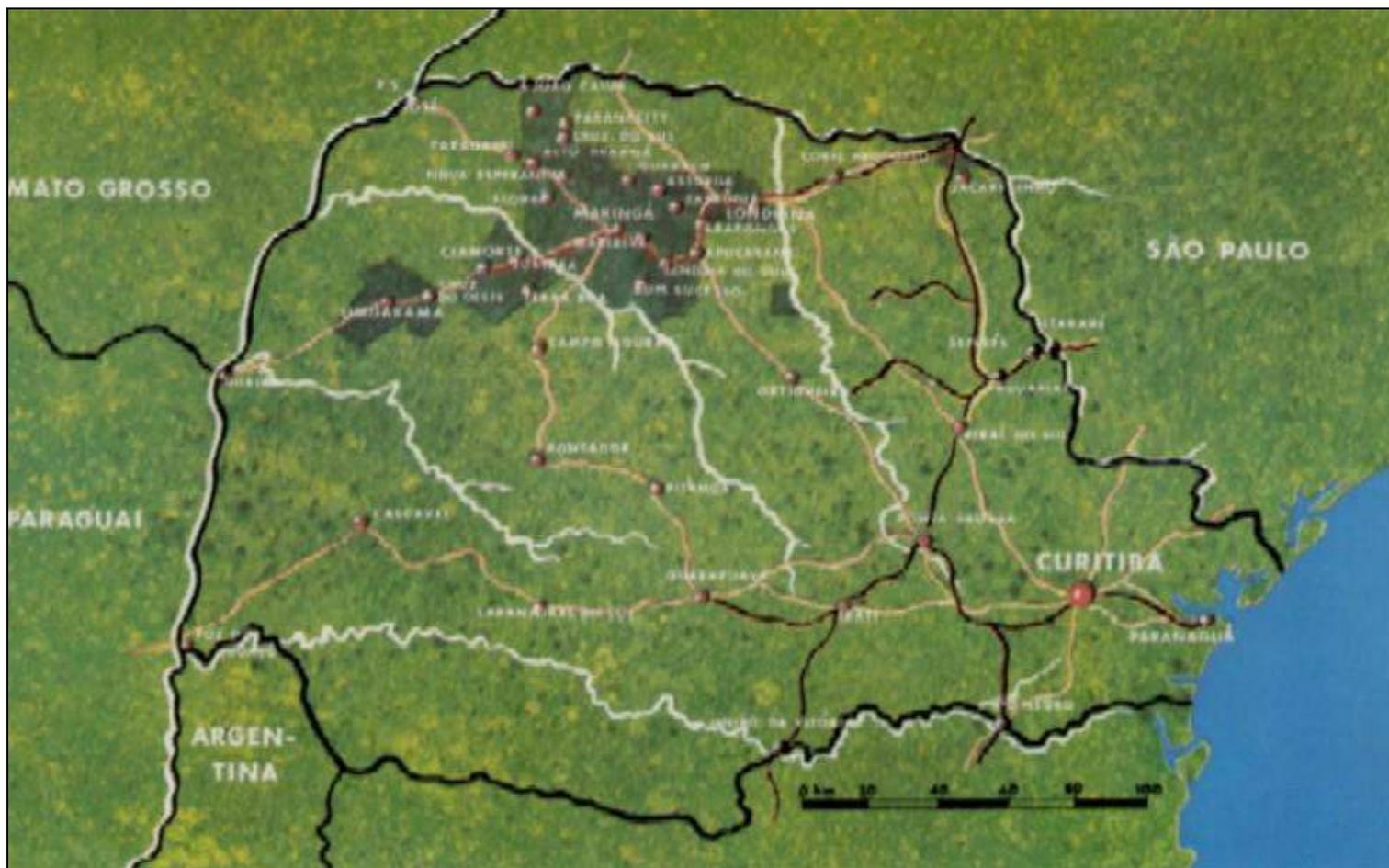


Figura 2: Lobato: Áreas comercializadas pela CMNP e pelo Governo do Estado do Paraná.



Vista parcial da cidade de LONDRINA

SINTA A ALEGRIA DE VIVER E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ

PARA que se possa bem ajuizar das possibilidades incomensuráveis do Norte do Paraná, a presente data (Agosto, 1941) é preciso "ver para crer" ou, então, ter conhecido outras terras e confrontá-las. Na realidade terras tão produtivas, dificilmente se encontram. Daí o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, cujas vendas, atingiram 76.000 alqueires! Proprietária de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nos becos dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivaí, no Norte do Estado do Paraná, judicialmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TÍTULOS DE DOMÍNIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º AGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos compradores de nossas terras, constituem a comprovação incontestável das nossas afirmações.

Cia. de Terras Norte do Paraná

Sociedade Anônima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.

Capital realizado Rs. 18.500.000\$000.

Solicitem informações no seu escritório em São Paulo à

RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.

Nota—Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Fonte: O Norte do Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná. Panfleto Publicitário. Londrina: [194-]

Figura 3 – Propaganda da CTNP/CMNP para divulgação e venda de propriedades no Norte do Paraná. Fonte: Tomazi (1987).

Figura 3: Propaganda da CTNP/CMNP para divulgação e venda de propriedades no Norte do Paraná

Norte do Paraná em uma sociedade baseada nos ideais do “capitalismo democrático”, posto que empreenderiam “uma missão de elevado interesse público” ao promoverem uma “colonização” com base na propriedade privada e no trabalho¹⁶. Pois, para a memória épica, o que houve na região Norte do Paraná entre 1925 até meados da década de 1960 foi um processo de colonização em que a transformação ambiental e a construção social, por estarem baseadas nos moldes capitalistas, seriam a melhor forma de desenvolver a região, fato que, por si só, justificaria a forma acelerada e intensa da transformação empreendida.

Os traços predominantemente positivos sobre os quais a memória-épica construiu sua versão histórica do processo foi questionado por um grupo de intelectuais interessados em apresentar análises sobre processos históricos cujos protagonistas não fossem os setores sociais detentores do poder político e econômico de uma região, mas, sim, grupos sociais em suas mais diversas manifestações no conjunto da sociedade em que ocorreram tais processos enfatizando os conflitos que aconteciam entre esses diversos grupos. Antes, porém, dessa historiografia apresentar sua explicação sobre a consolidação do capitalismo na região Norte do Paraná, uma outra produção historiográfica apresentou suas conclusões sobre o fenômeno em questão.

2.2 A MEMÓRIA MARXISTA-ESTRUTURALISTA

O segundo conjunto de trabalhos voltados para a temática da explicação do processo ocorrido no Norte do Paraná, se refere a abordagens de historiadores da década de 1980 nos quais fica evidente a importância do setor econômico, representado pela produção cafeeira, para a explicação do processo, daí ser conceituada como historiografia marxista-estruturalista. Os trabalhos de duas historiadoras em particular, Nadir Aparecida Cancian e France Luz são paradigmáticos no que se refere a essa abordagem¹⁷.

A primeira delas, Nadir Aparecida Cancian, em tese escrita durante a década de 1970, ao fazer um balanço da cafeicultura no Norte do Paraná entre 1900 e 1970, declara a iminente importância dessa produção agrícola para a transformação da região não somente durante os

¹⁶ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 08.

¹⁷ CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura Paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grajipar/SECE-PR, 1981. LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. 1980. 435 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

primeiros anos da consolidação da sociedade capitalista mas, também, para as mudanças ocorridas em anos posteriores quando a produção cafeeira foi substituída por outras culturas. Na cronologia por ela criada para demonstrar a importância do café como o elemento econômico que conduziu a formação da sociedade Norte Paranaense, a autora faz um levantamento sobre os rumos da produção cafeeira em nível nacional e internacional e como esses rumos foram determinantes para a introdução dessa cultura no Paraná.

Segundo ela, embora a produção cafeeira tenha sido freada em seu crescimento em todo o Brasil no período que vai de 1929, ano da depressão, e 1945, ano que marca o final da Segunda Grande Guerra, no Paraná ao contrário, ela foi estimulada¹⁸. Tal estímulo esteve ligado aos interesses de grandes proprietários, da CTNP e posteriormente da CMNP e também do governo em desenvolver a região Norte do estado. Esse fator aliado à superprodução cafeeira e o esgotamento das áreas produtoras de café nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Goiás teria acelerado “a busca de terras novas e ativou a especulação na compra e venda de terras. Para o Paraná, significou a expansão do plantio com aumento de produção nos anos seguintes e abertura de ‘frentes pioneiras’”¹⁹. Dessa forma, estados como São Paulo, ao limitarem a produção cafeeira, teriam estimulado a vinda de lavradores, paulistas principalmente, para o estado do Paraná²⁰.

Contudo, embora tenha havido esse estímulo à produção a partir de 1930, nos anos 60 iniciou-se uma nova etapa no setor econômico do estado. Como o café alcançou níveis elevados de produção, o governo federal iniciou um processo de incineração da produção e derrubada dos próprios cafezais. Sobre esse processo Cancian diz que:

Buscava-se aumentar a produção de alimentos, que tendia a diminuir face às variadas formas de monocultura que o café vinha apresentando assegurando ao mesmo tempo o equilíbrio da balança de pagamentos mantendo o café brasileiro em posição de destaque na área internacional através da política de eliminação física de parte do arqué cafeeiro, para forçar elevação dos preços externos²¹.

Como a região Norte do Paraná tinha grande parte de sua estrutura econômica baseada na produção cafeeira, mas não exclusivamente nessa, isso se tornou um problema para a renda interna do estado. No período em que o café estava em expansão, os demais setores da economia não conseguiram acompanhar o ritmo acelerado dessa produção e o setor agrícola

¹⁸ CANCIAN, Nadir Aparecida **Cafeicultura Paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grajipar/SECE-PR, 1981. p. 29.

¹⁹ Idem, p. 28.

²⁰ Idem, p. 33.

²¹ Idem, p. 131.

teria sido o que crescera mais lentamente em relação à cafeicultura e, essa falta de infraestrutura impossibilitava que esse setor concorresse ou substituísse o café²². Com isso, o Paraná a partir dos anos sessenta sofre uma nova transformação, tendo mais uma vez o café, produto propulsor da região, como base da mudança uma vez que a superprodução dessa cultura levou a uma redução nos preços do produto e conseqüentemente, os grandes e os pequenos produtores se voltaram para outras atividades agrícolas. O declínio dos preços do café no mercado internacional então, teria levado o estado a diversificar “a produção através da ampliação de pastagens artificiais e fomento das lavouras temporárias, de modo especial das oleaginosas”²³.

Com base nesses dados, conclui-se que, para Cancian, as transformações ocorridas na região Norte do Paraná entre 1900 e 1970 estavam inseridas num contexto de política nacional integrada aos interesses da economia internacional e se manifestaram no estado através da produção cafeeira. Fator que leva à conclusão de que na abordagem feita pela historiadora sobre o processo de implementação do capitalismo na região, não são contemplados outros possíveis participantes do processo, apenas a produção cafeeira – leia-se mercado internacional - se apresenta como o sujeito histórico e determinante por excelência.

France Luz, em obra já citada e também escrita nos anos 70, segue essa linha determinista, ou marxista-estruturalista, ao concluir que “para compreender o processo de desbravamento e povoação do Norte do Paraná, faz-se necessário situá-lo num contexto mais amplo da economia nacional e da expansão cafeeira paulista”²⁴. E, com relação ao papel desempenhado pela CTNP/CMNP Luz²⁵ acrescenta que:

A colonização ali levada a efeito por aquela Companhia desenvolveu-se de modo empresarial, dirigida para a ocupação e valorização rápida das terras e para a obtenção de lucros. Sua atenção teve como resultado a divisão de terras em pequenas e médias propriedades, que eram vendidas a particulares com a finalidade de nelas se cultivar o café e produzir gêneros de subsistência. Desta maneira, a empresa assegurava a rentabilidade do capital investido na aquisição da gleba e nas obras de infra-estrutura, transportando para os numerosos pequenos proprietários que compravam seus lotes todos os riscos decorrentes da exploração da terra.

²² CANCIAN, Nadir Aparecida **Cafeicultura Paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grajipar/SECE-PR, 1981. p. 131.

²³ Idem, p. 29.

²⁴ LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. 1980. 435 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade **Erro! Vínculo não válido**.de São Paulo, São Paulo, 1980. p. 48.

²⁵ Idem, p. 414.

Ainda que verificando a existência de outros participantes no momento de implantação da sociedade capitalista na região, citados pela autora como “os numerosos pequenos proprietários” sobre os quais recaiam os riscos da empreita iniciada pela CMNP, a autora não trabalha essa questão do ponto de vista de um conflito. O desempenho da economia no processo supera a importância daquela informação e o processo de implantação capitalista continua a ser visto como o propulsor das transformações ocorridas na região.

Como acontece com a memória-épica, a produção marxista-estruturalista faz uma abordagem parcial do processo por explicá-lo somente como resultado do desenvolvimento econômico ocorrido na região centrado particularmente na cafeicultura. Essa parcialidade é resultado de uma análise histórica que não contempla as transformações sócio-espaciais como produto da interligação de fatores humanos, econômicos, ambientais e políticos na constituição dos processos históricos e na qual, os seres humanos, sujeitos por excelência dos processos históricos, não encontram espaço representativo.

2.3 A HISTORIOGRAFIA DOS CONFLITOS

As duas produções analisadas brevemente nos parágrafos anteriores são de valor inestimável para conhecer muitos detalhes sobre o processo da consolidação do capitalismo na região, como já foi dito embora não explorem as várias potencialidades de conhecimento sobre a história do Paraná que o processo ocorrido Norte da região oferece. Não que seja possível conhecer um momento histórico em sua plenitude, mas, através de uma forma diferente de abordar os processos históricos, foi possível explorar outros elementos relativos ao processo em questão. Os responsáveis por essa abordagem diferenciada foram historiadores da década de 1990 que, ao questionarem o caráter excludente das memórias citadas através de uma releitura das mesmas e de outros documentos relativos à questão, apontaram suas deficiências e demonstraram, através de novos objetos, teorias, métodos e fontes, particularidades ainda não exploradas do processo²⁶.

²⁶ Alguns dos autores arrolados sob o termo “historiografia dos conflitos”: MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang**: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994; TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989. TOMAZI, Nelson D. **“Norte do Paraná” histórias e fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas,

As referidas particularidades históricas apresentadas pela historiografia dos conflitos estão intrinsecamente ligadas às questões relativas às contradições existentes nos processos históricos, fato que leva essa produção a enfatizar a participação de outros grupos sociais na transformação acontecida no Norte Paranaense como, por exemplo, as sociedades indígenas, os posseiros e os caboclos. Além disso, essa historiografia reflete e apresenta os resultados de suas análises enfatizando os ideais presente no discurso da CTNP/CMNP, empresários e estrutura governamental, ao aclamarem o sistema capitalista como a melhor, senão a única, forma de desenvolver a região.

Um dos primeiros representantes dessa historiografia a introduzir os conflitos sociais e a apresentar de forma crítica os interesses submersos sob a introdução dos ideais capitalistas na região, foi o historiador Lúcio Tadeu Mota. Em sua obra denuncia-se a exclusão social e histórica promovida pela memória épica e também por intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento ao criarem a idéia de um vazio demográfico na região ao apagaram da história do processo a existência dos grupos indígenas das áreas sobre as quais o estado do Paraná foi delimitado.

Para discorrer sobre a existência desses grupos e questionar a questão do vazio demográfico, Mota se propôs “discutir a ideologia da construção de um território vazio, desabitado, no terceiro planalto Paranaense”²⁷ sustentada pelo trabalho de geógrafos, historiadores, a própria CMNP e por livros didáticos a partir da década de 1930.

A construção da idéia do vazio demográfico, ou de outras designações criadas para expressar esse mesmo ideal, como a palavra sertão e mata virgem, são utilizadas nos trabalhos citados por Mota e também pela memória-épica, para se referirem às áreas de interesse capitalista remetendo às mesmas um sentido de que tais espaços, devido ao não uso utilitário de seus recursos, tornavam-se prejudiciais ao desenvolvimento de uma sociedade capitalista no Brasil. Para desmistificar a idéia de vazio demográfico, Mota analisou e interpretou o discurso dos intelectuais que a criaram chamando a atenção para a forma dualista com que os

Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997; ROLLO GONÇALVES, José Henrique. **História regional e ideologias:** em torno de algumas coreografias políticas do norte paranaense – 1930/1980. 1995. 255 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995. PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu** - a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Tese, (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista – UNESP. Assis, 2000.

²⁷ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang:** a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994. p. 9.

mesmos compreendiam a natureza e concluiu que tal discurso estava imbuído de formas capitalistas de significar a natureza.

Segundo ele, os interesses capitalistas teriam transformado o terceiro planalto Paranaense, em especial o Norte e o Oeste, através do conceito de natureza enquanto mercadoria. Como para o capitalismo a natureza, animais, árvores, terra, tudo tem seu preço, ao se expandir entre os anos de 1930 a 1960, a sociedade nacional, para construir seu espaço mercantilizado, destruiu o espaço das comunidades indígenas, as matas e os animais existentes das terras então transformadas em mercadorias²⁸. Esse conceito mercantilizado utilizado por Mota para significar o tratamento dado pela sociedade capitalista à natureza foi trabalhado por Neil Smith e parte do pressuposto de que a idéia que o capitalismo tem sobre a natureza é dualista, vista em princípio como hostil, um perigo a ser vencido com sacrifício e estoicismo, depois de conquistada pelas técnicas criadas pelos seres humanos a natureza se transforma em dádiva, pronta para fornecer a subsistência²⁹.

Acontece então, uma transformação no conceito de natureza quando ela deixa de ser vista como hostil e passa a ser compreendida um espaço dominado pelo homem e a partir de então como uma mercadoria. Fato que transforma o conceito de natureza num produto social cujos protagonistas são homens que, ao colocarem em prática os ideais do capitalismo, como a idéia de progresso humano e material através da transformação da natureza, transformam os espaços de acordo com seus interesses³⁰.

Como se vê através da análise feita por Mota, a memória-épica, imbuída dos ideais capitalistas, construiu seus mitos sobre um discurso que deveria passar a idéia da existência de “grandes áreas de terra desabitadas, mas com grandes potencialidades”³¹ no Norte do Paraná apagando a existência de outros ocupantes dessa região. Com essa abordagem, Mota não só questionou o mito do vazio demográfico mas também e sobretudo, inseriu na história da ocupação os conflitos vividos pelos povos indígenas e os vários grupos sociais que invadiram seus territórios sobretudo a partir do século XVI, sendo a sociedade capitalista apenas uma

²⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang**: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994. p. 14.

²⁹ Detalhes sobre essa visão mercantilista da natureza serão abordados em maior profundidade durante a parte conclusiva do trabalho. SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 39-45, passim.

³⁰ SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 39-45, passim.

³¹ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 08.

das representantes desses grupos, talvez porém, a mais significativa, dado o nível elevado de transformações promovidos pela sociedade capitalista na região.

Outro historiador que procura explicitar os interesses submersos aos ideais capitalistas de transformação da região Norte do Paraná introduzindo os conflitos sociais resultantes dessa transformação é Nelson Dácio Tomazi. No trabalho intitulado **Certeza de lucro e direito de propriedade**³², datado de 1989, Tomazi analisa e critica o mito criado pela CMNP com relação ao papel de destaque que a própria empresa se auto-atribui no processo de introdução de elementos capitalistas na região Norte do Paraná e, num segundo trabalho, datado de 1997 e intitulado **“Norte do Paraná”: histórias e fantasmagorias**³³, o autor traz uma discussão sobre a violência e a exclusão sofridas por segmentos sociais que viviam no Norte do Paraná antes da ocupação capitalista.

Em, **Certeza de lucro e direito de propriedade**, o autor analisa o discurso criado pela companhia através da exposição minuciosa dos elementos que compõem o mito. Segundo ele, o mito criado pela CMNP foi composto por quatro elementos: o primeiro é relativo a obra pioneira da CMNP e, a base do segundo elemento é relativa a missão da empresa em transformar o terceiro planalto paranaense em um espaço útil à coletividade sob os ideais do capitalismo promissor. Quanto ao terceiro elemento, ele se constitui no papel de destaque que a empresa remete aos pioneiros enquanto e, o quarto elemento do mito é composto pela ideal de reforma agrária que a empresa propunha para a região³⁴.

De forma sistemática, o autor vai concluir que o mito é parte do interesse em transformar a região Norte do Paraná de acordo com os moldes de povoamento e produção do sistema capitalista e, que seus intrépidos pioneiros nada mais queriam a não ser obter lucros com a venda de terras na região. Ao revelar a idéia implícita em cada um dos elementos que compunham o mito, Tomazi demonstra que as transformações empreendidas pela empresa não visavam a coletividade, mas sim, o enriquecimento e o poder para os fazendeiros, empresários ingleses, comerciantes madeireiros e o governo do estado.

³² TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989.

³³ TOMAZI, Nelson D. **“Norte do Paraná” histórias e fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

³⁴ TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989, passim.

No mito criado pela Companhia, esta aparecia como o organismo empreendedor de uma obra pioneira na região, enfatizando a idéia de que a região era desabitada e estava à espera de transformação o que a coloca como aquela que teria se responsabilizado por promover o desenvolvimento do Norte do Paraná de acordo com interesses democráticos e coletivos³⁵. Ao fazer a interpretação desse primeiro elemento Tomazi³⁶ conclui que, com essa auto-atribuição, o mito,

Esconde, apaga o que ocorreu com as populações que aos milhares habitaram esta região durante centenas de anos e que viviam do que a terra lhes concedia, seja de frutos, animais ou de pequenas plantações. O habitante nativo não é considerado como habitante, bem como a selva não é produtiva, pois povoamento e produção só deve ter significado se for visto na ótica do uso de homens e terra para a valorização do capital.

Esse primeiro elemento introduz e apresenta a questão presente no segundo elemento que é relativa ao trabalho da empresa na região quando o trabalho desempenhado pela empresa passa a ser visto como uma valorosa missão que coube a CMNP empreender e, assim, as ações da Companhia passaram para a memória como um marco na história da região, ou seja, a história do Norte do Paraná passa a ser vista a partir do antes e do depois da chegada CMNP ao estado.

Submersos a esse discurso se encontram porém, outros ideais. Segundo ele³⁷,

Esta periodização exprime, pois, a seguinte visão histórica: antes da presença da Companhia pouca coisa havia de significativo na região; quando ela aparece no cenário, traz consigo o progresso, a civilização e a ordem (segurança) e a partir ela é que se efetivam todas as outras. Ela é, portanto, o marco que define todas as ações anteriores e posteriores.

O autor conclui ainda que com esse discurso a Companhia procurou ocultar os verdadeiros objetivos de sua ação que era a “obtenção de lucro o mais rapidamente possível”³⁸. Diante dessa perspectiva, um novo elemento se introduz. Como a ação da CTNP/CMNP foi desempenhada pelos intrépidos pioneiros, são eles então que passam a ser os agentes que vislumbravam lucros com a transformação da região, os mesmos apresentados pela companhia como os heróis da saga por ela empreendida. Para desmistificar esse sentido

³⁵ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 146.

³⁶ TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989. p. 159.

³⁷ TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989. p. 160.

³⁸ Idem, p. 164.

heróico, Tomazi³⁹ em primeiro lugar introduziu novos agentes no processo também como pioneiros e retirou da companhia o lugar de destaque na empreita:

A própria compra das terras no Norte do Paraná bem como a concessão para a construção da ferrovia, nada mais foi do que a conjunção de interesses de fazendeiros já instalados na região, que pretendiam que os ingleses viessem a investir nela, interesses do governo estadual que procurava uma forma de povoar esta região e desta forma aumentar a sua arrecadação e do interesse do próprio Lord Lovat, como representante de capitalistas ingleses, que percebeu que aqui também poderia ser feito o que os ingleses já faziam em várias partes do mundo, conseguir grandes lucros com um projeto imobiliário e com o monopólio dos transportes de homens e de mercadorias.

Outros também considerados pela empresa com pioneiros são os advogados, funcionários da empresa no exterior que se deslocaram para o Brasil para trabalharem na CMNP e também políticos brasileiros, todos beneficiados com o plano desenvolvido pela empresa no Paraná. Além desses, o autor cita ainda “compradores de grandes e de pequenas propriedades, comerciantes, proprietários de serrarias, como também trabalhadores sem terra, que trabalharam para os outros, só possuindo sua força de trabalho”⁴⁰.

Contudo, entre esses últimos citados se encontra uma das contradições que a empresa tentou ocultar em seu discurso mítico. Aquela que apresenta o grupo dos intrépidos pioneiros como um segmento social homogêneo e predominantemente vencedor. Sobre essa contradição Tomazi⁴¹ assim se expressa:

A homogeneidade apresentada através da expressão “pioneiros” procura esconder a real condição de classe da população que para cá se deslocou e oculta as relações de classes que se estabeleceram entre os diversos segmentos desta realidade, procurando sempre passar a idéia de que todos que para aqui vieram tinham as mesmas chances para progredir e enriquecer e que não havia nenhuma contradição entre os “pioneiros”, pois todos tinham os mesmos interesses e almejavam as mesmas coisas.

Ele interpreta essa contradição da seguinte forma. Através dessa suposta homogeneidade, a condição de pioneiro tenta esconder a exploração acontecida através do trabalho e ainda, “disseminar a noção de que todos podem enriquecer desde que se esforcem, que façam sacrifícios e trabalhem muito, pois todos os que aqui enriqueceram e ‘venceram’ é porque assim o fizeram”⁴².

³⁹ Idem, p. 181.

⁴⁰ TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989. p. 183.

⁴¹ Idem, p. 183.

⁴² Idem, p. 184.

Um quarto elemento viria formar, junto com os três já citados, a memória sobre a ocupação onde não cabem os conflitos e, muito menos, os fracassos. Esse quarto elemento é representado pelo exemplo pioneiro de reforma agrária empreendido pela CMNP na região. Sobre esse elemento Tomazi⁴³ diz que o trabalho que a colonizadora realizou no Paraná não foi uma reforma agrária, mas sim, colonização e, que esses dois termos se diferenciam na medida em que reforma agrária pressupõe a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra e que esta deve ser promovida pelo governo enquanto que o processo de colonização,

é a ocupação de terra devolutas, de ‘terras’ livres, onde o governo e empresas privadas, associadas ou não, criam projetos de povoamento de regiões ditas ‘vazias’ fundando núcleos urbanos e deslocando populações, visando, no caso do estado, a acalmar determinadas inquietações no meio rural e, lucro, através da especulação imobiliária, no caso da iniciativa privada. A colonização pode ser um complemento mas nunca um substituto da reforma agrária.

Ao divulgar esse mito da reforma agrária, a Companhia estaria agindo de acordo também, com interesses do governo do Estado Novo também do governo estadual, que na verdade, estavam mais interessados em afastar os perigos de subversão dos que não possuíam terras no Brasil do que realmente, promover a divisão de terras entre os segmentos sociais que sobreviviam do meio agrário⁴⁴, entre eles, trabalhadores da lavoura que se empregavam nas grandes fazendas para obterem o próprio sustento e de familiares.

Como empresa privada e colonizadora então, a Companhia não tinha reais intenções de promover a reforma agrária no Norte paranaense, mas sim, conseguir vultuosos lucros através da especulação imobiliária e da exploração do trabalho de funcionários empregados para realizarem o trabalho de derrubada da mata, construção de estradas, entre outras atividades que exigiam força física. Em suma, são essas as críticas que Tomazi faz ao mito criado pela Companhia quando o desconstrói, através da análise detalhada sobre o discurso implícito nos quatro elementos que o compõe e conclui, que todo mito é uma criação, e que a empresa em questão também teria criado o seu. Mas, que cabe ao historiador o compromisso enquanto aquele que tem, por força de seu ofício, discorrer sobre o passado de forma crítica e o mais perto possível do que foi aquela realidade sendo, para tanto, “necessário não apenas guardar e conservar estes fragmentos esquecidos do passado mas, principalmente, libertá-los.

⁴³ Idem, p. 188.

⁴⁴ TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989. p. 190.

É necessário que a história daqueles que foram vencidos não se passe silenciosamente”⁴⁵ conclui ele.

Foi pois, considerando os conflitos sociais acontecidos desde o século XVI no Paraná e também, fazendo um balanço crítico dos ideais que permeavam essas transformações, que a historiografia dos conflitos explicou as diversas fases e mudanças ocorridas na região. Essa perspectiva ampla de abordagem histórica resultou na inquestionável participação das sociedades indígenas sobretudo durante os anos do Brasil Colônia, do Império e também da República e, juntamente com posseiros e caboclos, os indígenas se tornaram grupos antagônicos aos interesses de qualquer uma das formas de governo citadas, daí as contradições no interior dos processos históricos apresentadas e analisadas pela historiografia dos conflitos.

2.4 A PESQUISA NAS ÁGUAS DE LOBATO

A pesquisa nas Águas pretende discorrer sobre o processo que consolidou traços profundos dos ideais capitalistas na região em conjunto com elementos culturais trazidos pelos migrantes e imigrantes de seus locais de origem, partindo de uma abordagem diferenciada das citadas anteriormente. Um dos elementos responsável por essa mudança de abordagem está ligado à escolha da microanálise, como forma de apresentar o processo e também ao fato de que o mesmo passa a ser explicado como resultante da organização social produzida pelos indivíduos, pessoas consideradas comuns, em núcleos humanos fundados durante aquele processo. Um último elemento que diferencia a abordagem aplicada na pesquisa sobre as Águas diz respeito à importância dada aos documentos orais como fontes históricas cuja riqueza reside na subjetividade inerente a esse tipo de fonte.

É pois, a organização social, através das relações sociais e do contato com o meio, o que de fato une os seres humanos nos espaços escolhidos para a reprodução da vida. Daí a importância das práticas cotidianas como as estruturas, por vezes maleáveis, que, por serem estrategicamente praticadas pelos interessados na construção de uma sociedade, se tornaram a

⁴⁵ TOMAZI, Nelson D. “Norte do Paraná” histórias e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. p. 26.

força implementadora do processo de consolidação capitalista na região. Assim, os estudos de caso, as individualidades das experiências humanas e a descrição minuciosa das evidências coletadas nas fontes têm por objetivo apresentar uma versão para o processo ocorrido a partir dessas próprias experiências, com isso, a pesquisa pretende se constituir num trabalho que privilegia o aspecto social dos processos históricos, abordagem reveladora dos conflitos vividos no interior desses próprios processos, muitas vezes já analisados por outras produções, como por exemplo, aquelas aqui citadas.

2.4.1 Estudos sobre sociedades rurais

Estudar a dinâmica existente em pequenas sociedades é prática acadêmica de longa data entre os intelectuais das ciências humanas. Geralmente os sociólogos voltavam suas análises para aspectos específicos considerados característicos do mundo rural como o sentimento de localidade, laços de parentesco e atividades lúdico-religiosas⁴⁶. Já antropólogos e geógrafos, somavam a essas três características, ainda o isolamento, a posse da terra, o trabalho doméstico, os auxílios vicinais e a disponibilidade da terra⁴⁷, assim como também a organização das construções rurais, como residências, escolas, vendas e capelas, para classificarem o que a geógrafa Keller denominou de “habitat” rural⁴⁸. Com essa abordagem, procuravam descrever os modos de vida do núcleo analisado e dessa forma, generalizar os resultados de suas pesquisas elevando-os à síntese do que seria então a sociedade rural em seu

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O povoado de Santa Brígida. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidades e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1975; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976; MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança em ‘comunidades de Folk’. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidades e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975; NOGUEIRA, Oracy. **Família e comunidade**: um estudo sociológico de Itapetininga-SP. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura/Brasil, 1962. Ver também o excelente trabalho sobre a sociologia de Antonio Candido escrito por: JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida**. S. l.: UFMG, 2002.

⁴⁷ WILLEMS, Emílio. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961; SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma tradição**: cultura e desenvolvimento no município de Cunha. São Paulo: Perspectiva, 1977; KELLER, Elza Coelho de Souza. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional/Ed. USP, 1970. v2; AZEVEDO, Thales de. A “capela” como unidade de vizinhança no Brasil meridional. In: _____. **Namoro, religião e poder**. Rio de Janeiro: Livraria Cátedra/Brasília: INL/MEC, 1980. p. 129-143. GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

⁴⁸ KELLER, Elza Coelho de Souza. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional/Ed. USP, 1970. v2.

contato com a modernidade capitalista introduzida de forma ostensiva no Brasil durante os anos de 1950.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, escreve n’**O campesinato brasileiro**⁴⁹, juntamente com outros pesquisadores de sua equipe, um capítulo dedicado a demonstrar a eficácia desse tipo de abordagem ao objeto social conhecido como mundo rural. Em seu texto ela utiliza a comparação para discorrer sobre tal espaço social investigando ora o papel da mulher na produção doméstica, ora o desempenho de comunidades japonesas em relação ao comércio agrícola, ou as relações de poder em economias. Os autores, citados na nota de rodapé número 40, em maior ou menor grau, utilizam essa fórmula para discorrer sobre a sociedade rural do interior paulista considerando sempre as características que demonstram o momento de transição vivido por aquele grupo social.

Ainda nessa linha de estudos baseados em pequenas localidades, acontecimentos contemporâneos ocorridos no sertão piauiense se tornaram objeto de investigação antropológica no livro **O trabalho da memória**⁵⁰ escrito por Emília Pietrafesa do Godoi em 1999. Trabalho em que a autora traça um perfil das formas morais e jurídicas pelas quais os ocupantes dos povoados de Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê localizados na zona sertaneja do Piauí,⁵¹ concebem o que vem a ser o direito de ocupação territorial. Esses possiantes, cujas raízes genealógicas datam de fins do século XIX, foram, ao longo dos anos, compelidos a deixar as localidades fundadas pelos antepassados. Primeiro em busca da maniçoba, árvore de cujo látex se fazia a borracha⁵² e, mais recentemente, entre 1988 e 1989, pressionados pelo governo federal interessado em construir o Parque Nacional da Serra da Capivara nas terras ocupadas por essa população⁵³.

Diante do processo, os moradores daqueles povoados tiveram sua memória ativada pela antropóloga que, entre outros aspectos objetivos do conflito, resgatou o imaginário sobre o que vem a ser o direito de propriedade para aqueles habitantes e concluiu que, para eles, o que garante o direito de propriedade é o caráter genealógico da posse uma vez que todos se consideram descendentes do desbravador daquela região, ou seja, do “tronco do veio”

⁴⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁵⁰ GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

⁵¹ Idem, p. 15.

⁵² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

⁵³ GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Unicamp, 1999. p. 16.

Vitorino⁵⁴. Assim, são os laços de parentesco que levam os moradores a conceberem seus direitos de propriedade naqueles povoados e, segundo a Godoy⁵⁵, a força dessa convicção jurídica se concentra sobretudo no caráter solidário da memória.

A memória, no entanto, não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada. Verifica-se que ela é ativada num contexto de pressão sobre o território do grupo, atuando como criadora de solidariedades, produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão, delimitando as fronteiras sociais do grupo.

Assim, não são as transformações ocorridas naquela região que efetivamente chamaram a atenção da pesquisadora, e sim, o trabalho desempenhado pela memória local na tentativa de criar um sentido que lhes garantisse o direito de posse sobre o local. Para tanto, não foram fatos recentes que sustentaram do direito, mas sim, um passado distante que se fez presente nos dias atuais através da memória cuja função social foi a de “unir o começo ao fim, ligando que foi e o provir”⁵⁶.

Já o sociólogo Antonio Candido, no clássico **Os parceiros do Rio Bonito**⁵⁷, faz um estudo de comunidade que foge aos padrões normais para abordar grupos sociais de pequena demografia. Combinando trabalho de campo com análise estatística de dados – coletados informalmente também em fontes orais – ao descrever o problema dos meios de vida de um grupo social formado espontaneamente em Bofete, interior de São Paulo em fins da década de 1940 e início de 50, ele esclarece que,

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico.

O autor reconhece que deve existir um equilíbrio entre as necessidades humanas e a natureza, e a compreensão dessa interligação é a de que existe um equilíbrio entre dois mundos não necessariamente opostos. Assim, o espaço é transformado e incorporado pelos homens através do trabalho e das técnicas e são por eles redefinidos e transformados de forma

⁵⁴ Idem, p. 55 (grifo da autora).

⁵⁵ Idem, p. 147.

⁵⁶ Idem, p. 146.

⁵⁷ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001. p. 29.

incessante, possibilitando que ele se torne concreto e ao mesmo tempo mutável, posto que esteja coberto por um sentido pessoal junto ao grupo que o integra.

Considerando que a obtenção dos meios de subsistência é relativa à técnica conhecida e empregada e, que essa obtenção é resultante da organização de tal atividade, Candido esclarece que a vida social é composta – leia-se incessantemente transformada - principalmente pela forma como uma sociedade se organiza, daí a importância que o autor remete às formas organizativas de uma sociedade para a compreensão de sua transformação.

2.4.2 Características que permitem analisar a sociedade das Águas historicamente

Como Lobato é um município que foi projetado para existir, ou seja, que teve sua fundação dirigida por uma empresa colonizadora e pelo Governo do estado, as transformações ambientais e sociais que a sociedade das Águas apresentou estavam intrinsecamente ligadas à forma, ou aos motivos que levaram à sua constituição. Enquanto os povoados rurais, sobretudo do interior paulista, tinham um comércio voltado para a subsistência de seus moradores, a sociedade das Águas foi construída com o objetivo de atender a uma produção, a cafeeira, cujo alcance era internacional. Até mesmo num segundo momento da agricultura lobatense, quando os cafezais são derrubados e há a introdução das oleaginosas, como a mamona por exemplo, ainda assim esse produto não visava a subsistência alimentar dos moradores, fato que estaria ligado a essa produção de uma forma secundária quando a venda do produto revertesse, ou não, em benefícios para quem o produziu.

Também são outras as formas como a sociedade das Águas se estabelece naqueles espaços geográficos. Os moradores das Águas ou são proprietários seja de pequenas ou grandes propriedades, ou são pessoas que lá se estabeleceram para trabalhar em diversas atividades autônomas que foram sendo necessárias ao longo dos anos em que a sociedade das Águas conheceu seu estabelecimento e evolução. Durante essa fase, o mundo rural lobatense conheceu vida social particular originária da imbricação entre a estrutura geográfica recriada pelos agrimensores da CMNP, a produção agrícola para um mercado internacional e a diversidade cultural dos migrantes e imigrantes que para lá se dirigiram.

Não obstante essas diferenciações entre as duas sociedades rurais, foi possível observar que ao se estabelecerem no Norte do Paraná os habitantes reproduziram certos aspectos característicos daquele primeiro universo rural citado. Um desses exemplos é a

construção de capelas e vendas como centros de convivência comunitária e comercial no interior de fazendas ou de propriedades menores assim como também a existência de escolas e atividades de lazer.

Planejada para existir em sua forma espacial, as Águas não foram planejadas em sua organização social. Para que esse elemento se efetivasse, os homens e mulheres que lá se estabeleceram contaram com conhecimentos adquiridos dos locais de onde vieram antes de se estabelecerem em Lobato. Aqueles que construíram a sociedade das Águas não eram originários daquele espaço, não tinham laços com a terra ou descendiam de familiares passados. Todos esses vínculos passaram a se formar a partir do contato com a região e, nesse construir de laços, a sociedade das Águas foi composta por formas organizativas do espaço e das sociabilidades inerentes a diversas nacionalidades e regionalidades.

Nesse sentido, não se pode considerar a sociedade das Águas como representante dos modelos paulistas de povoados rurais, embora também não seja possível dizer que em Lobato não tenham sido encontrados traços daquela sociedade. O que se tem então no “habitat” rural estabelecido em Lobato é uma sociedade caracterizada pela diversidade de costumes, valores e estruturas coletivas que foram estabelecidas pelos moradores ao organizarem aqueles espaços.

Ao transformarem a região Norte do Paraná num espaço recortado por pequenas, médias e grandes propriedades, governo, CMNP e empresários se baseavam num ideal de sociedade moderna cuja maior característica era a produção agrícola em larga escala decorrente do trabalho desenvolvido em propriedades privadas normalmente trabalhadas por núcleos familiares restritos. Contrariamente a esse modelo unívoco de sociedade, a pesquisa com a sociedade das Águas revelou que o interesse dos seres humanos em organizar os espaços sociais de forma a reproduzirem a vida humana utilizando as condições geográficas encontradas, em conjunto com os elementos culturais que trouxeram consigo do modo de vida anterior aos seus estabelecimentos nas Águas e, principalmente, buscando responder às necessidades que foram surgindo no dia-a-dia em contato com o mundo rural por ser criado, são elementos que impossibilitavam que a sociedade que se constituiu na zona rural de Lobato fosse descrita como um modelo ideal de sociedade capitalista, ou moderna.

Considerando os diversos elementos sociais, culturais e econômicos que compunham o mundo das Águas, pôde-se compreender que a sociedade das Águas foi formada tanto por elementos capitalistas ou modernos, como é o caso da produção agrícola voltada para o mercado internacional, quanto por elementos comuns ao “habitat” das sociedades rurais de

formação espontânea, notadamente pelas experiências culturais trazidos pelos migrantes de regiões e nacionalidades distintas que lá se estabeleceram. Experiências essas que, não trazem o novo, ao contrário, trazem exatamente o conhecido, o popular, o corriqueiro, o cheiro e o gosto do cotidiano. Ou seja, a vontade de reproduzir nas Águas algo já conhecido e sobre o qual se tem algum domínio. Contrariamente ao mundo da reprodução econômica, esse mundo conhecido se apresenta como o universo da segurança sobretudo para os momentos de aflição causados pelas incertezas que o primeiro trazia constantemente para os moradores rurais.

O detalhamento da teoria aplicada sobre as fontes reveladoras da trama social vivida nas Águas, pertinente à proposta “microstorica” italiana, juntamente com a descrição minuciosa da forma como foram construídas as fontes orais e o modelo utilizado para apresentar os resultados da pesquisa, são os temas abordados no próximo capítulo.

3 SOBRE A MICROANÁLISE, A ORALIDADE E O MODELO MOSAICO

A fronteira que separa a biografia da história sempre foi bastante imprecisa. Em relação a esse ponto, assistimos recentemente a uma reviravolta radical. Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessaram pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações⁵⁸.

3.1 SOBRE A MICROANÁLISE

Um dos aspectos teóricos mais importantes no levantamento de particularidades do processo de construção social empreendido nas Águas, foi o uso da microanálise como recurso teórico historiográfico. E, a característica que mais influenciou o uso dessa teoria, foi o fato dessa abordagem considerar como importante resgatar o que é diferente, ou como diria Giovanni Levi⁵⁹, o que foge à norma, e assim, contrapor memórias inéditas sobre processos já analisados anteriormente. Nesse sentido, a história que parte do particular tem como uma de suas características, questionar, promover debates, discussões, e principalmente, revelar interesses obscuros presentes nas memórias criadas com o objetivo de enfatizar determinadas fases e sujeitos de um processo para tornar-se hegemônica e única.

Tendo em vista essa crítica às abordagens macro-históricas, resolvi adotar uma abordagem histórica que, sem desprezar a importância das normas e das instituições existentes na sociedade, questiona o alcance do poder dessas normas e organismos e vai ainda mais longe, questiona a existência desses organismos como algo que se impõe aos indivíduos de forma externa e dos quais os seres humanos não podem escapar.

Esse modelo se refere à abordagem “microstorica” italiana e se caracteriza por recusar a história-síntese praticada pelos macro-historiadores e analisa os objetos de estudo sob uma forte influência da antropologia social. Dessa forma, traz para a historiografia contemporânea a prática etnográfica do trabalho de campo e da análise detalhada do objeto e também uma outra forma de trabalhar impondo um ritmo intensivo de análise sobre objetos muito limitados

⁵⁸ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FVG, 1998. p. 225.

⁵⁹ LEVI, Giovanni. A micro-história. In: Peter Burke (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

que podem ser fatos banais, processos, rituais ou indivíduos quase comuns, perspectivas aplicadas à exaustão no levantamento e análise da sociedade das Águas.

De forma expressiva, a crítica feita pelos micro-historiadores à história-síntese é que, em sua análise globalizante, aquela deixaria escapar a vida cotidiana, a experiência, as identidades coletivas. A ausência das experiências humanas seria então, para Jacques Revel⁶⁰, uma carência a ser suprida pela microanálise que, em sua abordagem, se preocuparia mais em,

desenvolver uma estratégia de pesquisa que não se basearia propriamente na medida de propriedades abstratas da realidade histórica, mas que, ao contrário, procederia fixando-se como regra integrar e articular entre si o maior número dessas propriedades.

Por meio dessa abordagem não mais o mercado, o Estado, a estratificação social ou a família mas, as relações interpessoais passaram a ser o verdadeiro objeto de análise histórica para os micro-historiadores italianos. A profundidade dessa inovação é vista pela importância que esses pesquisadores remetem à pesquisa nominal, cuja busca num emaranhado de fontes, tem por objetivo a reconstrução do vivido através da reconstrução de detalhes biográficos encontrados nas fontes. O universo coletivo existente em um determinado período histórico e reconstruído através da sistematização e análise das biografias encontradas nas fontes pode ser denominado prosopografia, isto é, um método de investigação sobre as diversas formas de comportamentos do grupo social analisado. O estudo coletivo das biografias coletadas permitiria ao pesquisador identificar a estrutura social, origens dos componentes do núcleo e até identificar a realidade social e o campo de ação cultural e de mudanças acontecidas no interior dos grupos sociais estudados⁶¹.

Carlo Ginzburg⁶² sugere como a pesquisa nominal se torna uma maneira de “abrir novos campos à investigação histórica” seguindo a trajetória dos mesmos nos documentos existentes em arquivos paroquiais e de propriedade, entre outros, e, Giovanni Levi, faz uso dessa proposta e reconstrói a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII a partir do levantamento biográfico de alguns moradores de Santena, vilarejo em cujo interior e

⁶⁰ REVEL, Jacques. A micro-história como reformulação da história social. In: _____. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. 1998. R.J.: FVG, p. 20.

⁶¹ Sobre Prosopografia ver: <<http://www.humanas.unisinos.br/professores/heinz/prosopo.htm>>. Acesso: 7 jul. 2002.

⁶² GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. R.J.: DIFEL, 1989. p. 169-178.

arredores se passou o fenômeno ocorrido com o exorcista. Diz Levi⁶³ sobre o uso da pesquisa nominal:

o caminho que percorri foi o de inserir a situação narrada em seu contexto local. A documentação utilizada era, portanto, constituída de dados usuais que consentissem uma prosopografia generalizada: registros paroquiais, atos de ofício, dados cadastrais e documentos administrativos.

Essa capacidade da microanálise em reconstruir os fenômenos no interior dos processos históricos partindo das experiências humanas recolhidas de forma quantitativa e qualitativa em diversas fontes, é que torna esse tipo de abordagem adequado ao trabalho desenvolvido em Lobato. Pois, são as experiências, e principalmente as estratégias de sobrevivência recolhidas sobretudo em depoimentos - mas não somente nesses -, que fundamentam as evidências que compõem a pesquisa da transformação sócio-espacial promovida pela sociedade das Águas.

3.1.1 Sobre o uso do estilo narrativo

A análise minuciosa das fontes é o método que revela os indícios da participação dos seres humanos nos processos históricos e expõe os resultados dos levantamentos dos indícios encontrados nos documentos por meio da narrativa e, ao descrever, avalia a liberdade do sujeito em se opor ou não a um conjunto de normas e regras presentes na sociedade. Com relação a esse recurso estilístico, François Hartog⁶⁴ lembra que “a história-narrativa é simplesmente a que põe em primeiro plano os indivíduos e os acontecimentos”, e no caso da microanálise a afirmativa é exatamente correta, uma vez que ela busca reconstruir a trama correspondente ao objeto de estudo partindo de experiências humanas registradas nas fontes sobre as quais se fundamenta a pesquisa.

O que a microanálise busca apresentar resultados históricos fundamentados em evidências existentes nas fontes e, o uso das biografias coletivas se torna uma forma de revelar como é que os indivíduos, atribuidores de sentido por natureza, construíram o momento histórico do qual foram os verdadeiros protagonistas e, a partir de evidências fundamentadas, apresentar versões inéditas sobre um processo cuja memória tenha sido

⁶³ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. R.J.: Civilização Brasileira, 2000. p. 47. A palavra prosopografia na forma usada por Levi significa:

⁶⁴ HARTOG, François. A arte da Narrativa. In: _____. **O espelho de Heródoto**: ensaios sobre a representação do outro. (S. l.): UFMG, 1999. p. 195.

deturpada ou construída sobre equívocos que podem, no mínimo, apagar da memória histórica os verdadeiros protagonistas de um acontecimento ou processo histórico.

Diante dessa característica da microanálise, o uso da narrativa pelos microanalistas se apresenta como o recurso estilístico que melhor expressa a simultaneidade dos tempos presente no objeto de análise. No caso da *Águas*, o uso da narrativa foi utilizado também tendo em vista a forma como deveriam ser apresentadas as subjetividades reveladas pelos entrevistados enquanto discorriam sobre sentimentos e momentos de sua vida naqueles espaços. Seguindo essa perspectiva, ampliou-se o campo de análise histórica e considerou-se que os momentos construídos na cotidianidade das relações humanas encerram uma temporalidade própria que não pode ser desprezada ao se reconstituir um processo histórico.

3.1.2 Sobre a subjetividade do objeto

A subjetividade do objeto levaria ainda a outras descobertas que possibilitam questionar e ampliar as memórias que resumem a história da consolidação do sistema capitalista na região Norte paranaense apenas em seus aspectos demográficos, econômicos e climáticos sempre recheados por um fundo épico. No trato com as experiências individuais e coletivas das pessoas que viveram aqueles momentos, foi possível construir um outro quadro com novas informações sobre o processo, sobretudo quando observadas as múltiplas temporalidades que as narrativas presentes nas fontes orais revelavam.

Adotei, nesse sentido, a perspectiva de análise sobre os processos históricos proposta por Alfredo Bosi, na qual se considera a pluralidade e a simultaneidade dos tempos uma realidade presente no fenômeno escolhido como objeto de análise. É Bosi⁶⁵ quem induz, através de sua análise sobre o tempo a essa busca e valorização de aspectos que compuseram o cotidiano dos moradores das *Águas* e, o faz quando chama a atenção para o fato de que o tempo da economia, considerado pelo governo kubitschekiano em 1956 como a ápice da modernidade, não é a única via pela qual homens e sociedade se aproximam:

Esses grandes quadros sucessivos, quando olhados de perto, se mostram animados pela intersubjetividade de homens, mulheres, famílias e grupos

⁶⁵ Idem, p. 26.

culturais que não deveria perder a sua face nem se reduzir à classificação de produtores, mercantes, senhores, escravos etc...⁶⁶

ou ainda, interesses de companhias colonizadoras e órgãos governamentais.

Para Bosi, o ano de 1956 enquanto uma data - ponta de “iceberg” - esconde mais do que a memória progressista e modernista do projeto kubitschekiano. Submersas a essa data, memórias registradas em outros tipos de trabalhos revelam um tempo que não lembra em nada a modernidade que a memória governamental arquivou e veiculou na sociedade brasileira. A obra literária citada por Bosi como contraponto a esse tempo predominantemente moderno vivido pela sociedade brasileira durante a década de 1950 sob o projeto kubitschekiano é **Grande Sertão: Veredas**, escrito por Guimarães Rosa no mesmo ano de 1956. Ao citar Grande Sertão, Bosi não apenas valoriza o uso da narrativa mas, principalmente, enfatiza como esse recurso é capaz de auxiliar na exposição das diversas temporalidades existentes no tempo histórico que as datas balizam. Assim diz Bosi⁶⁷:

Em Rosa, a linguagem narrativa não é só sintaxe, seqüência, é também mito e poema. Como tal, alcança reviver, polifonicamente, as riquezas e os enigmas da sabedoria arcaica mediante a travessia pelas mentes e pelos corações sertanejos e pela sua oralidade tal como se manifestava nas Minas Gerais do começo do século.

Quando os moradores das Águas revelaram os dramas lá vividos, foi possível reconhecer momentos que se afastam, e muito, da forma positiva como costuma ser lembrado o processo de ocupação. Por exemplo, nas recordações de Nair Marques de Oliveira, ex-moradora da Água Araçá que chegou ao município em 1952 ainda jovem e com filhos pequenos, a lembrança sobre os detalhes da casa primeira casa e dos anos na roça é rememorada não como um momento de heroísmo, mas sim, recheado de medos e incertezas:

Um rancho é uma casa toda cheia de buraco, assim de madeira. A cobertura é umas tábuas que quando geava lá fora, geava dentro de casa também. As crianças eu tinha que colocar uma cobertura grossa em cima do berço. Quando você tirava estava quebrando de gelo. Era terrível. Até aí tudo bem sabe, mas quando vai chegando ali para as 18:00h é que era ruim. O medo sabe? Aí se a gente fica angustiada porque vai escurecer. Porque vai escurecer e não tinha luz. Você tinha que acender um candeeiro a óleo ou então a lamparina.⁶⁸

⁶⁶ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAIS, Aduino (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31.

⁶⁷ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAIS, Aduino (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31.

⁶⁸ NAIR Marques de Oliveira: depoimento [dez. 2000].

O tempo histórico vivido pela sociedade das Águas apresenta outras temporalidades como o tempo da queimada da mata, da derrubada das árvores sapecadas pelo fogo, do plantio e da colheita; da gestação e do parto, da infância, da escola, da fé, da fome, da construção da casa, da tulha e do terreiro de café, do trabalho, da mudança de lar, da saudade, e tantos outros tempos que fizeram parte da organização que lá foi estabelecida pelos moradores durante aqueles anos e que se afastam, e muito, dos aspectos econômicos e materiais que também foram presentes naquele momento histórico.

Foi pois, com vistas a essas múltiplas temporalidades que adotei a abordagem microanalítica, uma vez que ela possibilita a busca de detalhes presentes nas fontes. O que, para a pesquisa sobre a construção do espaço social das Águas, se revelou uma excelente alternativa de abordagem histórica, pois, na pesquisa sobre as Águas são os indivíduos, que sós ou coletivamente, no trato com o cotidiano, são os responsáveis pela transformação daqueles espaços. Ou seja, adotou-se uma escala micro para observar a forma e a trama das relações empreendidas pelos moradores na constituição e vivência nas Águas.

3.1.3 Sobre o jogo de escalas

A adoção dessa escala micro, isto é, do universo individual ou coletivo dos moradores das Águas, para apresentar os resultados de uma pesquisa que se propõe discorrer sobre uma pequena sociedade mas, que na realidade, extrapola o alcance espacial dessa localidade e se insere no processo que introduziu de forma efetiva o sistema capitalista no Norte do Paraná, “exprime uma intenção deliberada de visar a um objeto e indica o campo de referência no qual o objeto é analisado”⁶⁹. Ou seja, adotar uma escala é, para os fins de uma pesquisa, escolher um ponto de vista de conhecimento pois, “mais que uma relação de similitude com o real, a escala designa uma redução dele”⁷⁰.

Ao proporem essa mudança de escala, os italianos inovam frente à história-síntese pois, ao apostarem no micro, ampliaram a escala de análise e valorizaram a participação dos indivíduos e dos grupos sociais nos processos históricos. Essa atitude metodológica sublinhou o peso do contexto e também as múltiplas temporalidades existentes num processo histórico e, dessa forma, enfatizou o movimento nas sociedades demonstrando que os comportamentos

⁶⁹ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**. R.J.: FVG, 1998. p. 94.

⁷⁰ Idem.

sociais e individuais, que se inscrevem tanto em momentos de rupturas quanto de continuidades, seriam os responsáveis por esse movimento.

Essa conclusão vem ao encontro do que conceitua o antropólogo Alban Bensa⁷¹ sobre o uso da micro-história e sua relação com o contexto:

A análise, de início desenvolvida no nível da situação mais singularizada no tempo e no espaço, solicita a seguir quadros explicativos menos diretamente extraídos do acontecimento; esses quadros são apreendidos como patamares sucessivos que contêm e trabalham as realidades infinitas. A micro-história não rejeita portanto a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar e se justificar, o das contradições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados.

O jogo de escalas proposto pelo projeto micro leva o historiador a trabalhar sobre uma dimensão reduzida ao mínimo, o que acaba por fazer com que o levantamento de dados alcançado sob tal dimensão revele comportamentos humanos que não se inscrevem somente na permanência, mas sim, num conflito constante entre transformações e permanências e conjuntamente, as múltiplas temporalidades.

Na verdade, a microanálise propõe ao historiador uma outra forma de desenvolver seu ofício e o faz impondo um ritmo intensivo de análise sobre o objeto vislumbrando a possibilidade de reconstituir as múltiplas experiências dos sujeitos e sujeitas que, num determinado momento agiram como fomento do devir histórico. E, ao mesmo tempo, a “microstoria” enfatiza o posicionamento consciente dos sujeitos tanto em suas atitudes cotidianas quanto em atos e ações cujas decisões foram ou não, tomadas em momentos que fogem às normas sociais e do dia-dia.

3.2 SOBRE O USO DE FONTES ORAIS

Para acompanhar os percursos históricos que as experiências plurais e a polifonia de vozes dos ex-moradores e moradores das Águas revelaram, foi elaborado um modelo de uso e aplicação dos documentos orais que foi denominado “mosaico”. Segundo o dicionário

⁷¹ BENZA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FGV, 1998. p. 45.

Aurélio⁷², mosaico, em sua primeira designação significa, “embutido de pedrinhas de cores, dispostas de modo que aparentam desenhos”. Para construir esses desenhos – figuras -, considerou-se que o uso de fontes orais, como forma de obtenção de dados sobre o cotidiano das Águas, necessitava ser feito a partir da análise minuciosa das fontes fornecedoras de informações. Dessa forma, quanto mais evidências sobre o real fossem captadas, mais rico e definido se tornava o mosaico formado pela narrativa dos memorialistas, e conseqüentemente, a figura representando a sociedade das Águas.

Conjugada à teoria microanalítica, tal metodologia se aproxima do que foi sugerido por Carlo Ginzburg⁷³ sobre como o uso de testemunhos figurados auxilia na composição “de uma espécie de telha de malha fina” que dão, ao observador, “a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. O uso de biografias coletivas nesse trabalho encontra ainda fundamentação por ser uma abordagem historiográfica que busca reconstruir características comuns a um grupo social em dado momento histórico, elaborando,

perfis sociais de determinados grupos sociais, grupos profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos⁷⁴.

Assim, partindo da imagem gráfica formada pelas experiências que as biografias revelaram, construí, como num mosaico, uma figura composta por uma multiplicidade de facetas e dimensões do processo de introdução do universo capitalista na região Norte paranaense. Donas de casa, lavradores e ex-lavradores, comerciantes, furadores de poços, costureiras, entre outros personagens da vida nas Águas biografados para a pesquisa, foram os responsáveis pela criação dessa figura de múltiplas facetas.

Como acontece na proposta microanalítica, explicitada no tópico anterior, o uso de biografias coletivas durante a pesquisa não se contentou apenas em descrever perfis sociais e trajetórias distintas cuja importância estivesse ligada apenas aos moradores de Lobato. Nas Águas de Lobato é, em todos os sentidos, uma pesquisa que visa levantar questionamentos sobre um processo histórico determinado – a consolidação da sociedade capitalista no Norte do Paraná -, e o faz, generalizando as informações e conclusões obtidas remetendo

⁷² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

⁷³ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. R.J.: DIFEL, 1989. p. 175.

⁷⁴ PROSOPOGRAFIA. Disponível em <<http://www.humanas.unisinos.br/professores/heinz/prosopo.htm>>. Acesso: 7 jul. 2002 (grifo do autor).

experiências individuais a uma escala social mais ampla, da qual todos os seres humanos são parte integrante como protagonistas.

Essa característica generalizante da micro-história é assim conceituada por Giovanni Levi⁷⁵: “La micro historia busca analizar los funcionamientos y a través de éstos generalizar conclusiones, especialmente para producir preguntas y respuestas que puedan ser comparables em otros contextos”. Daí o modelo “mosaico” ampliar os usos da biografia no sentido de captar o maior número de informações que um documento oral pode fornecer. Com isso, o modelo pretende reconstruir figuras cuja riqueza reside no levantamento, descrição, confrontação e análise das experiências vividas e descritas por seres humanos em suas narrativas e que estejam, o mais perto possível, do que foi a realidade em cuja vivência repousa o objeto estudado pelo pesquisador.

Assim, a proposta do modelo foi a de reconstruir, a partir de uma análise densa das dezenove biografias coletadas, experiências vividas pelos moradores nas Águas de Lobato. O ato de furar um poço, construir um forno, aprender a costurar, construir uma escola, tornar-se professora, plantar o cafezal, participar da reza de um terço organizado pelos próprios moradores, entre outras atividades praticadas, foram particularidades vividas nas Águas que se tornaram pedrinhas coloridas que, depois de reorganizadas numa cronologia generalizante, resultou numa figura que reproduz aspectos daquela vivência. Com isso, valorizou-se o aspecto qualitativo das informações obtidas, ou seja, as subjetividades comuns aos documentos orais e o aspecto generalizante que a abordagem microanalítica possibilita.

3.2.1 Sobre o uso de biografias

Giovanni Levi⁷⁶, no trabalho sobre os usos da história oral que foi coordenado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, analisa quatro formas de utilização da biografia. A primeira das quatro tipografias analisadas é a “Prosopografia e Biografia Modal”, caso em que as histórias de vida se tornam importantes quando ilustram comportamentos coletivos de um grupo determinado. Na “Prosopografia e Biografia Modal” a quantidade de depoimentos coletados é de suma importância, justamente para poder chegar a uma média

⁷⁵ ENTREVISTA A GIOVANNI LEVI. Disponível em <http://historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm>. Acesso 7 jul. 2002.

⁷⁶ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**, 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 167-181.

representativa do universo maior⁷⁷. Todavia, num determinado conjunto de entrevistas além de comportamentos coletivos revelados surgem os comportamentos desviantes. Para essa categoria, Levi detecta uma outra tipologia a “Biografia e os Casos Extremos” na qual, os comportamentos marginais são utilizados para ilustrar um contexto ao qual o indivíduo não se adequou⁷⁸.

Oposto ao uso de biografias citado no parágrafo anterior, tem-se a “Biografia e Contexto”, quando a biografia serve para ilustrar que “uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”⁷⁹.

O último tipo apresentado por Levi é a “Biografia e Hermenêutica”, de uso profícuo entre antropólogos, no qual o que importa é o ato interpretativo ou seja, quando “o processo de transformação do texto, de atribuição de um significado a um ato biográfico que pode adquirir uma infinidade de outros significados”⁸⁰. Essa forma de utilizar a biografia, com predomínio de pesquisa psicanalítica, foi profícua entre os historiadores “levando-os a utilizar as formas narrativas de modo mais disciplinado e a buscar técnicas de comunicação mais sensíveis ao caráter aberto e dinâmico das escolhas e das ações”⁸¹.

Em todas as tipologias de Levi, vislumbra-se a possibilidade de construir, através da biografia, normas e comportamentos sistematizados, sempre dentro de uma estrutura chamada contexto. Na prática, o trabalho realizado em Lobato com fontes orais, revelou que as três primeiras tipologias analisadas por Levi sobre os usos da biografia acabam por limitar a riqueza das narrativas e sua viabilidade como evidência histórica. O mesmo não acontecendo porém, com o último caso, da “Biografia e Hermenêutica”.

Considerando o caráter aberto e dinâmico que a biografia interpretativa revela, o modelo mosaico ampliou os usos da mesma quando em contato com os sujeitos históricos e na análise das fontes. Revelou que as biografias realmente possibilitam que se reconheçam os comportamentos humanos sistematizados por Levi e que também é possível encontrar as quatro tipologias em um só relato, fato que possibilita ao pesquisador fazer uso de diversos aspectos que surgem num mesmo relato. Esse caráter amplo revelado pelo quarto caso analisado por Levi e constatado em trabalho de campo e no contato com as fontes orais, foi o

⁷⁷ Idem., p. 174.

⁷⁸ Idem., p. 176.

⁷⁹ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**, 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 176.

⁸⁰ Idem., p. 178.

⁸¹ Idem.

recurso usado na pesquisa para reconstituir, através de particularidades plurais, o cotidiano das Águas.

3.2.2 Construção e análise dos documentos orais

De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy⁸², o trabalho com História Oral se divide em três categorias: História de Vida, História Temática e Tradições Orais. Enquanto as duas últimas são formas de trabalhar com a oralidade caracterizando grupos ou espaços específicos – história local ou de comunidades no caso da História temática e, sociedades tradicionais no caso das Tradições Orais – a História de Vida se caracterizaria por uma técnica que objetiva colher relatos de pessoas cujas memórias retomem um passado coletivo porém, na singularidade do particular e como auto-representação.

Como foi dito anteriormente, no trabalho desenvolvido em Lobato as entrevistas não se reduziram a abordar o depoente apenas sobre sua história de vida. Elas condensaram tanto a história de vida quanto a temática e, embora Gabriele Rosenthal⁸³ critique essa forma de trabalhar por acreditar que ao intervir num relato o pesquisador impede a “produção de uma ‘gestalt’ biográfica por parte do narrador”, na prática esse fato não se revelou, ou não prejudicou a qualidade dos objetivos a serem atingidos no depoimento. Ao contrário, as questões ajudaram os depoentes a se descontraírem fato que promoveu uma cooperação entre pesquisador e entrevistado.

As entrevistas então, foram baseadas na história de vida do memorialista e contemplaram também temas considerados relevantes para o historiador. Assim, anteriormente ao momento das entrevistas, buscou-se conhecer os entrevistados e a memória existente sobre a sociedade local. As questões foram formuladas partindo de técnicas pertinentes ao uso da História Oral e consistiram em dividir a própria história de vida do entrevistado em blocos temáticos com perguntas sobre as etapas cronológicas da vida de um indivíduo como a infância, adolescência, a educação escolar, a juventude, a vida adulta, deixando espaço também para assuntos que os depoentes quisessem expor.

⁸² BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

⁸³ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 196.

A historiadora mexicana Graciela de Garay⁸⁴ sugere ainda, que depois de escolhido o tema da pesquisa, esse seja problematizado e tente responder a uma pergunta central que deve permear todo o trabalho. Essa pergunta deve subtender uma resposta que seja a síntese daquilo que estou procurando descobrir. É nesse sentido que deve ser utilizada a técnica da construção de documentos orais, ou seja, a elaboração do questionário necessita de um planejamento anterior à construção da fonte. Existe todo um projeto que deve ser elaborado com antecedência para que o trabalho com as experiências de vida alcance seu significado dentro da pesquisa.

Sebe Bom Meihy⁸⁵ sugere que uma entrevista siga os seguintes passos: em primeiro lugar, uma pré-entrevista, momento no qual o pesquisador entra em contato com o entrevistado e prepara a entrevista. Logo após a pré-entrevista, viria a entrevista propriamente dita; em seguida à primeira avaliação da entrevista se seguiria uma pós-entrevista e, por último, a transcrição. Feito isso, o depoimento deve passar ainda por outros crivos e, Sitton, Mehaffy e Davis Jr.⁸⁶, enumeram alguns passos ou critérios para efetuar tal avaliação.

Esses passos compreendem, entre outros, a gramática tempo/espaço presente na narrativa, passando pelos pronomes e tempos verbais utilizados, pelos papéis sociais nos quais o entrevistado se auto-reconhece, pontos de vista, tipos de relato – épico, heróico; romântico, cínico -, memória individual e coletiva e códigos de ética. Ou seja, são passos que tem por objetivo identificar a própria identidade do entrevistado, ou como diria Gabrielle Rosenthal, a “gestalt” do depoente.

De fato, e para os fins aqui destinados, “gestalt” significa identidade auto-revelada, fato que encontra fundamento na teoria sobre os usos da biografia escrita por Gabriele Rosenthal⁸⁷ cuja proposta para descobrir a “gestalt” de um depoente consiste nas seguintes premissas: as partes de uma entrevista só tem sentido dentro do conjunto; o conjunto não significa a soma das partes e, o conjunto pode ser conhecido quando se conhece a funcionalidade das partes.

⁸⁴ GARAY, Graciela de. **Curso de História Oral**. Curso de História Oral ministrado na U. N. de Córdoba, nov. 1999.

⁸⁵ BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

⁸⁶ SITTON, Tad; MEHAFFY, George L. e DAVIS Jr., O. L. **Historia Oral: una guía para profesores (y otras personas)**. México: F.C.E., 1993.

⁸⁷ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas conseqüências metodologias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 196.

Contudo, há que se refletir sobre o fato de que um indivíduo pode apresentar mais de uma identidade. Não se questiona o fato de que em alguns casos, uma dessas identidades aflore com mais intensidade em alguns momentos e menos em outros. Mas, deve-se ter em mente que quando o pesquisador chega para entrevistar um provável depoente ele apresenta as razões de sua vinda, ou seja, o pesquisador, ao esclarecer o porquê daquela entrevista e para qual fim ela será utilizada, de certa forma, já está induzindo o depoente a adotar um tipo de posicionamento – ou “identidade” – que ele acha que seja coerente com o pretendido pelo historiador. Todos esses passos criteriosos têm, por objetivo dar forma, ou construir, uma figura na qual se vislumbra o rosto do entrevistado dimensionando como ele próprio se posiciona perante a vida.

Todavia, como é sabido, o papel social que cada entrevistado apresenta em seu depoimento se transforma dependendo do tema que ele esteja relatando. Fato que ao invés de descaracterizar o depoimento, acaba por enriquecê-lo pois, revela as múltiplas facetas que um indivíduo adquire e personifica de acordo com o momento e a problemática cotidiana. A essa aquisição, ou mutação de personalidade, chamamos de estratégias de sobrevivência em sociedade. Ela revela como os indivíduos podem atuar de forma inusitada em alguns momentos e de maneira conhecida em outros, atitudes que só podem ser compreendidas quando se avaliam as condições em que tais atos se deram. Agindo dessa forma, os indivíduos estariam reproduzindo um comportamento considerado pela historiografia como o de sujeitos históricos, agentes de transformação social. Mas, as ações que trouxeram o novo, não foram sempre premeditadas e elaboradas com antecedência mas, também, no calor da paixão do momento vivido.

3.2.3. A narrativa presente nos documentos orais

Pelo exposto anteriormente, resulta necessário refletir sobre as especificidades do uso da narrativa na História Oral. Que critérios seguiriam a narrativa de um entrevistado? Uma das críticas mais freqüente recebida pela história oral diz respeito à cronologia presente nos

relatos. Cronologia presente ou ausente? Existe uma ordem que perpassa as narrativas orais, ou seriam elas, um todo caótico? Para Gabriele Rosenthal⁸⁸,

A ordem que se pode descobrir numa história de vida não é uma construção subjetiva do indivíduo, nem um simples produto de modelos sociais prefigurados objetivos, nem decorre de idéias ou fatos, mas é ocasionada pela ‘vida de experiência do mundo’.

Vistas sob essa perspectiva, as histórias de vida e a narrativa que as expressam se tornam mais que um conjunto de experiências “cujo significado se cria no momento de sua articulação”⁸⁹. Essa textura de significados é formada por estruturas pré-fabricadas socialmente e por acontecimentos e experiências que tiveram mais relevância para o entrevistado em sua vida. Ao reinterpretar essas experiências, o biografado organizaria sua narrativa de forma inconsciente e seguindo a ordem cuja coerência interna em princípio, só faz sentido para ele próprio. Coube, em Lobato, fazer uso das técnicas e critérios citados anteriormente para desvendar o encadeamento presente nas narrativas.

Todavia, as técnicas e os critérios foram usados de forma particular e, como a pesquisa não se concentrou apenas em documentos orais, houve todo um trabalho de levantamento de dados que contemplou também fontes impressas, sendo que, entre as últimas, incluo mapas, documentos escritos e fotos. Tendo em vista essa diversidade de fontes, o modelo “mosaico” e sua estrutura de construção e análise das fontes contemplou, para ampliar os limites dos usos da biografia, os passos citados por Garay, Meihy e Sitton, Mehaffy e Davis Jr., e também parte da posição de Rosenthal.

Digo parte porque, no trabalho desenvolvido com aqueles que foram e são moradores das Águas, a combinação de entrevistas pautadas sobre história de vida e história temática não impediu, como já foi dito anteriormente, o aparecimento da “gestalt” do entrevistado. Foram então, realizadas dezenove entrevistas sobre os mais diversos temas e que tinham, como pergunta central, o detalhamento relativo à fase de instalação não só da sociedade das Águas, como também de instalação do próprio município e por conseguinte, da instalação do sistema capitalista no Norte paranaense.

Num segundo momento, após avaliação das primeiras nove entrevistas, as demais, não obstante a gama de informações que revelaram, tiveram, por objetivo primeiro – pergunta/resposta crucial – revelar traços da vida social acontecida exatamente nas Águas.

⁸⁸ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas conseqüências metodologias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 196.

⁸⁹ Idem., p. 195.

Tais questionamentos levaram ao seguinte raciocínio e estratégia de construção histórica. A vida nas Águas se deu, de forma efetiva e plena, entre os anos de 1948 e 1973, ou seja, num período e espaço determinados. Todavia, os relatos normalmente não citam datas, mas sim fatos; utilizou-se então, os acontecimentos individuais e coletivos como linha condutora para determinarmos a época a que estavam se referindo os entrevistados.

Como eram fatos que ora diziam respeito ao indivíduo, ora à coletividade, foi necessário uma leitura profunda dos depoimentos, sua classificação sob várias perspectivas: de gênero, de profissão, de etnia, momento da chegada a Lobato e “gestalt” do depoente. Com relação à “gestalt” foi valorizada a possibilidade de o entrevistado apresentar múltiplas identidades, o que, resultou na construção de uma figura – história de vida – repleta de momentos cuja certeza e ou a instabilidade social, davam um novo sentido ao posicionamento do entrevistado perante a vida. Dentro dessas classificações, os depoimentos apresentaram um número significativo de dados independente da “gestalt” primaz do entrevistado. A mudança de óptica, ou perspectiva de abordagem, multiplicou as informações que cada entrevista oferecia e, dessa forma, várias facetas do depoimento do entrevistado foram surgindo e com elas a coerência do depoimento, ou seja, a cronologia.

Vejamos um exemplo que pode, ao mesmo tempo, ilustrar as múltiplas identidades e também a coerência da narrativa. Dona Iracema Coletto Colontonio⁹⁰, hoje com 66 anos de vida, veio para Lobato em 1950 com seus pais e irmãos morar num sítio de seis alqueires tocado pela família. Ao ser questionada sobre quando vieram para a cidade e deixaram o campo, Dona Iracema ficou indecisa, não se lembrava do ano exato do acontecimento. Suspendendo o relato em voz alta, ela olhou para o teto – e é claro que ela não estava enxergando o teto - e com a ajuda dos dedos das mãos, passou a lembrar os anos em que suas filhas nasceram. Constatou, nos arquivos de sua memória, que a família havia se mudado para a cidade quando Márcia, sua segunda filha nascera, e isso foi em 1960.

Olha, eu não sei não. Eu tava grávida da Márcia, de dois meses. A Márcia está com ... ela nasceu em 60, 61. Eu vim acho que em 61, 60, no começo de 60. Mais isso já depois de casado, já tinha duas filhas.

Outra memória capaz de fundamentar a afirmativa acima é a de Zailson Lemos⁹¹, morador do perímetro urbano que se estabeleceu de forma definitiva em Lobato em 1955 embora seus pais tenham chegado em 1951. Esse senhor, conhecido pela população local como participante ativo da política lobatense, revela em seu depoimento exatamente esse

⁹⁰ IRACEMA Coletto Colontonio: depoimento [out. 2001].

⁹¹ ZAILSON Lemos: depoimento [out. 2000].

posicionamento social. Em todo seu relato, por diversas vezes ele utiliza a frase “outra fase da minha vida” quando inicia a narrativa de uma lembrança de sua história de vida. Como veio para Lobato anos depois da família, e, quando jovem voltou a se mudar sozinho para outras regiões do país, ora para estudar ora para trabalhar e, posteriormente, quando se estabeleceu definitivamente no município e começou a participar efetivamente da política local, ele acaba por descrever a trajetória de sua vida sempre dentro dessas fases.

Agora vamos passar para outra fase da minha vida. Então em 63 anos houve uma geada muito forte, terrível, das mais fortes que eu já vi, eu lembro até hoje que eu levantei de manhã, aliás, na minha casa meu pai, ele tinha sistema de serpentina, ele tinha água quente, banheira, tudo, ele era caprichoso. Tinha banheira, bidê, tudo. E a água permanecia quente o dia todo porque era fogão à lenha, a serpentina, vocês conhecem aquele sistema? Não? Você deve conhecer? A pressão da água quente vai jogando para cima de uma caixa, então você tem água quente dia e noite. Não seria energia solar, seria outra coisa. Então, do lado de fora, para você lavar o rosto existia uma baciazinha num suporte. Então eu levantei, corri lá fora tinha uma pedra de gelo lá dentro, foi uma geada terrível. Foi nessa época em 63 eu voltei para Minas. Cheguei em Minas, continuei meus estudos, e fui trabalhar aguardando uma vaga no banco. A minha intenção foi quando eu saí daqui era para ir para o Rio de Janeiro. Tinha um tio que era gerente do Banco do Estado de Minas Gerais, o BEMG, que eu botei na minha cabeça, eu já pensava assim: ‘vou lá para o Rio, eu tenho que ir para o Rio, tenho que ir para o Rio’. Ai quando o meu pai resolveu mandar a gente ir para Minas, chegamos lá meu avô falou: "Vai lá para a fundição. Você vai ajudando a gente ali te surgir a vaga no Rio." E essa vaga não aparecia nunca e eu não fazia outra coisa a não ser pensar no Rio de Janeiro. Daí, um dia minha tia liga e diz assim: ‘prepara o Zailson aí que a vaga saiu’. Aí fui para o Rio de Janeiro. Fiquei em Minas mais ou menos um ano e fui para o Rio de Janeiro.

O debruçar-se sobre os documentos permitiu descobrir de que forma os entrevistados lidavam com a cronologia. Como foi dito acima, a maneira como organizam os fatos protagonizados ou vivenciados por eles deve ser uma das primeiras buscas do historiador oral nas fontes. Juntamente com as múltiplas identidades, a cronologia é um fator a ser descoberto cuja importância é vital para a validação do documento enquanto fonte histórica.

3.3 O MODELO MOSAICO

A partir do elemento subjetivo presente nas fontes foram sendo elaboradas, como num mosaico, particularidades do objeto analisado. Essa disposição dirigida de elementos diversos e cujo produto final é uma figura, se torna, para o historiador oral, um

modelo a ser aplicado sobre as fontes orais. Ou dito de outra forma, a coleta de vários pontos de vista – pedras coloridas - sobre um mesmo fenômeno possibilitou ao historiador oral reconstruir as várias facetas do objeto analisado ou, como foi citado acima com Carlo Ginzburg, a imagem gráfica do tecido social.

Assim, a história de vida de homens e mulheres que protagonizaram o fenômeno das Águas foi utilizada como evidência histórica ora enfatizando a identidade do entrevistado – dona de casa, professora, político, lavrador assalariado, proprietário – ora procurando detalhes que fugiam a essa identidade inconsciente adotada pelo entrevistado. Quase sempre, esses detalhes deixavam entrever, exatamente, outras identidades com as quais até mesmo o depoente não se reconhece.

De acordo com Graciela de Garay, os indivíduos se posicionam perante a vida sob dois pontos de vista: observador e protagonista. Sem dúvida, um primeiro olhar sobre as entrevistas revela determinados posicionamentos mais enfáticos. Mas, ao se trabalhar conciliando história de vida com temas é possível observar que, no conjunto do relato, ora o depoente se coloca como observador, ora como protagonista dependendo do assunto – tema – sobre o qual esteja discorrendo.

Dentro do “mosaico”, essa característica é de suma importância pois, ao relatar determinadas experiências consideradas menos relevantes, é possível observar estratégias que foram utilizadas pelos depoentes, talvez em sua forma mais consciente, para lidar com determinados problemas e até mesmo com a cotidianidade da vida. Então, listar, classificar, analisar e interpretar as maneiras como os indivíduos se posicionam perante certos acontecimentos, pode ser um caminho muito interessante para conhecer as ações e o jogo de estratégias resultante das mesmas, que foram por eles utilizados para organizarem a vida em sociedade.

Agindo como protagonistas eles estariam praticando formas inconscientes de relações uma vez que acreditam dominar essa esfera de relações. E, quando agem como observadores partem para atitudes conscientes, elaboradas com antecedência, frente a esferas de relações que não lhes são tão conhecidas. Ao final, esses questionamentos acabaram por revelar a existência de um universo recheado de incertezas no qual todos os indivíduos se encontram inseridos e ao mesmo tempo do qual são os próprios protagonistas, sujeitos históricos por excelência da sociedade que criam e que os envolve.

Como foi feito com as quatro tipologias de Levi sobre os usos da biografia, aqui também, no caso dos pontos de vista de Graciela de Garay, não se radicalizou na caracterização sobre o lugar de onde fala o entrevistado. Ser protagonista ou ser observador é, sem dúvida a forma como os entrevistados se posicionam perante um fato ou a própria vida. Coube então ao historiador, olhar além desse posicionamento e se ater às estratégias que os atores sociais lançaram mão para lidarem com o momento vivido.

Ao fazer isso, o pesquisador se deparou com um sujeito histórico que é capaz de ser, ao mesmo tempo, protagonista e observador. Posicionamento que vai depender do tipo de relação a que o entrevistado está se referindo. Existe todo um jogo de estratégias de vida em sociedade no qual saber se relacionar, ora partindo para conflito ora se amoldando às condições dadas, que é respeitado na vida em coletividade.

Exemplos que fundamentam essa afirmativa não faltam no universo das entrevistas coletadas. Citando apenas alguns casos, pretende-se enfatizar tais afirmações e ir, desde já, inserindo aspectos das identidades de alguns dos memorialistas cujas histórias de vida sustentaram o fio da narrativa que perpassa essa pesquisa. Um deles refere-se ao senhor João do Soutto Mello⁹², que utiliza o pronome pessoal “eu” cento e vinte vezes nas pouco mais de dez páginas que resultaram a transcrição de sua entrevista. Sendo comum em seu relato a repetição constante do pronome mais de uma vez durante uma mesma frase como atesta a citação a seguir tirada do próprio depoimento do senhor João: “Eu gostava daqui só que... eu tinha meu caminhão, eu entrava com o caminhão, eu já estava acostumado”.

Protagonista de seus atos, seu João, mineiro de Passos, viveu uma vida pública primeiro como o proprietário de um caminhão, como ele gosta de lembrar e enfatizar durante o depoimento, depois como delegado nomeado pelo próprio governador então, Moysés Lupion e também, como prefeito de Lobato. Como proprietário do caminhão no entanto, é a forma que os moradores mais se lembram do senhor João, devido à ajuda que ele prestou sobretudo na construção da estrada para Colorado.

Um caso de relato que conjuga no interior ambos posicionamentos é a história de vida de Iracema Coletto Colantonio, cuja trajetória de vida será descrita em profundidade durante a pesquisa. O caso dessa representante feminina da vida nas Águas é singular e, ao mesmo tempo, ilustrativo dos outros casos femininos aqui apresentados. Em sua maioria, os depoimentos femininos são os que mais apresentam o posicionamento dúbio perante a vida

⁹² JOÃO do Soutto Mello: depoimento [out. 2000].

nas Águas. Tal fato pode ser compreendido dentro de uma perspectiva cultural que considera a existência de dois mundos – o masculino e o feminino – dentro do todo social.

Nessa perspectiva, o universo masculino se sobrepõe ao feminino, transformando os elementos desse segundo universo em seres subjugados pelo primeiro mundo. Tal subjuogo estaria ligado a atos culturalmente estabelecidos que consideram a existência de uma esfera feminina e outra masculina, sendo que a primeira diz respeito à vida ligada ao âmbito doméstico – interno ao lar e adjacências - e, o segundo, a uma vida ligada à esfera pública altamente ligada ao poder. Contudo, embora os domínios femininos fossem estabelecidos como de responsabilidade das mulheres, essas estavam, na verdade, sob um domínio superior cujo poder de decisão maior cabia ao agente masculino⁹³. Mas, na hora de narrarem suas experiências, as mulheres superam essas diferenças e apresentam, como um troféu, os momentos em que tais posições desiguais desapareceram no convívio sobretudo com os maridos e no trato com os filhos.

Esse último fator parece, na verdade, ser o motor de toda a transformação vivida pelas mulheres, momento em que elas passam a adotar não mais um posicionamento de observadoras, mas sim, de protagonistas de seus atos e de ações. E, ao colaborarem com manutenção financeira da família, principalmente dos filhos, - tarefa que cabia, como o estabelecido pela cultura hegemônica masculina, ao domínio dos homens – elas acabaram por transformar esse domínio; não invertendo as relações de poder, mas sim, se introduzindo também como vetores desse poder sobretudo pela forma singular com que abraçaram tais responsabilidades.

Foi assim que aconteceu com dona Iracema e outras representantes femininas das Águas. O trabalho como costureira deu a essas mulheres justificativas para, elas também, afirmarem sua capacidade participativa no desenvolvimento familiar ao lado de seus maridos, algumas vezes inclusive, assumindo elas próprias, o papel de provedoras do lar. Fato que teoricamente caberia ao homem. Assim conta dona Iracema:

Então eu fui costureira, aprendi sozinha bem dizer. Depois eu comecei costurar assim, naquele tempo Lobato todo mundo pagava para fazer. E eu

⁹³ Para maiores informações sobre questões de gênero ver: MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da vida privada no Brasil**. S.P.: Companhia das Letras, 1999. v. 3. p. 367-422. FLORES, Maria Bernardete Ramos. Fronteiras deslizantes: lugares de cultura, raça, gênero e indivíduo. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL. 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: [UEM], 2000. p.41-50. STADNIKY, Hilda Pívaro. Mulher, espaço e sociabilidade: narrativas, representações e códigos culturais na fronteira. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL. 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: [UEM], 2000. p. 57-68.

aprendi e comecei a costurar e virei uma costureira do povo chique daqui. costurava para a mulher do doutor, costurei para muita gente daqui, foi muito bom. Criei minhas filhas, que a gente era pobre, então aquele dinheiro para mim era uma maravilha. Estudei minhas filhas, que hoje, se elas tem alguma coisa foi eu que arrumei aquele dinheiro para elas estudar.

Essas situações revelam momentos de conflito em que não é possível se amoldar a uma situação dada e, a partir daí, surgem transformações sociais que podem ser profundas e atingirem toda a sociedade, ou individuais, influenciando mais enfaticamente o sujeito da ação. Assim, falar em protagonista ou observador é apenas uma forma de classificar um determinado depoimento ou parte dele, pois, imbuídos de qualquer uma dessas características, os moradores das Águas foram personagens que viveram e construíram aquela sociedade.

Daí o fato de haver considerado durante esse trabalho não só a importância das transformações sociais e ambientais que tal momento histórico revela, mas, principalmente as transformações culturais e materiais que o acompanharam e que foram concebidas por homens e mulheres em sua vivência, ao mesmo tempo cotidiana e instável, enquanto habitavam as Águas de Lobato.

Há que se ter sempre em mente que, num primeiro momento, nem todas as entrevistas respondem às expectativas do pesquisador, e essa é uma das riquezas do trabalho com fontes orais, ou seja, a diversidade da subjetividade humana. Assim, a coleta de vários pontos de vista sobre um mesmo fenômeno – pedrinhas coloridas - possibilita ao historiador oral reconstruir as várias facetas do objeto analisado. Isso é possível porque um depoimento dá margem para todos esses usos e, a cada vez que nele se buscar uma informação essa vai se apresentar de uma forma específica.

Dessa forma, é numa ou noutra frase que se reconhece como os indivíduos vão se transformando e transformando as estratégias de sobrevivência em sociedade e, ao reconhecer essas mudanças é possível se deparar com as múltiplas identidades com as quais eles, mesmo que de forma indireta, se auto-reconhecem. Toda essa subjetividade presente nas biografias é que permite que o modelo “mosaico” e a microanálise se estabeleçam. As múltiplas formas de os indivíduos se auto-representarem, isto é, como mulher, esposa, mãe ou pai, marido, filho, japonês, nordestino, paulista, lavrador-proprietário, ou ainda num plano mais abrangente, como pertencente a uma comunidade ou grupo social – política institucional, profissional, religioso, étnico – podem ser apreendidas sob um olhar minucioso e imbuído de técnicas e metodologias próprias para fontes orais.

Ao contrário das tipologias descritas por Levi, o modelo “Mosaico” não se contenta em encontrar e descrever apenas alguns aspectos presentes nas entrevistas e incluí-los em determinada tipologia, mas sim, procura organizar o maior número de informações obtidas nos depoimentos e, com isso, visa resgatar múltiplos contextos e temporalidades presentes no objeto de análise e o faz observando as estratégias praticadas pelos indivíduos e os interesses pelos quais estavam imbuídos ao optarem por determinada ação. Digo “optarem” por comungar da idéia de que os indivíduos possuem uma certa amplitude de liberdade em suas escolhas, é claro, “que essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada”⁹⁴ mas, ainda assim, continua sendo uma liberdade consciente, forjada nas brechas que os atores sociais abrem nos sistemas de normas.

No presente caso, em que o objeto em questão consistia na descrição e análise da sociedade criada pelos moradores nas Águas de Lobato, o questionário da entrevista foi composto de forma a dar a maior amplitude às respostas e, dessa forma, resgatar o maior número de informações sobre tal processo entre os anos de 1948 e 1973. A pluralidade de experiências aqui reproduzida certamente será reconhecida por outros migrantes e imigrantes que estiveram presentes ao momento histórico aqui recortado, fato que torna a vida nas Águas um modelo representativo da vida rural acontecida durante a ocupação.

Todavia, o modelo apenas servirá para a aplicação de uma análise comparativa na qual certamente surgirão outras particularidades cuja figura formada será parecida com a de Lobato, mas, que não será a mesma uma vez que outros fatores influenciarão de forma decisiva na construção dessa outra faceta do processo em que, a história da constituição da sociedade Norte paranaense pós década de 50 será recontada tendo em vista novos acontecimentos e protagonistas e assim, uma nova imagem gráfica será construída. Foi a partir dessa ampla abordagem, que se formou um panorama geral da vida social das Águas composto por atitudes particulares no qual surgiu uma figura que é, ao mesmo tempo, única e representativa da vida rural desenvolvida durante aquele processo de constituição da sociedade Norte paranaense.

⁹⁴ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 179.

Em suma, o modelo de abordagem histórica aqui adotado condensa em seu interior uma abordagem que é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e que procura observar tanto os aspectos culturais quanto os relativos a ação humana quando analisados com o objetivo de captar o real. Assim, embora Bosi chame a atenção para a intersubjetividade humana, considerando que desejos, pensamentos, paixões e idéias que habitaram o cotidiano devem ser considerados ao se promover o levantamento de um sistema, e que essas considerações são características do próprio sistema, no caso da pesquisa realizada em Lobato, cujos aportes teóricos são pertinentes a “microstoria”, parte-se de uma outra perspectiva para conceber os processos históricos, indivíduos, grupos, meio-ambiente e a relação entre os mesmos.

Considera-se que os processos históricos é que são constituídos pela intersubjetividade humana. São os sujeitos e sujeitas históricos que, partindo de estratégias, conhecidas ou inéditas, adotadas em sua vida cotidiana, constroem o contexto social do processo histórico. E assim, o caso da sociedade das Águas, observado sob a perspectiva da “microstoria” e da oralidade, narra aspectos da história do Norte do Paraná mas, não como se o fenômeno é que fosse o responsável por essa história. A abordagem “microstorica”, na realidade, reconstrói o processo através da experiência daqueles que o protagonizaram apresentando uma polifonia de vozes que revelam outros olhares, memórias plurais, onde a experiência de homens e mulheres são centrais.

O detalhamento presente em nos tópicos que compõem esse capítulo parte da teoria microanalítica que propõe ao historiador introduzir nas conclusões de suas pesquisas o maior número de informações relativas ao trabalho desenvolvido nos bastidores da própria pesquisa, desde suas angústias e frustrações até suas conquistas. Assim, discorrer sobre o trabalho de desenvolvimento das fontes orais, do objeto, sobre a teoria e a metodologia aplicada e a análise a que foram submetidas durante a pesquisa, possibilita dividir com o público leitor não somente as conclusões da pesquisa, mas, principalmente, o caminho percorrido para chegar a esse resultado. Com isso, a explicação historiográfica sobre a sociedade das Águas está estreitamente vinculada à forma como as fontes foram abordadas pela pesquisadora.

4 DE ACIDENTE GEOGRÁFICO A OBJETO DE PESQUISA

4.1. A GEOGRAFIA DAS ÁGUAS

Localizado ao Norte do município de Colorado; ao Sul de Flórida e Atalaia, a Leste de Santa Fé e a Oeste dos municípios de Uniflor, Paranacity e Cruzeiro do Sul, Lobato é um município com área de 234,118 Km² que não apresenta regiões secas, seu clima é subtropical úmido, mesotérmico. Geralmente chove no verão, que costuma ser uma estação quente, mas seus invernos são, hoje em dia, pouco rigorosos, sendo difícil ocorrerem geadas (Figura 4).

Quanto ao processo de implantação do município ocorrido de forma efetiva em 1948, logo após o trabalho de medição e delimitação da área municipal e também da demarcação dos lotes rurais e do perímetro urbano pelos agrimensores e topógrafos da CMNP, ocorre um fator que diferencia a implantação do município de Lobato dos demais municípios projetados pela CMNP na região. Diferentemente de outros municípios, nem todo perímetro de Lobato foi comercializado pela Companhia, parte da área municipal coube ao Governo do Estado proceder a organização das propriedades e sua comercialização (Figura 5). Fator que traria diferenciações quanto aos padrões de negociação e de distribuição de propriedades entre os dois organismos institucionais pois, enquanto o Estado promoveria a venda de grandes propriedades em suas terras, a CMNP ocuparia seu espaço demarcando lotes de pequena e média constituição.

Descreve o livro da CMNP⁹⁵, que seguindo esse sistema de colonização, os topógrafos, engenheiros e agrimensores procediam à demarcação das áreas adquiridas pela empresa aplicando regras diferenciadas para a zona rural e para a urbana. No perímetro urbano, as cidades eram organizadas seguindo um plano urbanístico em que cada núcleo urbano considerado “base”, ficasse há uma distância de 100 quilômetros um do outro. No espaço entre esses municípios base eram construídos patrimônios há distância de 15 quilômetros um do outro. E, as áreas destinadas a se transformarem em núcleos urbanos, a CMNP dividia em datas com, em média 500m enquanto que na zona rural, a Companhia costumava recortar lotes cujo tamanho não ultrapassava os 14 alqueires.

⁹⁵ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 125.



Figura 4: Localização de Lobato no espaço Estadual.

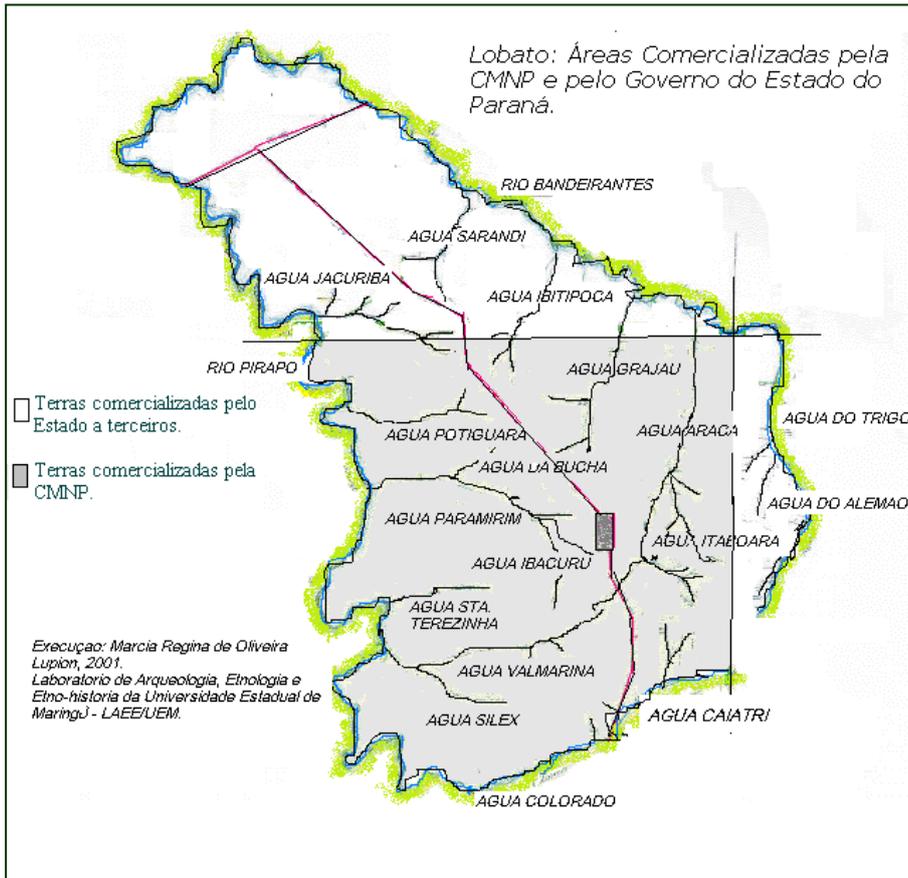


Figura 5: Lobato: Áreas comercializadas pela CMNP e pelo Governo do Estado do Paraná.



Figura 6: Lotes rurais demarcados a partir de uma aguada conforme plano de colonização da CMNP.

Fonte: CMNP (1977, p. 122).

O plano elaborado pela CMNP⁹⁶ utilizava também as aguadas e os espigões⁹⁷ (Figura 6) existentes nos territórios como limites para proceder à demarcação das propriedades rurais:

A zona rural foi colonizada pela Companhia dividida em pequenos lotes, de área variável, demarcados de tal maneira a incluírem todos eles uma parte de baixada e uma de espigões. Contam, ainda, com água corrente e acesso por estrada de rodagem. [...] O batismo das águas encontradas ficava a cargo do Departamento de Topografia, que para a escolha dos nomes aproveitou o dicionário guarani, a relação de acidentes geográficos dos países de onde vinham os imigrantes (Espanha, Portugal, Itália), bem como os nomes de santos, de marcas de cigarro, de quadros de futebol, ou mesmo de namoradas e esposas dos agrimensores. Somente os nomes dos rios e ribeirões constantes das escrituras primitivas não foram alterados.

Não se pode, contudo, dizer que a idéia de demarcar propriedades tendo as aguadas como limite tenha sido originalmente criada pela CMNP. Ruy Christovam Wachowicz, ao discorrer sobre o povoamento dos vales do Itararé e o rio das Cinzas, traz uma importante discussão sobre como as águas existentes nesses vales serviram de limite para a demarcação de posses de propriedades entre os tropeiros mineiros e proprietários de terra em meados do século XIX. Assim escreve Wachowicz⁹⁸ sobre o início do povoamento do Norte do Paraná:

Os mineiros do Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma **água**. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira **é dono da água e do terreno que a acompanha até o fim**. Esta posse ou **água** terminava quando este riacho desaguava num rio maior.

Wachowicz estende ainda mais essa discussão introduzindo o sentido de limite de posse – enquanto propriedade particular – às águas. No caso do povoamento do Valuto, ocorrido de forma sistemática principalmente em fins da primeira metade do século XIX, quando foram efetuadas as primeiras incursões em terra paranaenses com o objetivo de tomar posse desses territórios considerados devolutos, ou que outrora fizeram parte do fracassado sistema de sesmarias, como não havia forma de medir o tamanho da posse, “os **possiantes**

⁹⁶ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 125.

⁹⁷ Para os fins da pesquisa aqui pretendida, é importante esclarecer que o termo Espigão, segundo o Dicionário Aurélio, significa “pico de serra, monte ou rochedo” [FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993]. Assim, quando a palavra espigão for utilizada durante o texto estará explicitando a parte elevada de um relevo que tem na parte baixa um córrego ou rio, ou seja, a parte interfluvial.

⁹⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Povoamento do ‘valuto’ do Itararé ao Cinzas. In: _____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: (s. n.), 1987. p. 81 (Grifo do autor).

combinavam: **aqui é meu, ali é de fulano**”⁹⁹ e as águas, ou rios, eram o meio natural utilizado para estabelecer então onde começava e onde terminava os direitos de uma posse.

Ou seja, o sentido de posse de uma propriedade a partir das águas não é originalmente uma idéia desenvolvida pela CMNP. Em outros momentos, o uso das aguadas para delimitar uma propriedade e a posse da mesma já vinha sendo utilizado por outros empreendedores menos organizados, como foi o caso dos tropeiros mineiros e proprietários de terras que se estabeleceram no Norte do Paraná. O que diferencia a forma de posse empreendida pelos tropeiros e proprietários do final do século XIX no Norte do Paraná e a CMNP, é que a segunda negociava a posse dos lotes sob pagamento imediato ou parcelado. Já no século XIX, os possiantes, ou seja, aqueles que se apossavam de uma determinada área considerada devoluta, se tornavam proprietários de grandes extensões de terra diretamente no trato com a região em que haviam decidido se estabelecer.

Em alguns casos, as áreas eram ocupadas por populações indígenas que delas eram expulsas pelos possiantes por não serem consideradas proprietárias das terras em que viviam. Geralmente, eram áreas conhecidas como territórios devolutos, isto é, locais em que se queria fazer crer como desabitados e cobertos por extensa mata virgem. Outra diferença é que enquanto no Norte Velho uma aguada delimitava uma posse desde a nascente até o encontro com outra aguada, no caso da CMNP, a aguada era dividida em várias propriedades entre cinco e quinze alqueires. Ou seja, servia de limite para várias posses e, em termos sociais, possibilitava um contato mais flexível entre seus moradores¹⁰⁰.

Fato constatado, quando, em trabalho de campo, verificou-se a existência de residências construídas num raio entre vinte e duzentos metros de distância dos rios. Distância que facilitaria a construção de poços e o uso utilitário da água corrente. Ou ainda, construções coletivas, como escolas, vendas, campos de futebol e capelinhas, que se localizavam na parte alta do espigão e contavam ainda com um poço e instalações sanitárias para suprir as necessidades daqueles que freqüentavam esses locais.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Para uma discussão mais profunda sobre os grupos indígenas que habitavam o norte do Paraná ver: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 21-50; NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lucio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (Orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 5-19.

De volta à questão da posse enquanto direito de propriedade sobre a terra, Wachowicz lembra que desde a Independência até 1850 as propriedades eram adquiridas através da compra de terras tituladas que outrora haviam sido sesmarias ou pela formação de posses a partir de terras devolutas. No início da década de 40 no século XIX então, estiveram em discussão nos meios governamentais, pautas sobre o sistema fundiário brasileiro, fato que teria levado tropeiros mineiros e proprietários a iniciarem a tomada de posses nos vales do Itararé e do rio das Cinzas, divisa entre Paraná e São Paulo, região por eles conhecida pelo trabalho desenvolvido com os animais trazidos do extremo sul do país¹⁰¹ por serem essas áreas consideradas, como já foi dito, terras devolutas e portanto, passíveis de serem adquiridas através do direito de posse e não da compra.

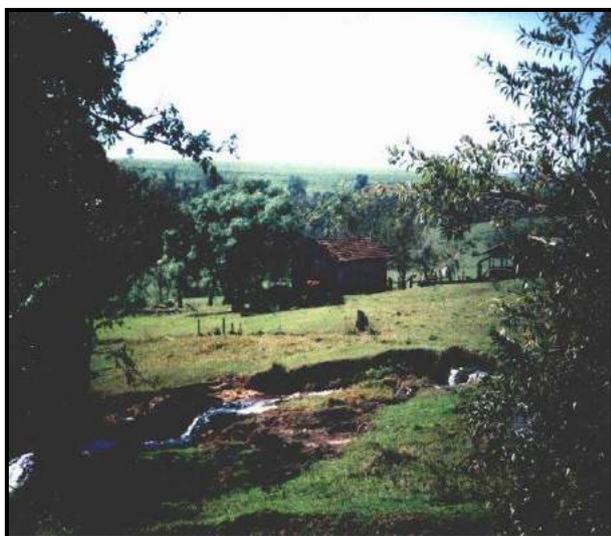


Figura 7 – Construções às margens da Água Ibitipoca.
Fonte: Doeswijk (2002b).



Figura 8– Monjolo às margens da Água Ibitipoca.
Fonte: Doeswijk (2002c).

Então, os tropeiros passam a se estabelecer na região que ficou conhecida como Norte Velho antes que as discussões sobre o sistema fundiário brasileiro titulassem as terras chamadas devolutas e dessa forma somente através da compra é que se alcançaria a posse de determinado pedaço de terra. Prática que foi diferenciado com o passar dos anos e, já em 1848 Wachowicz¹⁰² registra possiantes negociando suas terras em termos monetários com prováveis interessados antes mesmo da lei de 1850.

¹⁰¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Povoamento do ‘valuto’ do Itararé ao Cinzas. In: _____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: (s. n.), 1987. p. 80.

¹⁰² Idem, p. 82.

Quase cem anos depois, os compradores de lotes em Lobato já estavam inseridos em leis capitalistas de propriedade fundiária, e, foi somente através da compra que puderam adquirir suas propriedades. Todo um processo intermediado pela CMNP, empresa que adquiriu 546.780 alqueires –1.321.499ha/13.166Km² - de terras no Norte paranaense¹⁰³ e que projetou o município de Lobato. Ou seja, o uso de aguadas como limites geográficos para a demarcação de uma posse é uma prática que acompanha o sistema fundiário brasileiro desde meados do século XIX. Como se viu, essa prática continuou a ser usada pela CMNP e, no caso da pesquisa aqui apresentada, é de suma importância que se conheça alguns aspectos espaciais relativos às aguadas lobatenses.

Num mapa da CMNP, datado de onze de agosto de 1956 e reproduzido na Figura 9, no qual consta a divisão dos lotes rurais e do perímetro urbano de Lobato, foram registradas pelos topógrafos vinte e uma aguadas de tamanhos diferentes dentro dos limites da Companhia, incluindo entre elas parte do rio Pirapó. Do total das aguadas registradas no mapa nem todas se tornaram base para o recorte de propriedades, e, pelo mapa, verifica-se que a CMNP utilizou os córregos de maior porte como base para os loteamentos.

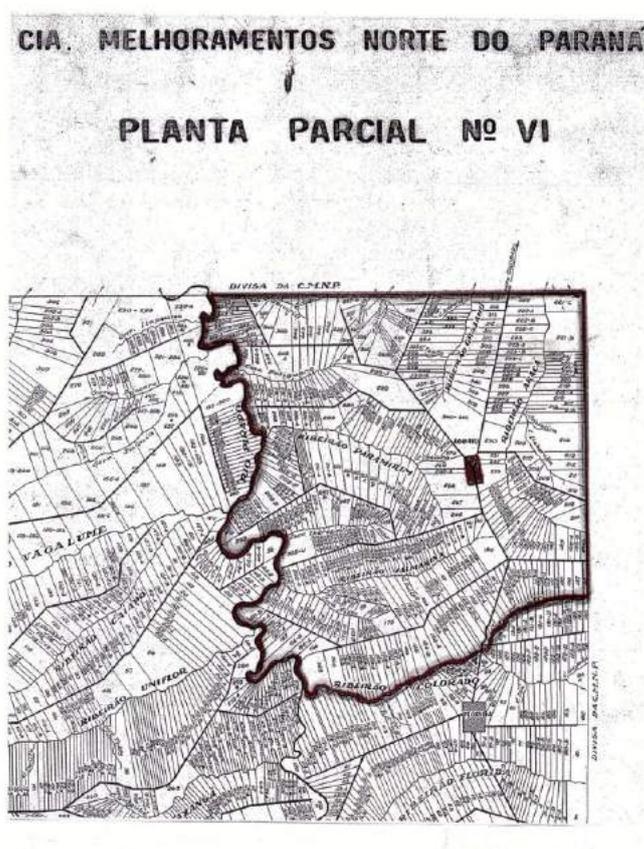
Dentre essas aguadas de maior porte estão destacados o ribeirão Grajaú, o Araçá, o Paramirim, o Valmarina e o ribeirão Colorado, esse último faz divisa com o município de Flórida. O mapa destaca ainda o Rio Pirapó, que faz divisa com Cruzeiro do Sul e com Paranacity, e com relação às aguadas de menor porte loteadas somente em parte pela CMNP, encontram-se os córregos Jecuriti, Jubui, Curupari, e Ibitipoca, localizados no extremo Norte do mapa, local que corresponde a aproximadamente a metade do município.

Dentre esses quatro córregos, os dois últimos formam o que hoje é conhecido como Água Ibitipoca e desembocam no Rio Bandeirantes, ao Norte de Lobato e portanto, fora dos domínios da CMNP. Quanto às duas primeiras aguadas, Jecuriti e Jubui, não foram encontradas referências escritas ou lembranças sobre as mesmas nos documentos levantados sobre Lobato. Outros dois córregos que tiveram apenas parte transformada pela CMNP em base para lotear propriedades rurais foram os Córregos Grajaú e Araçá, ambos com dois afluentes de menor capacidade.

¹⁰³ LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. 1980. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. p. 125.

No córrego Grajaú desembocam o Icarahy e o Ibara que foram utilizados como base para o recorte de propriedades. Já no Córrego Araçá, seus afluentes, os Córregos Cristalina e Itaberaba, ou Itabora como é registrado em documentos analisados mais à frente, somente o último se transformou em estrutura para loteamento. Nesse mapa da CMNP não se encontra a designação Águas como referência aos rios existentes mas sim Córregos.

Em mapas com datações posteriores, é possível verificar diferenças em relação ao mapa da CMNP como é o caso do mapa elaborado pelo governo do Estado do Paraná em dezembro de 1981 (Figura 16). Nesse mapa, somente algumas aguadas são nomeadas e, são desconhecidos os critérios seguidos para tal elaboração, todavia, como se trata de um mapa rodoviário, infere-se que não havia importância em detalhar exaustivamente as divisões



[Visualizar no original.](#)

Figura 9 – Planta Parcial n VI. Recorte dos lotes rurais pela CMNP em Lobato.

Fonte: CMNP (1959)

Escala 1.104.000.

internas relativas à hidrografia municipal. Como é um mapa em que se pode visualizar todo o município, é possível localizar outras aguadas e propriedades existentes no território que não estão contempladas no mapa da CMNP por se encontrarem fora dos domínios daquela empresa privada. Duas das particularidades desse mapa são a mudança no nome de um dos córregos e o não detalhamento dos córregos afluentes das aguadas.

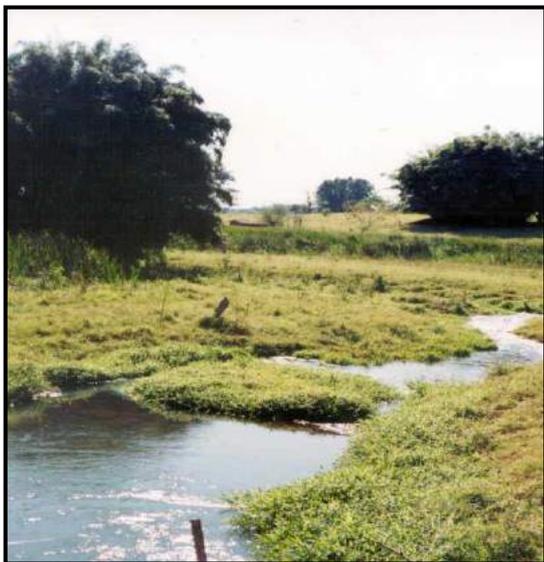


Figura 10 – Vista da Água Araçá.
Fonte: Doeswijk (2002e).



Figura 11 – Vista da Água Ibitipoca.
Fonte: Doeswijk (2002f).

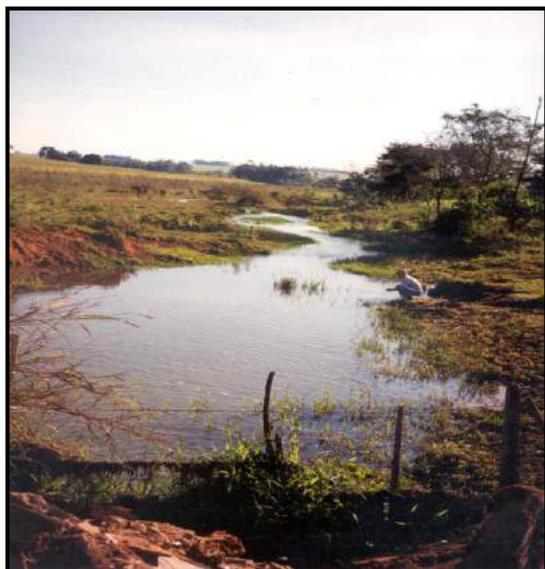


Figura 12 – Vista da Água Paramirim.
Fonte: . Doeswijk (2002g).



Figura 13 – Vista do Salto Pirapó.
Fonte: Doeswijk (2002h).



Figura 14 – Vista da Água Valmarina.
Fonte: Doeswijk (2002i).

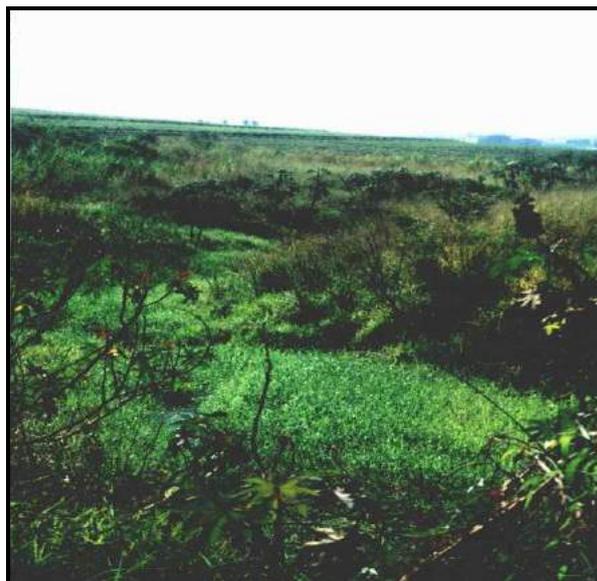


Figura 15 – Vista da Água Grajaú.
Fonte: Doeswijk (2002j).

Assim, encontram-se acrescentadas no mapa do governo mais doze aguadas além das citadas pelo mapa da Companhia, sendo que apenas uma delas está nomeada, a Água Sarandi no lado Norte de Lobato, que desemboca no Rio Bandeirantes e faz divisa com o município de Colorado. Esse mapa revela ainda a existência de quatro fazendas que juntas ocupavam todo o extremo Norte do município, sendo elas, em tamanho decrescente: Fazenda da Barra, Fazenda Remanso, Três Marias e Nossa Senhora do Rosário.

Um depoimento viria detalhar ainda mais a questão relativa a essas quatro fazendas. Segundo o senhor Manoel Batista de Freitas¹⁰⁴, que chegou em Lobato em 1950 e trabalhou como empreiteiro na maior parte dessas fazendas, antes de terem sido divididas em quatro partes, essas fazendas constituíam, no início da ocupação, uma só fazenda que era denominada fazenda Remanso. Seu Manoel inicia assim suas lembranças sobre a Fazenda Remanso:

Eu cortei muita madeira lá. Eram quatro donos. Que era uma sociedade, o chefe mesmo era o Antonio Ferraz. Era o Antonio, tinha o Celso, tinha o “Io” e tinha o outro que eu não estou lembrado o nome dele. Sei que hoje é a fazenda Três Marias que aí cortaram. Era uma fazenda só de 4700 alqueires; quando começou aquele negócio do INCRA, eles foram e cortaram a fazenda em quatro partes. Ficou uma parte para seu Celso que é a Remanso antiga, e a Da Barra, que é aquela que beira o rio e chega lá na ponte. Aí

¹⁰⁴ MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001].

ficou a fazenda da Barra para o Antonio Ferraz, a Remanso para o seu Celso, as Três Marias ficou com a três irmãs que eles tinham, e a outra que eu esqueço o nome, a Rosário ficou com o “Io”.

Em outros pontos do mapa que também detalham aspectos do território comercializado pelo Estado revelam que na Água do Trigo e na Água do Alemão, localizadas à leste de Lobato, havia três outras fazendas ocupando esses espaços, a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, citada anteriormente, a Fazenda Dona Cristina e a Fazenda Santa Felicidade, ambas ocupando parte do córrego Itabora, portanto, parte da Água Araçá.

Nessa visualização panorâmica do município foi possível concluir que, no território comercializado pelo Estado, houve um predomínio de terras destinadas às grandes propriedades e que ocuparam, nos primeiros anos do município, aproximadamente um terço do total do território de Lobato, enquanto que nas áreas negociadas pela CMNP houve o predomínio de pequenas e médias propriedades.

Pode-se, nesse momento, especular apenas sobre os motivos e interesses que levaram os dois organismos a adotarem formas divergentes de ocuparem o espaço de Lobato. Como a CMNP não está mais ativada em sua sede em Maringá, é possível que dificilmente se descubra os motivos efetivos ou especulativos de tal procedimento diferenciado.

Quanto às transformações nas denominações, tem-se que o Córrego Jecuiritt, localizado no extremo Norte do território loteado pela CMNP, aparece no mapa do governo como Ribeirão Jacuriba e a Córrego Itaberaba, afluente do Araçá, foi denominado pelos topógrafos do governo como Água Itabora.

Outro córrego que sofre alteração é o Ibitipoca que no mapa da CMNP não aparece em relevo enquanto que em 1981 ele surge em destaque como viga-mestra de uma Água que leva o seu nome Água Ibitipoca. O Córrego Jubui, afluente do Jecuiritt/Jacuriba e os Córregos Ibara, Icarahy, Cristalina e Ibiqara que aparecem no mapa da CMNP, não estão destacados no mapa do governo.

Surgem então, no mapa datado de 1981, com o mesmo destaque que havia sido dado a outros Córregos pelos topógrafos da CMNP em 1956, as Águas Ibacuru, na continuação da Água Paramirim; a Água Sílex, afluente da Água Valmarina e a Água Santa Terezinha que desemboca diretamente no Pirapó. No extremo sul do município destacam-se a Água Caiatri e a Água do Tigre, denominação que a nosso ver foi grafada de forma incorreta e, que na verdade, estaria se referindo a Água do Trigo, localizada ao Sul de Lobato.

A Água do Trigo está entre as terras comercializadas pelo governo do Estado do Paraná e contempla, entre suas propriedades, uma grande fazenda denominada Nossa Senhora Aparecida. No mapa do governo, as aguadas não mais são denominadas córregos mas, sim Águas.

Também foi possível encontrar referências visuais sobre as Águas no relatório elaborado sobre Lobato por vários órgãos governamentais¹⁰⁵ no ano de 1996. O objetivo desse documento foi promover um levantamento sobre a forma como estava sendo utilizado o solo

urbano municipal e também, executar ações específicas sobre a realidade existente de acordo com o dispositivo governamental que propõe que, cidades com número inferior a vinte mil habitantes, devem receber assistência de órgãos estaduais para elaboração de normas que garantam a função social do solo urbano.

Neste relatório, encontram-se mapas que ilustram a situação atual do município como a rede de esgoto sanitário e o abastecimento de água. De forma particular, chamou a atenção o mapa do Sistema Viário do município (Figura 17), datado de 1980, por apresentar as aguadas em suas duas formas de denominação, ou seja, como Córregos e como Águas.

Nesse mapa ainda é possível verificar a localização de duas aguadas ainda não especificadas nos documentos anteriores que são: a Água da Bucha e a Água do Alemão. Além disso, o mapa introduz um novo elemento, o nome das estradas formadas a partir dos espigões e que levam, em alguns casos, o próprio nome da aguada.

4.2 AS ÁGUAS COMO OBJETO HISTÓRICO

Vários detalhes técnicos sobre as Águas de Lobato foram surgindo através principalmente do trabalho de campo desenvolvido no município e da documentação cartográfica acima analisada. Nessa documentação, a quantidade de aguadas se transforma de acordo com uso para o qual foi confeccionado o mapa. Para os interesses da pesquisa contudo, o que se pode reter é que no total, juntamente com os rios Pirapó e Bandeirantes, a soma de aguadas em Lobato é de trinta e quatro, sendo que quinze desse total não estão nomeadas nos

¹⁰⁵ PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR. Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU. Plano de uso e ocupação do solo urbano: município de Lobato. Lobato, 1996.

mapas e ao menos foram lembradas nos depoimentos ou em outros documentos utilizados para a pesquisa.

Em sua maioria, essas quinze aguadas se localizam dentro de grandes propriedades, quase sempre fazendas, e não desenvolveram vida social cuja base espacial tenha sido construída a partir da própria aguada. Durante a pesquisa, constatou-se que o nome de muitas aguadas não é nem ao menos lembrado pelos ex-moradores e moradores das Águas entrevistados. Fato decisivo para a presente pesquisa, pois demonstra que o que valorizava uma Água não era seu aspecto geográfico, mas sim, a vida social ali desenvolvida.



Figura 15 - Mapa de Lobato elaborado pelo governo do Paraná.
Fonte: Município de Lobato (1981).

Figura 16 – município de Lobato: Mapa Rodoviário.

MAPA EM A-3
MELHOR VISUALIZADO NO
ORIGINAL.

O levantamento minucioso dos aspectos geográficos das Águas de Lobato ilustrou e introduziu a questão da constituição espacial lá ocorrida. Numa escala mais ampla, essa ação transformadora empreendida por sujeitos plurais – homens e mulheres, com ou sem posses materiais, trabalhadores esporádicos, profissionais autônomos, grandes e pequenos lavradores e lavradoras, empresas colonizadoras, governo, especuladores imobiliários, madeireiras, comerciantes, transportadoras - nas Águas de Lobato, simboliza as formas como se deu o processo de constituição de uma sociedade no Norte do Paraná a partir sobretudo dos anos 50 do século XX.

Daí o fato de considerar a organização sócio-espacial empreendida pelos moradores das Águas como uma categoria social. Historicamente situadas no tempo e no espaço, a ação transformadora desempenhada por aqueles que migraram para Lobato foi o que sustentou o redimensionamento de um conceito geográfico para um conceito histórico-social amparado sobretudo pelo uso popular que os moradores consagraram para o termo. Pois, foram os moradores que, em conversas informais discorreram sobre a vida que existiu nas Águas e sobre a importância das escolinhas, vendas, capelas e campos de futebol para o convívio social naqueles espaços. Para eles, as Águas são consideradas não só como limite de propriedades ou como parte da geografia da zona rural, mas também, como o conjunto de atividades sociais coletivas na qual a vida humana se desenvolvia plenamente.

O significado da palavra Águas para a pesquisa está ligado essencialmente ao aspecto social que a memória lobatense remete ao termo. Para os fins da pesquisa portanto, foi necessário fazer um levantamento sobre os aspectos geográficos que as Águas encerram enquanto acidentes naturais e, como se viu, geograficamente falando, a palavra Águas refere-se a riachos ou córregos existentes num território e encerram, dentro dessa perspectiva, o sentido de localização espacial, de limite territorial e também de limite de propriedade privada. Imbuídas desses sentidos, as Águas encerram ainda, elementos sócio-históricos que, disseminados pela cartografia, consagraram as formas de poder e de domínio político e social nas sociedades humanas¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Ao discorrer sobre o conceito de fronteira nos mais diversos períodos históricos, Zientara chama a atenção para a importância dos acidentes geográficos – entre eles os rios - na construção de limites territoriais e de poder. ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. **Enciclopédia Einaudi** – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 14, 1989. p. 309.

Já para a sociedade que se desenvolveu no Norte do Paraná, o termo Águas encerra o sentido de um espaço social em cujo interior teria vivido uma sociedade em constante transformação e construção desse próprio espaço, um momento histórico recordado sobretudo pela quantidade de pessoas, famílias em sua maioria, que tentaram se estabelecer na emergente sociedade das Águas.

Assim, como em princípio o termo Águas remete a acidente geográfico e, para os fins da pesquisa ele sustenta uma característica social eminente, a condensação de ambos os significados – geográfico-histórico e social – para o termo, se pautou principalmente sobre o caráter social que o uso da palavra Águas representa para na tradição popular dos moradores lobatenses.

É pois, com vistas a um conceito plural que as “Águas” de Lobato se transformaram em objeto de especulação histórica e, para transformá-lo num conceito histórico-social, cujo significado correspondesse à diversidade de ordenações sócio-espaciais que os seres humanos são capazes de empreender no contato com o ambiente, considerou-se com base no trabalho de Janaína Amado, que toda organização espacial empreendida pelos seres humanos sempre se constitui numa categoria social¹⁰⁷.

Considera-se, portanto, que são os homens que, em contato com o meio que os cerca, seja ele natural ou social, transformam e são transformados de acordo com interesses e significados que só podem, e devem ser compreendidos, dentro da perspectiva temporal e espacial em que a organização se deu. Dessa forma, a ampliação do conceito Águas para uma categoria também social não é só uma construção acadêmica mas, sim, o uso de uma denominação que se encontra inscrita na prática humana que busca, nos acidentes geográficos, espaços para a reprodução da vida humana e social.

Para alcançar esse objetivo, foi necessário abordar o objeto sob outras perspectivas de análise das sociedades humanas que não somente as pertinentes à história mas, também de outras áreas como a antropologia, a sociologia e a geografia, essa última observada nos parágrafos anteriores. Dessa forma, mais que um trabalho inscrito na área de História, a pesquisa com Águas de Lobato procurou, em níveis modestos, abordar diversas facetas que compõe uma sociedade, notadamente suas relações com um meio ambiente por vezes adverso e desconhecido, a formação das relações sociais, a construção do espaço social e material e, principalmente, a resignificação desses espaços de acordo com elementos culturais já

¹⁰⁷ AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq. 1990. p. 8.

conhecidos em conjunto com elementos desconhecidos que foram surgindo no dia-a-dia da zona rural.

Uma abordagem que não privilegiasse esses elementos poderia redundar no que Nestor Garcia Canclini detectou e denunciou em **Culturas Híbridas**¹⁰⁸ sobre a parcialidade das análises sofridas pelas sociedades humanas quando abordadas por meio de teorias e métodos específicos de antropólogos, sociólogos, comunicólogos e historiadores. Assim constata Canclini:

O antropólogo chega à cidade a pé, o sociólogo de carro e pela pista principal, o comunicólogo de avião. Cada um registra o que pode, constrói uma visão diferente e, portanto, parcial. Há uma quarta perspectiva, a do historiador, que não se adquire entrando, mas saindo da cidade, partindo de seu centro antigo em direção aos seus limites contemporâneos. Mas o centro da cidade atual já não está no passado.

Pode-se acrescentar ainda o caso dos geógrafos, que observam o objeto sociedade através da forma como organizam o espaço em que estão inseridos. Com relação à pesquisa com as Águas de Lobato, procurei então construir uma visão menos parcializada não só do processo histórico ocorrido no Norte paranaense mas, principalmente, da formação e evolução da sociedade das Águas através da aplicação de uma abordagem que atendesse aos vários setores – social, econômico, geográfico e cultural – existentes numa sociedade.

Isso foi feito através de visitas à zona rural e urbana do município à pé e de carro, em conversas com moradores que se estenderam além da construção de documentos orais, em visitas à instituições que porventura pudessem fornecer documentos com informações sobre o município. Nesse caso, a pesquisa revelou uma riqueza em fontes documentais cujas informações sobre a história de um município e o movimento social nele ocorrido inéditos em casos de pesquisas regionais, como foi o caso do Livros de Matrículas escolares da Divisão de Educação, do Livro Tombo e de Batizados da Paróquia de Lobato, ou ainda, de documento da Delegacia da Polícia local, da Prefeitura do Município - no caso de Livros Ata da Câmara Municipal e de documentos relativos à contratação de professores -, além, é claro, da documentação cartográfica utilizada na pesquisa que possibilitou uma visão panorâmica do município, que contou inclusive, com fotos tiradas por satélite¹⁰⁹. Com isso, a pesquisa com as Águas se revelou um exercício positivo de aplicação da interdisciplinaridade como forma

¹⁰⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. p. 21.

¹⁰⁹ As fotos tiradas por satélite não foram incorporadas ao texto e se encontram reproduzidas no seguinte documento: PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR. Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU. Plano de uso e ocupação do solo urbano: município de Lobato. Lobato, 1996.

de abordagem dos processos históricos e, juntamente com a teoria microanalítica e o uso de fontes orais, a interdisciplinaridade se apresenta como uma das mais importantes propostas dessa pesquisa, que é a de construir visões mais completas dos processos históricos.

Através dessa abordagem interdisciplinar, a pesquisa nas Águas valorizou o trabalho de historiador de se voltar para o passado por meio das fontes e, além disso, se voltou para um intensivo trabalho de campo que privilegiasse conhecer e sistematizar as relações humanas e do trato com o meio ambiente vivenciadas pelos moradores das Águas além de procurar reconhecer as formas como os habitantes resignificaram os espaços sociais criados, práticas de pesquisa sobre as sociedades humanas comuns a geógrafos, sociólogos, antropólogos e etnólogos. Com isso, resultou que a crítica de Canclini, que só foi conhecida quando o trabalho já estava finalizado, não encontra respaldo na pesquisa realizada nas Águas de Lobato pelos motivos já explicitados acima.

Foi assim, contemplando no horizonte de pesquisa histórica as Águas de Lobato como uma categoria social, e portanto, composta por diversos níveis, que o desempenho dos moradores em constituir no perímetro agrícola – espaço geográfico - um conjunto de espaços sociais coletivos composto por escolas, capelas, vendas, campos de futebol e, num nível mais pessoal, as próprias relações travadas entre familiares, homens, mulheres, crianças, - demonstrou a importância dessas organizações, baseadas em práticas sociais oriundas da cultura trazida pelos migrantes e imigrantes, para a efetivação do desenvolvimento capitalista do Norte do Paraná a partir da década de 50 do século XX.

5 APONTAMENTOS SOBRE A DEMOGRAFIA NAS ÁGUAS E A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

5.1 A DEMOGRAFIA NAS ÁGUAS: UM QUADRO PROVÁVEL

Os anos compreendidos entre 1948 e 1973 viram a organização, a evolução e uma nova reorganização no espaço das Águas de Lobato. Durante esses anos, inúmeras pessoas e interesses transitaram pela zona rural do município e lá permaneceram por períodos determinados que variavam de acordo com o motivo e persistência de cada um. Como a presente pesquisa valoriza o papel desempenhado pelos seres humanos nos processos históricos, o aspecto demográfico se tornou de importância vital para a compreensão do movimento sócio-espacial ocorrido nas Águas de Lobato. A partir do instante em que houve um vertiginoso declínio no número de habitantes no ano de 1973, as Águas passam por uma nova transformação e, nesse reorganizar, surgem outros interesses que não estavam diretamente ligados ao aspecto social que foi extremamente valorizado por aqueles que habitaram as Águas durante o auge daquela sociedade.

Como já observaram outros estudiosos do mundo rural¹¹⁰, são escassas as fontes que trazem estatísticas apuradas e absolutas sobre o número de habitantes ou de moradias existentes nos povoados rurais, sendo necessário buscar em outras fontes informações sobre possíveis dados estatísticos populacionais, fato que também ocorreu na presente pesquisa. Para estabelecer um quadro sobre o provável movimento populacional ocorrido nas Águas tomou-se como data referência para a fundação de Lobato o ano de 1948 por ter sido esse o ano em que a CMNP negociou os primeiros lotes rurais no município¹¹¹. Essa data base para o ano da fundação de Lobato teve por referência as fichas nas quais foram registradas as vendas em Lobato e que foram levantadas junto ao escritório da CMNP em Maringá (ANEXOS B e C), sendo que, Afonso Corrêa Filho, Osvaldo Corrêa Gomes, Afonso Corrêa Gomes, e Antonio Corrêa Gomes, foram os primeiros compradores de lotes rurais no município no dia

¹¹⁰ KELLER, Elza Coelho de Souza. O “habitat” rural. In. AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1970. v2.

¹¹¹ O início da comercialização dos lotes urbanos, denominados “datas” pela CMNP, aconteceu dois anos após o início da vendas dos lotes rurais, em agosto de 1950. Os primeiros a adquirirem datas na cidade de Lobato de acordo com as fichas da CMNP foram: Carlos Bronhara em 21/08/1950; Thomaz Francisco Cafofo em 29/08/1950 e Salvador de Souza Porto em 29/08/1950 (ANEXO C).

29 de abril de 1948. Os lotes por eles adquiridos foram, respectivamente, os lotes 208, 209, 210 e 211 e se localizavam na Água Araçá (Figuras 18, 19, 20, 21 e ANEXO B).

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ			
ZONA PRIMITIVA			
Lote N.º	208	Gleba	COLORADO
Agentes	R. Monteiro, B. Monteiro / 2 Comissão 7/2		
Data da venda	29 de Abril de 1948.		
Comprador	AFONSO CORRÊA FILHO		
Residência	Ibiporã - Est. do Paraná		
Nacionalidade	Brasileiro	Profissão	LAVRADOR
Idade	Maior	Casado	Solteiro
Area	10,00 algrs.		
Preço por alqueire	Cr. \$ 2.000,00	Preço total	Cr. \$ 20.000,00
Observações	Pagou Cr. \$ 2.000,00		

Figura 18 – Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 I.
Fonte: Rodrigues (2000a).

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ			
ZONA PRIMITIVA			
Lote N.º	209	Gleba	COLORADO
Agentes	R. Monteiro, B. Monteiro / 2 Comissão 7/2		
Data da venda	29 de Abril de 1948.		
Comprador	OSVALDO CORRÊA GOMES		
Residência	Ibiporã - Est. do Paraná		
Nacionalidade	Brasileiro	Profissão	LAVRADOR
Idade	Maior	Casado	Solteiro
Area	10,00 algrs.		
Preço por alqueire	Cr. \$ 2.000,00	Preço total	Cr. \$ 20.000,00
Observações	Pagou Cr. \$ 2.000,00.		
Contrato selado na base de Cr. \$ 23.040,00, incl. juros.			

Figura 19 – Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 II. .
Fonte: Rodrigues (2000b).

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ			
ZONA PRIMITIVA			
Lote N.º	210	Gleba	COLORADO
Agentes	R. Monteiro, B. Monteiro / 2 Comissão 7/2		
Data da venda	29 de Abril de 1948.		
Comprador	AFONSO CORRÊA GOMES		
Residência	Ibiporã - Est. do Paraná		
Nacionalidade	Brasileiro	Profissão	LAVRADOR
Idade	Maior	Casado	Sim
Area	20,00 algrs.		
Preço por alqueire	Cr. \$ 2.000,00	Preço total	Cr. \$ 40.000,00
Observações	Pagou Cr. \$ 4.000,00		

Figura 20 – Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 III.
Fonte: Rodrigues (2000c).

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ			
ZONA PRIMITIVA			
Lote N.º	211	Gleba	COLORADO
Agentes	R. Monteiro, B. Monteiro / 2 Comissão 7/2		
Data da venda	29 de Abril de 1948.		
Comprador	ANTONIO CORRÊA GOMES		
Residência	Ibiporã - Est. do Paraná		
Nacionalidade	Brasileiro	Profissão	LAVRADOR
Idade	Maior	Casado	Sim
Area	20,00 algrs.		
Preço por alqueire	Cr. \$ 2.000,00	Preço total	Cr. \$ 40.000,00
Observações	Pagou Cr. \$ 4.000,00		
Contrato selado na base de Cr. \$ 46.080,00, incl. juros.			

Figura 21 – Ficha CMNP: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 III.
Fonte: Rodrigues (2000c).

Embora extremamente significativa para o conjunto da pesquisa, essa fonte pouco revelou sobre os dados populacionais do município. Pois, apesar de ser possível extrair o número de compradores dos lotes, fica ainda sem registro escrito, o relevante número de pessoas que se deslocaram para o município no mesmo período e que não se enquadram na categoria de proprietários e ainda de muitos outros que adquiriram suas propriedades de terceiros. Todavia, como essa é uma pesquisa baseada principalmente em documentos orais, é

importante citar que para a memória local havia, em 1955 quando Lobato era Patrimônio de Astorga, algo entre treze e quinze mil habitantes vivendo nas Águas e na cidade.

O senhor Valdir Cotrim Ribeiro¹¹², que veio se estabelecer em Lobato no ano de 1952 como oficial de farmácia lembrou que “no apogeu mesmo, em 1955 por aí, tinha 13.000 habitantes”. Fato mais significativo ainda da entrevista cedida por esse senhor é quando ele acrescenta que quando chegou ao município de Lobato no ano de 1952 havia, na cidade, somente umas cinco ou seis casas, mas que na zona rural, fato que ele achou extremamente interessante, o número de habitantes era bem maior. Outro habitante da cidade de Lobato, o senhor Zailson Lemos¹¹³ cuja família chegou em Lobato em 1952, ao relembrar detalhes do município faz a seguinte comparação ao se referir as luzes das residências rurais que podiam ser avistadas durante a noite de alguns locais da cidade: “você andava em determinados locais pareciam vaga-lumes”.

A inexistência de dados precisos sobre a população lobatense entre 1948 e 1960 se deve, em parte, ao fato de o censo demográfico de Lobato estar incluído entre os dados censitários de Astorga, município do qual Lobato foi Patrimônio até 1956, quando acontece a municipalização (ANEXO G). As informações orais contudo, demonstram como era significativo o número de habitantes em todo o território lobatense sobretudo em anos imediatamente anteriores à emancipação. Devido à escassez de fontes sobre a demografia de Lobato em anos anteriores a 1960, quando o IBGE realiza o primeiro censo específico sobre a população municipal, foi praticamente impossível fazer uma estimativa exata sobre o número de moradores que lá viveram até aquela data. Quanto ao número de treze mil habitantes informado pelo senhor Valdir para o ano de 1955, é uma quantidade considerada relevante na medida em que evidencia um fluxo populacional intenso no município em anos anteriores à municipalização e é, nesse sentido, que essa informação foi utilizada durante a pesquisa.

Para anos posteriores no entanto, a memória coletiva lembra que em 1960 o Pe. Ângelo Cerântola¹¹⁴, pároco em Lobato entre agosto de 1961 e janeiro de 1971, teria realizado um censo no município cujo resultado foi algo em torno de 15 mil habitantes. Não há, porém, entre os documentos paroquiais, registros sobre esse levantamento e seus resultados e tampouco sobre a data em que foi realizado. Uma média populacional realizada entre as informações demográficas existentes sobre Lobato nos levantamentos estatísticos do IBGE e

¹¹² VALDIR Cotrim Ribeiro: depoimento [mar. 2001].

¹¹³ ZAILSON Lemos: depoimento [out. 2000].

¹¹⁴ PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro Tombo, 1956-1975**. Lobato, out. 2001.

de informações sobre Lobato no Livro da CMNP, concorda com os dados armazenados pela memória coletiva. De acordo com essas duas fontes e também com o levantamento realizado durante a pesquisa, sobretudo com vistas ao número de escolas e capelas fundadas durante aquela década, o período compreendido entre 1960 a 1968 pode ter sido o de maior auge populacional da sociedade lobatense e, conseqüentemente, das Águas. A estimativa populacional obtida por meio dessas duas fontes, o IBGE¹¹⁵ registra para o ano de 1960 número de 10.174 habitantes, sendo que 9.015 estavam estabelecidos na zona rural e 1.159 na cidade enquanto a CMNP¹¹⁶ registra, em 1968, o número de 17.080 habitantes, totaliza uma média de treze mil habitantes para os anos entre 1960 e 1968.

Alguns moradores, ao serem inquiridos sobre os dados populacionais registrados pelo IBGE esclareceram que, devido ao difícil acesso à zona rural, os funcionários do Instituto nem sempre cadastravam todos os moradores¹¹⁷ e, quanto aos dados da CMNP, não há registros sobre a forma como foram alcançados. Considerando pois, os dados demográficos citados pelo senhor Valdir em conjunto com os dados do IBGE e da CMNP optou-se por considerá-los significativos na medida em que revelam que o fluxo populacional existente no município durante os primeiros anos era tão expressivo quanto em anos posteriores a 1960 até 1969, quando se inicia, de forma gradativa, o êxodo municipal.

Quanto ao ano de 1970, os dados do IBGE¹¹⁸ registram que o município contava com 6.216 habitantes, sendo que 4.687 residiam nas Águas e 1.529 na cidade. Mas, como se viu em dados contidos no Livro histórico da CMNP, em 1968 habitavam em Lobato aproximadamente 17 mil pessoas, o que, se comparado com dados censitários de 1970 revela uma queda de aproximadamente 60% no número total de habitantes, declínio vertiginoso ocorrido de fato, mas, não de forma tão abrupta ou durante o período os anos de 1968 e 1970.

Na verdade, desde anteriormente ao grande êxodo de 1973, as Águas teriam sofrido êxodos gradativos, geralmente precedidos por fortes geadas principalmente no primeiro decênio de sua formação social. A chegada de novos migrantes ao município em parte compensava esses pequenos êxodos de forma que, em níveis populacionais, o município não chegava a sofrer com essas pequenas saídas de moradores. Nos parágrafos a seguir é possível

¹¹⁵ IBGE. Maringá. **Demografia do Paraná, 1960-1980**. Maringá, out. 2000.

¹¹⁶ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.

¹¹⁷ Esses memorialistas são o Senhor Zailson Lemos e a Senhorita Tânia Martins Costa. Ambos chegaram ao município em 1956 e desde a idade adulta estiveram ligados à política institucional local, daí seu conhecimento sobre assuntos relativos ao município.

¹¹⁸ CENSO DEMOGRAFICO: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 19, 1973. (Série Regional). VIII Recenseamento Geral 1970.

reconhecer detalhes sobre o movimento de saída dos moradores de Lobato durante os anos 1950.

Alguns proprietários, diante das primeiras geadas, logo se voltaram para o plantio de pastagem e um exemplo dessa mudança incipiente aconteceu na fazenda Moron. Localizada ao Norte do município e na qual vivia uma colônia de nordestinos, em sua maioria migrantes pernambucanos aparentados, os proprietários da Moron, após as geadas ocorridas entre 1953 e 1958, se voltaram para o plantio de pastagem e abandonaram a produção cafeeira. Essa mudança na produção teria resultado em rearranjos no setor produtivo e no campo social da fazenda. Como a produção de pastagem tem menor necessidade de mão-de-obra que a cafeeira, os trabalhadores da fazenda deram novos rumos à sua vida. Seu Manoel Batista de Freitas¹¹⁹, um ex-morador dessa fazenda, biografado posteriormente, conta que:

Uns foram embora para Arapongas, cada um foi para o seu lado e aí se desajuntamos que era tudo, as famílias eram tudo junto, os irmãos, cunhados, aí cada um pegou seu rumo. Dali para cá eu não sei mais. Eu saí de lá eles começaram a plantar pasto, acho que quando foi, ainda lutaram com o café ainda uns anos, acabaram com tudo o café, encheram todo de pasto e hoje é tudo cana.

Além de fatores climáticos, fatores de ordem institucional também contribuíram para o êxodo ocorrido nas Águas, como as mudanças sofridas na estrutura agrária nacional acontecida no início da década de 1960, que teve, na erradicação cafeeira e na diversificação agrícola¹²⁰, os expoentes dessas transformações. Esse processo é conhecido como a modernização da agricultura e atingiu diretamente os moradores das Águas de Lobato, pois, com essa mudança na política agrícola acentua-se a reorganização da sociedade das Águas na medida em que as culturas implantadas não necessitavam do mesmo tipo de mão-de-obra utilizado até então na produção cafeeira. O raciocínio a seguir pretende demonstrar como essas mudanças atingiram diretamente a população das Águas tanto no sentido demográfico quanto na própria estrutura social e material lá construída pelos moradores.

Segundo Igor Zanoni Leão¹²¹, a política governamental tinha por objetivo modernizar o setor agrícola para posterior desenvolvimento da produção baseada na agroindústria. Com essa nova política agrícola, muitos moradores saíram de Lobato, como atestam as fontes orais:

¹¹⁹ MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001].

¹²⁰ Detalhes sobre o processo de erradicação cafeeira e de modernização agrícola podem ser encontrados em MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2000. p. 27-60.

¹²¹ LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos 70**, Curitiba: Iparde, 1989.

Ora, naquele tempo, me parece que havia mais proprietários. Muitos sítios de 5 alqueires, de 10 alqueires. Depois, quando veio essa geada que foi acabando com café e tudo, o pessoal começou a vender para os fazendeiros aqueles sitiozinhos pequenos, foi vendendo para os fazendeiros. Aí mudou muita gente daqui. Foi embora para Assis Chateaubriand, a tudo quanto é lugar no Paraná e até, às vezes, fora do Estado, foram mudando¹²².

Outro depoimento ilustra com a clareza, detalhes do processo de introdução da agroindústria em Lobato.

Espera lá, fábrica de laticínio, deve ter entrado, entrou no mandato, segundo mandato, prefeito Joaquim Francisco Pinto. Só que nessa época eu não tinha cadeira na Câmara, ele entrou em, entrou em, sessenta. Terminamos o mandato em 60 e o Joaquim entrou em 60, começou a administração dele. E ele é que conseguiu o laticínio para Lobato, até naquela época ele veio falar comigo, eu já não era vereador mais, mas ele veio falar comigo o que que eu achava dele trazer o laticínio para cá, eu falei: ‘Ó Joaquim, só que eu estou achando o seguinte: Lobato é uma terra que é de cafeicultura, agora trazer o laticínio aqui vai atrapalhar muito, os proprietários de café vão querer cortar o café e...’ Mas, só que eu falei aquilo e acabei arrependendo, porque hoje a força de Lobato é laticínio. Naquela época acho que eu dei uma bobeira, até de eu falar aquilo para ele, eu achava que o café dava mais que o laticínio. Mas como foi erradicado o café, então o laticínio foi importante na vida de Lobato. Ele começou o laticínio aqui em baixo, num predinho, porque naquele tempo não tinha posto de luz no município. Então era feito [...] à vapor. E naquele tempo, não me lembro o primeiro dono, sei que foi vendido para Catupiry e a Catupiry vendeu para um outro, e agora o outro vendeu para o Líder, só que o Líder agora construiu lá em cima¹²³.

A política governamental de erradicação cafeeira, a diversificação agrícola e a conseqüente liberação de mão-de-obra humana devido a mecanização da agricultura, levaram os moradores das Águas, que se deslocaram para a região entre as décadas de 1950 e 1960 a promoverem uma nova locomoção em direção ao Oeste paranaense ou ainda, para outros estados emergentes. Alguns depoentes lembram que vários habitantes das Águas e da própria cidade de Lobato se mudaram para Altônia, Pérola do Oeste, Assis Chateaubriand, Ubitatã e também para estados como o Mato Grosso e Rondônia por exemplo¹²⁴.

Com relação ao grande êxodo de 1973, os indícios que apontam para uma possível vertiginosa queda no número de habitantes lobatenses para esse ano foram retirados do Livro de Batizados¹²⁵ da Paróquia de Lobato. Os registros contidos nessa fonte datam de 1959 e, através do número de batizados foi possível verificar vestígios do declínio populacional ocorrido no município, ao menos entre a população católica, sobretudo a partir de 1970. Essa

¹²² RAIMUNDO Saraiva Peixoto: depoimento [out. 2000].

¹²³ DURVAL Colantonio: depoimento [jun. 2001].

¹²⁴ Os memorialistas em questão são Durval Colantonio, Tânia Martins Costa e Raimundo Saraiva Peixoto.

¹²⁵ PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de batizados, 1957-1999**. Lobato, out. 2001.

fonte registra que entre os anos de 1959 e 1975 ocorreu um total de 5.893 batizados católicos. Desse número, 3.667 ocorreram entre 1960 e 1969 quando foram realizados em média, 366 batizados por ano. Entre 1969 até 1975, essa média se reduz a 188 celebrações por ano, resultando num total de cinquenta por cento a menos de celebrações. No espaço desses seis anos, o ano de 1974 registra a menor quantidade de celebrações, apenas noventa batizados.

ANO	NÚMERO DE BATIZADOS
1959	381
1960	409
1961	463
1962	471
1963	453
1964	437
1965	441
1966	387
1967	363
1968	318
1969	288
1970	258
1971	250
1972	247
1973	173
1974	90
1975	111

Quadro 1: Número de Batizados entre 1959 e 1975.

Fonte: Livro de Batizados da Paróquia de Lobato, 1959

Não é possível estabelecer, com base nessa fonte, o número de moradores existentes no município, apenas verificar, através da queda no número de batizados que essa diminuição acentuada nas celebrações se torna um indício do declínio populacional ocorrido no município e, conseqüentemente nas Águas de Lobato. Esse declínio teria ocorrido de forma gradativa, se iniciando em 1969 e se acentuando a partir de 1973. Um exemplo dessa conclusão é dado também por dados relativos à vida religiosa dos lobatenses registrados no Livro Tombo da Paróquia¹²⁶. Como já foi dito, havia na zona rural, várias capelinhas que atendiam aos moradores da Águas, uma delas construída no ano de 1973. Denominada capelinha Santa Rita, foi construída na Água Paramirim e passou a atender em substituição a uma outra capelinha que existia na Água Potiguara e que foi desativada.

¹²⁶ PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Livro Tombo, 1959-2001. Lobato, out. 2001.

Um provável declínio populacional ocorrido na Potiguara pode ter sido o responsável pela mudança no local da capelinha que teria, por sua vez, o objetivo de atender a um maior número de moradores existentes na Paramirim, por outro lado, essa mudança de local pode evidenciar que o grande êxodo não era esperado entre a população lobatense nem pela Igreja Católica local. O tom saudoso com que os ex-moradores recordam da vida nas Águas leva a crer que a segunda hipótese talvez esteja mais perto do que realmente esteve ligado à essa mudança de local da capelinha de Santa Rita (FIGURA 21). Não obstante essa segunda possibilidade, assiste-se, nos anos iniciais da década de 1970, ao início da reorganização das Águas, no qual o número de habitantes é extremamente importante para o surgimento dessas mudanças.

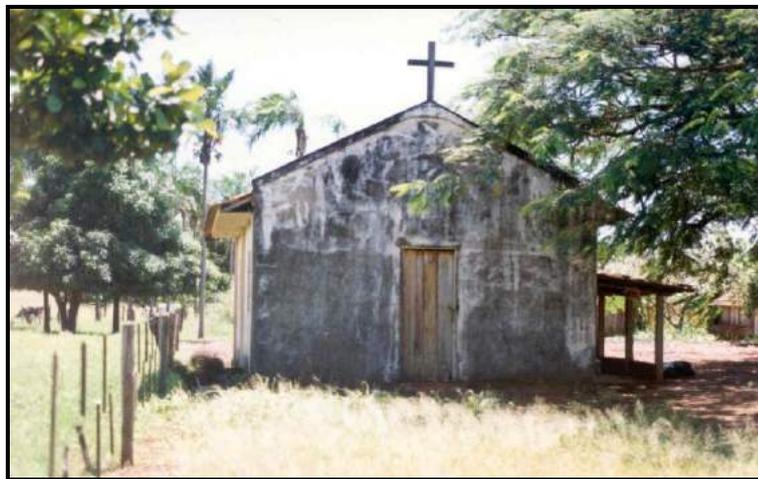


Figura 22: Capela Santa Rita, Água Paramirim, 1973.
Fonte: Doeswijk, 2001n.

Considerando os dados contidos nas fontes utilizadas para construir essas estatísticas, foi difícil estabelecer um número ao menos aproximado de habitantes entre os anos sobre o qual a pesquisa discorre. Conclui-se que tenha havido nas Águas durante os primeiros anos um movimento constante de entrada e saída de moradores que, ou se dirigiam para outras regiões dentro ou fora do estado, e mesmo dentro do município. Dadas as estatísticas relativas ao número de batizados católicos ocorridos, ainda é possível considerar que durante a década de 1960 também o crescimento natural tenha contribuído para o crescimento populacional e, nesse sentido, substituído o fator anteriormente citado relativo à saída e entrada de novos habitantes no município.

Ainda que por evidências cobertas de lacunas, foi estabelecido que, como registrou o IBGE, tenha habitado as Águas o significativo número de mais de nove mil moradores

durante a década de 1960, fato que por sua vez levou à consideração de que, sociabilizar a nova moradia construindo espaços coletivos relativos às organizações básicas sociais, representados por escolas, vendas, capelinhas e campos de futebol foi a medida estabelecida pelos moradores para reproduzirem suas vidas.

5.2 OS ESPAÇOS COLETIVOS

Nem todos os espaços sócio-históricos acima descritos existiram em cada núcleo formado por uma Água ou Fazenda, somente alguns desses locais contaram com uma ou mais dessas organizações básicas. O quadro seguinte traz quais foram as Águas ou fazendas equipadas com construções dessa natureza.

N.º	ÁGUA/FAZENDA	ESPAÇOS COLETIVOS
1.	Água Araçá	Escola
2.	Fazenda Santa Maria/Água Araçá	Escola e Campo de Futebol
3.	Água Grajaú	Escola, Capela, Campo de Futebol, Venda
4.	Água do Trigo	Capela, Campo de Futebol
5.	Fazenda N. S. Aparecida/Água do Trigo	Escola
6.	Fazenda Dona Cristina/Água do Trigo	Escola
7.	Água Paramirim	Escola, Venda, Capela, Campo de Futebol
8.	Água Pirapó	Escola, Capela, Campo de Futebol
9.	Fazenda Remanso/Água Pirapó	Escola e Venda
10.	Água Colorado/Fazenda São Carlos	Escola
11.	Água Caiatri	Escola
12.	Água Santa Terezinha	Escola
13.	Fazenda da Barra/Água Sarandi	Escola
14.	Fazenda Moron/Água Sarandi	Escola, Venda, Capela
15.	Água Ibitipoca	Escola
16.	Água Valmarina	Escola, Venda, Capela, Campo de Futebol
17.	Água Silex	Escola, Venda e Capela

Quadro 2: Espaços Coletivos Rurais.

Fonte: Divisão Municipal de Educação de Lobato (1957), Prefeitura de Lobato (2000), Fontes Orais, Brasil (1972a e b, 1978a e b).

Algumas dessas construções estavam localizadas na parte alta do espigão entre duas Águas ou junto às Águas, em alguns casos inclusive, não foi possível estabelecer o local exato dessas construções uma vez que a zona rural de Lobato se encontra atualmente tomada pela plantação canieira, produção que, com sua paisagem constante, dificulta aos antigos moradores localizarem onde existiam as construções (ANEXO A). Todavia, junto à memória local ficou registrado que “todas as Águas aqui tinham escola. Chegou uma época que aqui em Lobato tinha 15.000 habitantes. Então teve época que tinha escola em quase todas as Águas¹²⁷, relembra a professora aposentada Alice Cafofo, recordação que como se verá adiante, se repete em relação a existência dos campos de futebol. De fato, com o significativo número de vinte escolinhas rurais, não somente a maior parte das Águas tiveram suas escolinhas como ainda algumas fazendas (ANEXO A).

ANO DA INFORMAÇÃO	UNIDADES	ÁGUA/FAZENDA
1952	01	Água Araçá
1955	01	Fazenda Moron
Anterior a 1956	02	Água Sílex
1957	01	Água Ibitipoca
1957	01	Água Colorado/Fazenda São Carlos
1958	01	Água Paramirim
1958	01	Fazenda.Cristina
1960	01	Fazenda Remanso
1960	01	Água Grajaú
1961	01	Água Valmarina
1961	01	Água Caiatri
1964	01	Água Bandeirantes
1964	01	Água do Trigo/Fazenda Nossa Senhora Aparecida.
1964	01	Água Pirapó
1964	01	Água Araçá/Fazenda Santa Maria
1964	01	Fazenda Santa Terezinha
1964	01	Água Sarandi
1965	01	Água Potiguara
1975	01	Escola Castelo Branco

Quadro 3 – As vinte escolas rurais.

Fonte: Divisão Municipal de Educação de Lobato (1957), Prefeitura de Lobato (2000), Fontes Orais, Brasil (1972a e b, 1978a e b).

¹²⁷ ALICE Cafofo: depoimento [nov. 2000].

Esse conjunto de vinte escolinhas reflete o auge demográfico e social daquela sociedade. Vejamos o que dizem as professoras Alice Caforo e Tânia Martins Costa, e o senhor Raimundo Saraiva Peixoto, cujas apresentações serão feitas posteriormente, sobre essa mobilidade da população para outros municípios emergentes.

Para a Alice,

as escolas do sítio muitas fecharam porque não tinha aluno, tinha dia que saíam, 4, 5, 10 mudanças de Lobato. Bom isso na época de uma geada, eles falaram para vocês quando foi? 76 que deu uma geada muito grande aí a população de Lobato em pouco tempo, só casa fechando, fechando.

E nas Águas ocorreu, segundo relembra Tânia¹²⁸, que,

em Lobato tinha uma população de quase 16 mil habitantes, 15 mil habitantes, e com a geada, aí foi radicado o café e entrou então pra substituir a plantação de café, mamona, algodão, amendoim, que tinha muito, foi entrando então o gado, a pastagem, e agora mais recente, a cana. Então, isso expulsou o homem do campo, os maiores foram comprando, os maiores proprietários foram comprando as menores, propriedades. Hoje Lobato tem uma grande área de proprietários que não residem em Lobato, isso aí foi expulsando a população. Expulsando, expulsando a população que ia para o Mato Grosso, tinha um negócio de ir para o Mato Grosso.

Mas, não somente o Mato Grosso foi o rumo tomado pela população, muitos foram “embora para Assis Chateaubriand, a tudo quanto é lugar no Paraná e até, às vezes, fora do estado, foram mudando”, é a forma como o senhor Raimundo¹²⁹ explica a mobilidade demográfica lobatense. O crescimento da produção pecuária e o conseqüente deslocamento de muitos moradores das Águas para a cidade fizeram com que os vereadores refletissem sobre o material que as escolas deveriam ser construídas em 1969. Alguns sugerem a alvenaria, outros, como o vereador Benedito Siqueira Ita¹³⁰:

Disse estar o município em fase de desenvolvimento pecuário, o que vem diminuir o número de alunos que então as escolas deveriam serem construídas de tábuas, de tipo móvel, para que sejam em qualquer tempo transferidas para lares onde há maior freqüência de alunos.

Inicia-se então, o deslocamento ou a desativação de escolinhas na zona rural, fato ilustrativo da reorganização do espaço social das Águas sob novas perspectivas e interesses e que também refletem uma nova fase na organização espacial e social do Norte do Paraná que, de receptor de migrantes passa a ser uma região de migração.

¹²⁸ DARCY Américo de Oliveira: depoimento [out. 2001].

¹²⁹ RAIMUNDO Saraiva Peixoto: depoimento [out. 2000].

¹³⁰ CÂMARA MUNICIPAL, Lobato, **Ata da sessão realizada no dia 20 de fev. de 1969**, Livro 4, p. 58.

Como se observa, através do detalhamento de particularidades relativas a organização material coletiva das Águas foi possível reconstruir o desenvolvimento social implantado pelos moradores rurais. Em maior ou menor medida, a descrição desses espaços e sua importância como locais de convivência coletiva demonstrará o nível de autonomia existente em cada um dos casos aqui apresentados e, como essa autonomia permitia aos moradores locais se organizarem socialmente. Além disso, o detalhamento das atividades oriundo das escolas, vendas, capelas, campos de futebol e também das sociabilidades praticadas pelos moradores, auxiliará na composição de mais um pedaço do mosaico cuja figura representa a formação da sociedade das Águas de Lobato, através de suas relações sociais e construções materiais coletivas.

É óbvio que essa exposição não dá conta de discorrer sobre todos os aspectos que envolveram o processo de evolução daquela sociedade, mas, apresentam vários elementos que, em conjunto formam uma figura na qual se vislumbram aspectos da vida naqueles espaços sociais. Outra peça que compõe o mosaico será dada no próximo capítulo quando se discorrerá sobre o perfil regional e cultural dos moradores das Águas como forma de demonstrar a diversidade do grupo social que habitou as Águas. Assim, não será através de uma narrativa unívoca que se discorrerá sobre aquela sociedade, mas, sobre um grupo de narrativas construídas através das experiências dos moradores e ex-moradores das Águas e também por meio de informações contidas em documentos que registram traços daquela vivência.

Nesse sentido, a pesquisa microanalítica desenvolvida nas Águas de Lobato difere da maioria dos trabalhos de micro-história por apresentar seus resultados através de diversas narrativas e quadros que representam a evolução daquela sociedade e, não através de uma narrativa em particular que perpassa todos os capítulos. Não há, na história das Águas um personagem central, mas diversas personagens cujas histórias foram utilizadas para discorrer sobre uma história coletiva, ou seja, utilizei-me de uma escala micro para discorrer sobre uma escala de maior amplitude, que tanto pode ser a sociedade das Águas quanto a história de pessoas em particular, ou, até mesmo, a história da introdução de elementos pertinentes à sociedade capitalista e outras culturas regionais e nacionais na região Norte paranaense.

6 OS DIVERSOS PERFIS DOS HABITANTES DAS ÁGUAS

O município de Lobato está situado na fertilíssima região setentrional do Paraná, nas terras roxas, onde o ciclo cafeeiro, no período de duas dezenas, construiu uma nova civilização com elementos oriundos de todos os quadrantes do país, calcada nos moldes culturais de São Paulo, do qual o Norte do Paraná, em muitos aspectos, parece ser um grande e notável prolongamento¹.

6.1 MOTIVOS – SUBJETIVOS E OBJETIVOS - DA VINDA DE ALGUNS MIGRANTES PARA LOBATO

Esse sub-tópico discorrerá sobre a ajuda que a CMNP recebeu da propaganda feita “boca-a-boca” para a comercialização de propriedades e para a vinda de profissionais especializados, como farmacêuticos por exemplo, para a região Norte do Paraná. Inicia essa discussão uma biografia singular na qual a maneira como um indivíduo e sua forma particular de se posicionar perante a vida, transformou-o em modelo de protagonista ativo do mundo vivido pelos primeiros moradores de Lobato.

O senhor biografado é Agripino Lúcio dos Santos², cuja figura é ímpar entre os entrevistados e chama atenção por sua experiência de vida e pelo fato de contar, no dia da entrevista, com 103 anos de idade - não confirmados por ele -, e que, não obstante o elevado grau de surdez, mora sozinho numa casa de alvenaria com quatro cômodos e um banheiro. Sua história de vida ilustra de forma clara e pontual os anseios daqueles que resolveram aproveitar as oportunidades surgidas Norte paranaense principalmente a partir de 1940 com a introdução do sistema capitalista centrado na produção em grande escala da cafeicultura e na venda de pequenas e médias propriedades na então área coberta quase que exclusivamente por mata nativa.

Agripino nunca possuiu um pedaço de terra para cultivo próprio na zona rural de Lobato e, nas vezes em que lá morou, foi trabalhando para outros proprietários seja na lida com a lavoura, seja praticando seu ofício, que era o de furador de poços. Conta ele que teria saído de Feira de Santana na Bahia com vinte e dois anos de idade, mas, é impossível estabelecer a data ou a idade exata em que chegou a Lobato. Ele, com sua personalidade

¹ FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959. p. 304.

² AGRIPINO Lúcio dos Santos: depoimento [out. 2001].

arredia e, contraditoriamente, extrovertida, faz questão de deixar certos detalhes de sua biografia implícitos em risos matreiros e olhares fixos.

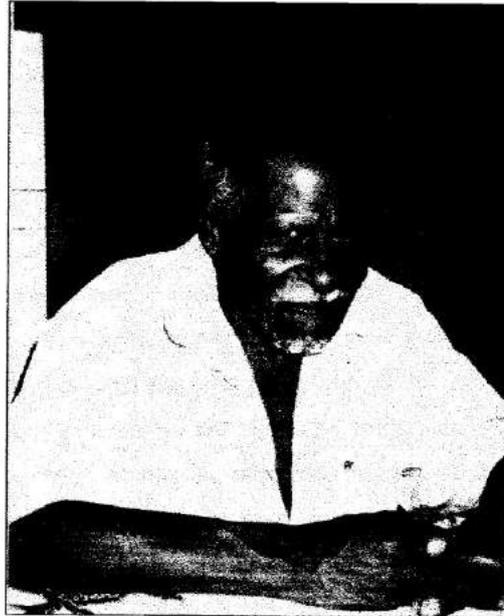


Figura 23: Senhor Agripino Lúcio dos Santos.
Fonte – Docswijk, 2001m.

Seu Agripino cultivava um certo mistério em torno de sua vida que parece lhe dar prazer e, de certa forma, talvez isso sirva para cultivar-lhe a lucidez em idade tão avançada. De sua vida na Bahia ele conta que,

Na Bahia? Na Bahia eu rodei logo. Meu trabalho era lutar no pé do engenho, quando eu queria. Lutar no pé do engenho. Lá no engenho que eu morava fazia cachaça, açúcar, rapadura, eu fazia isso tudo. Quando eu não queria, que ele (o patrão) era bem de vida, que eu não queria, então ele punha outro. Eu ia trabalhar com uma tropa de doze burros. Quando eu não queria mais eu ia lutar com o gado, era isso. Eu fiz uma roça na Bahia do tamanho dessas duas datas aqui. Tinha dia que eu ficava mais no mato que eu trabalhar que não dava tempo.

Agripino sorri o tempo todo em que relembra esses detalhes de sua vida, fato que como já foi dito, remete ao seu relato um tom de mistério, como se ele escondesse algo pelo puro prazer de não revelar maiores detalhes. Indagado sobre os motivos de sua vinda para Lobato, ele, no entanto, é incisivo: veio em busca de dinheiro. Convidado por um primo da esposa, denominado por ele como Zezinho barbeiro, Agripino conta que foi convencido a vir para Lobato sob os seguintes argumentos:

É, (primo) de sua mãe. Veio o primo dela, e sempre telefonava que aqui era bom de ganhar dinheiro, que aqui ganhava dinheiro no rodo. E nós viemos. Aqui foi bom! Eu lhe digo: aqui foi bom! Esse Paraná aqui por onde eu andava, aqui foi bom para ganhar dinheiro. Aqui um dia, o senhor chegava aqui, o senhor saía aí na roça às pilhas de arroz estava tudo atravessada assim em riba dos paus ôh, ali. De milho, eles queimaram, tinha valor. Nesse ponto aqui foi bom. Nesse tempo aqui, peão não passava fome. Peão saía aí andando nas roças, banana, banana e mamão era à vontade. peão enchia a barriga, peão caía no mundo.

Com o objetivo de lucrar com todo o investimento que estava sendo feito na região, Agripino se juntou ao senhor Martins, de sobrenome desconhecido, trabalhando como furador de poços. Costumava furar poços entre vinte e cinco e trinta metros de profundidade e, os três, quatro mil réis que eram pagos pelo trabalho “era barato” e então, “muitas vezes, para terminar o serviço, quando não achava [água], muitas vezes aí a gente estourava o preço porque queria acabar, tava no fim, tinha que fazer essas ‘nojiças’”.

Como furador de poços e depois como trabalhador autônomo da lavoura, Agripino era frequentador tanto do meio urbano emergente, quanto da zona rural, e ficou conhecido entre os moradores não somente por seu ofício, mas, como apreciador de brigas e, também, como aquele que recebeu duas picadas de cobras – uma em cada perna – quando trabalhava na fazenda Ferraz limpando um poço.

Eu vinha trabalhar, estava trabalhando lá, limpando um poço e vim no carreador assim no pasto, quando eu cheguei, uma seca que estava que quando eu venho um triozinho (...) capim seco, eu passei só vi a pancada nessa perna “tac”, que quando eu pulei ele pegou na outra. Foi duas... eu virei para ele eu só disse assim: eu disse: ‘ei menina’, tratei ela sério: ‘ei menina, tu me pegou, mas tu não é Deus, tu não pode mais do que Deus’, foi o que eu disse para ele e pronto.

Tal fato faz com que ele, ao ser questionado sobre suas atividades naquela fazenda nada revele, pois, em sua lembrança ficaram registradas de forma mais contundente, as picadas que levou da cobra num “triozinho” coberto por capim seco. As picadas resultaram num atrofiamento dos membros inferiores do senhor Agripino, que, a partir de então, passou a locomover-se com dificuldade. Homem de poucas palavras, certamente descendente de escravos, Agripino revelou uma identidade que pode ser facilmente reconhecida como de um homem que preza a liberdade. Embora tenha trabalhado na lavoura do café, furando poços, derrubando mato, construindo estradas, é visível como ele faz questão de frisar o sentimento de liberdade que permeia sua vida.

Era meu ofício quase era quase no mato, derrubando o mato. Quando foi indo, foi indo que eu, quando eu não derrubava mato eu ia carpir café. Quando o povo chamava, o situante que eu nunca gostei de trabalhar em

fazenda, não gostava, que o povo chamava de pé de ferro. Aqui situante era pé de ferro: 'vou botar um pé de ferro!'. E também nunca gostei de ficar dentro da casa dele. Meu negócio era esse: que tivesse um rancho para eu queimar a minha lata. Eu gostava de queimar a minha lata para lá, de 'meano' levanta ir para o trabalho, eu era assim. Até hoje, eu só. Que eu lhe digo a verdade, tenho minhas duas filhas, elas são boas para mim, 'percore' a elas que eu adoro muito lá dentro de casa? E são boas né. É porque minha natureza... eu moro aqui não sei quantos anos, eu não vou na casa de vizinhos, quem quiser me achar, que eu não tiver deitado aqui, ou sentado, que nem o dia que o senhor viu que eu estava sentado ali, pode ir, só me acha lá em cima no boteco de Alfredo aonde ela me achou, ali na Rosa, que não tiver aqui, ou na casa de uma vizinha que tem lá em cima. Também, tirando dessa, pronto.

Seu Agripino, que veio para o município pensando em enriquecer com o volume vantajoso de dinheiro que foi investido no Norte do Paraná na década de 1950, não conseguiu realizar seu sonho. Em seu depoimento foi possível inferir que ele chegou em Lobato provavelmente em 1953, pois ele utiliza um fato coletivo ocorrido no município para descrever a possível data de sua chegada ao então Patrimônio Lobato, ou seja, a cronologia de vida desse homem não é dada por datas mas, sim, por fatos. Vejamos.

Quando eu cheguei aqui? Quando eu cheguei aqui tudo era mato. Ali onde é o jardim, aquilo ali tudo era mato. Aquilo lá era mato ali tudo. Eu ajudei ainda fazer uma igreja de pau que tinha ali no meio do jardim, eu ajudei ainda ajudei abrir a estrada daqui para Colorado. Carro vinha de Arapongas, tinha dia que só chegava até Santa Fé, era pior do que aqui. Chegava tinha dia que a gente não podia, quem morava aqui quisesse, vinha que vim de Santa Fé a pé. Quanto eu vim para aqui, no dia o carro só veio até Santa Fé. Até aqui não veio. Veio eu e meu companheiro de lá aqui a pé.

Sabe-se que a Igreja de madeira a que ele se refere foi construída em 1954 e que a estrada que ligou Lobato a Colorado data de 1953. Assim, estabeleceu-se como provável ano de chegada de Agripino e seu companheiro anônimo a Lobato, o ano de 1953 pois, se em 1953 ele já se estava trabalhando na construção da estrada, presume-se que o entrosamento de Agripino com a população local já se encontrava em um nível razoável de conhecimento mútuo.

O que revela a história desse baiano de Feira de Santana? Negro, que chegou a Lobato sem dinheiro algum para investir, sem família, tendo apenas por referência um primo e um companheiro que nem ao menos cita o nome em seu depoimento? A resposta a essas questões é múltipla: Agripino e sua trajetória de vida ilustram traços de interesses e anseios em lucrar com os investimentos que estavam sendo feitos no Norte do Paraná. Ele, como tantos outros, veio tentar a sorte numa região em que, embora fosse constantemente caracterizada como primordialmente agrícola, não deixava de ter espaço também para outros tipos de atividades

lucrativas, como por exemplo, a simplicidade que era a perfuração de um poço. Noutra perspectiva, o migrante baiano é um indivíduo cujo exemplo maior está ligado à forma como preza e de como viveu o sentimento de liberdade. E, imbuída dessa última característica, a figura de Agripino representa a capacidade dos seres humanos em conduzirem suas vidas observando as oportunidades e se lançando sobre elas não obstante os riscos inerentes às mudanças que as oportunidades oferecem dado o elevado nível de transformações que as acompanham.

Por outro lado, o relato de Agripino é revelador também por confirmar a eficácia da propaganda feita pela CMNP e pelo Estado em diversas partes do país sobre a imponência da implantação da sociedade capitalista no Norte paranaense. Propaganda, que, como se viu, foi feita não só através de cartazes e propagandas encomendadas pela CMNP, mas também, através de cartas no caso de Agripino, e, em outros casos, através de conhecidos que vinham para Lobato e depois voltavam para seus Estados e convidavam amigos e parentes para lá se estabelecerem. Vejamos outros casos:

Quando eu sai lá da Bahia eu vim direto para o Estado de São Paulo, mas, já sabendo que já tinha uns conhecidos nossos que eram de lá, que estavam morando aqui em Lobato, aí, eu vim aqui a procura deles. Cheguei e encontrei, a aí ficamos aqui³.

O motivo principal foi o profissional. Nas cidades maiores a gente não tinha condições, primeiro condição legal. Os farmacêuticos tinham mais direitos. O meu direito se resumia onde não tivesse farmácia. Então São Paulo, se eu quisesse, primeiro teria que ter condições financeiras. Mas não era o meu caso. Então eu me vi forçado a vir para o Norte do Paraná, que se falava muito naquela época, que era Terra da Promissão. E, de fato, aconteceu isso e eu passei a exercer a profissão aqui. Lá eu trabalhei um certo tempo em farmácia como funcionário⁴.

Porque a gente já tinha parentes, eu já tinha parentes em Astorga quando... Então, por intermédio deles, nós viemos diretamente a Astorga⁵.

Não, eu tinha um irmão mais novo que eu sabe, ele veio na frente, eu era casado, ele já era solteiro. Ele veio na frente. Ele gostou muito daqui e ele informou para muita gente lá e muita gente interessou. E de lá nos viemos. Um foi contando para o outro, você sabe como é minciro, é o seguinte: um conta para o outro, o outro vai na casa do outro, e oferecia: "vamos para lá, porque lá não sei o que tem, tal, papá". Aquele negócio (...) aqui tinha uma minerada danada, agora já tem menos⁶.

³ OLIRIO Xavier Cotrim: depoimento [out. 2000].

⁴ VALDIR Cotrim Ribeiro: depoimento [mar. 2001].

⁵ RAIMUNDO Saraiva Peixoto: depoimento [out. 2000].

⁶ JOÃO do Soutto Mello: depoimento [out. 2000].

Senhores e jovens senhoras que hoje se encontram em Lobato lembram os motivos e as esperanças que trouxeram seus pais para o município emergente.

Meu pai nasceu em Pernambuco, no município chamado Pedra Buíque que hoje já não existe mais essa cidade. Tem um outro nome que não me recorde agora no momento e, que nome tem hoje. Então ele vem para o Paraná, direto de Pernambuco para cá, ainda era menor na época, ele tinha uma dezesseis, dezessete anos aproximadamente na época, e, ele veio para cá e já havia alguns parentes dele aqui no norte do Paraná. Ele veio para trabalhar na fazenda Moron⁷.

Olha, eu sou natural de uma cidadezinha do Rio Grande do Norte, de nome Várzea é, o que trouxe a minha família para o Paraná, para essa região, foi... o ponto de referência mesmo foi meu tio. Ele foi desbravador dessa região, ele trabalhou na Companhia Norte Melhoramentos, participou da derrubada dessas estradas: de Lobato a Arapongas, Arapongas a Londrina, foi um pioneiro aqui na região, e devido a esse ponto de referência, o meu pai, minha mãe, vieram se fixar nessa região em busca de dias melhores. A gente vivia numa região empobrecida, uma região do Rio Grande do Norte, apesar de que minha família no Rio Grande do Norte é, não ser uma família de miseráveis, uma família mais ou menos estável, mas tinha assim aquela perspectiva de melhora. Então, nós viemos, meu pai veio em 1955 para cá, ficou um ano e depois retornou ao nordeste para trazer a família. Eu vim com 5 anos de idade, em 1956. Lobato tinha poucas casas e bastante mata ainda, meu pai tinha uma casa comercial e aqui chegamos e até hoje estamos aqui⁸.

A sistematização dos relatos que enfocam os interesses de vinda para o Norte do Paraná tem sua razão de ser. O aspecto quantitativo das evidências aqui relatadas confirma a eficácia da propaganda feita pelos organismos responsáveis pela introdução do capitalismo na região assim como também, recriam o clima de euforia que acompanhou as mudanças empreendidas pelos prováveis moradores ao se dirigirem a Lobato. Ou seja, características objetivas e subjetivas que acompanharam os motivos do deslocamento humano para o Norte paranaense estão expressas nesses relatos principalmente por meio de traços da história de vida de Agripino Lúcio dos Santos.

6.2 CONFLITOS PESSOAIS NAS ÁGUAS

Nem todos os que se dirigiram para Lobato estavam esperançosos ou vieram espontaneamente para o município, alguns enfrentaram momentos de intensa aflição e solidão

⁷ JOSÉ Cavalcanti da Silva: depoimento [out. 2001].

⁸ TÂNIA Martins Costa: depoimento [out. 2001].

6.2 CONFLITOS PESSOAIS NAS ÁGUAS

Nem todos os que se dirigiram para Lobato estavam esperançosos ou vieram espontaneamente para o município, alguns enfrentaram momentos de intensa aflição e solidão nas Águas. Uma dessas pessoas é Nair Marques de Oliveira¹³¹, nascida em Conceição das Alagoas, estado de Minas Gerais, essa senhora morava na cidade Astorga, no Paraná, quando se mudou para a zona rural de Lobato, mais precisamente na Água Araçá. Já casada, Nair chega em Lobato no 1952 e conta que estranhou sobremaneira a vida na zona rural. A má impressão que teve da nova moradia foi assim expressada por ela:

Então eu cheguei, fomos morar no sítio que era do sogro. Tinha muito medo de sítio. Porque quando vim de Minas para Astorga nós fomos para a cidade. Ali não sofri tanto. Mas quando vim para o sítio passei muito medo. Medo das crianças ficarem doentes. Mais difícil era médico. Até também não tinha condução para ir ao médico. Sempre era difícil. Quem trabalha na lavoura não tem dinheiro todo dia. A vida era muito difícil. E eu sofria muito por causa das crianças. Com medo das crianças ficarem doentes. Quando estava todo mundo com saúde, tudo bem. Até que ia levando. Você acostuma um pouco. E o Jair sempre foi muito caprichoso. Não deixava faltar as coisas em casa por eu não poderia sair para comprar qualquer coisa.

Na fazenda em que Nair foi morar predominava a produção cafeeira e a criação do gado leiteiro e pertencia ao senhor Joaquim Américo de Oliveira, seu sogro. Nessa fazenda havia uma colônia onde moravam doze famílias, incluindo entre elas as famílias do filho e da filha do Sr. Joaquim. Quanto aos empregados da colônia, conta Nair:

Um cara lá que era mineiro. Os outros eram descendentes de italiano. Baiano acho que sim. Tinha um senhor com nome de Sebastiãozinho, acho que ele era baiano mas tinha o seu Domingos, tinha o seu Tônico que era italiano; e tinha o outro irmão do seu Tônico que eu esqueci o nome dele, são de família italiana, era aquela familiona”.

Somadas a residência sede, havia na fazenda dose casas, sendo a maioria mais um rancho que uma casa realmente:

Um rancho é uma casa toda cheia de buraco, assim de madeira. A cobertura é umas tábuas que quando geava lá fora, geava dentro de casa também. As crianças eu tinha que colocar uma cobertura grossa em cima do berço. Quando você tirava estava quebrando de gelo. Era terrível. Até aí tudo bem sabe, mas quando vai chegando ali para as 18:00h é que era ruim. O medo sabe? Aí se a gente fica angustiado porque vai escurecer.

Uma das propriedades mais equipadas da zona rural, a fazenda onde morava Nair é constantemente lembrada como aquela que contou com um gerador de luz ainda nos primeiros

¹³¹ Nair Marques de Oliveira: depoimento [dez. 2000].

anos da década de 50 e também com a primeira escola do município, sendo que esse segundo fato será detalhado no próximo capítulo. Dona Nair chama o gerador, de usina, e considera que sua vida melhorou muito depois da instalação desse equipamento.

Ali já era melhor. Porque às seis horas [da tarde] ele ligava a luz que era dentro do quarto. Mas quando dava umas 10:00h [da noite] ele apagava. A hora em que ele ia dormir ele apagava a luz. Mas já era melhor. Porque, às vezes, no começo da noite você deixava para dar janta, assim, seis, sete horas [da noite] tinha que ascender o aparelho para dar luz. Ai ficava bom porque já tinha luz.

Anteriormente à usina usava-se a lamparina a querosene mas, depois, quando o gerador já estava funcionando até mesmo a escola que havia na colônia foi iluminada. Na fazenda havia ainda, produção de leite com o qual Nair e as demais mulheres costumavam fazer queijo e requeijão, e quanto às criações de frango, porco e gado, essas davam conta de abastecer proprietários e colonos com uma dieta rica e farta e, cujo produto costuma ser dividido com os colonos da própria fazenda ou ainda, com vizinhos.

Olha, a vida toda meu marido gosta assim, muita carne. E lá, graças a Deus, a gente tinha fartura. Além da carne, a gente fazia muita coisa que era trazida da lavoura. Lá a gente colhia, a gente tinha verdura de toda qualidade. Podia escolher: batata, mandioca, além de outras coisas que eles traziam lá de baixo que eu não sei o nome. Umas batatas escuras que no momento eu esqueci o nome.

A dieta de sua família era realmente farta, além do café da manhã preparado com leite, queijo e requeijão, havia também pão caseiro, alimentos que para ela eram sagrados nessa primeira refeição. Uma simples fornada de pão inclusive, revela aspectos de um cotidiano cujo conteúdo histórico e social é altamente relevante para a pesquisa em questão.



Figura 22 – Nair Marques de Oliveira.

Fonte: Doeswijk (2000m).

Através dessa passagem é possível encontrar aspectos da relativa autonomia existente entre a zona rural e a urbana. Momentos de atividades coletivas entre vizinhas e crianças e, também, formas veladas de relações sociais que visavam promover encontros para dar conta de outros tipos de relacionamentos como se verá a seguir.

Conta Nair que era comum seu marido se dirigir até a cidade e comprar, entre outros mantimentos, sacas de até 20 ou 25kg de farinha de trigo, que eram guardados na despensa até o momento em que “a gente arranjava umas comadres por ali, e fazia aqueles pães sabe?”. Noutros momentos, ela costumava reunir vizinhas, primas geralmente, para jantarem em sua casa.

Uma prima, que ela chama Iraci, tinha uma menina que é a Lucília, que era amigona da Darci minha. Então, sabe, por causa dos filhos a gente sempre faz coisas né? A gente reunia e fazia um jantar ou um almoço. Frango, macarronada, maionese, essas coisas. E bebida, acho que fazia suco.

Mas, segundo ela, não era comum fazer festas na fazenda, ao menos não entre os patrões. Quanto aos empregados, era freqüente a promoção de festejos sobretudo na colônia, mas, como não havia muita familiaridade entre os colonos e patrões, conhecia-os apenas de vista, os empregados se divertiam no interior da própria colônia. Observa-se nessa passagem a existência de uma vida particular entre os moradores da colônia fato que revela um distanciamento entre as duas esferas que vai além da distância material que, de fato os separava, e entre numa outra esfera, a social e porque não, cultural.

Sobre o dia-a-dia na fazenda Nair conta que cuidou da horta e da criação e que suas atividades se restringiram ao âmbito doméstico.

Não cheguei a trabalhar na roça. Até porque não tinha muito tempo. Eu toda sofri muito com meus filhos. Eu queria Ter dado tudo para eles. Toda dificuldade que eu passei eu queria ver se eles não passavam dificuldade. Eu estava sempre protegendo, compensado eles. [...] O serviço de casa tinha que ser a gente que fazia, porque não tinha mesmo.. E a gente dormia muito cedo. Escurecia já colocava as crianças para dormir, porque não tinha muita coisa para fazer. Não tinha como passear. Às vezes dava uma volta pelas lavouras, era bonito.

O quadro pintado por Nair da vida nas Águas, não é uma tela colorida ou cheia de luz. Seu relato traz sim, uma vivência de sofrimento e de muito medo, como se pôde constatar nas citações anteriores. Essa vida de sofrimento é ainda mais detalhada por quando passa a se referir os momentos de diversão.

Segundo ela, não era costume virem até a cidade para se divertirem nos finais de semana, principalmente quando as crianças ainda eram pequenas e, quando ainda não tinham

carro pois, “às vezes era muito difícil. Porque antes da gente ter nosso carrinho, se quisesse vir tinha que vir a pé. Era longe, não dava para andar com bastante criança. Então era preferível não vir”. E, quanto a casamentos e outras comemorações, somente se fossem de parentes ou amigos próximos. Assim, poucas eram as ocasiões em que Nair encontrava motivos para se divertir quando de sua vida na Araçá e, ao discorrer sobre aqueles momentos deixa claro uma aversão desmedida por tal local e momento de sua vida. Quando, no início da década de 1970, discorre sobre o momento em que se mudou para a cidade “para os filhos poderem estudar”, é como se uma nova fase de sua vida tivesse início, uma fase em que ela, sem dúvida, parece ter se entrosado muito mais.

Um depoimento como o de Dona Nair revela que, embora muitos tenham se dedicado à vida nas Águas imbuídos de uma esperança em dias melhores resultantes dessa própria vivência, outros ao contrário, viveram em mundos isolados de comportamentos que nada, ou pouco, tem a ver com interesses financeiros ou empreendedores de um município em expansão. O perfil apresentado pelo relato de Nair demonstra alguns dos conflitos pessoais vividos durante a fase de consolidação da sociedade das Águas e, ao narrar de traços da vida de Nair objetivou-se multiplicar os tipos de relacionamentos que existiram entre homens, mulheres e meio-ambiente nas Águas de Lobato.

Assim, o que um depoimento como o de Nair pode revelar são aspectos subjetivos e muitos pessoais sobre as lembranças que ela tem da vida nas Águas. Elemento que surge como uma característica ainda inexplorada da vivência numa sociedade rural emergente que é a não adaptação a um espaço principalmente pelo fato de Nair não encontrar formas de significá-lo de acordo com sua vivência anterior na zona urbana de Astorga.

O isolamento espacial, representado pela falta de um automóvel para levá-la e aos filhos à cidade denota a amargura que a distância entre a fazenda e a cidade, de aproximadamente três quilômetros, causava em Nair. Isolamento esse que ela sentia também quando se refere às festas acontecidas na colônia da fazenda e das quais não participava. Entre o medo da noite e as atividades diárias, Nair traça os conflitos e as sociabilidades praticadas por ela e outras famílias da fazenda como por exemplo, o encontro entre vizinhas para preparar pães ou os almoços a pedido dos filhos. E, ao dividir a carne proveniente do gado existente na fazenda e também das caçadas do marido, são elementos que surgem como práticas de sociabilidades inscritas em tempos anteriores à vinda para a fazenda, assim como são reprodução de um cotidiano já conhecido a construção de hortas e a criação de porcos e galináceos ao redor da sede.

Quanto à existência incipiente da primeira escolinha exatamente na fazenda de seu sogro, e que Nair nem ao menos cita, assim como a construção do gerador de luz, são detalhes existentes nessa fazenda que representam o interesse do proprietário em organizá-la de forma a torná-la o mais autônoma possível. A venda, do tipo armazém, uma outra escola fundada anos depois e um campo de futebol são espaços coletivos que também fizeram parte da estrutura organizacional que havia na Água Araçá e das quais partilhavam não só os moradores da fazenda mas também moradores vizinhos. A existência desses espaços coletivos, ou dessas organizações sociais básicas, revela a autonomia existente na fazenda e também na Água Araçá.

6.3 O PERFIL REGIONAL E CULTURAL DOS HABITANTES DAS ÁGUAS

Alguns detalhes da vida de Nair Marques de Oliveira apontam ainda para o perfil regional e cultural da população que migrou para o município de Lobato, como a colônia existente na fazenda em que vivia e na qual moravam descendentes de italianos e também migrantes baianos. Sem dúvida, o número de paulistas que se dirigiram para o Norte do Paraná durante o período aqui analisado foi expressivo, como atesta a epígrafe que introduz esse capítulo, no entanto, no confronto entre os documentos da CMNP relativos à venda de propriedades no município, os registros de matrícula escolar de Lobato e as fontes orais, surgiu um elemento não contemplado por Jurandir Pires Ferreira sobre o perfil regional daqueles que migraram para o município.

Embora o autor destaque a importância da migração paulista para o Norte do estado do Paraná, o confronto entre as fontes revelou que migrantes do Norte e Nordeste do país e também do estado de Minas Gerais, além de imigrantes de outras nacionalidades se deslocaram em número significativo para o município e que formaram inclusive colônias nas Águas e fazendas.

Como a maior parte da população volante e mesmo a que se estabeleceu de forma definitiva no município não deixou registro serial de sua passagem por Lobato, construiu-se um quadro, a partir do local de origem de alguns alunos matriculados na zona rural, mais precisamente nas escolinhas da fazenda Remanso, localizada entre o rio Pirapó e a Água Jacuriba e também com os alunos da escolinha que atendia aos moradores da Água Ibitipoca

como forma de exemplificar não só o perfil regional, mas, a diversidade de regiões brasileiras representadas no corpo de moradores do município.



Figura 23 – Escola da Água Ibitipoca.

Fonte: Divisão Municipal de Educação de Lobato (196-c).



Figura 24 - Escola da Fazenda Remanso.

Fonte: Divisão Municipal de Educação de Lobato (1968).

O número de migrantes paulistas é sem dúvida, maior que o dos demais estados, contudo, a existência de outros moradores, como os migrantes cearenses da fazenda Remanso que não podem ser desprezados, pois, demonstram exatamente a locomoção, permanência e inserção dessas pessoas na construção da vida social de Lobato. Todavia, algumas lacunas foram detectadas nessa fonte quando, às vezes, foi anotado como lugar de nascimento “Bahia” e em outros “Brasil”, ou, quando o aluno Ângelo Lazaretti, nascido em São Paulo, consta como “italiano”, sendo, na verdade, brasileiro, fato que dificulta ainda mais a apresentação de um quadro detalhado e sistematizado sobre o perfil daqueles que habitaram as Águas.

ANO	ESCOLA/ÁGUA	ALUNOS MATRICULADOS	ORIGEM
1957	Água Ibitipoca	48	33 – São Paulo 10 – Paraná 03 – Minas Gerais 01 – Pernambuco 01 – Ceará 22 – São Paulo
1961	Fazenda Remanso	62	14 – Paraná 13 – Ceará 04 – Minas Gerais 02 – Pernambuco 02 – Rio de Janeiro 03 – Procedência não declarada

Quadro 4 – Origem regional dos alunos matriculados nas escolas Ibitipoca e Remanso.
Fonte: Elaborado a partir de documentos da Divisão Municipal de Educação (1957, 1961).

Na fazenda onde vivia Dona Nair, como já foi dito, havia entre os anos de 1952 e 1955, uma colônia na qual viviam nove famílias quando a geada, variação climática temida pela maior parte dos lavradores, sobretudo dos lavradores lobatenses que plantaram café ainda em semente, fez com que no ano de 1955 o dono da fazenda dispensasse oito das nove famílias de colonos cujos destinos não foram citados pela depoente. A itinerância praticada pela população que se deslocou pela região nesse período, pode ser representada ainda pela experiência da família do senhor Raimundo Saraiva Peixoto¹³²:

Depois que eu fiquei, morava junto a meu pai... nós moramos em vários lugares.... morei em Astorga, na Colônia primeiro. Depois nos mudamos assim, definitivamente, para Lobato em 54. Nós moramos aqui em Água Colorado, aí inauguramos uma lavoura de café. Em 58 mudei para Munhoz de Mello, junto com ele, em 61 nós voltamos para Lobato novamente, nós voltamos em definitivo. Eu fiquei na lavoura de café até o 72. 72 eu mudei para Lobato e 73 eu entrei na prefeitura e estou aqui até hoje.

Essa mesma itinerância foi praticada pelos migrantes pernambucanos, Olindina Cordeiro de Freitas e Manoel Batista de Freitas, biografados em profundidade no posteriormente. Vale adiantar contudo, que esses migrantes chegaram à fazenda no ano de 1950 vindos diretamente de Pedra Buíque, no estado de Pernambuco e se estabeleceram como trabalhadores assalariados na fazenda Moron, que se localizava ao Norte do município. Seu Manoel e dona Olindina viveram na Moron desde 1950 até 1958 e durante esses anos, a colônia formada por seis outras famílias de migrantes nordestinos, muitos deles parentes do casal, foram deixando a fazenda e se dirigindo para a cidade ou para outros municípios emergentes, quando não para outros estados também fundados no período. Enquanto permaneceram na Moron porém, os migrantes nordestinos reproduziram traços de sua vivência regional e cultural ao mesmo tempo em que estabeleciam contato, por vezes conflitivo, com o ambiente natural e climático da região.

Nas fichas dos compradores de lotes rurais também foi possível detectar algumas lacunas quando, muitos compradores das propriedades lobatenses que constam das fichas da CMNP citam como cidade de residência o município de Arapongas, ou outras cidades da região, sendo que, no entanto, muitas vezes o comprador estava há apenas alguns dias morando nessas cidades. Os casos a seguir são representativos nesse sentido.

O senhor José Batista Sobral, que comprou da Companhia o lote n.º 281-A no dia 19 de novembro de 1948, declarou que residia em Cambé, estado do Paraná, todavia, consta em

¹³² RAIMUNDO Saraiva Peixoto: depoimento [out. 2000]

observação na ficha de compra da CMNP, que o senhor José Batista Sobral, de nacionalidade brasileira, teria vindo de Fernandes Prestes, Estado de São Paulo, há 32 dias (ANEXO B). Nesse mesmo dia, outros compradores são registrados como residentes em Astorga e Rolândia. O primeiro, Nelson Rodrigues de Oliveira, declara porém, que teria vindo de Monte Alto, Minas Gerais há 32 dias, enquanto José Luiz de Souza, que viera de Santa Sofia, São Paulo, há 16 dias, se diz residente em Rolândia (ANEXO B). Casos desse tipo se repetem tanto nos registros rurais quanto nos urbanos e assim, colocam em dúvida a origem exata daqueles que se estabeleceram em Lobato como proprietários.

Estima-se dessa forma, que o número de proprietários paulistas e mineiros possa ser maior que a estatística que se pode formular a partir dos dados da CMNP pois, embora alguns casos venham explicitando a procedência real dos compradores em muitos casos, a maioria talvez, a origem fica escondida sob a declaração da residência imediata dos compradores, como foi exposto acima. Há que se considerar também, que enquanto nos registros de vendas rurais consta o local de residência com significado de “origem” do proprietário, nos registros urbanos consta somente a nacionalidade dos compradores. Fato que dificulta ainda mais a formação de quadro fidedigno sobre a origem dos compradores que se estabeleceram em Lobato como proprietários. Ainda assim, chama a atenção o fato de que não constam nesses mesmos registros vendas de lotes ou datas a compradores de origem nordestina. Sabe-se porém, que havia um número significativo de moradores dessas regiões em Lobato pois, “quando nós chegamos aqui tinha muito é nortista” e não de Minas Gerais ou São Paulo mas sim, “mais do nordeste”, afirma o senhor João do Soutto Mello¹³³.

Essa constatação induz a conclusão de que a população nordestina que se dirigiu para Lobato, principalmente nos 10 primeiros anos da fundação, eram migrantes e raramente se estabeleceram como proprietários, fato que os coloca à margem do grupo social comumente considerado como fundador de um município. Coincidentemente, dos dezenove entrevistados para a pesquisa, seis são nordestinos e um deles é descendente de nordestinos, ou seja, aproximadamente 30% dos entrevistados.

¹³³ JOÃO do Soutto Mello: depoimento [out. 2000].

NOME	CHEGADA A LOBATO	ORIGEM
José Cavalcanti da Silva	*	Lobato-Paraná¹³⁴
Nabio Tanaka	1949	Filipinas - registrado no Japão – Assaí PR
Alice Cafofo	1949	Batatais - São Paulo
Nair Marques de Oliveira	1949	Conceição dos Alagoas - Minas Gerais
Manoel Batista de Freitas	1950	Capim de Planta – município de Pesqueira – Pernambuco
Olindina Cordeiro de Freitas	1950	Pedra Buíque – Pernambuco
Agripino Lucio dos Santos	1950	Feira de Santana – Bahia
Iracema Coletto Colontonio	1950	Borborema – São Paulo
Satoru Inoue	1951	Japão – Promissão – São Paulo
Raimundo Saraiva Peixoto	1952	Serrinha – Pernambuco
Darcy Américo de Oliveira	1952	Minas Gerais
Durval Colontonio	1950	Olímpia - São Paulo
Valdir Cotrim	1952	Iguaí – Bahia
Olírio Xavier Cotrim	1953	Igaporã - município de Riacho de Santana – Bahia
João do Soutto Mello	1953	Passos - Minas Gerais
Zailson Lemos	1955	Passos - Minas Gerais
Tânia Martins Costa	1956	Várzea - Rio Grande do Norte
Henrique R. Oelke	1965	Hering (Alemanha) – São Paulo
Nilo Lampugnoni	1958/1968?	Erechim - Rio Grande do Sul

Quadro 5 – Origem dos entrevistados para a pesquisa.

Fonte: Documentos orais.

Consta também nas fichas da CMNP que seis migrantes de origem japonesa tenham adquirido lotes nas Águas de Lobato (ANEXO B). Mas, segundo alguns entrevistados de origem nipônica que viveram e vivem em Lobato, havia uma colônia de japoneses no município formada por aproximadamente quarenta famílias. Um dos integrantes dessa colônia foi o senhor Nabio Tanaka, cujo nome não consta da lista da CMNP. Ele conta que morava em Assaí, Paraná, quando um vendedor da Companhia esteve em sua cidade oferecendo lotes rurais em Lobato. Seu pai, então, com o dinheiro da colheita de café realizada em Assaí

¹³⁴ O sargento José Cavalcanti da Silva é Lobatense de origem. Sua entrevista versou principalmente sobre informações referentes ao tempo em que seu pai, Valdemar Galdino e ocupou o cargo de Delegado na década de 60. O senhor Valdemar chegou ao município ainda nos primeiros anos da década de 50, com 17 anos aproximadamente. Tanto o pai do Sargento como sua mãe eram pernambucanos de origem. José Cavalcanti da Silva, 29 de setembro de 2001.

comprou, em 1949, cinquenta alqueires de terra no então emergente município paranaense “Meu nome mesmo, 20 alqueires. Mas, tem os irmãos mais novos, tudo, tudo comprou 50 alqueires”¹³⁵.

Em Lobato, Nabio e seus três irmãos iniciaram a plantação de café após terem pago para um empreiteiro derrubar a floresta das propriedades. Permaneceram nessa propriedade, cuja Água ele não se recorda, até 1959 quando, desiludidos pelas constantes geadas arrendaram a propriedade que passou a produzir amendoim e não somente o café. Ainda morando na zona rural, Nabio costumava ficar a semana toda trabalhando na cerealista que seu irmão Okinari Tanaka montara na cidade até que, em 1968 se mudou para Maringá com os irmãos para fundar uma fábrica de óleo, hoje desativada. Sobre a colônia de japoneses Nabio acredita que somente na Água em que vivia havia aproximadamente dezesseis famílias japonesas, mas que “em Lobato inteiro tinha mais de cinquenta famílias”.

Outro integrante dessa colônia foi o senhor Satoro Inoue¹³⁶, morador ainda hoje em sua propriedade na Água Grajaú. Como Nabio, o senhor Satoru também não tem seu nome registrado nas fichas de venda de lotes em Lobato, mas, sua história de vida registra traços importantes da existência e das relações travadas entre os moradores de origem nipônica na colônia.



Figura 25 – Escola da Água Grajaú, 1968.

Fonte: Divisão Municipal de Educação de Lobato (1968).

¹³⁵ NABIO Tanaka: depoimento [mar. 2002].

¹³⁶ SATORU Inoue: depoimento [out. 2000].

Conta Satoru, que a Água Grajaú era equipada com uma escola na qual se aprendia, de manhã o português e à tarde o japonês, e, através de outros documentos orais e de outras fontes, como os mapas do IBGE (ANEXO A) e do Livro Tombo da Paróquia de Lobato, constatou-se que havia também uma capela, um campo de futebol e uma venda naquela Água.

De acordo com o senhor Satoru ainda, as aulas em língua nipônica eram de responsabilidade dos moradores, e o próprio senhor Satoru foi um dos professores que lecionou o idioma para as crianças do núcleo japonês. Outra forma de reforçar e reproduzir os aspectos culturais nipônicos foram as sessões de filmes japoneses que aconteciam na própria escolinha ou no clube que ficava na cidade:

É. Veio de Arapongas. Hoje mesmo acho que morando esse que trazia cinema. É passavam filme japonês. Passava na escola no clube, na escola ou alguma família dava a casa, juntamos sempre para assistir. Todo mês, cinema de japonês também teve.

Um clube, uma escola para ensinar o idioma japonês na Água e a própria distribuição das construções na sede da fazenda do senhor Satoru são exemplos da reprodução da cultura japonesa por aqueles moradores.



Figura 26 – Clube Japonês.

Fonte: Acervo da Família do Senhor Zailson Lemos.

Quando em trabalho de campo realizado na Água Grajaú dona Miyoko, a esposa do senhor Satoru, mostrava as instalações da casa, timidamente começou a contar o quanto gosta descansar no final do dia em uma sessão no escaldante ofurô que há na casa. Construído em 1951, no mesmo ano que chegaram a Lobato, o ofurô possui dependência própria localizada

imediatamente ao lado do poço, que também é da mesma data. Ambos são parte do ambiente doméstico e predominantemente nipônico que existe na casa do senhor Satoru e dona Miyoko.



Figura 27 - Senhor Satoru e dona Miyoko Inoue.

Fonte: Doeswijk, 2000o.

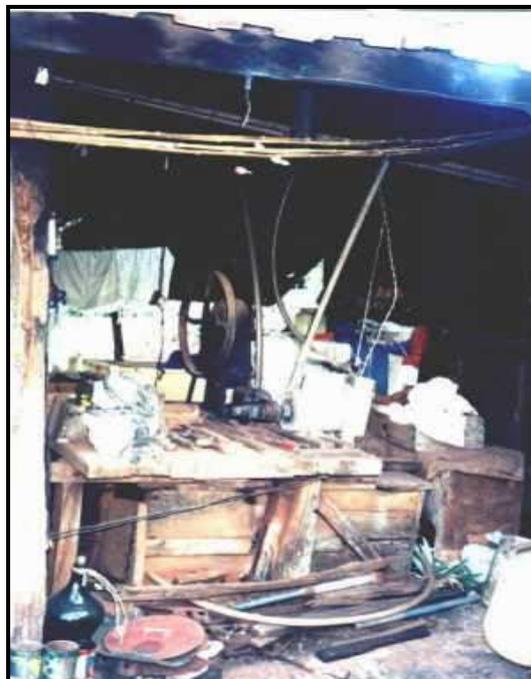


Figura 28 - Poço: Propriedade do senhor Satoru Inoue, 1951.

Fonte: Doeswijk, 2000p.

Outro aspecto que reproduz detalhes da cultura nipônica na fazenda Promissão – esse é o nome da fazenda do senhor Satoru e dona Miyoko – é a quantidade de árvores existentes junto à sede e construções relativas à produção, tanto cafeeira quanto de gado, que o senhor Satoru cultivava. Comparada com as demais propriedades, essa fazenda parece mais um pomar e um jardim, tamanha é a quantidade de frutas, hortaliças e árvores ornamentais lá existentes. Essa forma de ocupar o espaço da propriedade não somente as construções materiais mas também a natureza foi observada em outras propriedades de descendentes de japoneses que vivem ainda hoje na Água Grajaú.

Além desse aspecto relativo à forma de ocupação dos espaços nas propriedades nipônicas, a busca por elementos que denotassem a existência da reprodução dessa cultura pode ainda ser estabelecida através memória do senhor Satoru e do senhor Nabio em relação à prática do budismo entre os integrantes dessa colônia. Segundos os memorialistas, um monge budista costumava visitar os moradores nipônicos a cada dois meses quando “encontrava em

casa, avisava a turma e vinha lá em casa. O padre posava lá em casa”, relembra Nabio, enquanto as reuniões aconteciam geralmente na escola recorda senhor Satoru.

Essas poucas informações sobre a existência de uma cultura nipônica sendo reproduzida não só nas Águas mas, posteriormente quando a cidade de Lobato está em pleno desenvolvimento, servem para tornar mais denso o quadro formado pela vida social dos moradores das Águas e suas diversas formas de exteriorizarem não somente sua religiosidade mas, sua própria cultura. De várias maneiras, como se viu no caso dos encontros budistas improvisados na escola japonesa, os moradores trouxeram para o espaço das Águas formas conhecidas de socializarem esse ambiente e a religiosidade, sem dúvida, é uma das características mais profundas dessa busca pela construção de um espaço social que combinasse os mais diversos interesses do corpo humano que os compusesse.

É possível concluir, fazendo um paralelo com essa informação e os dados constantes do Registro de venda de lotes rurais e urbanos da CMNP, que o fato de os paulistas representarem 60% dos compradores de propriedades em Lobato levou à informação errônea de que foram os migrantes desses estados os únicos responsáveis pela ocupação capitalista do Norte paranaense ficando os migrantes do demais estados e nacionalidades, desfavorecidos historicamente diante dessa análise generalizante.

É pois, tendo em vista que muitos, talvez a maioria dos que se dirigiram para Lobato e que o fizeram como trabalhadores braçais e não como proprietários, que sua história não foi contada. Pois, como eles não fazem parte do grupo dos pioneiros estigmatizados pelas produções apologéticas, que os pormenores da trajetória da passagem desses migrantes pela região não foi considerada digna de entrar para a história escrita por esses autores. Ou seja, é costume considerar como fundador ou pioneiro apenas aquele que se estabeleceu como proprietário no município, atitude que, como foi dito acima, coloca à margem o trabalho desenvolvido por trabalhadores braçais e autônomos da lavoura e da cidade além do trabalho feminino e infantil que também foi presente em processos como o aqui analisado.

Confrontada com outras fontes, essa informação pode ser revista e ampliada pois, os registros escolares e as fontes orais revelaram um universo de moradores de diversas regiões do país e do mundo que também estiveram presentes e em número significativo no processo aqui analisado, pelo menos em Lobato, e que enriqueceram essa transformação através da

reprodução de hábitos já conhecidos resignificados no contato com a nova região em que estavam se estabelecendo.

Expostas as informações sobre o perfil pessoal, regional e cultural de alguns moradores que participaram da construção da sociedade das Águas, conclui-se que predominava naquele espaços a diversidade cultural, fato revelador e esclarecedor de que nas Águas houve o predomínio paralelo de culturas diversas, por terem sido diversas as regionalidades e nacionalidades daqueles que lá viveram. Em maior ou menor medida, os componentes dessas nacionalidades e regionalidades reproduziram nas Águas elementos de um cotidiano conhecido ao mesmo tempo em que conviviam com a situação adversa da criação de uma sociedade, sobretudo por terem sido os primeiros produzirem o café e não terem idéia de qual seria o resultado dessa criação. A introdução de elementos sócio-culturais já conhecidos funcionava então, de forma estratégica, possibilitando aos criadores da sociedade das Águas recriar naqueles espaços, um ambiente cujo significado, ao menos em alguns casos, lhes fizesse sentido.

Considerando a situação apresentada sobre o perfil social, regional e cultural de alguns grupos que se estabeleceram nas Águas, é possível introduzir de forma efetiva, detalhes do cotidiano lá vivido durante a fase de implantação e desenvolvimento daquela sociedade. Os capítulos seis e sete têm por objetivo discorrer sobre esse cotidiano e ainda, apontar para a importância que as sociabilidades tiveram na evolução da sociedade das Águas, tudo por meio dos relatos de Iracema Coletto Colontonio e Durval Colontonio e, Olindina Cordeiro de Freitas e Manoel Batista de Freitas, sujeitos ativos do processo ocorrido nas Águas.

7 A ÁGUA ARAÇÁ: NARRATIVA CONSTRUÍDA A PARTIR DO RELATO DE UM CASAL DE EX-MORADORES DA ZONA RURAL

7.1 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS BÁSICAS DA ÁGUA ARAÇÁ

Como se viu no capítulo anterior, a Água Araçá foi um dos núcleos sociais mais bem equipados da zona rural, contando com duas escolas, campo de futebol e uma venda. Localizada a Leste da cidade de Lobato, o ribeirão batizado pelos topógrafos da CMNP com o nome de Araçá, e cujo significado pode ser tanto o nome de um município mineiro quanto uma fruta brasileira, serviu como viga-mestra para a demarcação de 81 lotes no plano original como se pode constatar pela Figura 9 e, que se transformaram em 86 lotes após divisões acontecidas durante a venda ou revenda de alguns lotes.

De acordo com registros orais, em 1952 foi fundada a primeira escola da zona rural exatamente na Água Araçá e, a ocorrência de uma segunda escola nessa Água foi registrada no ano de 1964¹³⁷. Quanto a vendinha, não foram encontradas informações sobre o proprietário, a fundação ou mesmo onde esta se localizava, sendo que a existência desse estabelecimento só foi conhecida em conversas informais com os moradores. Já com relação ao campo de futebol, o senhor Olírio Xavier Cotrim¹³⁸, memorialista que não residiu na Água Araçá mas, que era assíduo freqüentador desses espaços, fez questão de frisar que “cada sitiantes nessas beira d’água tinha um campinho aí, chamava naquele tempo era quebra dedo, quebra canela”.

Jogando de centroavante para o time da Igreja, denominado “Os Marianos”, o detentor dessa memória é Olírio Xavier Cotrim então com 67 anos na data da entrevista. Cordial, o senhor Olírio gosta de contar que chegou a Lobato ainda quando estavam sendo arrancados os tocos das ruas. Conta também que veio direto da Bahia para São Paulo e depois, como tinha conhecidos em Lobato, resolveu vir para o município. Durante a entrevista, ele discorre sobre fatos pitorescos que costumavam acontecer durante as partidas de futebol, as quais ficaram registradas em sua memória mais pelas brigas que provocavam que pelas jogadas e vitórias, ou derrotas, sofridas pelos jogadores e participantes.

¹³⁷ DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Livro de registro de matrícula, 1957**. Lobato, jul. 2001.

¹³⁸ OLIRIO Xavier Cotrim: depoimento [out. 2000].

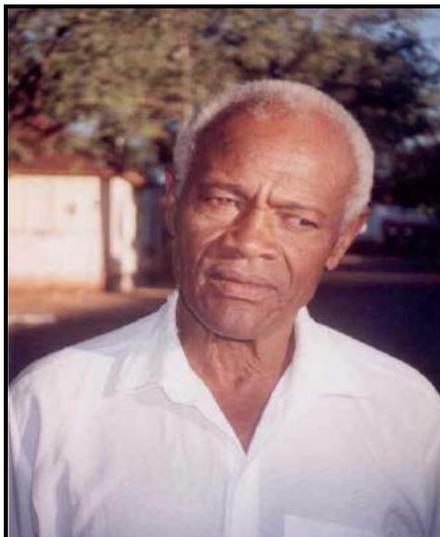


Figura 31 - Senhor Olírio Xavier Cotrim.
Fonte: Doeswijk, 2002l.

Segundo ele, o pessoal costumava se dirigir para os campos em:

Caminhão. Tudo em “riba” do caminhão, esse próprio Valdevino que eu estou dizendo que era meu patrão ele era o chefe do time, ele dizia: “domingo nós vamos jogar na Água do Pirapó”. Quando dava aí pelas duas horas, três horas da tarde, enchia o caminhão. O caminhão era dele mesmo, nós íamos todos para lá, no outro domingo ia para água Araçá, era desse jeito.

Mas, como era comum as partidas de futebol acabarem em briga, Olírio relembra que o pessoal “saía embora correndo, e já falava: ‘domingo vocês vão e vocês vão nos pagar’. Aí o outro já amanhecia doente no Domingo para não ir. Era uma barbaridade”.



Figura 32 - Torcedores e reservas em dia de jogo de futebol.
Fonte: Acervo da Família do Senhor Zailson Lemos.



Figura 33 – Time de Futebol.
Fonte: Acervo da Família do Senhor Zailson Lemos.

Quanto a primeira escola da Araçá, consta que a primeira professora teria sido Odete Américo de Oliveira filha do proprietário da fazenda, o senhor Joaquim Américo de Oliveira. Em 1955, a professora Odete foi substituída por sua irmã, Darcy Américo de Oliveira¹³⁹, memorialista responsável pelas informações contidas na próxima citação:

Olha, nós mudamos para a fazenda em 52... aí, em 55 a gente estava lá.[...] acho que quando ele chegou lá já construiu, porque na própria fazenda do pai tinha uma fazenda de colônia de mexer com café, então aquelas crianças precisavam de escola. Então ele construiu ali. Mesmo na faixa de casa da colônia ele construiu a escola.

Construída em madeira, como as demais construções do período, a escolinha era composta de uma sala de aula e atendia em média a 35 alunos distribuídos entre a 1^a. e a 3^a. série primária do antigo primário, hoje Ensino Fundamental. Anos depois, provavelmente em 1960, essa escolinha, foi substituída por outra um pouco menor representada pela figura 32, e que foi instalada a aproximadamente mil metros da cidade a pedido do substituto de Darcy, o professor Francisco Matioli e ficou por conta do Estado e não mais da família do senhor Joaquim. Em 1964 uma segunda escola é instalada na Araçá, na fazenda Santa Maria.



Figura 34 - Escola da Água Araçá 2.
Fonte: Divisão Municipal de Educação (2001).



Figura 35 - Escola da Fazenda Santa Maria, Água Araçá, 1964.
Fonte: Divisão Municipal de Educação (2001).

A também ex-professora rural do período e hoje prefeita de Lobato, a senhorita Tânia Martins Costa¹⁴⁰, recorda que os primeiros educadores de Lobato tinham pouca preparação acadêmica para lecionar e, normalmente eram introduzidos na profissão ainda,

aos quinze anos, tinha professoras que mal eram alfabetizadas e já eram professoras! Eu como inspetora tinha bastante dificuldades, bastante problemas,

¹³⁹ DARCY Américo de Oliveira: depoimento [out. 2001].

¹⁴⁰ TÂNIA Martins Costa: depoimento [out. 2001].

do professor desconhecer o próprio conteúdo que ensinava, então a gente tinha de trabalhar com eles, quantas vezes o professor chegava até a mim pedia para eu dar a lição para ele para ele poder dar a lição para o aluno.

Além disso, muitas vezes, continua ela,

Era uma situação bastante difícil [por exemplo, na] Escola da Água Araçá: antes de fazer o transporte de professor, porque hoje nós fazemos o transporte escolar, trazemos o aluno para escola na sede, e no início, quando nós ingressamos em 69, a maioria dos professores era do local. Depois nós criamos o sistema de transporte do professor. Antes de criarmos esse sistema, na Escola Araçá, a professora ela ia a pé, daqui lá tem o que, uns três, quatro quilômetros, ela ia a pé, com um balde de merenda na mão. Ela, era uma situação muito dificultosa.

Outros detalhes da vida na Araçá podem ainda ser conhecidos através das experiências de vida de Iracema Coletto Colontonio e Durval Colontonio memorialistas que viveram na Araçá por aproximadamente dez anos durante a década de 1950 e início dos anos 60.

7.2 DURVAL E IRACEMA

No dia 14 de julho de 1950, Antonio Coletto - pai da memorialista Iracema Coletto Colontonio¹⁴¹, cuja história de vida introduz esse sub-tópico -, Sílvio Meschiari e Adriano A. Pires saem do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Londrina como proprietários de três lotes de terra na Água Araçá. De acordo com o Registro de Vendas da Companhia, essas foram as três únicas vendas promovidas pelos agentes G. Durães e J. Lopes naquele dia e mês para o então Patrimônio Lobato. Um número consideravelmente pequeno se comparado às vendas acontecidas no mesmo mês dois anos antes quando se iniciaram as vendas de lotes na zona rural quando, em julho de 1948, foram registradas vinte e quatro vendas contabilizando um total de 306 alqueires cujos tamanhos variavam entre cinco e trinta alqueires e custavam, em média, CR\$ 2.736,00 o alqueire (ANEXO B).

De acordo com a documentação levantada junto à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Maringá e na qual foi possível realizar um levantamento diretamente nos originais das fichas dos compradores de lotes rurais de Lobato, foram comercializados na zona rural 450 lotes dos quais, somente em 1948, foram vendidos 252 do total dos lotes verificando-se que o maior fluxo de vendas ocorreu exatamente nesse primeiro ano e no seguinte quando foram comercializados 103 lotes (ANEXO B).

¹⁴¹ IRACEMA Coletto Colontonio: depoimento [out. 2001].

Dois anos após o início das vendas em Lobato, ou seja, em 1950, Sílvio Meschiari, Adriano Aparecido Pires e Antonio Coletto pagaram, pelos lotes de número 227A, 227B e 227C, o valor de CR\$ 1.584,00 o alqueire, quarenta e três por cento a menos que o valor cobrado pelos lotes em 1948. Também por meio dos Registros de vendas dos lotes rurais da CMNP (ANEXO B) foi possível conhecer mais alguns detalhes pessoais desses três personagens da história de Lobato. Através dessa fonte verificou-se que eles se identificaram como lavradores, brasileiros e que eram casados e maiores de idade. Sílvio Meschiari e Adriano Aparecido Pires citaram a cidade de Rolândia como local de residência e Antonio Coletto se identificou como sendo residente em Arapongas, ambos municípios do Norte paranaense.

Ao pesquisar o mapa da CMNP, datado de 1956¹⁴², com o objetivo de localizar esses lotes segundo a numeração existente nas fichas cadastrais, descobriu-se que não havia, originalmente nos planos da Companhia, três lotes cujas numerações fossem 227A, 227B e 227C. No referido mapa consta apenas que havia um lote de número 227A que tinha por divisa lateral dois outros lotes de numeração 227 do lado esquerdo e o lote 228 na lateral direita tendo por referência a Água Araçá.

Sabe-se porém, que no dia 23 de dezembro de 1948 o senhor Waldevino Dornelles, residente em Ourinhos, Estado de São Paulo, teria comprado os lotes 227 e 227A com metragens de quinze e dez alqueires respectivamente (ANEXO B). Como pode um mesmo lote ser vendido em primeira mão para diferentes compradores e em épocas diferentes? Diz-se primeira mão pelo fato de algumas fichas da Companhia discriminarem os nomes e dados pessoais de compradores secundários de uma propriedade, fato que não foi detectado nas fichas aqui analisadas sendo que cada um dos quatro compradores citados tem suas próprias fichas cadastrais de compra de propriedade, não evidenciando pois, que tenha sido feita a revenda de um mesmo lote.

O que teria acontecido com tal documentação empresarial? Teriam os funcionários da empresa feito novas fichas quando da revenda de um lote em algumas ocasiões e em outras recuperado a ficha da primeira venda e feito anotações sobre uma segunda e, até terceira venda, como foi observado quando se manuseou as fichas nas dependências da CMNP em Maringá? Acredita-se que as duas hipóteses possam ser verdadeiras, mas, o caso é que tal documentação pode levar um crítico de fontes escritas a mensurar a dimensão de incoerências que uma fonte pode conter.

Por mais verdadeiro que seja a existência de um discurso implícito nas fontes escritas, há que se render ao fato de que as mesmas não estão livres de conter erros estatísticos e até mesmo,

¹⁴² Esse mapa foi reproduzido na página 73, Figura 9.

como vimos acima, de incoerências quanto à real explicação e detalhamento das informações e dados a que ela se propõe fornecer. O trabalho com fontes originais, como as usadas na pesquisa em Lobato, revelou a dimensão e ao mesmo tempo os limites dos documentos, sejam eles escritos ou construídos a partir da oralidade. Os limites, pode-se reduzi-los às incoerências existentes nos dois tipos de fontes citadas e, quanto à dimensão, considerada aqui como um universo de possíveis informações, essa revela que os aspectos subjetivos, ou qualitativos, são tão ou mais importantes que os quantitativos quando tratam de assuntos históricos.

Com base nessa premissa presume-se, e os Registros autorizam a isso, que o senhor Waldevino Dornelles tenha vendido parte de seus lotes aos senhores Antonio Coletto, Adriano Aparecido Pires e Sílvio Meschiari, contudo, ele não o fez apenas repassando os lotes a um novo comprador ou compradores, mas sim, redistribuindo o tamanho e a numeração dos lotes 227 e 227A. Originalmente, os dois lotes somavam vinte e cinco alqueires que foram redimensionados para a revenda formando três lotes menores, sendo dois de seis alqueires, que ficaram com os senhores Antonio Coletto e Sílvio Meschiari e um terceiro, com apenas três alqueires que teria ficado com Adriano Aparecido Pires.

Como o lote de número 226 foi adquirido pelo Senhor Joaquim Américo de Oliveira (ANEXO B) que o integrou à sua fazenda, considerou-se, após trabalho de campo realizado no local, que o lote que foi redividido em propriedades de dimensões menores foi o de número 227A, enquanto que o 227, que originalmente tinha quinze alqueires, ficou, depois da revenda, com dez alqueires no total. Pode-se especular ainda mais e considerar provável que esses dez alqueires restantes possam ter sido vendidos inteiros ou ainda em partes menores a outros compradores cujo registro não tenha sido feito nos escritórios da Companhia.

Foi assim então, que, em julho de 1950, o pai de Iracema Coletto comprou o primeiro e único sítio da família com seis alqueires no total. Adolescente nos anos 50, Iracema chegou a Lobato com 15 anos de idade meses após o pai ter comprado um sitiozinho, como ela costuma se referir à propriedade de sua família. Chegaram em Lobato durante o dia após terem passado a noite no então Patrimônio de Ângulo, depois que o caminhão de mudança quebrou como lembrou Iracema:

Nós chegamos de dia. Porque nós vínhamos vindo e o nosso caminhão de mudança quebrou no descer do Ângulo ali naquele corregozinho, quebrou, e nós posamos numa serraria ali do lado. E nosso vizinho veio embora, mas ele já tinha casa boa pronta e nós também tínhamos mais era um rancho que meu pai tinha feito. Aí nós chegamos de dia e chegamos no nosso rancho. Nesse rancho que eu falo que era feito de tabuinhas, dessas tábuas de segunda.

Antes de virem para Lobato, a família de Iracema estava morando em São Martinho, Patrimônio localizado perto de Rolândia, estado do Paraná, onde trabalharam por um ano colhendo café. Sobre esse período ela conta que,

Nós viemos para São Martinho [perto de Rolândia-PR], ficamos um ano lá. Depois meu pai comprou o sítio de Lobato e nós viemos para cá. Mas em Lobato era tudo mato, então nós viemos morar no meio do mato, aí eu vim para cá. Eu tinha 13 anos, quando eu vim para São Martinho. Em São Martinho ficamos um ano lá colhendo café, colhendo café, depois, não..., é. Depois nós viemos para Lobato. Então foi em 49, em 50 nós viemos para cá. E viemos aqui três famílias: a família do meu pai, que nós viemos no sítio. Depois tinha a família do amigo do meu pai que comprou um terreno e trouxe um empregado que esse empregado veio conosco do Estado de São Paulo. Moramos lá em São Martinho com eles um ano, moramos 5 meses numa casa só, num rancho, colhemos café e depois cada um foi para sua casa. Aí ficamos um ano tocando café de colono. Depois viemos para cá e nós veio junto. Só que ele foi no sítio do outro e nós fomos para o nosso sítio, o sítio que meu pai tinha comprado.

O senhor Antonio Coletto comprou o sítio e mandou que um empreiteiro chamado Cassimiro, derrubasse a mata que cobria a área da propriedade e só então construiu a casa. Antes de trazer a família, Antonio Coletto costumava vir para a propriedade e ficar uns quinze dias trabalhando nessas atividades e, assim ele construiu uma casinha de telhado e paredes de tabuinhas de segunda linha e de chão de terra batida com cinco cômodos, sendo quatro quartos e uma sala. O poço foi construído cinco meses depois de forma que durante esses primeiros meses foi necessário buscar água no córrego Araçá para as atividades domésticas, higiene e alimentação. A cozinha foi construída anos depois, mas Iracema conclui que “a gente vivia tão feliz! Nem pergunta! Nossa vida! Porque a gente era acostumada com aquilo”.

Foi então, que Iracema, seus seis irmãos, quatro homens e duas mulheres – uma terceira menina nasceria anos depois já no sítio -, pai e mãe iniciaram então uma vida nas Águas. Nos primeiros cinco anos, as atividades no sítio foram diversificadas. Não somente a cultura do café foi a principal atividade desenvolvida pela família, mas, também a esfera do mundo doméstico e de reprodução familiar. Considerando as necessidades primárias de alimentação, foram plantadas hortas e iniciadas as criações de porcos. Vez ou outra se costumava ir à cidade mais próxima, como Astorga ou Flórida, para adquirir mantimentos beneficiados, mas isso foi em anos posteriores, quando a família Coletto já se encontrava em melhores condições financeiras porque antes disso:

Alimento era na roça. A gente colhia o arroz, feijão. Batata a gente não plantava. No começo foi muito difícil, porque nós comíamos arroz e feijão puro, porque a gente não tinha com que comprar! Tinha nossos vizinhos vinha fazer compra em Astorga, eles já compravam carne seca, essas coisa. Já como a gente era muito pobre e não tinha, então nós comíamos arroz e feijão puro. A gente aí foi plantando, foi vindo um canteirinho de verdura, a gente ia comer salada. E

quando matava o porco, até criar esse porco, engordar para matar e ter a carne, olha, foi difícil.

Mas, até que essa produção estivesse preparada para o consumo, formas alternativas de consumo alimentar foram utilizadas pela família:

Fruta sim, a gente pegava muita jabuticaba, tinha uma frutinha amarela, não sei como que chamava aquela fruta... é o que a gente comia. Gabiroba. E a jabuticaba tinha demais jabuticaba. E a gente matava muito assim, meu irmão ia de tarde assim num matinho que tinha bem perto de casa, que só derrubou para fazer a casa, tinha aqueles “uru”, uns ‘frangãos’ preto assim, matava de dois, três, a gente fazia... É! Aqueles “jacu” que fala, não. “Jacu” sim. Uns ‘frangãos’ pretos assim. Muito gostoso! Parecia frango. E nós comíamos aquilo com uma boca boa nossa!

Outros alimentos cultivados pela família foram o repolho, a cebolinha, “cheiro verde que fala hoje”, o almeirão, sendo que o último fazia parte da alimentação porque “italiano gosta muito de almeirão”, esclarece dona Iracema. Além desse hábito étnico reproduzido pela família, outros costumes foram sendo incorporados ao dia-a-dia na Água Araçá e no contato entre os vizinhos quando dificilmente se matava um porco sem dividir com os mais próximos. Como acontecia nas demais Águas, na Araçá tinha muita gente morando:

Tanto de um lado do córrego como do outro. Cada um tinha seu sítiozinho, e, às vezes, se fosse um sítio um pouco maior tinha empregado ou dois, então era muita gente. Era assim. [Então] Se nós matávamos porcos, nós dividíamos com todos os vizinhos mais próximos. E eles também a mesma coisa. [...] quando eu morava no sítio que eu casei, com minha sogra, era desse jeito também. Se um matava porco podia crer que ia vim carne para gente, podia ser vizinho meio distante, mas se fosse conhecido eles traziam.

Essa prática perdurou “por muito tempo. Desde quando eu morava lá no sítio”, acrescenta Iracema.

Pelo depoimento de Iracema é possível verificar como a participação das mulheres é substancialmente importante na lida com a roça e outros afazeres rurais, como cuidar de criações – suínos, galináceos -, entre outras atividades e, a submersão desses afazeres sob o rótulo “trabalho doméstico” esconde na verdade uma vida de dupla jornada que sobrecarregava esposas e crianças no cotidiano das Águas. Dona Iracema dá um exemplo significativo nesse sentido,

Eu levantava de manhã. Eu tinha quatorze, quinze anos por aí, levantava de manhã, minha mãe então ia fazer o almoço e eu ficava ali ajudando ela até... levantar as crianças, dar café, dar mamadeira, aquela confusão. Aí depois ela fazia o almoço, eu pegava o almoço, e ela punha mais comida dentro da panela, pegava aquela comida atravessava um sítio que tinha beirando o nosso sítio, puro mato, e pegava o sítio do seu Joaquim Américo, lá era derrubado, lá não era... beirando aquele outro mato, o mesmo mato que eu atravessava aqui ia até lá em cima. Aí eu atravessava de novo e ia ao nosso sítio. Que para ir por aqui não tinha caminho. E lá eu ficava até de noite. Nós almoçávamos, aquela comida depois nós guardávamos bem, quando chegava lá pras duas horas a

gente fazia um monte de folha assim enfiava aquele caldeirão pra esquentar aquele arroz e comia aquela comida, depois vinha em casa para jantar.

Jantar não era necessariamente o que a jovem Iracema e sua mãe faziam. Quando voltavam para casa após o trabalho na roça, iniciavam os preparativos relativos ao jantar porque “no sítio faz aquela janta como se fosse o almoço. E ficava aquela louça pra lavar, eu que lavava. Lavava as crianças pra por pra dormir. Antigamente era muita criança pequena”, jornada dupla que se estendia até altas horas, pois, assim que as crianças dormiam havia que passar a roupa, costurar, remendar o que estivesse precisando. E, a esse cotidiano exaustivo ela ainda acrescenta muitas outras atividades, como por exemplo “quando matava o porco fazia tudo, fazia sabão, derretia gordura, fazia tudo, fritava a carne, enlatava...”.

Todas as atividades citadas, que se iniciam com a matança do porco eram atividades que duravam até dois dias e exigiam das mulheres concentração e conhecimento antecipado para executá-las. Iracema descreve dessa forma como se davam tais atividades executadas por ela e por sua mãe, Dona Genoveva Meschiari Coletto, irmã de Sílvio Meschiari.

Sabão? É só por... pega a barrigada do porco, lavava ela no córrego. Nós íamos lá no córrego lavava ela bem, tirava aquela sujeira, depois vinha no tacho e punha assim, couro, essas coisas que a gente não ia aproveitar punha lá. Gordura que sobrava durante aquele tempo que a gente ia fritando aquelas gorduras, então ia guardando e no dia punha, punha no sabão. E aí punha soda com água e ia mexendo com fogo até que ficava um sabão bem ‘liguento’ e depois tirava do fogo ele endurecia.

Passava-se o dia cozinhando aquela barrigada que era mexida com uma pá de madeira sobre um fogão improvisado no quintal que era feito,

Assim com uma pilha de tijolo, punha o tacho em cima, punha fogo. E para matar o porco era assim também: a gente fervia água naquele tacho, matava o porco lá no chiqueiro, punha em cima de uma tábua, e água fervendo naquele tacho jogava no porco assim, tirava aquele cabelo dele, limpava com água fervendo, com a faca, raspava.

Concomitantemente ao feitio do sabão, elas ainda cuidavam de preparar a carne para ser estocada em vasilhas, cuja limpeza e higiene Iracema fez questão de frisar.

A, a gente punha em latas. Aí meu pai já comprava as latas nas vendas; que tinha as latas que tinham umas tampas. Então ali punha a gordura, fritava as carnes naquele mundo de gordura dentro do tacho, cortado tudo pedaços graúdos. Aí depois, fritava em bastante gordura, jogava tudo dentro da lata. Que a gordura conservava a carne, que aquele tempo não existia geladeira, era só assim! E os tocinhos a gente derretia tudo e fazia quatro, cinco latas de banha, e a gente não tinha óleo. O óleo era só para fazer salada. Alguma latinha que a gente comprava. Era tudo banha de porco.

Ao mesmo tempo em que a esfera doméstica se estruturava, a produção cafeeira também se fortalecia e assim, no sítio de Antonio Coletto, um resultado positivo na primeira produção do café era o que mais se desejava naquele ano de 1954. Contudo, não foi assim que aconteceu:

E nós plantamos café e foi, graças a Deus, a gente com saúde a gente fez tudo isso. E por fim, quando o café estava com quatro anos e ia dar a primeira carga, veio a geada e matou tudo. Nós ficamos tudo, aí Deus... desorientados. Mas, fazer o quê, aí depois eu casei. Depois eu casei. Depois daquela geada eu casei. A geada parece que foi em julho, eu casei em setembro. Não foi no outro ano que eu casei.

Novamente porém, a família formou o cafezal e esperou os resultados, Iracema porém, mudou-se para a fazenda São José, na mesma Água Araçá, depois de se casar com Durval Colontonio que será biografado em parágrafos posteriores.

Detalhes da história vivida por Dona Iracema e sua família, mostram como era volumoso o trabalho desempenhado pelas mulheres nos primeiros anos da vida nas Águas de Lobato, mas, como as Águas não havia somente trabalho, tanto jovens quanto adultos costumavam se juntar e organizar bailes ou para festejar o padroeiro, rezar o terço com os vizinhos, ou comemorar um casamento ou ainda, somente para se divertirem. Assim, os anos no “sitinho” foram passando e com ele as relações sociais pessoais e, facilmente, vem aos lábios de Iracema o nome de colegas de adolescência com as quais se divertia nos bailes acontecidos nas Águas e nos passeios à cidade nas tardes de domingo. As atividades de lazer povoaram os anos da juventude da Água Araçá e se extinguíram quando as mocinhas amigas foram se casando.

Ah, acabou. Acabava viu. Acabava por que cada uma foi para um lado. Eu era muito amiga da Odete do Benevides aqui. A Odete, e eu; tinha essa Aparecida, desse amigo do meu pai que nós viemos do Estado de São Paulo junto, nós éramos inseparáveis. E tinha minhas primas, que moravam do outro lado, a turma dos Meschiari. E tinha, a Odete tinha umas primas também que moravam do outro lado, então a gente se juntava. Era muito legal, nossa! Quase todo domingo a gente vinha para Lobato, era tão gostoso! Porque juntava aquela moçaiada e vinha ... aqui encontrava com os rapazes, que eles já tinham vindo, já estavam aqui, aí quando à tarde a gente ia embora, ia todo mundo junto. Meu irmão, que eu tinha um irmão, mas meu pai era muito severo, não deixava a gente ta saindo sozinho, então meu irmão sempre estava junto com a gente. Se ia nesses bailinhos no sítio, os irmãos tinham que estar junto senão não ia no baile. Era muito bom.

O irmão de Iracema se chamava Maurício e se transforma em fio condutor dessa narrativa por sua participação em outros momentos da história de vida de Iracema. Conta ela, que seu pai, homem com algum conhecimento escolar, costumava juntar em sua casa no horário da noite, alguns meninos para ensinar a ler e escrever principalmente durante os dois primeiros anos na Araçá quando ainda não havia escola, fato superado quando Joaquim Américo de Oliveira

construiu a escola em sua fazenda, que era vizinha à fazenda de Antonio Coletto. Antes disso porém, seu Antonio teria iniciado a atividade de professor a pedido do compadre Ernesto Gatti, que também tinha filhos cuja educação escolar, mesmo informal, gostaria que recebessem. Sobre esse fato Iracema considera que:

Porque meu pai, engraçado, que meu pai tinha.... porque aqui não tinha escola, esse Ernesto Gatti, que é o padrinho da minha irmã, ele tinha uns rapazotes e ele queria que eles aprendessem alguma coisa. Meu pai era meio estudado, ele pegou e arrumou umas mesas, umas cadeiras na sala, que nós tínhamos uma salona grande, e ensinava eles e eu ele não quis. Disse que mulher não precisava aprender ler. Eu ia arrumar cozinha, eu ia passar roupa à noite, porque de dia a gente ia na roça. E ele ensinou meus irmãos, porque eles já estavam estudando lá em São Martinho, então eles continuaram com meu pai. E as mulheres não ligavam para estudar. Depois eu aprendi porque eu gostava, eu tinha uma loucura! Eu tinha loucura para aprender assim... aí eu comecei, depois que eu casei eu comecei a ler aqueles... ai meus Deus do céu... aqueles que vinham aqueles capítulos. Não é gibi, revista... que vinham aqueles capítulos como se fosse uma novela.

E assim, a jovem Iracema, por iniciativa própria aprendeu a ler e escrever, embora, segundo ela, não domine com clareza a matemática. Juntamente com o irmão ainda, Iracema costumava freqüentar os bailes que aconteciam nas Águas:

As moças antigamente eram muito presas. Que nem minha mãe falava assim: 'você vai no baile mais seu irmão, se ele for, você vai, se não você não vai.' E eu ia, sabia que tinha que respeitar ele, o que falava era ordem para mim. Só que eu gostava muito dele, que ele era muito bom para mim! Meu irmão era muito bom para mim.

Iracema não se lembra exatamente em qual dessas ocasiões ela conheceu aquele que viria a ser seu futuro marido, o jovem Durval Colontonio, também morador da Araçá. Sabe apenas que foi num baile na Água em que ambos moravam, mas, quando e onde exatamente, não se lembra mais.

Então a gente nossa, namorava, era só namorar, dançava junto só, e vinha embora junto assim: mas nem pegar na mão não pegava. Porque Deus o livre se meu irmão visse eu pegar na mão do namorado! Chegava em casa, contava para o pai, o pai ficava bravo. Quer dizer que ele nunca me bateu nada, mas, a gente sabia que tinha aquele respeito, que não podia, então não podia mesmo!

Em setembro de 1954 os noivos, as respectivas famílias e uns poucos convidados, se dirigiram para o então patrimônio de Iguaraçú, distante de Lobato aproximadamente trinta minutos de carro, para realizarem o casamento porque em Lobato, embora já houvesse a Igreja católica, esta ainda não era paróquia. Após as cerimônias no civil e no religioso, que aconteceram por volta das duas horas da tarde, foi servido um jantar no salão do cinema que ficava na cidade e um baile na casa dos pais do noivo, onde o jovem casal também iria morar.

Durval Colontonio, chegou em Lobato em junho de 1950 com a família, então com 21 anos de idade. Esse senhor, que estava para completar 72 anos na data da entrevista, franzino, que jamais larga o cigarro, é constantemente visto caminhando pela cidade na companhia de seu cachorro Dog; conhece todos por quem passa e seu sorriso é sempre presente.



Figura 36 – Senhor Durval junto ao que um dia foi a primeira residência do casal na fazenda São José.

Fonte: Doeswijk (2002k).

Ele, seus pais e mais sete irmãos vieram de Estrela do Oeste, São Paulo, com o objetivo de continuar administrando, no Paraná, as propriedades do tio José Sandin, para quem já trabalhavam no Estado de São Paulo. O senhor José Sandin, havia vendido as terras em Estrela do Oeste e comprado uma fazenda com 200 alqueires e 43 mil pés de café já plantados em Lobato. Os lotes por ele adquiridos na Água Araçá em junho de 1950, foram primeiramente adquiridos pelo senhor José Bertucci no dia primeiro de fevereiro daquele mesmo ano e correspondiam aos lotes de número 230, 206, 214 que juntos somavam 150 alqueires e os lotes 214A e 230A com trinta e vinte alqueires respectivamente (ANEXO B). Conta Durval,

Que essa fazenda do tio era da família Bertucci. Vendeu para o meu tio, e na fazenda Bertucci tinha 43 mil pés de café para o lado de cá da Água Araçá orelha de onça tudo dentro da cova. Mas estava na "quiçaça", no mato. E a gente então, na outra fazenda que foi vendida no Estado de São Paulo, a gente conseguiu uns empregados bons e trouxemos para a fazenda para tocar esse café que estava abandonado.

Para administrar a fazenda São José, a família Colontonio recebeu do tio José Sandin, dez alqueires de presente, “só que deu tudo em mato. Nós tivemos que derrubar e preparar o lote, plantar café, aquela coisa. Mas eu, ganhamos de presente pra vir para o Paraná, porque aqui era um sertão danado, dava medo disso aqui”.

Altamente ligado à política institucional local, sobretudo nos primeiros anos do município, o senhor Durval participou ativamente da implantação da política institucional em Lobato. A municipalização, acontecida em 1956¹⁴³, favoreceu essa intensificação e, o número expressivo de habitantes nas Águas foi decisivo para a efetivação de tais empreendimentos. Como protagonista da municipalização de Lobato, o senhor Durval recorda, em detalhes, alguns dos acontecimentos ocorridos após a municipalização.

Olha, a primeira gestão foi assim muito difícil para montar a prefeitura. Você veja que Lobato emancipou, elegeu prefeito, a câmara mas foi abandonada completamente pela Comarca de Astorga. E não ajudaram com nada. Então o prefeito Portela, ele teve que começar da borracha, o lápis, tudo quanto e coisa ele teve que começar de tudo. Alugou um ‘prediozinho’ de madeira e era o salão na frente e uma residência no fundo. Então desmanchou as paredes de dentro e fez a câmara e na frente a prefeitura. E tinha a Casa Gaúcha, a antiga Casa Gaúcha de Astorga, que até me parece que não existe mais a Casa Gaúcha, ela emprestou máquina de escrever, alguma coisa para a prefeitura começar a trabalhar. E foi montada a Prefeitura e a Câmara. E a Câmara não tinha mesa, não tinha cadeira. Então a gente pegava dos vizinhos as cadeiras emprestadas, a mesa, e, assim que terminava a sessão nós íamos entregar para os donos o material. E já começamos fazer os lançamentos territoriais, aprovamos o orçamento, e foi solto para os proprietários e alguns deles já começaram a vir fazer o pagamento na Prefeitura e o prefeito já começou a se movimentar. Por sinal, o prefeito precisava de um contador pago e na época estava difícil mais um filho do fazendeiro até o falecido meu tio, um primo meu, eu conversei com ele para ser o contador da prefeitura de Lobato. Ele trabalhou seis meses de graça, ele não quis nada, só para ajudar o município.

¹⁴³ CÂMARA MUNICIPAL, Lobato, **Livro Ata 1**, dez. 1956–mar. 1963.

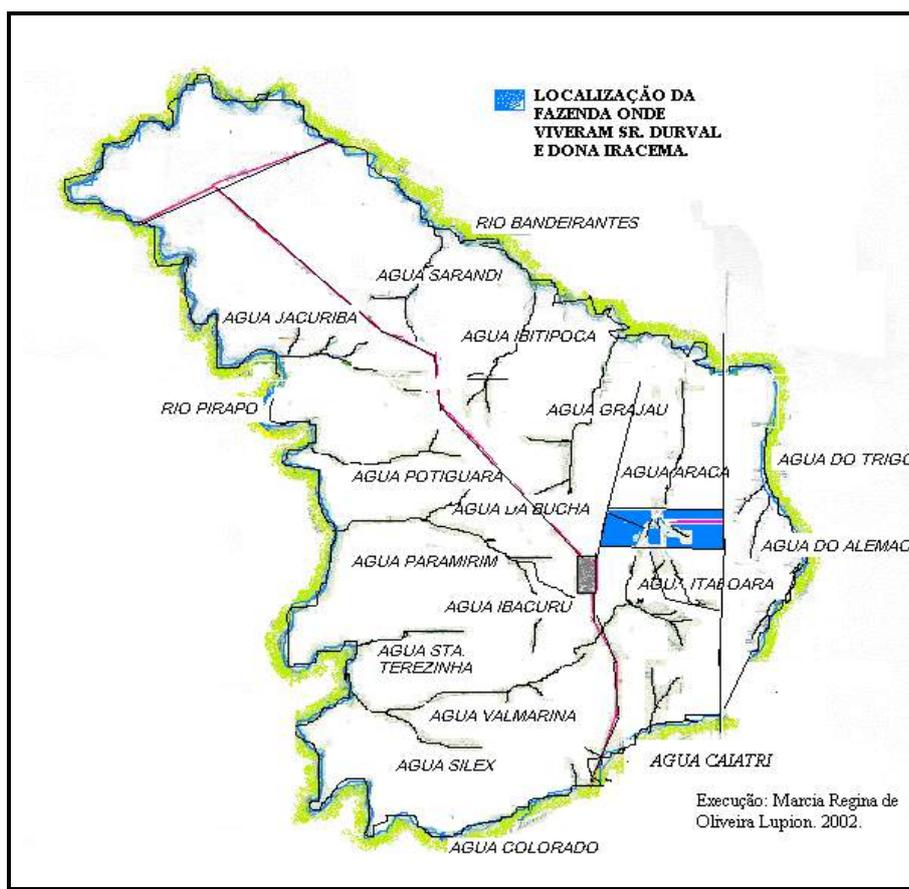


Figura 37 – Localização da fazenda onde viveram Durval e Iracema e, em rosa, o lote de dez alqueires recebido pela família Colontonio do tio José Sandin.

Conta ainda o senhor Durval, que o prefeito Portelinha não queria aceitar concorrer às eleições municipais e, que só o fez por insistência de Durval e de outros conhecidos. Então, em 31 de julho de 1956 Lobato é elevado à condição de município e, no mesmo ano, em eleições acontecidas em 03 de outubro, foram empossados a primeira Câmara e o primeiro Prefeito que assumiram seus cargos no dia quatorze de dezembro do ano corrente e legislaram até treze de dezembro de 1960¹⁴⁴.

¹⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL, Lobato, **Livro Ata 1**, dez. 1956–mar. 1963.



Figura 38 – Prefeitura de Lobato.

Fonte: Divisão Municipal de Educação [195_].



Figura 39 – Prefeitura de Lobato II.

Fonte: Divisão Municipal de Educação [195_].

Mas, na vida pública de Durval, constam ainda fatos acontecidos antes de 1956 que são de suma importância como ilustração e evidência da força social existente entre os moradores das Águas. Na lista de atividades coletivas desempenhadas por ele, constam ainda sua participação e de seus familiares na construção da primeira Igreja católica e também da estrada que liga o município a Colorado, lado Norte de Lobato. Sobre a construção da Igreja ele conta que,

E a gente como toda vida foi assim um religioso, só que eu, por exemplo, sou um religioso assim meio safado para religião. Mas a religião que eu gosto é a católica. Meus pais na época, meu sogro, Adriano Pires, Ernesto Gatti, Mário Martins, a gente começou a fazer, bem aqui no fundo da casa onde mora meu cunhado hoje, naquele tempo ele não morava aqui, era um salão com uma residência. E tinha uma data vazia ao lado então a gente fez um barraco de encerado, cobriu de encerado e começou a rezar os primeiros terços ali. E depois do terço saía um leilãozinho para angariar fundos para construir a primeira igreja. Embora que a igreja também, as madeiras foram doadas pelos proprietários, as toras a serraria serrou, e os carpinteiros trabalharam de graça e o comércio aqui deu prego. Mas, sempre que faltava alguma coisa para comprar fazia as festas, o leilão, para poder construir... dar prosseguimento da primeira igreja de Lobato.

Tudo isso, se dá, de acordo com Durval, quando Lobato ainda era Patrimônio de Astorga, em 1954, quando:

Só tinha a primeira rua que era a Fernão Dias na entrada de Lobato, de Flórida para Lobato, tinha a primeira rua aberta e o resto era picada com balizas aonde ia sair as outras ruas. E em agosto, não, em julho começou também a derrubada do mato. Queimaram o mato mais queimaram muito mal. Quer dizer, a madeira não estava seca não queimou nada. E aí foi loteado as datas e a Companhia veio e cortou as datas em cima daquela pauleira e os proprietários das datas ele tinha que vir aqui, limpar a data e construir a sua casa



Figura 40 - Comissão para a construção da primeira Igreja Católica de Lobato¹⁴⁵.

fonte: Acervo particular da família do Senhor Durval Colontonio. (195_).

As recordações de Durval continuam ainda com relação a construção da estrada que ligaria Lobato ao município de Colorado:

Lobato fim de linha. Inclusive, até a fazenda Moron, tinha estrada, da fazenda Moron até a ponte do Bandeirantes não tinha, era puro mato. Então a gente combinou de abrir a estrada até o Bandeirante porque a pnte já estava feita. O povo de Colorado já tinha feito a ponte do Bandeirante, então só faltava um treco de mato para a gente abrir, então a gente abriu a estrada. Por sinal. O ex-prefeito João de Soutto Mello, ele tinha um, não lembro o ano, 48 por aí, lê que levava a turma até o começo da estrada para a gente começar a abrir. Levava os trabalhadores no caminhão, vinha buscar água com caminhão, levava água lá pra eles... pra não faltar água pro pessoal. E a gente conseguia abrir a estrada no machado, na foice, na enxada, até a ponte.

O relato de Durval apresenta uma característica que o diferencia dos relatos de outros moradores e ex-moradores da zona rural pois, ele e sua família se encontravam intrinsecamente ligados às questões urbanas e, tal fato se dá, segundo ele, porque a propriedade em que moravam se encontra, “de Lobato na sede, 1.500 metros” de distância.

¹⁴⁵ Participantes da Comissão da esquerda para a direita: Ernesto Gatti (lavrador empreiteiro); Mário Martins (proprietário de uma máquina de arroz); Antonio Colontonio (administrador da Fazenda São José e pai de Durval Colontonio); Ricieri Carbelin (proprietário de um sítio na Água Araçá recebido como pagamento por serviços prestados ao senhor José Sandin no Estado de São Paulo); Antonio Coletto (pai de Iracema Coletto) e Garoso (morador e proprietário na Água do Trigo). Foto de meados da década de 1950 tirada ao lado da primeira Igreja católica construída em Lobato.



Figura 41 – Esquema: Ocupação do espaço na Fazenda São José, década de 50.
 Fonte: Elaborado a partir dos relatos de Iracema e Durval Colantonio.

Legendas:

1. Água Araçá
2. Sede
3. Terreiro de café
4. Tulha
5. Residência onde viveram Iracema e Durval
6. Colônia
7. Mangueira de Porco
8. 9. 12. 13. Lotes que faziam parte da propriedade de José Sandin, proprietário da fazenda São José e que foram distribuídos para os senhores Ferrucci (15 alqueires); Pitarro (10 alqueires); Ricieri Carbelin (10 alqueires) e Santo Gasola (15 alqueires). Esses senhores receberam os lotes de José Sandin como forma de pagamento por serviços prestados como meeiros de café nas propriedades de Sandin em Estrela do Oeste, estado de São Paulo.
10. Lote da fazenda São José cuja responsabilidade pela produção cabia a dois empregados.
11. Lote doado por Sandin à família de Durval Colantonio.



Café

- Residências e Construções Similares

Ainda em seus anos na Araçá, Durval recorda que costumavam haver conflitos entre os habitantes inclusive ocorrendo homicídios.

No começo de Lobato houve até uma morte aqui, discussão besta. Um matou o outro. Outro foi aqui na fazenda Ferraz, e outro foi ali perto dessa escolinha entre Flórida e Lobato, na Água Colorado. Mas é coisinha é, teve um assassinato ali na Água Valmarina. Então essas coisinhas é, em proporção a cidade grande não é nada.

Como inspetor de quarteirão, pessoa responsável por conter prováveis conflitos que por ventura viessem a acontecer numa Água ou ainda, trabalhar como organizador de eventos ou de construções coletivas, como foi o caso da construção da igreja católica, Durval sabe por experiência própria que viver nas Águas não representava harmonia total entre os moradores. A existência desses inspetores de quarteirão, dessa forma, indica para uma das características da sociedade das Águas que são os conflitos sociais ocorridos entre os moradores. Conflitos esses que se configuravam não somente em casos extremos como homicídios, mas também em outras formas de desentendimentos entre os habitantes que, em muitos casos extrapolaram o poder conferido ao inspetor de quarteirão, e foram registrados no Livro de Registro de Queixas da Polícia da Delegacia de Lobato¹⁴⁶.

Entre as queixas registradas nessa fonte, encontram-se desde disputas por demarcação de propriedade, agressões entre pai e filho, tentativas de homicídio com revólver, cartucheira calibre 24 e calibre 28; ameaças com faca, desordem em estabelecimento na cidade, acusações de roubo e de apropriação indevida de eqüinos, denúncias de defloração de jovens e adultérios, todos acontecidos os anos de 1957 e 1959 somente na zona rural e tendo por protagonistas os próprios lavradores.

A importância histórica da existência do cargo de inspetor de quarteirão é compreendida não somente em relação à responsabilidade exigida pelo cargo e pela evidência da existência de conflitos pessoais entre os moradores, mas, também pelo fato de ser um cargo cuja nomeação estava intrinsecamente ligada ao fato de que os inspetores foram, em sua maioria, escolhidos por serem proprietários com ascendência moral sobre a vizinhança, característica que conferia um certo “status”¹⁴⁷.

Assim, não é possível identificar Iracema e Durval somente como lavradores. O fato de Durval fazer parte daqueles que se tornaram inspetores de quarteirão e de ter participado de atividades relativas à construção da igreja, além de ter sido eleito vereador durante a primeira e a

¹⁴⁶ DELEGACIA DE POLÍCIA. **Livro de Registro de Queixas da Polícia de Lobato, 1957-1963**. Lobato, jul. 2001.

¹⁴⁷ DELEGACIA DE POLÍCIA. **Livro de termo de promessa de compromisso de inspetores, 1957**. Lobato, jul. 2001.

quarta gestão municipal, são elementos que demonstram o envolvimento do casal com as atividades rurais e também urbanas. Não obstante esse envolvimento institucional, o casal deixa a zona rural no início da década de 1960, e se muda para o então patrimônio de Brasiliana, Oeste do Paraná, onde Durval passa a trabalhar como corretor de imóveis. Fato que marca a saída definitiva do casal da fazenda São José mas não do município. É Iracema quem recorda os anos vividos fora do município e também o retorno para o mesmo.

E depois meu marido me levou lá pro sertão. Ai que coisa triste. Fiquei quatro anos para lá. Lá, perto de... município de Assis Chateaubriand, mas em Brasiliana. O lugar feio, meu Deus do céu! E lá não existia nada, pior do que aqui, quando nós viemos morar aqui! Depois fomos para Altônia, depois viemos para Lobato de novo.

Dessa forma, traços das experiências vividas por Durval e Iracema narram a trajetória do que foi o cotidiano de muitos dos moradores das Águas como uma sucessão de tentativas em busca de uma vida tranqüila na qual o trabalho representava o meio mais eficaz para alcançar tal ideal. Um olhar sobre o passado demonstrou contudo, que o que houve na realidade foi uma série de tentativas frustradas que minaram as energias dos dois ex-lavradores. Já na cidade, após a tentativa de manter uma confecção de roupas infantis na cidade, nos dias atuais, Iracema trabalha com sua filha Elizabete numa pequena fábrica de roupas também infantis e Durval, tendo abandonado a política institucionalizada, auxilia sua esposa na fábrica e nos afazeres domésticos.

O quadro formado pelas experiências de Durval e Iracema, em menor medida pelas memórias da professora Darcy, Tânia e de Olírio sobre os bailes, jogos de futebol, os inspetores de quarteirão e o sistema educacional apontam para o elevado nível da autonomia social que havia na Água Araçá e também para as relações travadas pelos moradores no início e evolução da sociedade das Águas.

Como se viu com Iracema, laços familiares precedem a vinda para o emergente município assim como também, a proximidade entre os sítios facilitava o contato entre os moradores. Nesses locais, eram reproduzidos traços de um cotidiano conhecido, como a construção de uma horta contendo hortaliças apreciadas pelos descendentes de italianos e, ainda organização a propriedade para acomodar a produção cafeeira. Em atividades constantes e empreendedoras, os moradores construíram um espaço social na Araçá capaz de atender ao grupo social que lá se estabeleceu e, ao produzirem naqueles espaços costumes de um cotidiano já conhecido, trouxeram para as Águas não somente a produção cafeeira, mas, também, a reprodução de hábitos oriundos de outros momentos de um cotidiano vivido em outras regiões. Nesse fato reside a hipótese levantada nessa pesquisa que é a de que a consolidação do sistema

capitalista na região Norte paranaense se fez através da produção cafeeira mas não somente desta. Como se tem mostrado, o tempo das Águas revelou que hábitos não tão modernos, como a produção alimentar baseada em hortas e criação de suínos em escala doméstica juntamente com a reprodução de hábitos culturais religiosos e até mesmo étnicos também foram relevantes para a introdução do capitalismo.

Iracema por exemplo, dá mostras de como as mulheres se organizavam para construir o ambiente doméstico. Para famílias que conduziam sozinhas a produção da fazenda, o trabalho das mulheres não só nos domínios do lar mas também na lavoura funcionava como uma estratégia de sobrevivência para o núcleo familiar. No caso de Durval e sua família a estratégia de reprodução humana também se encontra ligada ao núcleo familiar uma vez que ele, seus pais e irmãos contaram com o conhecimento adquirido com a produção cafeeira no estado de São Paulo para desenvolverem suas atividades na fazenda São José.

Todavia, em alguns momentos da constituição da vida nas Águas os moradores se depararam com atividades que fugiam aos seus conhecimentos, como foi o caso da derrubada da mata no lote recebido pela família de Durval e, sem conhecimento prévio dessa atividade, prepararam o terreno para receber o café. Ou seja, os moradores das Águas estavam sempre transformando aquele espaço através de atividades que já eram conhecidas e também das não conhecidas. Do confronto entre essas duas esferas surgem as particularidades que ficaram registradas na memória local sobre a constituição da sociedade das Águas e que na maior parte das vezes é lembrada através de sentimentos ambíguos relativos à insegurança e também ao empreendedorismo.

Quanto a existência de bailes e jogos de futebol, essas são atividades relativas ao convívio social coletivo e inscritas na margem de lazer existente no mundo rural e servem para ilustrar o nível de sociabilidades praticadas pelos moradores rurais. Mais que organizar a produção econômica, eles reproduziram e recriaram espaços sociais cujo objetivo maior seria a própria reprodução de uma sociedade autônoma não só em relação a estrutura material mas também social. Já a existência dos inspetores de quarteirão estava ligada a margem de desarmonia entre os grupos sociais e que não foi explorada por sociólogos ou geógrafos que estudaram o “habitat” rural em trabalhos já citados. Assim, as Águas se apresentam agora compostas por mais um elemento comum às sociedades humanas que são os conflitos internos acontecidos entre os moradores que podiam, em determinado nível, suprimir qualquer possibilidade de socialização entre o grupo.

Em suma, considera-se que aqueles que se dirigiram para as Águas sabiam que estavam reestruturando suas vidas tendo a produção cafeeira como a base econômica da sobrevivência, mas, na memória local não é sobre essa produção agrícola que surgem as recordações, mas sim, sobre os momentos de aflição decorridos das geadas, ou sobre o trabalho desempenhado na constituição social coletiva existente nas Águas. Uma evidência dessa afirmativa refere-se à construção da primeira Igreja católica de Lobato. Fruto da iniciativa principalmente dos moradores da zona rural, já em 1954 se encontra erguido o primeiro prédio da Igreja católica no município.

Outras construções empreendidas pelos moradores foram estrada e a ponte de ligação entre Lobato e Colorado ainda no ano de 1953. Construídos em sistema de mutirão, ambos os acontecimentos foram lembrados pela maioria dos homens entrevistados, cinco ao todo, ora enfatizando o trabalho braçal, ora a ajuda recebida por aqueles que possuíam e cediam maquinário necessário para tais empreendimentos. A construção da escolinha na fazenda de Joaquim Américo de Oliveira, também é um fato representativo do interesse dos moradores em construir espaços coletivos como forma estratégica de reproduzir nas Águas ambientes de socialização já conhecidos e aprovados pelos moradores. Já com relação ao fato do senhor Antonio Coletto, das professoras Odete e Darcy Américo de Oliveira e também do senhor Satoro, que colocaram a serviço da comunidade seus conhecimentos relativos a alfabetização dos filhos de colonos ou de amigos, e até mesmo dos próprios filhos como foi o caso do senhor Antonio, são momentos que demonstram como é que aquela sociedade se empenhava em construir uma sociedade nos mais variados âmbitos dessa estrutura de organização humana.

Os olhares femininos e masculinos se diferenciam na descrição da formação dessa estrutura e, enquanto Iracema narra sua trajetória pela Água Araçá relembrando atividades restritas quase que somente ao âmbito doméstico, Durval por sua vez, centra sua narrativa na forma como sua família se instalou na fazenda e também, em como estiveram sempre ligados às questões urbanas. Assim, o que se tem, é a população se organizando para promover melhorias que atenderiam tanto aos moradores rurais quanto aos urbanos e, também, aos interesses intermunicipais, uma vez que a construção da ponte e estrada não só retiraria Lobato da condição de fim de linha, mas, abriria novo meio de comunicação para outros municípios circunvizinhos.

Como se vê, a autonomia das Águas deve ser considerada tendo em vista a questão da relatividade, tanto no que diz respeito à cultura material existente, quanto ao fato de que, essa cultura material podia elevar exatamente, o nível de autonomia de uma Água. Noutros momentos, a autonomia se transforma de acordo com o próprio desenvolvimento do município.

Assim, considera-se a autonomia de uma Água não só a partir da escala micro mas, em escalas de dimensões maiores que englobam relações entre o meio urbano e o rural e entre municípios. Dessa forma, cria-se um sistema em que micro e macro escalas sociais que compõem um contexto histórico se encontram e demonstram o quanto são intrinsecamente envolvidas. Ao discorrer sobre o universo rural das Águas, é impossível não considerar tal envolvimento uma vez que as ações humanas, agindo como estratégias de sobrevivência, são tidas como responsáveis pela concretização dessa interligação entre meio físico e estrutura social e, o setor institucional e cultural de um espaço social.

8 UM COTIDIANO DE TENTATIVAS E INCERTEZAS EM FAZENDAS E ÁGUAS DE LOBATO: A EXPERIÊNCIA DE OLINDINA E MANOEL

8.1 OLINDINA E MANOEL

Numa noite do ano de 1947, a jovem Olindina Cordeiro¹⁴⁸ e suas irmãs se arrumam para ir a um baile. Mal sabia ela que naquela noite conheceria seu futuro marido, Manoel Batista de Freitas¹⁴⁹ e, foi assim mesmo que se deu o encontro, “foi num baile, num lugar chamado Alegre, [estado de Pernambuco]. E aí ficamos naquele baile, dançando, e aí comecei o namoro com ela. Isso em 1947”, conta seu Manoel.

Manoel Batista de Freitas, nasceu em Capim de Planta, município de Pesqueira, estado de Pernambuco, no dia quinze de julho de 1928. Juntamente com seus pais, o senhor João Batista de Freitas e dona Maria Emília dos Santos e com seus seis irmãos - quatro homens e duas mulheres - seu Manoel, desde criança, costumava lidar com vários tipos de criação no sítio do pai.

A lembrança que eu tenho da minha infância é que nessa fase de, que acabou a escola eu vim para a agricultura trabalhar e tinha os irmãos tinha os divertimentos dele e eu era assim meio, tinha assim, era meio ressabiado. Eles saíam assim para brincar pelos matos e eu não ia, eu gostava só de estar junto com a criação, cuidando de uma coisa e outra, e inclusive eu era quem era o campeiro das ovelhas, dos cabritos, do gado. Tudo era eu que comandava, pequeno, assim, na infância de 10, 12 anos, 13 anos. Era essa a minha infância. Não teve assim uma infância, como se diz hoje, de brincar de bola, essas coisas eu não tive.

Aliás, nem à escola praticamente Manoel foi, pois,

A escola, tinha assim a uns 4 km de onde a gente morava. Na mesma linha de Capim de Planta. No mesmo Capim de Planta que era uma região grande chamada Capim de Planta, que era uma ribeira, a gente chama lá. Ali nós estudamos uns meses e depois não estudei mais. Quando eu saí da escola, a professora tinha passado as primeiras contas de somar, diminuir, multiplicar para mim, e eu levei para casa e eu aprendi sozinho. E dali pra cá eu vim aprendendo as coisas eu mesmo. Não tive mais escola.

¹⁴⁸ OLINDINA Cordeiro de Freitas: depoimento [out. 2001].

¹⁴⁹ MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001]

A jovem Olindina, nascida no município de Pedra Buíque, também em Pernambuco, no dia vinte oito de agosto de 1929, morava com os pais quando Manoel veio com a família se estabelecer no sítio vizinho ao seu, mais ou menos entre os anos de 1944-45. O nome do sítio dos pais de Olindina era Duarte e ficava no município de Pedra. Após conhecer Manoel, Olindina ficou morando em casa de seus pais até o dia 28 de maio de 1950 quando se casou, dias antes de completar 21 anos de idade.



Figura 42 – Dona Olindina e Seu Manoel.

Fonte: Acervo particular da família do senhor Manoel Batista de Freitas (2000).

Ela e o jovem Manoel foram morar em casa própria comprada do irmão de Olindina, o mesmo que escreveria para Manoel convidando para vir trabalhar em Lobato, no Paraná. O irmão de Olindina, Adolfo Cordeiro Vaz, viera para o então Patrimônio Lobato para trabalhar como empreiteiro na fazenda Moron, localizada na Água Sarandi, e costumava trazer conterrâneos seus para lá trabalhar. Manoel “que desde mais novo que eu tinha vontade de vir para cá”, vendeu tudo o que tinha em Pedra Buíque e se mudou para Lobato com apenas três meses de casado:

Ah, ali eu namorei com ela ali até, 50, quase 3 anos. Em 50 nos casamos. No dia 28 de maio de 50. Ali eu fiquei ali, mas desde mais novo que eu tinha vontade de vir para cá [para o Paraná]. Ali, quando eu casei, já fiz uma casa boa. Quase como essa aqui, até comprei de um irmão dela a casa pertinho da casa dos pais dela. Aí, combinei, casei, quando foi com 2 meses esse irmão dela pegou a fazenda Moron para tocar, escreveu para lá, para nos virmos embora para cá. Aí foi que eu vendi tudo.

Vender tudo não foi exatamente o que Manoel fez, pois, na seqüência de seu depoimento encontra-se a seguinte frase: “Só deixei a casa lá com um terrenozinho e no dia 25 de agosto de 50 viajamos de lá para cá”. Não se sabe os motivos que levaram Manoel a conservar essas propriedades em Pedra Buíque; se foi por desconfiança com a nova empreita ou, se foi por falta de compradores. Sabe-se apenas, que somente em 1975 Manoel volta para Pedra Buíque para rever a mãe - o pai havia morrido em 1971 - e os irmãos que lá ficaram ou que para lá voltaram após migrarem para outros estados do país como São Paulo por exemplo. Dois deles ainda moram naquele estado, “o Cazuzza mora em São Paulo, o José em Paulo Afonso [?], e o Antonio, a Alice e a Severina, moram lá [em Pernambuco] nas propriedades que o velho deixou”.

Em agosto de 1950 então, Manoel e Olindina iniciam a viagem que os traria para o Paraná. Vieram sozinhos e de ônibus e, antes de chegarem ao destino previsto o jovem casal cumpriu o seguinte itinerário conta Olindina:

Para Lobato mesmo naquela época, só viemos nós. Porque meu irmão veio, mas foi aquele que já veio que pegou a fazenda para administrar. Nós viemos para, nós chegamos em São Paulo ficamos uns oito dias lá, depois viemos pra Arapongas que tinha meu irmão lá, porque lá em São Paulo eu tinha minha irmã, meus irmãos lá, aí eu fiquei uns dias lá, depois viemos para Arapongas fiquei mais uns dias, (...) na fazenda. Aí quando chegamos na fazenda já tinha esse Adolfo, meu irmão, que era o administrador de lá.

E quando chegaram ao Patrimônio Lobato, Manoel relembra que:

A impressão foi mal. Eu pensei que a gente vinha para dentro de uma lavoura de café, e quando eu cheguei na beira da Fazenda, que só tinha ela de aberto, e era tudo mato para cá e para lá, aí falaram “o café é aqui”. Aí eu respondi para um cunhado meu: “cadê o café?”. E ele disse: “está dentro da cova aí”. Estava o café tudo varando a madeira, já com um ano de plantado e punha a madeira por cima assim, para não dar sol, para não queimar o cafezinho orelha de onça que nem o senhor falou ontem? Aí eu falei assim: “mas, ‘vichi’ Maria, isso aqui é um capoeirão” que parecia a mata mesmo que sem ser derrubada. Aí ele falou: “mas, não Manoel, isso aqui nós vamos carpir esse mato e o café com 2, 3 anos já está dando”. Aí, eu entrei naquela fazenda com aquela impressão ruim. Mas, aí cheguei na sede da fazenda já tinha 6 casas que tinha. Aí meu cunhado já estava lá. Aí ele falou: “Manoel, você vai ficar numa casa mais eu”. Aí fiquei mais ele numa casa. Carpir aquela quiçaça, aquele mato. Aí ele ordenou para eu tomar conta de uma turma no machado na frente cortando de machado aqueles matos dessa grossura assim, como brabo, aqueles brotos que tinha nascido já tudo grande que foi cortado tudo a machado. E outra turma atrás de enxadão carpindo, tirando aquele mais, mais pequeno.

Nas próprias palavras de Olindina observa-se a mesma impressão que seu marido teve ao chegar não só a fazenda Moron, mas ao próprio Patrimônio Lobato: “A primeira impressão é que eu não via ninguém, só via mato, não via casa, eu falei: Nossa! Mas, ninguém, não tem

ninguém, nem cidade perto não tem”. Entorpecidos por essa impressão negativa do lugar em que haviam depositado seus sonhos de começo de vida a dois, Olindina e Manoel vão morar com o irmão daquela. Adolfo então, separou dois, dos cinco cômodos de sua casa para a irmã e o cunhado morarem e lá eles ficaram por aproximadamente seis meses. Segundo ela, “aqueles cômodos nem fogão não tinha, tinha que a gente aterrar. Carregar terra, lá do córrego, e aterrar aquela casa, aí fizeram um fogãozinho que a gente cozinhava”.

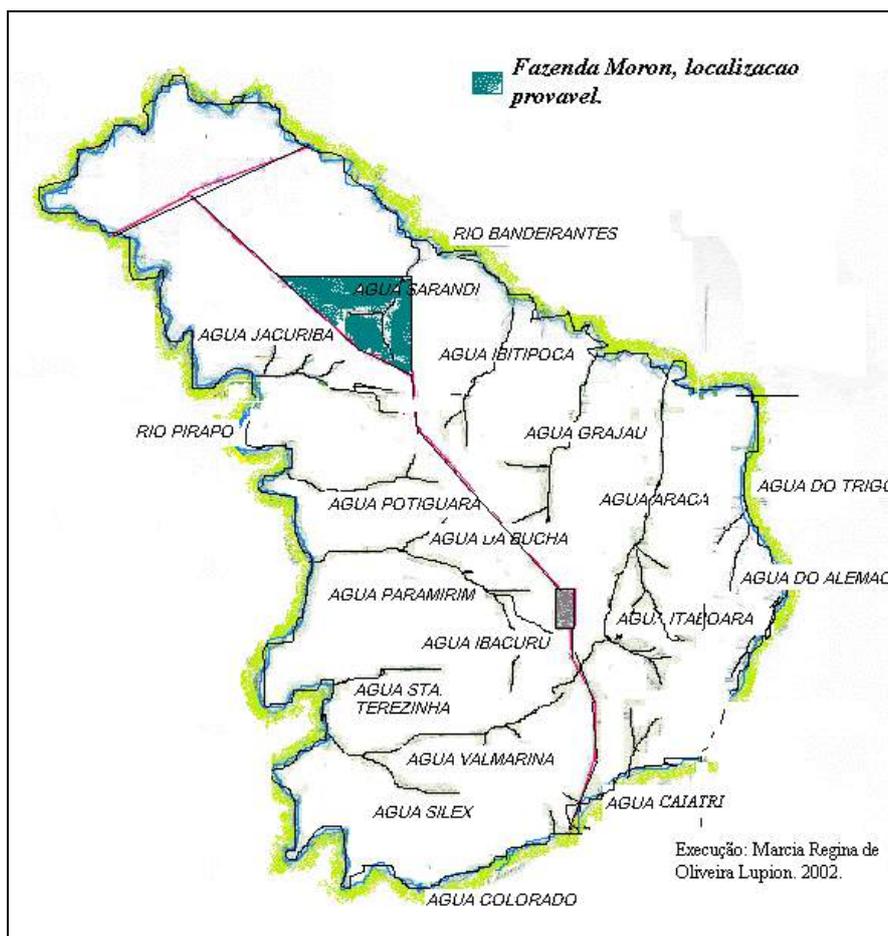


Figura 43 – Fazenda Moron, localização provável.

Assim, com pouco mais de três meses de casada a jovem Olindina chega a Lobato. Longe dos pais, amigos, do ambiente e da cultura conhecida, o casal inicia a trajetória de sua vida a dois ou, como são recordados por ela esses anos: “vida de luta”. Lá chegando, o jovem casal encontra outras famílias pernambucanas que, como eles, vieram para o Paraná “iludidos”, diria Olindina anos depois.

Eram sete [famílias], mas tinha mais. Porque tinha casa, moravam bem umas doze famílias, porque tinha casa que moravam duas famílias. Que nem eu, eu morava em dois cômodos, e tinha outro que morava nos três. Porque as casas

eram sete casas, mas, de cinco cômodos cada uma. Esse negócio de banheiro, essas coisas, ninguém tinha.

O proprietário da Moron, o senhor José Moron residia em Marília, estado de São Paulo, e cabia ao senhor Adolfo tocar os trabalhos a serem desenvolvidos na propriedade que tinha por objetivo a produção cafeeira. Aos poucos então, o núcleo populacional de aproximadamente quarenta pessoas, entre adultos e crianças, que viviam em tempo integral na fazenda foi criando um espaço social em que diversos tipos de relações eram produzidos.

Além das sociabilidades relativas ao momento de chegada das famílias trabalhadoras, como a acolhida oferecida pelo irmão de Olindina, também faziam parte da esfera social produzida na fazenda as relações de trabalho, de parentesco e de interação com o meio ambiente, a reprodução de costumes e, a construção de espaços físicos para atender a outras demandas necessárias à composição do núcleo de moradores.

Um cotidiano de adaptação de costumes e empreendedorismo foi se tornando particular em alguns aspectos para os moradores da fazenda. Uma dessas particularidades é o fato de a maior parte desses migrantes serem de origem pernambucana, elemento social que reforçava os laços de parentesco entre esse núcleo. Pessoas, famílias, que, como Manoel e Olindina vieram para Lobato a convite de Adolfo Cordeiro Vaz para trabalhar na colheita do café mas, que quando lá chegaram, se depararam com incontáveis outras atividades e com um ambiente estranho e, de certa forma assustador, ao menos para Olindina.

Mas, depois que o meu irmão pegou ela [a fazenda], foi que ele foi mandando pra vim o povo do Norte, de Pernambuco. Vinham aqueles caminhões de gente, jogava lá, os conhecidos que tinha lá. O povo se iludiu, vinha muita gente, mas foi muita gente pra sofrer, porque lá na fazenda, além de nós encontrarmos só aquele mato, que nós não tínhamos nada, que a casa não era nem matajuntada não era, era tudo aberto, aí eu tive aquela Osfélia minha, era uma menina doente, e eu, aí, Deus me livre, que sofrimento, eu ficava dia e noite com aquela menina nos braços chorando, não tinha tempo pra nada, e eu lavava roupa, e ela chorando, não tinha remédio, ninguém procurava também não tinha ônibus também. Tinha que vim em Arapongas, se fosse preciso. E foi assim, assim aquela luta da gente aqui nessa Fazenda Moron.

Nos primeiros três anos na fazenda, Manoel participou das atividades relativas a produção cafeeira, “então era, só carpindo o café, cuidando do café”¹⁵⁰ e Olindina também se iniciou nas atividades da fazenda em construção. Além do mato para ser cortado, café a ser plantado e cultivado havia também um número significativo de bocas para serem alimentadas

¹⁵⁰ MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001].

entre outros trabalhos considerados domésticos. Para dar conta da alimentação desse pessoal então, Olindina e sua cunhada, Terezinha, esposa do administrador Adolfo:

Usava bem as panelas, mas assim, nós não tínhamos nem com que arrear louça, era aquela areia de córrego. Era um atraso! Mas eu, na casa de minha cunhada eu ajudava muito ela porque ela era casa de muita gente, porque minha cunhada tinha bastante filho também, e na casa dela, vinha aqueles caminhões de gente só ia para a casa dela primeiro. Então ela tinha uma luta muito grande.

O dia costuma amanhecer com essas mulheres já no fogão à lenha. Recorda Olindina que na cozinha então, mais um dia se iniciava quando,

A gente ralava milho com um ralo, punha a espiga de molho, aí então deixava para amolecer e ralava no ralo para fazer bolo para aquele povo, tomava café. Senão pegava aquela massa, a farinha de trigo e mexia aquele moinho e fazia aqueles bolinhos pra dá para o povo tomar café, porque era muita luta, muita luta mesmo. A gente não ia na roça mais ninguém tinha sossego.

Não ir à roça porém, não era necessariamente uma preocupação para essas mulheres e seus inúmeros afazeres. Para a jovem esposa no entanto, não só o imenso trabalho a ser desenvolvido no dia-a-dia da fazenda foi uma preocupação, mas também outros fatores de ordem física e pessoal. Olindina teve dificuldade com a alimentação que era consumida no Paraná o que tornou sua adaptação à região ainda mais difícil,

E as comida, as comidas, eu mesmo tinha o jeito do Norte, eu fiquei um ano pra poder aprender a comer só arroz. Porque eu era acostumada lá em Pernambuco, a gente comia: arroz, feijão e carne e o arroz lá para nós era uma mistura. Fazia o arroz mexido, temperado, era aquele arroz mole, e colocava tempero e colocava em cima da comida pra comer só assim, eu não conseguia, eu fiquei mais de um ano.

Quando, seis meses depois o jovem casal se muda para sua própria casa, Olindina ainda não se habituara à nova alimentação e, grávida do primeiro filho, cozinhava para vários camaradas, doze ao todo.

Eu fazia o almoço e o Manoel levava, depois de tarde já tinha o café que era fazer esses bolinhos viradinho com café pra levar na roça também que saia com aquela bacia de comida pra levar na roça pra levar por povo. Começou, nós, [eu] estava grávida do Felix, eu com aquelas pernas cheias de ferida, porque quando eu cheguei os mosquitos me estranharam, me chuparam muito. Até que a boca da noite assim os mosquitos estavam chupando a gente. E nós [não] éramos prevenidos, nós não tínhamos calça comprida, nós não usávamos. Eu sei que nós sofremos muito porque nós não tínhamos experiência, muito desprevenido, nós não tínhamos nunca saído de casa, nós não sabíamos como que era aqui, eu sei que aí foi naquela luta, eu gorda para ganhar o menino, e doente, e cozinhado para esses camaradas. Aí, depois, eu fui para Arapongas ganhar esse menino, aí fui para lá e Manoel ficou com

esses camaradas e uma prima minha cozinhava, depois meu irmão foi e tomou conta.

Com a criança ainda pequena, Olindina fica adoentada e sente-se fraca,

Eu não sei, eu era muito fraca, parece que eu não tinha muita disposição, não sei se é porque eu tinha mudado de lugar, e eu sei que a gente era aquela luta, puxando água naquele poço, e eu só tinha dois cômodos só, aqueles dois, tinha a sala e a cozinha, minha sala era a cozinha, e era o quarto e a cozinha só. E pegava depois aquela criança era chorão, eu não tinha tempo de lavar, tinha que esperar o domingo para o Manoel me ajudar a olhar para eu poder lavar roupa. A mulherada vivia assim, era só fazendo comida, levar na roça, porque só tinha mato não tinha o que as mulheres fazerem.

Acho que devemos acrescentar às palavras de Olindina que “não tinha o que as mulheres fazerem ‘na roça’”, pois, como ela mesma conta, havia muito trabalho a ser feito pelas mulheres em outros espaços da fazenda. Enquanto os homens cortavam o mato e cultivavam o café, construía cercas e dependências para atender à lavoura, cabia às mulheres um universo de outras atividades cujo desempenho era disciplinarmente cronometrado para que fosse possível dar conta de um número substantivo de atividades consideradas femininas.

O ritmo necessário para lavar, passar, cozinhar, plantar e cultivar a horta, cuidar das crianças, costurar, entre outros trabalhos desenvolvidos pelas mulheres e pelas crianças, tudo sempre disciplinado não é, sem dúvida, uma responsabilidade que deixasse muito espaço para outras atividades ou que pudesse ser negligenciado, haja vista a importância dessas tarefas para o núcleo social existente na Moron.

A vida, considerada “de luta” por Olindina, continuaria ainda por muitos anos e se configuraria sob os mais variados aspectos no cotidiano da zona rural. Após quatro anos da venda dos primeiros lotes rurais, o então Patrimônio Lobato era coberto por considerável mata nativa, fato que causava muito medo e insegurança em Olindina. Para ela, que vivia momentos de adaptação a um novo ambiente cuja transformação acontecia de forma abrupta a cada instante e sob seus olhos, a questão relativa à mata revela os sentimentos mais sofridos e inseguros da jovem senhora que, quando via “aquele mato horrível, a gente olhava assim os mato, fazia derrubada e queimava, eu tinha tanto medo, parecia que o mundo estava pegando fogo, tanta fumaça, tanta quentura tinha assim aqueles matos”.

Esse cotidiano de medo e insegurança é o que leva Olindina a expressar sua vivência na zona rural como momento de luta. Pois, adaptar-se ao novo espaço cuja geografia e o clima

eram desconhecido, foi para esses migrantes nordestinos uma fase de conflito constante e muitas vezes, de mudança indesejada. Assim, havia uma luta para se adaptar às novas condições criando, ou talvez seria melhor dizer, recriando um espaço social em que o já conhecido fosse inserido no desconhecido de forma a dar a imagem criada por tal metamorfose, um aspecto que fizesse sentido para seus ocupantes. Imbuídos dessas preocupações, os moradores da fazenda Moron, com o passar do tempo, foram organizando, além de construções relativas à produção cafeeira, atividades que visavam atender as necessidades de lazer do grupo social e assim descritas por Olindina:

Com o tempo foi descobrindo, foi animando e meu irmão, festa nós não tinha, passeio nós não fazia, aí então quando era tempo de São João assim, esse seu Valdir da farmácia, era que tocava trombone, e sei que meu irmão inventava aquelas festinhas lá na Fazenda Moron, e eu dançava lá na cozinha, a gente saía dançando lá na cozinha, só assim de ano em ano, São João. O seu Valdir tocava e nós dançávamos lá na cozinha, lá na cozinha que não tinha nem a sala.

Ou seja, nem só de trabalho vivia o grupo formado na fazenda, havia também momentos de lazer e diversão que, embora tenham sido pouco lembrados por Olindina em seu depoimento e nem sequer citados por seu Manoel, o fato é que eles existiam. Constatar esse fato é buscar no particular o conteúdo para uma história social em que a ação de pessoas consideradas comuns é o que realmente importa quando se quer remeter aos mesmos o adjetivo de protagonistas da história sobre a qual se queira discorrer.

Ainda sobre os primeiros anos, Olindina dá mostras do cotidiano da fazenda ao recordar de uma forte geada ocorrida no ano de 1953, quando o casal e seus dois primeiros filhos, Felix e Maria Osfélia, sofreriam com problemas relativos à sobrevivência numa região cujo clima lhes era totalmente novo.

Nunca briguei porque a gente tinha vindo embora. Porque tinha mulher, olha, brigava com os maridos, reclamava porque tinha vindo, porque estava ali naquele sofrimento, mais eu não, eu sofri só calada, naqueles tempos de frio, que não tinha, aquela Maria Osfélia minha, uma geada grande, eu não sei se em, ela é de 52, não sei se foi 53, ela pegou uma geada grande que ela só vivia sentada no chão, esfriou a bundinha assim, no chão frio. A gente não era prevenida de roupa, a gente não era prevenida de nada. Lá em Pernambuco nós não precisávamos de roupa de frio assim, eu nunca usei um casaco, nada de frio lá. Agora a gente vai lá tem (...), mas, naquela época não. E ela só vivia no chão, aquele frio que nós não tinha nada mesmo era só o chão, e ela “dispeiou” a bundinha no chão, de ficar no chão frio.

Além de adaptação a um novo clima e a uma nova cultura, ainda durante essa geada de 1953, Manoel e Olindina sofrem mais uma decepção, como conta Manoel: “quando foi em 53

que o café estava para produzir a primeira safra veio a geada. Aí o patrão deu mais dois anos para nós” ficarmos na fazenda recorda Manoel. Mas não só a geada assustava Olindina,

Teve uma época que deu uma tempestade que eu morri, quase morri de medo, a casa começou a descobrir, e a casa ia descobrindo e enchendo de água, e eu gorda, estava bem gorda, da Odete, eu tinha, não, eu estava gorda da Odete sim, eu peguei a Osfélia no braço e pegava na mão do Felix e a casa assim cheia d'água. Eu peguei um medo de água, de chuva que bastava um relâmpago assim no mundo que eu já ficava tremendo assim de medo. Peguei um trauma... de chuva, agora não, mas eu passei tanto medo, tanto medo, meu Deus! E ficava sozinha, o Manoel sempre trabalhando longe... quer dizer, era colônia, mas não da pra ficar nas casas dos outros, nem os outros na casa da gente. Ele só chegava no escuro, lá pelas nove horas da noite que ele chegava, saía de madrugada e só chegava essas horas assim.

Era comum Manoel ficar fora de casa trabalhando até tarde da noite. Ainda nos tempos em que havia mata para ser derrubada, o jovem costumava trabalhar para outros proprietários quando o café ainda não estava pronto para a colheita. Esse trabalho, além de render algum dinheiro tomava muitas horas não só de Manoel mas também de seu cunhado e parentes que moravam na fazenda.

E lá de vez em quando tinha uma folga eu mais o Antonio França e esse cunhado que eu estou falando - que me acalmou quando eu cheguei que eu fiquei apavorado que só tinha quiçaça -, nós saíamos fora assim, pegávamos uma empreita de madeira para cortar no mato, e ali ia vivendo até..., na esperança do café produzir.

Frio e fome, o primeiro desconhecido e o segundo, embora natural do ser humano, desconhecido também na medida em que, nesse caso, tem sentido de passar fome mesmo tendo o que comer. Como se viu, os costumes e hábitos vividos por Dona Olindina em sua terra natal não encontram espaço para se reproduzirem em sua nova moradia.

Durante esses primeiros anos, os moradores da Moron foram, aos poucos estruturando fisicamente seu espaço social. Não só a mata foi derrubada e a lavoura plantada e cultivada, não somente as casas e as dependências relativas a produção cafeeira, como o terreiro e a tulha foram construída, mas, também construções que tinham em vista atender às demais esferas sociais, como uma escola, uma capela, uma venda e até um açougue. A Moron é o único exemplo de núcleo social rural com um açougue.

Essas construções no entanto, não se localizavam na colônia da fazenda, mas sim, na estrada que dá acesso ao município de Colorado. Junto ao carreador que levava ao interior da fazenda ficavam a escola, a capela, denominada Santo Antonio¹⁵¹ e a venda, esta

¹⁵¹ PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. Livro Tombo, 1956-1975. Lobato, out. 2001.

última de propriedade do senhor Severino Chagas. Segundo Manoel, os mantimentos comprados eram o trigo, macarrão e a própria carne.

Comprava muito aqui na fazenda Moron, tinha venda do seu Severino Chagas. Comprei muito lá. Depois ele acabou com a venda, aí tinha a venda do seu Joaquim mineiro [na cidade].

Outra Água equipada com uma venda em que Manoel e Olindina moraram foi na Água Potiguara, na estrada que dá acesso ao Salto Pirapó ou Água Pirapó. A denominação Salto se refere a queda d'água existente no rio Pirapó, daí então os moradores e mesmo os mapas registrarem Salto Pirapó ao se referirem aquela região banhada pelo rio que dá nome ao salto. Desse estabelecimento no Salto, “eu me lembro era tinha o Davi, que era o dono venda. Já os outros primeiros eu não me lembro o nome deles. O Davi já entrou naquela década de 68/69, agora aqueles primeiros eu não me lembro”. E, quanto a vendinha da Água Paramirim ele lembra que o proprietários era o senhor Alexandre, cujo sobrenome desconhece.

A existência de tais estabelecimentos comerciais quase não foi lembrada pelos depoentes que tiveram certa dificuldade em recordar os locais exatos em que havia uma vendinha. A existência de vendinhas nas Águas Grajaú, Valmarina e Araçá por exemplo, só foi descoberta quando em trabalho de campo (informação verbal)¹⁵². Contudo, há que se esclarecer que em alguns casos, apenas a localização aproximada desses estabelecimentos foi identificada. O espaço das Águas com a produção canavieira que se estende por quase todo o município, transformou radicalmente a zona rural impossibilitando aos ex-moradores identificarem o local exato de muitos estabelecimentos como já foi dito em relação à vendinha que havia na Água Araçá. Assim, as vendinhas identificadas no Anexo A, a exceção das vendinhas nas Água Grajaú, Valmarina e Silex, tem por base somente a Água em que estavam estabelecidas, mas, não seu local exato. O mais importante porém, é reter que a descrição da existência de tais estabelecimentos reafirma a hipótese aqui levantada de que são os moradores os responsáveis pela organização e desenvolvimento de uma vida social particular ao núcleo formado pelas Águas de Lobato e, o fato de nem sempre se lembrarem de todos esses estabelecimentos foi assim expresso pelo senhor Manoel: “é que a gente quase não saía da fazenda sabe?”.

¹⁵² O senhor Benevides Bérghamo, funcionário da Prefeitura, morador do município de Lobato desde 1951, assíduo freqüentador da zona rural desde 1951 e motorista que acompanhava o trabalho realizado nas Águas, foi o responsável por essa informação. Lobato, julho de 2002.

Junto à documentação educacional institucional de Lobato constatou-se que no ano de 1957 havia naquela fazenda uma escolinha¹⁵³, mas, os depoimentos apuraram ainda mais a data da existência dessa escolinha e foi possível chegar ao ano de 1955 como o ano de sua fundação. É Manoel quem conta detalhes sobre a fundação da escolinha. Diz ele,

Lembro. A escola começou em 1955. A comadre Elza morava no sítio do sogro dela, do seu José Biguette, vizinho com a fazenda Moron, e tinha esse o meu cunhado tinha esse conhecimento com esse capitão em Astorga, chamava capitão Augusto. Aí ele arrumou, nesse tempo o governo daqui chamava Bento Munhoz da Rocha. Aí ele arrumou com o Bento para ela lecionar já o Estado. Aí ela começou a lecionar na fazenda Moron em 55, agora eu não me lembro o mês que ela começou. Sei que parece que foi no começo do ano.

Segundo Manoel, a escolinha da Moron iniciou com 25 alunos mais ou menos e atendia também a crianças de outras Águas localizadas perto da fazenda, como a Ibitipoca e a Potiguara. A população que vivia nessas duas Águas também teria suas próprias escolas em anos posteriores quando, no dia primeiro de maio de 1957 os moradores da Ibitipoca já se encontraram equipados com uma sede escolar com 48 alunos matriculados em séries primárias e, quanto às crianças da Água Potiguara, essas contaram com uma escolinha no ano de 1965¹⁵⁴. Como as demais escolinhas que foram sendo fundadas pelos moradores das Águas de Lobato, a escola da Moron era composta de apenas uma sala e o conteúdo lecionado referia-se aos anos primários de 1^a. a 3^a. série.

Como foi visto acima, a nora de um dos proprietários vizinho à Moron, a senhora Elza Corrêa Netto Biguetti, se tornou a professora das crianças da fazenda e das propriedades que se localizavam em Águas vizinhas. Como as demais professoras desse período, Elza assumiu o cargo devido à necessidade de educar os filhos dos moradores daquele local e não por ter uma formação profissional que a credenciasse para exercer tal atividade. Em 1957, somente o nome da professora Elza aparece no livro com as matrículas dos alunos da Moron e o de nenhuma outra mais (ANEXO D).

Concomitantemente a essa estruturação física e de pessoal dotado de disposição suficiente para iniciar grandes empreitas, como fundar uma escola por exemplo, a luta dos moradores cujas esperanças estavam depositadas numa segunda safra do café foi novamente minada em 1955 “quando o café estava melhor que em 53, quando saiu da cova. Ainda

¹⁵³ DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Livro de registro de matrícula, 1957**. Lobato, 2001.

¹⁵⁴ DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Livro de registro de matrícula, 1958**. Lobato, 2001.

colhemos mil sacas de café, todos os empreiteiros. Aí, veio a outra geada, teve talhão¹⁵⁵ de 10 mil pés de café que não brotou mais”.

Essa outra geada levou, junto com o café a ser colhido, a maior parte dos moradores da fazenda, uns foram para Arapongas, outros pegaram rumos diversos dentro mesmo de Lobato. E, a família de Olindina, seu irmão Adolfo e a família, além de outros moradores, se separaram, ficando apenas ela, o marido e os filhos morando na fazenda até 1957. Quando a família de Manoel saiu da Moron, os proprietários ainda lidaram alguns anos com o café, mas depois desistiram e passaram a plantar pasto. Hoje, “é tudo cana” resume Manoel.

Desiludidos com as agruras vividas na fazenda Moron, mas com esperança de dias melhores, Manoel e Olindina, grávida da quinta filha, se mudam para a fazenda Nossa Senhora Aparecida (ANEXO A), na Água Potiguara, e lá ficam por três anos, entre 1957 e 1960. Do tempo que passaram lá Olindina recorda que,

Cheguei na Potiguara eu trouxe meus quatro filhos que eu já tinha: Osfélia, o Felix, a Odete e a Onéssia, aí quando cheguei na Potiguara no mês de setembro em dezembro eu ganhei a Romilda. Aí tinha uns vizinhos uns espanhóis mais eles nem ligavam, aí eu não tinha ninguém, quer dizer, tinha esses vizinhos mais eles não procuravam amizade, quando eu estava com um mês de dieta que as vizinhas chegaram lá na minha porta. Aí tinha minha sobrinha na Água Paramirim o Manoel pegou, procurou uma já tinha uma mulher que ia assistir com a gente, ele buscou aquela mulher, aí depois buscou minha sobrinha ficou 8 dias comigo. Aí eu fiquei, eu puxava água em poço, lavava roupa, eu fazia tudo. Já o serviço era mais porque eu tinha mais crianças, e eu não tinha, tinha outra casa mais não tinha mais mulher, só tinha meu cunhado que morava aqui e ia para trabalhar lá.

Enquanto Manoel lidava na lavoura e outras atividades tais como a compra-venda de gado, Olindina preparava e organizava o novo lar juntamente com os filhos mais velhos.

Aí, ali no sítio, quando eu entrei lá, nesse sítio da Potiguara, era tudo mato, até na beira da calçada tinha grama. E eu danei a enxada pra carpir descobrir tudo, eu de dieta da Romilda, eu cavava com a enxada aquelas grammas e as crianças tudo pequenininha, carregava, jogava tudo assim longe, deixei o quintal todo limpo.

A casa em que moravam na Potiguara era melhor que a da Moron, pois, tinha cinco cômodos, mas também não tinha banheiro. Lá, na Moron, o costume era tomar banho no quarto, com a bacia e as necessidades físicas eram feitas na mata, “naquele sacrifício medonho, era um povo sem experiência” conta Olindina. Já na Potiguara, Manoel construiria uma privada alguns meses depois, “naquele tempo a gente chamava privada” explica ela.

¹⁵⁵ Em reentrevista, o senhor Manoel esclareceu que talhão significa uma gleba de três a cinco mil pés de café. MANOEL Batista de Freitas: depoimento [jul. 2003].

Os anos na Potiguara, em termos de convívio com outras pessoas, foram os mais sofridos para Olindina, Manoel e seus filhos. Como vimos pelo depoimento, os vizinhos espanhóis recebem os novos moradores de forma mais comedida. Apenas trinta dias após o parto é que vão fazer uma visita para o casal. São desconhecidos os motivos que teriam levado os espanhóis a não se aproximarem dos novos vizinhos, mas, quanto a Olindina, pode-se inferir que esta esperava uma aproximação mais efusiva, como a que recebera quando chegara a Moron uma vez que lá viviam seus parentes, ou seja, os laços de parentesco eram mais fortes e impunham um pouco mais de solidariedade.

Observa-se dessa forma, que na propriedade da Água Potiguara surgem novas relações entre os moradores. A recepção por parte de uma família de vizinhos espanhóis não é tão calorosa e Olindina nem ao menos cita seus nomes em seu depoimento e, o que surge de novo nas lembranças dessa senhora nos anos vividos nessa propriedade, é a participação dos filhos e de parentes que se deslocam de outras Águas para vir auxiliá-la em problemas relativos a sua saúde, que se tornou muito debilitada naqueles anos.

Os laços de parentesco, mais uma vez, se tornam importantes para Olindina e Manoel naquele momento. Através dos relatos observa-se uma profunda unidade entre esse núcleo de pernambucanos lobatense. Laços que se revelam em momentos como na busca de trabalho fora da fazenda, e nas atividades consideradas domésticas e femininas e, encerram ainda, o caráter solidário das relações entre o núcleo de pernambucanos existente na fazenda Moron cujo parentesco não era somente de laços consangüíneos, mas, também, regionais.

Essa união inclusive, parece ser a viga-mestra que sustenta a vida desse núcleo no município emergente. A lembrança constante da participação de conhecidos nos episódios recordados por Olindina e Manoel ocupa aproximadamente oitenta por cento de seus depoimentos. Sendo que é difícil encontrar uma frase que não seja iniciada por “eu mais aquele meu cunhado” ou “minha prima que morava mais eu” quando os protagonistas recordam os momentos vividos na zona rural.

Voltando pois, aos anos vividos na Água Potiguara, Olindina, agora mais experiente depois de cinco gestações completas e outra já no final, cuidou de deixar pronto os afazeres da casa quando percebeu que a hora do parto estava chegando. Sem se abalar, Olindina, como fazia em outras ocasiões, saiu logo cedo para lavar roupa num poço bem fundo do qual as mulheres retiravam a água e colocavam num tanque de madeira para lavar a roupa. O tanque na verdade, era uma tábua e, segundo Olindina, “era mais fácil” pois, na Moron havia que lavar roupa no riacho. Depois da roupa lavada, outros afazeres aguardavam a parturiente,

Naquele tempo, eu já vivia numa casinha melhor, que era de assoalho, eu encerava até de baixo do fogão eu encerava. Aí eu fui limpar a casa, eu vi que eu ia ganhar neném, eu fui limpar a casa, que era para deixar as coisas limpas, aí ela não deu muito tempo assim, ela logo nasceu, porque quando as meninas nasciam logo, os meninos demoravam mais um pouco, mais eu nunca fiquei um dia assim pra ter um filho. Quando as parteiras chegavam demorava uma meia hora assim, já ganhava, era mais rápido.

Em seu sexto parto, Olindina pode contar com a ajuda de sua prima Ingrácia, fato que a teria deixado mais tranqüila:

Ela [Ingrácia] tinha vindo do Norte e ela tinha vindo morar comigo, naquela casa que tinha vizinha. Aí quando eu fui para eu ganhar a menina, eu demorei, porque eu tinha muita coisa pra fazer, quase que a menina nasce (risos) sem a mulher chegar, quando a mulher chegou já a menina tinha nascido a Rosilda, já, eu estava com essa Ingrácia aí as meninas queriam entrar no quarto, e essa Ingrácia fechou a porta, era a Odete e a Marizete. A Odete era minha e a Marizete era da Ingrácia. E ficava batendo na porta chorando querendo entrar, e a porta trancada, um calor, que estava! Aí depois a mulher chegou cortou o umbiguinho da menina. Que é a Rosilda.

Dez dias depois de nascida a Rosilda, a esposa de Manoel ficou novamente doente. Mais uma vez, Ingrácia torna-se importante na vida do casal e seus seis filhos. Ela cuida dos afazeres domésticos e das crianças, “ela cuidou de mim” diria Olindina anos depois.

Durante três anos então, o casal de pernambucanos e agora também seus seis filhos vivem e trabalham nessa fazenda que pertencia a um senhor chamado Leonel. Três anos depois porém, Manoel recebe uma proposta de trabalho, “me deram uma administração numa fazenda vizinha com esse sítio. Aí fiquei mais três anos. De 60 a 63”. Nesse primeiro ano vivido na fazendinha do senhor Leonel, primeiro Manoel diz ter formado o cafezal, depois, quando o senhor Leonel vendeu para o senhor Antonio Ortiz, Manoel continuou como administrador, mas, a produção da fazenda passaria a ser mais diversificada:

Na Água Potiguara eu, que é no sítio do Leonel, que foi onde eu fiquei só esses três anos, cuidei só de lavoura de, fui formar o café novamente e aí fiquei três anos lá Aí o seu Leonel vendeu para Antonio Ortiz o sítio, aí ele chegou e falou: “não vamos mais mechar com café não Manoel, você pode plantar o que quiser aí dentro que eu vou encher de pasto.” Aí que eu fiquei mais dois anos ali cuidando da lavoura, da minha parte e a outra parte ele já tomou conta que não tinha empreiteiro, estava abandonada. Aí eu fiquei cuidando só de lavoura, plantando arroz, milho, algodão, mamona ali onde era minha empreita. O resto ele já tomou conta, já foi plantando capim. Aí quando foi no derradeiro ano que eu tinha ido entregar para ele, ele já foi plantando capim, aí eu mudei para a outra fazenda onde eu fui ser administrador.

Nessa fazenda chamada Nossa Senhora Aparecida, que também ficava na Água Potiguara, Manoel “ganhava renda do que vendia, ele tinha porcentagem” conta Olindina. Isso

se deu durante os anos 1960, 1961, até 1963 quando nasceu o sétimo filho. Nesse ano derradeiro, aconteceu o ano do fogo, como costumam lembrar tanto Olindina quanto Manoel. Ano que traria mais algumas mudanças na vida do casal e seus filhos. Dentre essas mudanças, aconteceria uma que transformaria radicalmente a vida da família quando por poucos anos eles se tornariam proprietários de um pequeno sítio no aterro. E tudo se deu mais ou menos assim.

Eh! Chi! Porque em todo lugar aqui havia um incêndio no sítio. Aí, a geada caiu no dia 6 de agosto, fiquei com a criação só sustentada no milho e na mandioca. Um bocado de criação de gado e animais. E aí tinha que entregar a fazenda no dia 30 de setembro [de 1963] e com aquela situação que não tinha quem arrendasse um pedaço para por a criação. Aí eu fiquei procurando um “sitinho” para comprar aí, comprei um “sitinho” aqui no aterro. Aí, no dia 30 de setembro, eu entreguei a fazenda lá e mudei para um “sitinho” aqui no aterro.

O aterro, a que se refere Manoel, fica na Água Colorado, divisa com o município de Flórida.

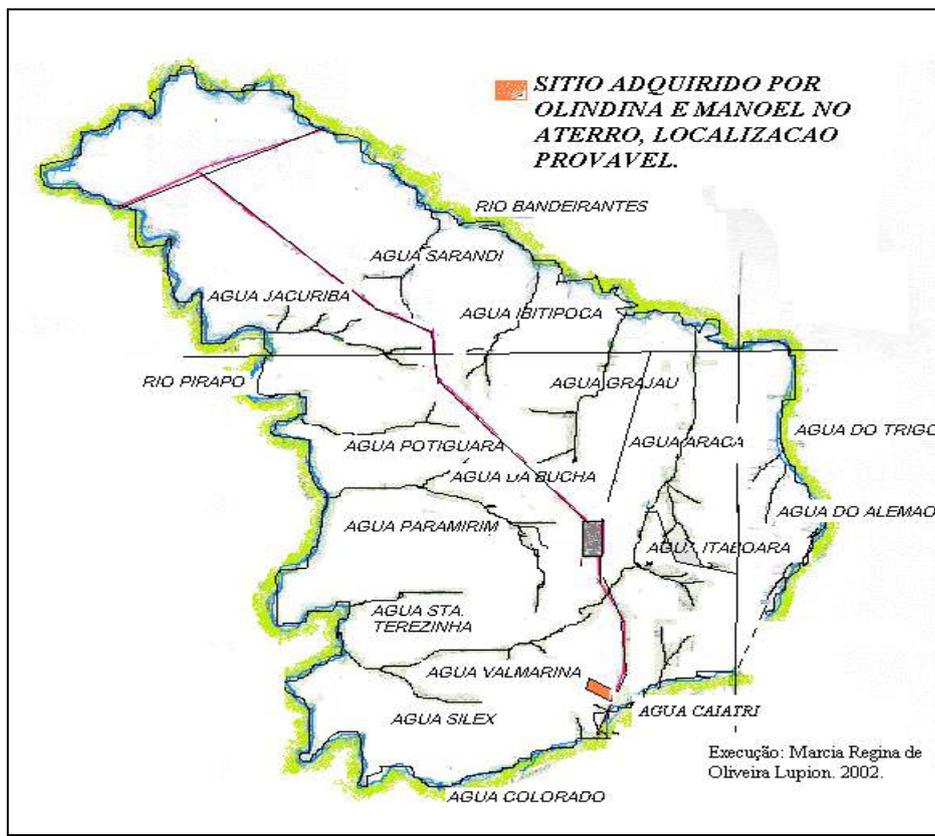


Figura 44 – Sítio adquirido por Olindina e Manoel no aterro, localização provável.

A propriedade por eles comprada tinha cinco alqueires mas, segundo Olindina, a terra não era boa.

Aí nós fomos para aquele sítio lá, parece que ficamos lá três anos, e foi no tempo que o João nasceu, foi 63, e deu aquela seca grande e a geada e o café virou pó, queimou tudo, e o café virou pó, queimou tudo, e o homem vendeu aquela fazendinha, e o Manoel comprou esse sítio aqui no aterro, eram cinco alqueires, só que a terra era ruim. A terra não era boa. Tinha café, ele plantou mamona. Só que depois saiu aquela lei do governo de cortar os cafés, aí ele recebeu para poder cortar esse café, ele parece que estragou, andou muito sabe!

Manoel, depois que comprou a propriedade no aterro passou também a trabalhar com gado, atividade que o obrigava a ficar muito tempo fora de casa. É Olindina quem recorda:

Ai foi o tempo que eu vivia na roça, junto com as crianças, e o Manoel saía bem cedo chegava de noite, nove horas da noite, ele tinha uns cavalos muito bem (...) depois que nós morava no aterro, ele comprou tinha gado, bastante animal, carrinho, tudo tinha lá no aterro. E aí foi que ele negocia lá para o lado de Colorado, não sei para onde, começou a comprar gado, vender gado, com esse negócio acabou tudo que nós tínhamos.

Enquanto Manoel saía pelo mundo, como costuma dizer Olindina, ela e as crianças passaram a trabalhar em propriedades vizinhas como lavradores assalariados.

Eu na roça mais as crianças e ele para o mundo. Ele saía cedo e só chegava uma hora da manhã, mais, todo dia. E a besta lá, só lutando. Chegava ia lavar roupa, no outro dia cedo [Manoel] sumia outra vez. Eu ia panhar algodão numa quiçaca que o mato dava assim até o pescoço. [...] Eu trabalhei nesse negócio de panhar algodão. Na nossa não tinha. As crianças, os mais pequenos ficava em casa e os grandes iam comigo para roça depois iam para escola. Ficavam só. Ficava, era um sitiozinho e tinha vizinho meio longe, perto da estrada.

Se o convívio com outras pessoas foi difícil na fazendinha da Potiguara, os anos vividos no aterro da Colorado se mostraram ainda mais ingratos para a família. Nesse sítio viviam duas famílias e na verdade, era uma só propriedade mas com dois donos, Manoel e mais um, cujo nome Olindina não citou.

Veja, nesse sítio vizinho com meu sítio, era um sítio só, só que era repartido de duas famílias, era metade para nós, metade pro outro homem. Eu acho que lá eram umas quatro pessoas, e tinha eu, mais perto da estrada e do outro lado tinha umas duas casas, tinha ainda mais família, só que a gente não era assim de tinha amizade assim, tinha amizade mais não ia na casa de ninguém, cada um era nas suas casas.

No período entre 1960 a 1963, os familiares pernambucanos já estavam dispersos, alguns para do fora do município e do estado, outros ainda na cidade, como Adolfo Cordeiro Vaz e a prima Ingrácia. Manoel e Olindina, juntamente com seus filhos, eternos companheiros, continuam vivendo na zona rural e, no que diz respeito ao trabalho, se voltam para a diversificação das atividades até 1967, quando se mudam em definitivo para a cidade.

Enquanto Manoel trabalha com o gado e fica na maior parte do tempo fora do sítio, Olindina, além do trabalho na lavoura, se inicia na atividade de costura, a qual exerceria até 2002 quando problemas de saúde a afastam do trabalho na cidade.

Eu só chegava, e às vezes quando eu chegava costurava um pouco de noite, tinha as costuras das vizinhas pra fazer, as vizinhas mais longe levava as costuras pra mim. Até o galo cantar assim, eu costurava. Era as horas que eu tinha pra costurar assim era de noite, eu lavava roupa de noite, porque era mais sossegado porque de dia eu não tinha tempo, era assim. E as crianças só estudavam longe, em tempo de geada essas crianças saíam cedo, às vezes com um golinho de café, só que tomavam. De chinelo de dedo, porque não tinha com que comprar, não tinha o que levar de lanche, não tinha nada.

Como se pode constatar, a chegada na Terra da Promissão¹⁵⁶, forma como era apresentada a região Norte paranaense nas propagandas de venda de terra pelo país, não encontra eco nas palavras de Dona Olindina. O que se tem de fato, é um forte sentimento de medo, isolamento e de incerteza frente ao desconhecido. A vida nas Águas para nossos protagonistas e seus filhos não se apresentou como a vida numa “Terra de Promissão”, mas sim, como uma terra de provação que perpassaria os mais variados âmbitos da vida e do cotidiano construído pela família.

Enquanto Manoel se voltava para busca de trabalho fora do sítio, Olindina dividia seus dias entre responsabilidades com os filhos, trabalho na lavoura e costura. Treze anos após a chegada em Lobato, as perspectivas de dias melhores ainda não haviam se concretizado. O que existia na realidade das Águas, era um cotidiano que precisava ser conquistado a cada dia e em cujo interior abundavam os momentos de insegurança e de esperança.

De esposa que cuidava da alimentação dos trabalhadores empreiteiros na fazenda Moron a lavradora assalariada e costureira, assim podem ser resumidas as estratégias de sobrevivência desempenhadas por Olindina em sua passagem pelas Águas entre 1950 e 1967 e representada na Figura 43. Desempenhar vários papéis fundamentais à sobrevivência sua, dos filhos e do marido foram os espaços e as estratégias em que Olindina experienciou seus momentos de luta.

Mas, na vida considerada de luta por Olindina, o que parece ter sido sua maior batalha, foi não reprodução de seus ideais de vida familiar. Ela teve que lutar contra o que considerava uma vida em cujos papéis femininos e masculinos estavam culturalmente estabelecidos. Homens e mulheres cumprindo determinadas funções dentro do casamento, sendo que, cabia ao primeiro suprir as necessidades materiais da esposa e dos filhos e ao segundo, produzir

¹⁵⁶ FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959. p. 304.

bem estar mental e organizar o lar de forma a tornar esse espaço um refúgio para o marido quando esse estivesse em casa. Mas, não foi essa a vida que ela viu se descortinar frente a seus olhos, daí seu maior conflito. Um conflito cultural em cujo interior se digladiavam não somente momentos de adaptação a um novo espaço físico mas principalmente a uma realidade na qual era impossível reproduzir seus ideais de casamento e estabilidade social.

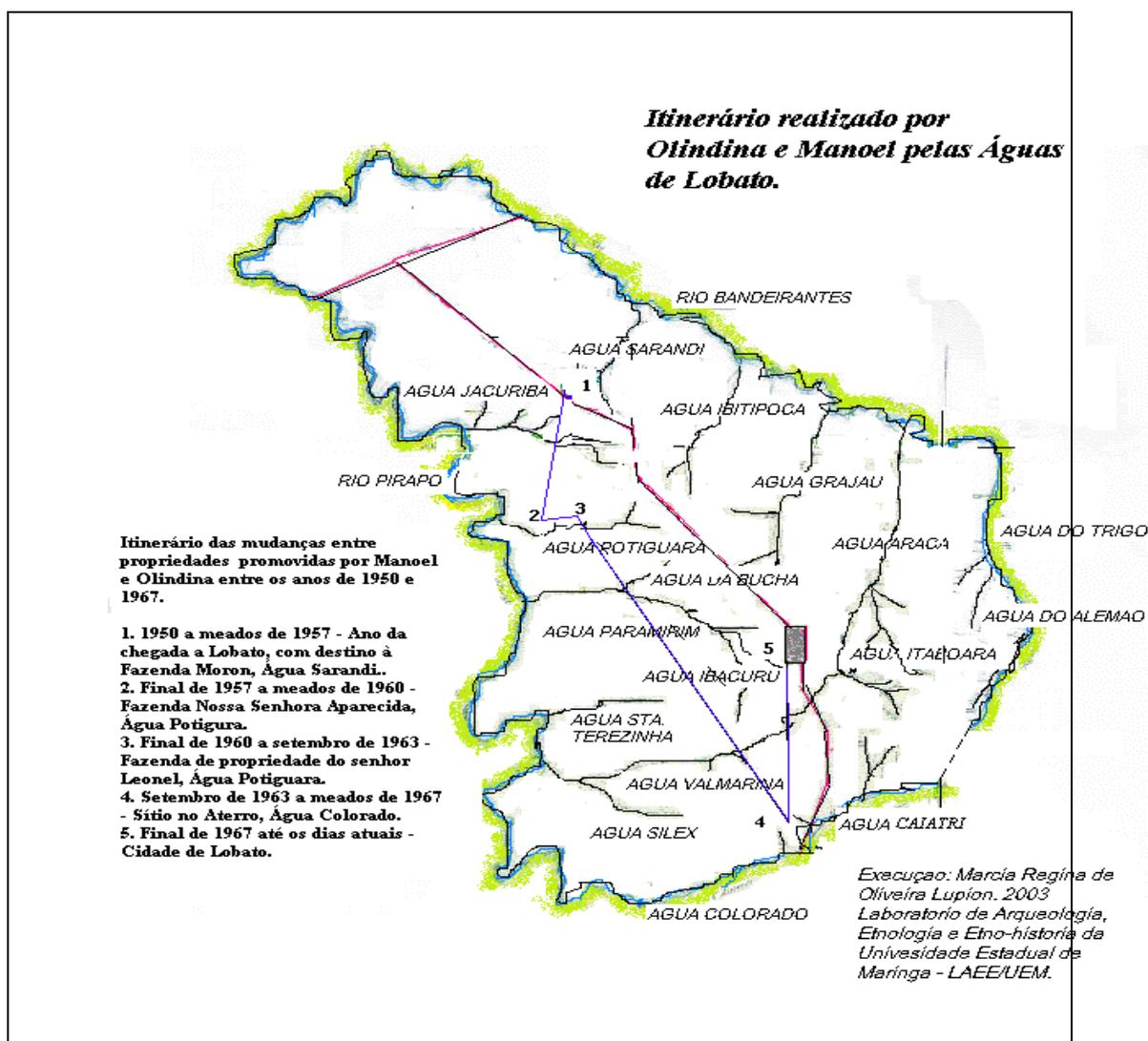


Figura 45:- Itinerário realizado por Olindina e Manoel pelas Águas de Lobato.

Olindina viu, a cada dia de sua vida nas Águas, a construção de um cotidiano composto por suas próprias atitudes, estrategicamente praticadas de acordo com as necessidades de sobrevivência que sua família impunha. Viu desmoronar a cada dia seus sonhos idílicos de vida em família e, Manoel, por alguns anos, foi objeto de desilusão para sua mulher. Quando ela diz: “Eu na roça mais as crianças e ele para o mundo” a impressão que se tem é a de que Manoel tenha negligenciado suas responsabilidades de pai e de marido. Um

olhar menos envolvido emocionalmente talvez, revele uma outra perspectiva para o comportamento de Manoel.

Considerando que esse homem desde sua infância voltou-se para o trabalho, pois enquanto os irmãos gostavam de brincar ele enfatiza que seu prazer era lidar com a criação, e ainda, considerando a forma como ele se refere a esses anos vividos nas Águas e depois na cidade e a participação de sua esposa nesses momentos, observa-se que o há realmente, são posicionamentos diferentes perante a vida. Esferas que só podem ser compreendidas quando observadas em suas particularidades de universos masculinos e femininos e em cujo interior se reproduz um conflito quanto a responsabilidade cabida a cada um no mundo familiar.

Seu Manoel, que contava com 74 anos de idade quando concedeu a entrevista, reconhece o trabalho desempenhado pela esposa durante os anos que viveram juntos.

Olha, são várias coisas. As coisas que melhor me aconteceu foi eu ter a felicidade de ter criado a família com todo sacrifício, mas tão todos criados, isso me trouxe um prazer muito grande. E outro prazer que eu tenho, que agradeço a Deus [...], foi ter vindo essa doença para mim depois que a família estar tudo criado, que eu ainda hoje penso, foi uma grande vitória que Deus me deu de eu não ter tido essa doença em tempo que eles eram todos pequenos. Que eu não pudesse mais cuidar deles. Isso é uma das coisas que me traz uma satisfação muito grande. E a outra coisa que eu tenho, de maior prazer é de ter casado com uma mulher muito mais responsável do que eu vi? Todo dia eu agradeço a Deus ter me dado essa companheira tão fiel, tão 'lutadeira', tão cheia de respeito como ela.

Ou seja, ambos buscavam reproduzir ideais de responsabilidade familiar mas, esbarravam em condições sociais que impossibilitavam tal reprodução. Entre o mundo ideal e o mundo real existem essas impossibilidades que acabam por levar os indivíduos a se desiludirem com sua própria vida e o fato de valorizarem apenas determinadas particularidades do dia-a-dia também concorrem para que tais desilusões pareçam maiores do que são na realidade.

O tom íntimo das recordações de Olindina e o depoimento caloroso de Manoel revelam um cotidiano conflituoso entre os interesses femininos e os masculinos no contato com um novo espaço social. Manoel se apresenta como um homem voltado para o trabalho que fosse necessário ser feito nas propriedades em que viveram e também em atividades que precisassem ser desempenhadas em outras propriedades. Quanto a Olindina, uma análise profunda de seu depoimento revelou que ela era uma mulher de atitudes próprias, como a que tomou quando chegou na Potiguara ao organizar o espaço da casa juntamente com seus filhos, ou quanto foi trabalhar em lavouras alheias para sustentá-los e a si própria.

Mas, não só Olindina se transforma a partir da vida nas Águas. Manoel também sofre com essa experiência e, no fim de 1971, quando havia conseguido um bom dinheiro com a venda de mamona que havia plantado num sítio arrendado, ele é acometido, por duas vezes seguidas de caxumba. Doença decididamente catártica na vida desse trabalhador que, depois de se recuperar, graças principalmente aos recursos médicos que o dinheiro conseguido na colheita possibilitara, desiste de trabalhar na lavoura.

Aí, sarei, fiquei trinta dias sem poder trabalhar, ir lá para o sítio, e tinha que entregar o sítio, aí quando foi no dia primeiro de setembro, eu estava mais ou menos bom, aí peguei o carrinho, arriei o cavalo e fui lá para o sítio. Aí acabei de colher as mamonas que eu tinha no sítio, e eu já entreguei o sítio. Ela já tinha vindo aqui já tinha vendido o sítio para o Tônico doceiro, o finado Tônico doceiro. E o finado Tônico doceiro tinha vendido para o Getúlio que tinha aquela oficina mecânica ali. Aí dia 30 de setembro de 71 eu entreguei o sítio para o Getúlio e vim para cá. Aí falei: “olha, eu não quero mais mexer com sítio que já sei que eu não tenho sorte com sítio não”. Aí, comecei a ingressar no serviço de pedreiro e carpinteiro que já tinha um começo, já sabia mais ou menos, aí trabalhei até o dia que me deu esse problema na vista.

O problema ocorrido com seu Manoel em sua visão se deu em dezembro de 1987 e perdura até os dias de hoje. Durante esse período, os filhos foram resolvendo suas próprias vidas e dona Olindina foi assumindo mais e mais as responsabilidades da casa e dos cuidados com Manoel até que, desde o ano de 2002 ela também, por motivo de doença, conta com a ajuda de suas filhas para cuidar de si, da casa e de Manoel.

As experiências aqui narradas são uma ínfima parte dos momentos e acontecimentos vividos nas Águas de Lobato. Pode-se concluir que aqueles que se dirigiram para a zona rural do município sabiam, ao menos em parte, que estavam se dirigindo para um local em construção. Não se davam conta, porém, da significativa importância histórica de sua participação nesse processo construtor. Assim, as relações sociais aqui descritas, desde as negociações para a compra de uma propriedade, passando pelas formas parentais de relacionamentos, assim como também os mutirões, e o interminável recomeçar após uma geada, um casamento, o nascimento de um filho, ou ainda, o lazer e a fé, a adaptação a um novo clima e principalmente a resignificação da cultura conhecida em meio a um ambiente divergente, são elementos que, em conjunto, surgem na narrativa daqueles que viveram a formação da sociedade das Águas.

É pois, com vistas a essa rede de relações sociais que se percebe as estratégias utilizadas pelos moradores para construir um espaço social numa região ao menos naquele

momento praticamente desabitada ou destituída de outra forma de sociedade¹⁵⁷. Os moradores das Águas são os empreendedores daquela transformação, se eles o fizeram conscientes desse poder de transformação e de implantação de uma sociedade não deixaram transparecer esse sentimento em seus relatos. Na verdade, suas narrativas evidenciam que estavam em busca de atenderem às necessidades imediatas de sustento familiar e, a construção de núcleos formados por escolas, vendas, capelas e campinhos, tornou-se mais uma forma organizar esses núcleos através de construções consideradas básicas, do que, realmente implantar um modelo de sociedade capitalista na região.

Em maior ou menor medida, ora enfatizando características econômico-capitalistas, ora elementos relativos à constituição social do grupo, os ex-moradores rurais revelaram os vários tempos que foram se implantando na sociedade das Águas. Pois, não só do processo empreendedor econômico baseado na cafeicultura foi formada aquela sociedade, mas, principalmente, de um processo construtor com base na formação de um espaço social em cujo interior valorizava-se principalmente a relação social entre os componentes de uma família ou de um grupo social.

Vejamos o raciocínio, tanto Durval e Iracema e seus familiares, quanto Olindina e Manoel, se dirigem para a região na companhia de outros conhecidos, parentes consangüíneos inclusive. Durval se estabelece na fazenda adquirida pelo tio José Sandin, e Iracema chega ao então Patrimônio Lobato juntamente com o tio Sílvio Meschiari e outras famílias conhecidas da região de São Martinho – perto de Rolândia – onde todos viviam e trabalhavam numa fazenda de café. Olindina e Manoel por sua vez, se estabelecem numa fazenda onde outros migrantes nordestinos, um deles irmão de Olindina, e aquele que os convidaria para ficarem hospedados em sua casa durante os primeiros meses em que haviam chegado à fazenda Moron.

Posteriormente a esses acontecimentos, inicia-se a transformação dos sítios e fazendas em locais capazes de atender às mais diversas necessidades humanas como a construção de um poço, o feitiço de uma horta, a criação de porcos e galinhas; tudo acontecendo ao mesmo tempo em que os cafezais eram plantados e cultivados. Em 1952 na Água Araçá, onde viveram Iracema e Durval, é construída a primeira escolinha rural e na Moron alguns anos depois, 1955. Em ambas as Águas, a Moron se localizava na Água Sarandi e as propriedades

¹⁵⁷ Embora tenham sido encontrados vestígios de que grupos indígenas tenham habitado as margens das Águas de Lobato - através da ocorrência de sítios arqueológicos e de cultura material indígena - pela equipe do Laboratório Interdisciplinar (LAEE/UEM), tal discussão não foi incorporada ao texto uma vez que os dados se encontram em fase de análise, mapeamento e sistematização para determinar quais teriam sido os povos que lá viveram.

dos pais de Iracema e da família de Durval na Água Araçá, contaram com uma capelinha e uma venda, e na Moron como já foi dito, havia até mesmo um açougue. Sobre os campos de futebol não houve narrativas explícitas sobre a existência específica desses espaços de diversão na Moron ou na Fazenda São José, embora tenha havido um campinho na Fazenda Santa Maria, também na Araçá (ANEXO A).

Contudo, há que se distinguir que entre os moradores da Araçá e os da fazenda Moron havia uma diferença significativa. Enquanto os primeiros se encontravam morando a questão de minutos do perímetro urbano, os moradores da fazenda Moron se encontravam exatamente em situação contrária. Distantes da cidade, principalmente entre as mulheres, era comum ficarem até dois anos sem vir para a cidade, já os homens o faziam de forma esporádica, para buscar um remédio, ou algum mantimento que houvesse na vendinha da fazenda. Dessa forma, o isolamento é uma das características que diferencia a vida social entre essas duas Águas sobretudo para as mulheres.

Que universo se desenvolvera na Moron capaz de possibilitar que um ser humano, ou um grupo de seres humanos ficasse até dois anos sem se dirigir à cidade? Com certeza um universo no qual interagiam vários interesses comuns e cuja satisfação desses interesses era, ao menos na medida do possível, suprida pelo grupo social ali estabelecido e pelo meio físico por eles criado. Vislumbra-se dessa forma, um ambiente em que a autonomia criada pelos moradores na fazenda só era desestruturada por acontecimentos cuja grandeza estivesse inscrita fora das possibilidades sociais e espaciais por eles criadas. O caso de uma doença que, esgotados os conhecimentos e práticas de cura aplicadas em outras ocasiões e para os mesmos fins não tivesse surtido efeito algum, por exemplo, são momentos que depõem contra a autonomia absoluta das Águas.

Novamente surgem nos relatos apresentados, características que permitem visualizar o caráter relativo da autonomia existente nas Águas o que permite considerar que os moradores transformavam aqueles espaços através da criação de pontos sociais estratégicos que supriam sobretudo necessidades imediatas e menos elaboradas de vivência social que permitiam aos moradores habitarem aquele espaço rural de forma tranqüila sem precisarem se locomover constantemente à cidade ou a outras localidades embora existisse essa possibilidade.

9 CONCLUSÕES E PROPOSTAS

9.1 ALGUNS MOTIVOS QUE LEVARAM À REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DAS ÁGUAS NO INÍCIO DE 1970

Os motivos que trouxeram as famílias de Durval e Iracema, Olindina e Manoel assim como também dos memorialistas Nabio, Satoru, Darcy, Nair, Nilo, Henrique, João, José, Raimundo, Olírio, Tânia, Alice, Valdir e Zailson para Lobato, em certo sentido, não diferem muito de outros trabalhadores da lavoura e demais profissões que para lá se dirigiram. Todos esses memorialistas e seus depoimentos, revelaram traços de como se deu a organização espacial e a evolução social das Águas e revelaram ainda, que vieram para Lobato em sua maioria, para trabalhar tendo o conhecimento como suporte das relações. Imbuídos desses conhecimentos, dirigem-se a uma região onde está se formando uma nova sociedade para lá oferecerem seus préstimos contando com um provável sucesso financeiro que possibilitaria um também provável enraizamento na região.

Nesse sentido, aqueles que se dirigiam para Lobato, não o faziam na certeza de que haveria tal enraizamento, mas sim, contando que isso aconteceria. Num certo sentido ainda, esse fator transforma esses homens e mulheres em pessoas que vieram para o Norte do Paraná contemplando em seu horizonte a possibilidade da tentativa. Assim, é possível que nem mesmo aqueles que se estabeleceram em Lobato como proprietários estivessem certos de que tal empreita seria positiva, fato que nos leva ao que se considera como o aspecto mais relevante do fenômeno da introdução ostensiva da sociedade capitalista no Norte do Paraná que é a questão da incerteza.

Esse sentimento, sem dúvida, foi predominante na sociedade das Águas e, as constantes geadas que deixaram os pés de café no toco, o tornaram ainda mais forte pois, havia todo um universo de incertezas que pairava sobre essa sociedade que perdurou durante todas as fases do processo. Na fase da estruturação da sociedade das Águas, aproximadamente até o ano de 1956, esse sentimento se mesclava com o sentimento otimista da esperança. Os moradores das Águas se davam o direito de esperarem dias melhores a cada momento de suas vidas, e, mesmo as constantes geadas nem sempre desanimavam os moradores.

Num segundo momento, o sentimento de incerteza e esperança se revela na tentativa de reorganização da estrutura agrícola a que estava vinculada a propriedade quando são

introduzidas novas culturas, como as pastagens e a oleaginosas sobretudo a partir dos anos sessenta, quando a produção cafeeira se encontra em processo de erradicação devido ao excesso do produto no mercado internacional e também pelas constantes geadas acontecidas no período. Foi pois, nesse segundo momento de reorganização da zona rural que também se encontrava o maior número de moradores nas Águas.

Um dos motivos para o aumento populacional deve-se ao fato de que, no primeiro decênio de vida na zona rural, muitos moradores como Iracema e Durval, que chegaram jovens e solteiros a Lobato, se encontram casados e construindo família. Geralmente os novos casais tinham um filho a cada dois anos formando famílias com, em média, oito membros¹⁵⁸. Entre os entrevistados que constituíram família e citaram os filhos durante a entrevista, a média de filhos é de cinco filhos por casal, e a maior parte nasceu entre os anos de 1955 a 1962. Dessa forma, a partir de 1960, a vida nas Águas, e mesmo na cidade, está mais movimentada devido ao número de habitantes nascidos em Lobato e em idade escolar.

Antes disso porém, quando a dinâmica da produção cafeeira, constantemente castigada pelas geadas, ainda era produção na qual mais se investia, o hábito de cultivar plantações diversificadas foi a base de sustentação de muitas famílias lavradoras como relembra o senhor Durval Colontonio.

Ah sim! De fato, você vê, em 53 veio uma geada forte, e esses 43 mil pés de café já estava para produzir a fruta dos 4 anos, levou no tronco! Queimou todo o café, aí tivemos que formar o café de novo, começar tudo de novo. E como a gente não tinha outra renda, a minha família não tinha outra renda, a gente tocava dez mil pés de café, e o patrão então consentiu então de plantar quatro ruas de arroz e uma rua de café. Então a gente batia as máquinas assim, quatro ruas de arroz nas ruas de café geado, que estava cortado no tronco. E, por sinal, correu um ano muito bem. A gente tirou uma safra de arroz muito boa e faltou arroz lá no Estado de São Paulo, Fernandópolis, veio os caminhões aqui buscar arroz e nós vendíamos a safra todinha. Tudo empilhado na roça, ficou um ano todinho empilhado na roça, o arroz de palha, depois que o caminhão feio aí foi bater e vendemos esse arroz para Fernandópolis.

Num terceiro momento, em fins da década de 60, quando se iniciou o êxodo municipal, observa-se um aspecto da itinerância praticada no Norte paranaense não só por trabalhadores volantes da lavoura e da cidade mas, por pequenos proprietários que não alcançaram o sucesso esperado com a vinda para Lobato. A fundação de novos patrimônios no Oeste paranaense e a possibilidade de trocar uma parcela de cinco, dez, quinze ou vinte

¹⁵⁸ Durval e Iracema Colontonio: quatro filhas; Manoel e Olindina de Freitas: sete filhos; Agripino Lúcio dos Santos: cinco filhos; Olírio Xavier Cotrim: dez filhos; Satoru Inoue: dez filhos; João do Soutto Mello: sete filhos; Nair Marques de Oliveira: oito filhos.

alqueires em Lobato por uma propriedade de maior porte em municípios emergentes como Altônia e Cruzeiro do Sul ou em outros estados brasileiros como Mato Grosso ou Rondônia, são alguns dos motivos que concorreram para o declínio populacional lobatense. Sobre esse momento, Durval diz que,

A declinação de Lobato começou pelo seguinte: porque veio a erradicação do café, então tinha proprietário que comprava o lote vizinho para depois entrar no banco e erradicar o café, e aquele que vendeu o café para ser erradicado ele comprou terra em outros lugares mais pra frente aí, Assis Chateaubriand, Pérola do Oeste, Altônia, e o povo foi saindo assim, quer dizer, os próprios proprietários que estavam mais bem colocados compravam do vizinho erradicavam o café e plantavam pasto. Então, assim começou a diminuir as famílias.

De acordo com esse relato, o declínio populacional teria acontecido lá pelos idos de 1960, todavia, como se viu durante os resultados apresentados, Lobato sofreu um declínio populacional no final, não no início do período especificado por Durval. Entre os anos de 1953 e 1968 as Águas se encontravam em pleno auge de sua dinâmica social, tendo sido durante esses anos a fase em que se intensificaram as construções que visavam atender ao todo coletivo. A partir de 1969 as Águas começam a sofrer com o declínio populacional e, como se viu anteriormente, escolas são desativadas ou transferidas de local para atenderem em Águas nas quais ainda havia número suficiente de alunos. Capelas passam também por mudanças de local e, como se viu através dos mapas do IBGE, somente três campos de futebol são registrados na zona rural entre 1972 e 1978.

Quanto à produção cafeeira, um dos memorialistas entrevistados, o senhor Nilo Lampugnoni¹⁵⁹, proprietário de uma fazenda na Água Ibitipoca desde 1968, conta que não plantou café quando chegou a Lobato em 1968 “porque o café não estava dando mais nada”. Dessa forma, observa-se que a produção cafeeira certamente não foi o único motivo para a vinda de inúmeras famílias de diversas regiões brasileiras e de nacionalidades distintas para o Norte do Paraná, contudo, o declínio dessa produção foi um dos fatores mais importantes para a reconfiguração do espaço social da Águas. Ao serem introduzidas novas culturas, como pastagens por exemplo, que não necessitam de vultosa mão-de-obra como era o caso da produção cafeeira, grande parte da população rural e municipal se deslocou para outras regiões dentro do país e também para outros municípios fundados naquele período, fato que levou a reorganização do espaço social das Águas.

¹⁵⁹ NILO Lampugnoni: depoimento [jul. 2002].

9.2 A SOCIEDADE DAS ÁGUAS FOI FORMADA PELA DIVERSIDADE CULTURAL DE SEUS HABITANTES E POR ELEMENTOS RELATIVOS AO MODELO CAPITALISTA DE SOCIEDADE

Narrar traços da construção do espaço social construído nas Águas de Lobato por meio da experiência daqueles que protagonizaram aquela transformação, se tornou um argumento e um vetor para discorrer sobre elementos históricos ocorridos durante o processo que consolidou a introdução do sistema capitalista na região Norte do Paraná e com isso, demonstrar como os habitantes do mundo rural se organizaram para conduzir a transformação da região. Todas as histórias de vida utilizadas como evidência histórica durante a pesquisa e, ao mesmo tempo uma em particular, são representativas daquele processo e, esse jogo de escalas não se contenta em ilustrar e evidenciar acontecimentos partindo do princípio que existem apenas duas escalas, a macro e a micro, mas sim, que várias escalas de juntam para compor o todo social. No caso da pesquisa nas Águas, a memória local ativada, revelou um universo de experiências vividas que compuseram aquele momento histórico e, que pode ser, em muitos sentidos, representativa da história de outros municípios fundados durante o mesmo período.

Procurou-se então, analisar o processo ocorrido no Norte paranaense partindo de um levantamento histórico-social tendo em vista dois aspectos em particular: a participação dos seres humanos, sujeitos e sujeitas do devir histórico e o jogo de escalas necessário para discorrer sobre tal processo sem cair numa crônica narrativa simplificadora e excludente. Imbuído dessas prerrogativas, desenvolveu-se um trabalho procurando, como orienta Simona Cerutti¹⁶⁰, “acompanhar percursos individuais a fim de reconstituir a variedade” de experiências que compõem os diferentes campos da vida social.

O resultado obtido foi que, os moradores das Águas viviam os tempos de uma vida comum repleta de experiências compartilhadas e não somente o tempo vetorial¹⁶¹, progressista e economicista sobre o qual se costuma caracterizar o processo em questão. Os habitantes das Águas objetivavam melhorias, sobretudo no sentido de colher boas safras de café, ou de qualquer outra alternativa econômica viável, a que estivessem vinculados ou

¹⁶⁰ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. R.J.: FGV, 1998. p. 175.

¹⁶¹ Alfredo Bosi utiliza a palavra vetor para significar um “tempo-flecha que avança na direção de um estágio que deverá superar os anteriores. Um ritmo que quer queimar etapas; de resto, sabe-se que acelerar o processo se diz também: aquecer a economia”. BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAIS, Adauto. (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 30.

que pudessem se vincular, todavia, no seu dia a dia, travavam constantes lutas para garantir o acesso básico a itens relativos à sobrevivência humana.

Construir casas, preparar a terra para receber o café, plantar hortas, derrubar a mata, buscar água no rio para os afazeres domésticos antes de ter o poço em casa, adaptar-se uma região e a um clima diferente do até então conhecido, são parte dos dramas e das tramas vividas no dia-dia das Águas que revelaram outros tempos que também foram presentes durante o processo que consolidou o sistema capitalista na região.

Nesse sentido podemos vislumbrar toda a riqueza da abordagem microanalítica e de sua proposta em aprofundar as análises enfatizando o olhar minucioso, como o de um investigador, sobre as fontes. Olhar que possibilita que sejam reconhecidos aspectos particulares de determinados processos sem que se perca a noção de todo o processo. Pois, o que existiu nos primeiros anos de Lobato, e mais especificamente nas Águas, foi a formação de uma sociedade que reproduziu aspectos de vida em sociedade considerados de ordem capitalista, cuja maior característica é o predomínio pelos interesses materiais, mas, que produziu também, outras formas de reprodução humana consideradas tradicionais como a religiosidade, a solidariedade, núcleos de convivência coletiva, assim como medos e dramas que acompanharam os habitantes em sua saga pelas Águas de Lobato.

No encontro entre essas duas sociedades, ao se valorizar somente as características capitalistas que de fato existiram nas Águas, o analista daquela sociedade pode perder de vista aspectos que fogem a essa caracterização. Uma dessas possibilidades se refere à transformação ambiental acontecida durante o primeiro decênio da vida nas Águas, mais especificamente em relação à derrubada quase total da floresta que cobria a área sobre a qual Lobato foi demarcado e, por conseguinte da biodiversidade nela existente.

É inegável que os futuros moradores das Águas iniciaram a organização de suas propriedades de forma a acomodar a lavoura cafeeira e o núcleo familiar e, como nas demais regiões em que o café estava sendo produzido, esse rearranjo se deu através da queima e derrubada da mata existente, atividade cuja lembrança é encontrada na maior parte dos depoimentos coletados nos quais a frase mais usual é “aqui era tudo mato”. Dita ora em tom de gracejo, ora em tom escandalizado, essa frase aparece como uma das mais efusivas lembranças dos depoentes entrevistados.

A primeira impressão foi mal, [...] era tudo mato para lá e para cá¹⁶².

Nós entramos em julho de 1950 [...] era tudo mata¹⁶³.

Ai! Foi horrível! Pelo amor de Deus! Foi horrível! Era tudo mato!¹⁶⁴

A primeira impressão é que eu não via ninguém, só via mato...¹⁶⁵.

A questão da mata remete a Lobato um caráter de fronteira não só pelo fato de ser um município limite das terras adquiridas pela CMNP mas também, por não haver ligação entre o Lobato e o município vizinho de Colorado, Norte de Lobato. É como se o Lobato representasse um fim de linha. O memorialista Zailson Lemos, ao cogitar a possibilidade de vir para o Norte paranaense, fez questão de frisar que:

Meu pai na ocasião, ele tinha, com o amigo dele em Minas uma fazenda. Uma fazenda pequena e tinha um tio nosso que havia vindo para Astorga e esse tio sempre escrevia lá, dizendo que o Paraná era o celeiro do Brasil e que vinha muita gente para cá e isso foi animando meu pai. Daí resolveu, vendeu essa fazendinha lá que era sócio com o amigo dele, comprou na ocasião um caminhão 51 aqueles chevrolet, em 1951. Botou a família em cima e partiu para Astorga. Chegando em Astorga, meu tio informou: 'existe um patrimônio ai que está iniciando e que se chamava Lobato'. E meu pai ainda brincou: 'mas lá não tem saída não é?' E ele disse: 'não'. Então meu pai disse: "então é para lá que eu vou." Ai ele chegou aqui em Lobato, mas foi por influência dessa euforia que o Paraná estava. Que as terra eram muito boas. Esse é o motivo que ele veio para cá.

Segundo o Senhor João do Soutto Mello, caminhoneiro que trabalhou de forma intensiva na derrubada da mata em Lobato, a madeira era retirada do interior das matas por caminhões menores, depois era levada até os caminhões de maior capacidade, alguns inclusive podendo transportar até 15.000 Kg.

Tinha muito caminhoneiro. Tiravam as madeiras, as madeiras boas, as madeira de lei, e o resto derrubavam e metiam fogo. Queimavam tudo. Primeiro eles tiravam a madeira. Tinha carreador, fazia carreador. Chegava lá, tirava. [...] tirava tudo com caminhão. Tinha um caminhão para explanar a madeira. Explanar a madeira, tirar a madeira lá de dentro do lugar que só um caminhãozinho podia, e punha para nós que tínhamos os caminhões grandes.

Outro dado importante sobre a técnica e os maquinários utilizados para extrair as madeiras das matas era o uso de caminhões com carrocerias munidas de catracas que puxavam as toras para os caminhões com cabo de aço. A madeira retirada das matas

¹⁶² MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001].

¹⁶³ DURVAL Colantonio: depoimento [jun. 2001]

¹⁶⁴ IRACEMA Coletto Colantonio: depoimento [out. 2001].

¹⁶⁵ OLINDINA Cordeiro de Freitas: depoimento [out. 2001].

existentes nas propriedades costumava ser transportada através de balsas que levavam os caminhões de uma margem a outra do rio Pirapó para serem entregues em serrarias dos municípios vizinhos. Uma atividade que não estava isenta de perigos, como recorda o mesmo senhor João.

Entrei numa balsa um dia e a balsa foi para frente. Quando o caminhão pegou a balsa, ele estava com três toras dentro só, mais três “bichonas”. O recurso foi jogar as toras n’água, amarrar o caminhão e soltarmos as toras”.

Ainda sobre o procedimento para a derrubada das matas utilizava-se primeiro a roçada e, num segundo momento, derrubava-se as árvores maiores com o machado. Ao ser questionado sobre como era feita a venda da madeira o memorialista Raimundo Saraiva Peixoto, esclarece que o pessoal contratado para proceder ao desmatamento vendia a madeira para as serrarias: “Vinha um pessoal, retirava as toras, e iam para a serraria. [...] Antigamente não existia esse negócio que obrigava as pessoas a deixar (sic) a gente chegava e fazia a derrubada, vendia a madeira na serraria”.

De acordo com informações datadas de 1959, 80% da indústria de Lobato se sustentava sobre o ramo madeireiro¹⁶⁶. Considerando, de acordo com IBGE, que em 1960 a área de matas naturais e reflorestadas cobria 4.930 ha, o que representa mais de 50% da área total do município que é de 9.755 ha, é provável que realmente o comércio de madeira tenha sido expressivo nesses primeiros anos. Essa atividade intensiva levaria, em 1970, a uma redução quase total da mata quando os dados do IBGE registram para aquele ano, uma área de 1.495 ha¹⁶⁷ de matas naturais em Lobato.

Ou seja, houve aproximadamente 85% de redução das matas lobatenses num período de 10 anos fato que leva a conclusão de que essa atividade acompanhava as frentes agrícolas principalmente nos períodos iniciais desse movimento e se sustentava sobre os recursos naturais existentes nas áreas comercializadas pelas empresas colonizadoras. Embora existam evidências sobre a exploração de madeira no município, essa prática não ficou registrada na memória local por sua importância monetária, mas sim, de forma quase folclórica e na qual não se vislumbra o sentido de transformação ambiental com ou sem prejuízo para seus habitantes. Ficou registrado sim, como uma atividade lógica para as condições daquele momento, tendo em vista que objetivavam acomodar principalmente a lavoura cafeeira.

¹⁶⁶ FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 31, 1959. p. 305.

¹⁶⁷ CENSO AGROPECUÁRIO: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, t. 19, 1970. (Série Regional). VIII Recenseamento Geral - 1970.

Os ideais negativos sobre a floresta vão ao encontro do que alguns autores, como Neil Smith e Warren Dean, consideram como uma das mais importantes características da sociedade capitalista que é o conceito altamente mercantilizado que esse sistema remete à natureza. A visão capitalista faz uso indiscriminado dos recursos existentes em áreas, naturais ou sociais, até a exaustão dos mesmos sem considerar as perturbações ou mudanças trágicas que esse uso indiscriminado pode suscitar. Warren Dean, historiador americano que escreveu a história da destruição da Mata Atlântica, introduz alguns parágrafos em sua obra nos quais discorre sobre esse processo que também atingiu o Norte e o Oeste paranaense. A visão desse autor sobre a ocupação não tem nada de apologética, ao contrário, ele foi extremamente crítico quanto à forma como foi empreendida a ocupação do Norte do Paraná pela CMNP.

Em suas próprias palavras, Dean¹⁶⁸ considera o projeto da Companhia em “não mais estabelecer grandes fazendas e sim, ao contrário, subdividir suas terras em lotes para venda em prestações a todos os interessados” como uma nova forma de grilagem que contava com sua própria “força policial privada cuja atuação, propalava-se, não diferia da dos pistoleiros contratados por loteadores menos escrupulosos”. Segundo ele ainda, as terras Norte paranaenses eram supostamente adequadas para o cultivo do café e a CMNP teria vendido milhares de lotes a esperançosos pequenos produtores “até ser obrigada pelo falido governo britânico, durante a Segunda Guerra Mundial, a vender tudo aos capitalistas brasileiros”.

A questão do olhar sobre a mata então, insere a formação da sociedade das Águas num contexto de maior amplitude dentro da história nacional e do qual os habitantes acreditaram estar fazendo parte de um projeto modernizante não só para o Paraná mas também para o Brasil, mas, que em verdade, encobria interesses imediatos de lucros exorbitantes por parte de empresários ingleses e brasileiros que pouco se preocupavam com o alcance da transformação acelerada e sem planejamento ambiental como a empreendida em Lobato e outros municípios fundados na ocasião.

Dessa forma, os moradores iniciaram os trabalhos em suas propriedades derrubando a mata existente para plantar o cafezal e construir as demais dependências necessárias à produção e à vida humana. As lembranças sobre a mata, a derrubada da mesma e o início das construções foi assim lembrada por Satoru Inoue:

Há trouxe tudo, mudança tudo e já queria construir a casa antes de ir com a família eu vim e mandei abrir o mato, que foi queimado, abri o carreador e construí a casa e depois trouxe a mudança. Logo entremos, no ano 51

¹⁶⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 255.

semeamos café. Ah empreitamos, aquele tempo falava de “gato”. O empreiteiro que pegava para derrubar, coviar, a gente só plantou café, semeei só café na cova. Pagava o empreiteiro para derrubar a mata, queimar, alinhamento, tudo. Para entregar coviado. Mato era virgem mesmo. Tinha tanta peroba grossa. Peroba, canafístula, gুরুcaia, tinha tudo. Bicho era pouco hein, quase não teve. Não vi onça não, não teve onça não, queixada assim tinha, e anta também um pouco.

Vista sob essa perspectiva mercantilista do uso dos recursos naturais, a transformação empreendida pelos moradores da Águas corre o risco de ser compreendida somente pela óptica da destruição do meio ambiente e não como a construção de um espaço social, fato que descaracterizaria todo o trabalho desenvolvido na região ao evidenciar somente o processo de derrubada da mata e conseqüente extinção dos animais e dos recursos naturais que a floresta oferecia. Há que se considerar, que para os futuros moradores das Águas a derrubada da mata fazia parte do projeto de construção de um espaço social cuja utilidade visava, em primeiro lugar, a reprodução da vida humana e, que a conscientização ecológica ainda não era um assunto amplamente discutido e difundido na sociedade brasileira. Assim, queimar a floresta existente nas propriedades tinha uma razão benéfica em sua existência uma vez que poria fim a fronteira com o desconhecido e domesticaria o espaço aberto resultante das queimadas transformando-o em cultura cafeeira, produção digna de sociedades em acordo com o momento progressista alardeado pelos organismos governamentais que foi exacerbado durante a década de 1920 a 1950 e que parte da população acreditou fazer parte.

Não obstante as condições acima apresentadas sobre as relações pessoais que os moradores mantinham com a floresta, as informações ainda remetem a outros pontos relativos à organização empreendida pelos habitantes. Como se viu, derrubar a mata é a primeira das transformações por eles empreendidas e alguns o fizeram em família enquanto outros contrataram empreiteiros. Organizavam dessa forma o espaço interior da produção agrícola e também o da reprodução doméstica. Essa primeira providencia surge então como uma estratégia de reprodução humana praticada conscientemente no início do povoamento da zona rural de Lobato.

9.3 A MICROANÁLISE, A ORALIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PROPOSTAS DE ABORDAGEM HISTÓRICA PARA ESTUDOS REGIONAIS

O uso da teoria microanalítica como forma de abordar as fontes orais e as demais fontes, a própria construção das fontes orais juntamente com a abordagem interdisciplinar adotadas na pesquisa objetivaram levantar informações que evidenciassem não só as características consideradas capitalistas existentes na sociedade das Águas, mas principalmente, reconstruir traços da vida em sociedade que não se adequassem a esse perfil. Foi então que, partindo de imagens-lembrança presentes em depoimentos orais e de uma série de outros documentos primários, foram sendo agrupados traços da estrutura material, social e dos conflitos vividos e empreendidos pelos moradores das Águas ao longo dos vinte e cinco anos em que a vida desenvolvida nesses espaços conheceu seu estabelecimento, plenitude, declínio e reestruturação. O resultado desse levantamento minucioso foi a reconstrução de um processo histórico pautado sobre particularidades cuja especificidade se expressa na singularidade dos atos individuais, coletivos e institucionais.

Esse universo histórico, composto por uma polifonia de vozes, foi revelado pelas evidências existentes nas diversas fontes que compuseram o trabalho e pela abordagem microanalítica comum aos trabalhos de micro-história. O perscrutar, denso e minucioso - próprio da microanálise - sobre os documentos orais, auxiliou no encontro de um jogo de escalas no qual se visualiza, como numa tela, momentos da construção e dos interesses que estiveram envolvidos no processo social das Águas e, por conseguinte, na formação de aspectos pertinentes à transformação da região Norte paranaense em consonância com os interesses nacionais e internacionais da sociedade capitalista.

Por vezes incerto, o cotidiano das Águas era constantemente transformado não somente pelos interesses dos moradores, mas, também pelas mudanças climáticas, por leis governamentais e econômicas, e, no nível cultural, pelo próprio encontro com uma nova moradia sobre a qual pouco se conhecia. No afã de reconstruir traços da vida em sociedade já conhecida, muitos se deparavam com conflitos intestinais cuja amplitude de transformação pessoal tomava dimensões que insidiam exatamente sobre a cultura já conhecida.

Diante da perspectiva histórica que contempla não só o caráter transformador vivido pela sociedade das Águas, muitas vezes com prejuízos ambientais que só foram reconhecidos tardiamente mas, também as continuidades que o acompanharam, sobretudo no que diz respeito às relações sociais e culturais praticadas pelos habitantes daquela sociedade, considera-se que foram dinâmicas desenvolvidas em núcleos sociais como as Águas, as responsáveis pela construção e consolidação do processo que transformou a região Norte do Paraná. De área coberta por extensas florestas, a região se tornou uma sociedade em eram

reproduzidos elementos comuns à sociedade capitalista, sobretudo no que diz respeito à forma como foram distribuídas as propriedades e a produção e, elementos culturais, representados pela interação de costumes e práticas sociais oriundas dos conhecimentos regionais e culturais trazidos pelos indivíduos e famílias que promoveram aquela transformação.

Essa idéia de ação humana construtora está de acordo com a teoria exposta por Claude Lefort e postula que o homem é um ser que dota as coisas de sentido para que delas possa extrair algum significado ou não. E, essa atitude simbolizadora se apresentaria sempre que o ser humano sentisse necessidade de significar algo que lhe fosse desconhecido¹⁶⁹. Outro historiador que considera a ação humana como de importância vital para a compreensão de um processo histórico é Giovanni Levi. Micro-historiador por excelência, esse autor considera os comportamentos humanos como os reais responsáveis tanto pela transformação quanto pela manutenção de um sistema de normas sociais¹⁷⁰.

O caso das Águas de Lobato, revelou que, na concretude dos atos, todas as esferas da vida em sociedade se encontram em condições de serem ou não reorganizadas a partir de estratégias e ações coletivas ou individualizadas. Se pois, o homem é um ser simbolizador e, decididamente ativo, no caso apresentado, as ações e o sentido remetido pelos moradores à vida que produziram naquele espaço é o que permite conceber e problematizar o fenômeno da construção da sociedade por eles empreendida. Fenômeno que, a partir da premissa acima descrita, passa a ser compreendido como produtor do processo que consolidou uma sociedade composta por elementos capitalista e por elementos inscritos no âmbito cultural daqueles que se estabeleceram na região Norte paranaense, se visto em escala macro, e, como um movimento intrínseco do ser humano de reprodução da vida quando observado em escala micro. Ambas as escalas contudo, não existem em sua forma autônoma, é necessário que uma exista para que a outra se efetive.

Considera-se então, que existe um produto histórico cuja sustentação é alcançada através de uma rede de interligação entre esferas sociais e materiais: o processo de introdução ostensiva de características capitalistas no Norte do Paraná ocorreu de fato, mas, a concretude das estratégias de sobrevivência – ação humana - produzida pela população que se deslocou pela região durante os anos aqui recortados foi primordial para que o fenômeno histórico

¹⁶⁹ Uma discussão mais profunda sobre essa característica do ser humano pode ser encontrada em: LEFORT, Claude. Sociedade “sem história” e historicidade. In: _____. **As formas da história**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 37-56.

¹⁷⁰ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 45.

acontecesse. Por outro lado, caso não houvesse sido imaginada a ocupação intensiva e dirigida da região por empresários e governo, o fenômeno provavelmente não teria se dado da forma como aconteceu. Dessa forma, a recente e profunda transformação espacial e social ocorrida no Norte paranaense é produto de interesses múltiplos de empresários capitalistas, do governo estadual do Paraná e de pessoas comuns cujas estratégias de produção da vida material e cultural sustentaram o dia-a-dia do processo.

Enfim, o trabalho ora apresentado não contempla a perspectiva que coloca o indivíduo ou os grupos sociais dentro de contextos históricos estáticos que determinam, em último caso, a conduta de toda uma sociedade. A produção e reprodução de sistemas normativos, ou de costumes anteriormente conhecidos pelos moradores das Águas são contempladas como resultados de um conjunto de estratégias, ou de ações humanas, utilizadas por eles quando de seu encontro com a nova moradia e que foram se modificando ao longo de um processo histórico e formaram a sociedade das Águas de Lobato.

Há porém, ainda muitos aspectos históricos por serem descobertos e analisados sobre o processo de consolidação da sociedade capitalista no Norte do Paraná. A pesquisa nas Águas revelou alguns deles, e, por mais detalhista e objetiva que procurei ser, seria possível filtrar ainda mais o objeto e levantar minúcias relativas a outros elementos que compuseram a vida social daqueles que protagonizaram a transformação. O mundo rural e o trabalho com a oralidade revelaram alguns desses elementos e, uma pesquisa que englobe também o “habitat” urbano poderia revelar outros mais, e assim, outros tantos mosaicos com a figura da transformação sócio-histórica ocorrida na região Norte paranaense poderão ser formados e analisados.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

AGRIPINO Lúcio dos Santos: depoimento [out. 2001]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Figura ímpar entre os entrevistados, chama atenção por sua experiência de vida e pelo fato de contar, no dia da entrevista, com 103 anos de idade, não confirmados por ele. Não obstante o elevado grau de surdez, mora sozinho em casa de alvenaria com quatro cômodos e um banheiro. Conta ele, que teria saído de Feira de Santana na Bahia, com vinte e dois anos, mas, é impossível estabelecer a data ou a idade exata de sua chegada a Lobato. Ele, com sua personalidade extrovertida, faz questão de deixar certos detalhes de sua biografia implícitos em risos matreiros e olhares fixos. Seu Agripino cultivava um certo mistério em torno de sua vida que parece lhe dar prazer e, de certa, talvez isso sirva para cultivar-lhe a lucidez em idade tão avançada.

ALICE Cafofo: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Lucio Tadeu Mota e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Alice Cafofo chegou com a família ao então patrimônio Lobato no ano de 1949 então com oito anos de idade. Nascida em Batatais, no estado de São Paulo, Alice morava em Astorga quando se mudou para Lobato e, aos quinze já lecionava na zona urbana e é por sua atuação como professora que ela própria e também a memória local costumam identificá-la.

DARCY Américo de Oliveira: depoimento [out. 2001]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Nascida no estado de Minas Gerais, Darcy recorda momentos de sua vida na Água Araçá através de lembranças sobre passeios, bailes e piqueniques dos quais participava juntamente com amigos colonos que moravam na fazenda de sua família. É como ex-professora da zona rural porém, é que os moradores costumam identificá-la, pois ela foi a segunda professora rural de Lobato e iniciou suas atividades em 1955 também aos 15 anos de idade. Aposentada, Darcy mora sozinha na cidade, tem por vizinhos pastagens e uma longa visão da zona rural municipal. Pediu para não ser fotografada embora tenha aceitado se deixar filmar. Darcy estava para completar 62 anos quando concedeu a entrevista.

DURVAL Colontonio: depoimento [jun. 2001]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Nascido em 19 de setembro de 1929 em Olímpia, estado de São Paulo, o senhor Durval é conhecido de todos que vivem em Lobato. Como memorialista, gosta de discorrer principalmente sobre sua participação na política local e de como sua família trabalhava com afinco na lavoura cafeeira que existia na fazenda em que viviam na Água Araçá. Casado com Iracema Coletto Colontonio, o casal, que tem quatro filhas, mora atualmente sozinho.

HENRIQUE R. Oelke: depoimento [out. 2001]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Nascido em Hering, na Alemanha, veio com a família para o Brasil a convite da imigração em janeiro de 1926. Viajaram por vinte e um dias de navio e aportaram em Santos, São Paulo no

dia 9 de fevereiro de 1926. Senhor Henrique e sua família foram trabalhar como colonos numa Fazenda perto de Jaboticabal, também em São Paulo, na lavoura cafeeira. Chegou ao Paraná no ano de 1951 e a Lobato em de 1965 e, atualmente é Presbítero da Igreja Evangélica local e proprietário de um estabelecimento comercial. Seu Henrique estava com 79 anos na data da entrevista.

IRACEMA Coletto Colontonio: depoimento [out. 2001]. Entrevistador: Profa. Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

A senhor Iracema nos recebeu para a entrevista em sua casa durante a noite quando já havia terminado suas atividades como costureira. Aos 66 anos na data da entrevista, Iracema gosta de lembrar da vida no sítio em que vivia com os pais na Água Araçá através de recordações relativas às atividades desenvolvidas no âmbito doméstico e que realizava em conjunto com sua mãe, dona Genoveva Meschiari Coletto e do trabalho desenvolvido na lavoura junto com o pai, Antonio Coletto.

JOÃO do Soutto Mello: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Lucio Tadeu Mota, Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

A entrevista do senhor João aconteceu no dia nove de outubro de 2000 quando ele estava com 75 e enviudara recentemente. Nascido em Passos, estado de Minas Gerais, os senhor João chegou a Lobato a convite de um irmão mais novo em 1953. Trabalhou a maior parte de sua vida com um caminhão que trouxera de Minas e também participou das atividades políticas locais tendo sido vereador, vice-prefeito e prefeito municipal.

JOSÉ Cavalcanti Silva: depoimento [out. 2001]. Entrevistador: Prof. Andreas Leonardus Doeswijk. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

O sargento José Cavalcanti Silva é natural de Lobato e trabalha atualmente na polícia militar local. Sua entrevista versou principalmente sobre detalhes relativos à vida de seu pai, o senhor Valdemar Galdino, migrante de Pedra Buíque, município pernambucano que teria se estabelecido em Lobato, mais precisamente na Fazenda Moron no início da década de 50.

MANOEL Batista de Freitas: depoimento [set. 2001]. Entrevistador: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Manoel Batista de Freitas nasceu em Capim de Planta, estado de Pernambuco no dia quinze de julho de 1928 e se estabeleceu em Lobato no mês de setembro de 1950 juntamente com a esposa Olindina Cordeiro de Freitas. De seu casamento com Olindina nasceram sete filhos, dois homens e cinco mulheres. Os anos vividos nas Águas e fazendas da zona rural de Lobato, seu Manoel recorda através das atividades desempenhadas no trato com a lavoura cafeeira, com o gado, a derrubada da mata, a construção de estradas, ou seja, sempre através do trabalho. Juntamente com Olindina, Manoel vive hoje na cidade de Lobato.

NABIO Tanaka: depoimento [mar. 2002]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Maringá, 2002. 1 fita cassete (60 min).

Embora tenha nascido nas Filipinas, em trinta de outubro de 1921, o senhor Nabio Tanaka foi registrado no Japão e por isso possui nacionalidade japonesa. Veio para o Brasil em dez de março de 1930, com os pais e mais seis irmãos em viagem de navio. Trabalharam como colonos numa fazenda de produção cafeeira localizada na cidade de Canindé, divisa de São Paulo com Minas Gerais sendo a estadia da família como colonos obrigatória por um ano de acordo com normas da imigração brasileira. Não se lembra a exata data da chegada a Lobato, mas recorda que foi logo nos primeiros anos, pois “estava tudo no meio do mato”. Hoje, seu Nabio mora em Maringá-PR, com o filho.

NAIR Marques de Oliveira: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Nascida em Conceição das Alagoas, Minas Gerais, dona Nair veio para Lobato no ano de 1952 e foi morar numa fazenda na Água Araçá de propriedade de seu sogro. Mãe de oito filhos, Nair mora hoje na cidade de Lobato com o marido e uma das filhas e, embora tenha sido costureira durante grande parte de sua vida, hoje vive para as atividades domésticas. Nair estava, no dia da entrevista, com 62 anos de idade.

NILO Lampugnoni: depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2002. 1 fita cassete (60 min).

O senhor Nilo Lampugnoni nasceu em Erechim, Rio Grande do Sul, e veio para o Norte paranaense montado em lombo de cavalo durante a década de 1940. Mora atualmente em sua fazenda na Água Ibitipoca, adquirida em 1968 e trabalha com produção agrícola diversificada.

OLINDINA Cordeiro de Freitas: depoimento [out. 2001]. Entrevistador: Profa. Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Natural de Pedra Buíque (PE), como o senhor Valdemar Galdino, dona Olindina estava com 72 quando concedeu a entrevista. Morava, naqueles dias, somente com o marido Manoel Batista de Freitas, embora a casa estivesse sempre cheia de netos e filhos. Hoje porém, acometida por uma doença que lhe deixou seqüelas físicas, dona Olindina conta com a ajuda da filha caçula, Rosilda, para auxiliá-la nas atividades diárias e no cuidado com seu Manoel.

OLÍRIO Xavier Cotrim: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Natural de Igaporã, município de Riacho de Santana na Bahia, o Senhor Olírio Xavier Cotrin contava, na data da entrevista, com 67 anos de idade. Veio para Lobato no ano de 1953 para trabalhar na zona rural. Tem dez filhos, todos casados e moradores em Lobato. Quando chegou ao então Patrimônio Lobato seu Olírio estava com 20 anos. Antes porém, morou por algum tempo no Estado de São Paulo assim que saiu da Bahia. Hoje, seu Olírio está aposentado e costuma ser visto geralmente na praça central de Lobato que, quando pode, gosta de participar de bailes em Maringá, momento em que relembra de tempos em que tocava cavaquinho nos bailes e quermesses em Lobato.

RAIMUNDO Saraiva Peixoto: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Lucio Tadeu Mota, Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Nascido em Pernambuco, na cidade de Serrinha, em trinta de março de 1936, o senhor Raimundo Saraiva Peixoto chegou ao Norte do Paraná, mais precisamente na cidade de Astorga, no ano de 1952 e a Lobato em 1954. Trabalhou, juntamente com sua família em lavouras em várias cidades da região e, depois que se estabeleceu no perímetro urbano de Lobato, trabalhou como funcionário público. Hoje seu Raimundo está aposentado mas costuma ser visto sempre junto à prefeitura em conversas com amigos.

SATORU Inoue: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Lucio Tadeu Mota, Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

O senhor Satoru e sua esposa Miyoko Inoue, chegaram a Lobato no dia vinte de agosto de 1950 e se estabeleceram na fazenda Promissão, onde vivem até hoje. Pai de dez filhos, o

senhor Satoru trabalhou principalmente na lavoura cafeeira assim que chegou a Lobato. Mas, em sua fazenda sempre houve diversificação da produção e, nos dias atuais, a produção leiteira é a atividade predominante. Aos 76 anos na data da entrevista, seu Satoru pode ser encontrado, sempre sozinho, todas as manhãs entregando leite na cidade de Lobato.

TÂNIA Martins Costa: depoimento [out. 2001]. Entrevistador: Prof. Andreas Leonardus Doeswijk. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Tânia Martins Costa nasceu Várzea, Rio Grande do Norte, no ano de 1951. Chegou, juntamente com a família a Lobato em 1956 e se estabeleceu na cidade, onde seu pai, Astecíades Valentin da Costa e sua mãe, Elvira Martins Delgado, instalaram uma casa comercial. Tânia, hoje prefeita de Lobato, foi professora e vereadora no município.

VALDIR Cotrim Ribeiro: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2001. 1 fita cassete (60 min).

Nascido em quatorze de setembro de 1927, o senhor Valdir estava com 75 anos quando concedeu o depoimento para a pesquisa. Nascido no estado da Bahia, em Sibira Maia, seu Valdir se estabeleceu em Lobato no ano de 1952 como oficial de farmácia. Além dessa atividade, seu Valdir também foi vereador e Presidente do Centro Espírita de Lobato, hoje desativado.

ZAILSON Lemos: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: Profs. Andreas Leonardus Doeswijk, Lucio Tadeu Mota, Marcia Garcia Rodrigues e Marcia Regina de Oliveira Lupion. Lobato, 2000. 1 fita cassete (60 min).

Conhecido na cidade de Lobato principalmente por sua participação na política local, o senhor Zailson Lemos chegou ao município no ano de 1955, com quinze anos de idade e, quatro anos após a vinda de sua família. Hoje em dia está aposentado como funcionário público municipal e pode ser encontrado nos arredores da prefeitura em conversas informais com conhecidos.

FONTES PRIMÁRIAS

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DO SENHOR MANOEL BATISTA DE FREITAS. **Olindina e Manoel.** 2002. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DO SENHOR DURVAL COLONTONIO. **Comissão para construção da primeira igreja católica de Lobato.** 1953 (?). 1 fot.: p & b; 15 x 12 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DO SENHOR ZAILSON LEMOS. **Torcedores e reservas em dia de jogo de futebol.** S.d. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.

_____. **Time de futebol.** S.d. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

_____. **Clube japonês.** S.d. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.

AMUSEP – Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. Lobato. Disponível em: <<http://amusep.com.br/lobato/page.htm>>. Acesso: 27. jul. 2003.

_____. **Lobato:** Localização do Município. [S. l.]: 1985. 1 mapa, p & b. 18,5cm x 29cm. Sem Escala. In: PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR. Programa

Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU. Plano de uso e ocupação do solo urbano: município de Lobato. Lobato, 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Nova Esperança**. 1. ed. [S.l.]: IBGE, 1972a. 1 mapa, color. 51cm X 55 cm. Escala 1:50.000.

_____. **Santa Fé**. 1. ed. [S.l.]: IBGE, 1972b. 1 mapa, color. 51 cm x 55 cm. Escala 1:50.000.

_____. **Paranacity**. 1. ed. [S.l.]: IBGE, 1978a. 1 mapa, color. 51 cm x 55 cm. Escala 1:50.000.

_____. **Colorado**. 1. ed. [S.l.]: IBGE, 1978b. 1 mapa, color. 51cm x 55cm. Escala 1:50.000.

CÂMARA MUNICIPAL, Lobato. **Ata da sessão realizada no dia 20 de fev. 1958**. Livro 01, p. 59.

_____. **Ata da sessão realizada no dia 20 de mar. 1961**. Livro 02, p. 119.

_____. **Ata da sessão realizada no dia 20 de fev. de 1969**. Livro 4, p. 58.

_____. **Ata da sessão realizada no dia 10 de out. 1969**. Livro 04, p.102.

CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Paraná – Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, t. 12, pt. 1, 1960. (Série Regional). VII Recenseamento Geral do Brasil.

CENSO AGRÍCOLA DE 1960: Paraná – Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, t. 12, pt. 2, 1960. (Série Regional). VII Recenseamento Geral do Brasil.

CENSO AGROPECUÁRIO: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, t. 19, 1970. (Série Regional). VIII Recenseamento Geral - 1970.

_____. Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 18, pt. 1, 1979. (Série Regional). Censos Econômicos de 1975.

_____.: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 18, pt. 2, 1979. (Série Regional). Censos Econômicos de 1975

_____. Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, t. 3, n. 20, pt. 2, 1983. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980.

CENSO DEMOGRAFICO: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 19, 1973. (Série Regional). VIII Recenseamento Geral 1970.

_____. famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 6, n. 20, 1983. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Planta Parcial n. VI**, [S.l.], 1956, 1 mapa, p & b; 60 x 60 cm. Escala 1:80:000.

DELEGACIA DE POLÍCIA. **Livro de termo de promessa de compromisso de inspetores, 1957**. Lobato, jul. 2001.

_____. **Livro de registro de queixas da Polícia de Lobato, 1957-1963**. Lobato, jul. 2001.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1º de agosto de 1956.

DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Livro de registro de matrícula, 1957**. Lobato, jul. 2001.

_____. **Livro de registro de matrícula, 1959**. Lobato, Jul. 2001.

_____. **Livro de registro de matrícula, 1961**. Lobato, jul. 2001.

_____. **Ata de exame realizado no dia 26 de novembro de 1957**. Lobato, 2001.

- _____. **Prefeitura de Lobato**. [195_]. 1 fot.: p & b; 6 x 8 cm.
- _____. **Prefeitura de Lobato II**. [195_]. 1 fot.: p & b; 6 x 8 cm.
- _____. **Escola da Água Colorado**. [195_]. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.
- _____. **Escolinha da Água Araçá 2**. [196_]. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.
- _____. **Escola da Água Paramirim**. [196_b]. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.
- _____. **Escola da Água Ibitipoca**. [196_c]. 1 fot.: p & b; 9 x 14 cm.
- _____. **Escola da Água Grajaú**. 1968. 1 fot.: p & b; 9 x 13 cm.
- _____. **Escola da Fazenda Remanso**. [1966]. 1 fot.: p & b; 9 x 9 cm.
- DOESWIJK, Andreas L. **Construção às margens da Água Ibitipoca**. 2002b. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Construção às margens da Água Ibitipoca II**. 2002c. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Vista da Água Araçá**. 2002e. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Vista da Água Ibitipoca**. 2002f. 1 fot.: color.; 10x15 cm
- _____. **Vista da Água Paramirim**. 2002g. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm
- _____. **Vista da Água Salto Pirapó**. 2002h. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm
- _____. **Vista da Água Valmarina**. 2002i. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Vista da Água Grajaú**. 2002j. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Senhor Durval junto ao que um dia foi a primeira residência do casal na fazenda São José**. 2002k. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Senhor Olírio Xavier Cotrim**. 2002l. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Senhor Agripino Lúcio dos Santos**. 2002m. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Capela Santa Rita, Água Paramirim, 1973**. 2001n. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Senhor Satoru e dona Miyoko Inoue**. 2001o. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- _____. **Poço: Propriedade do senhor Satoru Inoue, 1951**. 2001p. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lobato. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatisti.../universo.php?tipo=31&paginaatual=1&uf=41&letra=L>. Acesso: 5 dez. 2002.
- _____. Maringá. **Demografia do Paraná, 1960-1980**. Maringá, out. 2000.
- NANNI, Marcos R. **Localização de Lobato**. Maringá: Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto: Universidade Estadual de Maringá, 2001. Sem escala.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná – FAMEPAR. Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU. Plano de uso e ocupação do solo urbano: município de Lobato. Lobato, 1996.
- _____. **Município de Lobato: Sistema Viário**. [S. l.]: [S. d]. 1 mapa, color. 19cm x 21cm. Escala de Referência 1.50.000.
- PARANA. Secretaria dos Transportes. **Município de Lobato: Mapa Rodoviário**. Lobato, [S.l.]: SETR, 1981. 1 mapa, color. 55cm x 55cm. Escala 1:50.000 no original.

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro Tombo, 1956-1975**. Lobato, out. 2001.

_____. **Livro de Batizados, 1957-1999**. Lobato, out. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO. **Registro de professores, 1961-1971**. Lobato, out 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA – Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional/Coordenadoria de Projetos e Convênios. **Elaboração do plano de manejo da RPPN de Lobato – projeto n.º 01/2000 – CPC**. Maringá, mai. 2000.

RODRIGUES, Marcia Garcia. **Ficha Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 I**. 2000a. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.

_____. **Ficha Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 II**. 2000b. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.

_____. **Ficha Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 III**. 2000c. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.

_____. **Ficha Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: comprador de lote rural no município de Lobato no ano de 1948 IV**. 2000d. 1 fot.: color.; 10 x 15 cm.

SOUZA, Ana V. Brito. **Histórico de Lobato**. Lobato: [S. n], 1990.

FONTES SECUNDÁRIAS

AMADO, Janaína. **História e Região: reconhecendo e construindo espaços**. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq. 1990. p. 7-49.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. São Paulo: EDUSC, 2000. 264 p.

AUGÉ, Marc. **La vida como relato**. In: BAYARDO, Rubens, LACARRIEU, Monica. (Orgs.) **La dinámica global/local-cultura y comunicación: nuevos desafíos**. Argentina: Ciccus la Crujía, 1999. p. 173-184.

AZEVEDO, Thales de. **A “capela” como unidade de vizinhança no Brasil meridional**. In: _____. **Namoro, religião e poder**. Rio de Janeiro: Livraria Cátedra/Brasília: INL/MEC, 1980. p. 129-143.

BENDER, Flora Christina e LAURITO, Ilka Brunhilde. **Crônica: História, Teoria e Prática**. São Paulo: Scipione, 1993.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

BOSI, Alfredo. **O tempo e os tempos**. In: **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOTTMANN, Denise G. **O elemento subjetivo nos modelos historiográficos**. Palestra proferida na UEM, Maringá, 31 mai. 1985.

BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter. Apresentação: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história**. 2. ed., São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grajipar/SECE-PR, 1981.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.173-201.

CLEMENTE, Hebe. **F. J. Turner: los fundamentos de las ciencias del hombre**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed., São Paulo: Ave Maria, 1977.

COPANS, J. et al. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** Lisboa: Edições 70.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 149-164.

CURTY, Marlene Gonçalves. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. **Historia Social**. Primavera-verano, n. 10, 1991. p. 177-182.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOESWIJK, Andreas L. **Juntando recuerdos en Oro: una historia local: el municipio de Fernández Oro**. Neuquén (Argentina): Educo, 1998 (Serie investigación).

DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

ENTREVISTA A GIOVANNI LEVI. Disponível em <http://historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm>. Acesso: 7 jul. 2002.

ENTREVISTA CON EL HISTORIADOR ITALIANO GIOVANNI LEVI: La discusión histórica tiene consecuencias políticas. Disponível em <http://www.brecha.com.uy/numeros/n673/levi.html> . Acesso: 10 jul. 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1999. p. 324-325.

FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: [S. n.] v. 31. 1959. p. 304-306.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Fronteiras deslizantes: lugares de cultura, raça, gênero e indivíduo. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UDEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL, 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: UEM, 2000. p. 41-50.

GARAY, Graciela de. **Curso de história oral**. Universidade de Córdoba, nov. 1999.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. p. 169-178.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FGV, 1998. p. 251-262.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPHU. VOL 14, N. 28. 1995.

HARTOG, François. A arte da Narrativa. In: _____. **O espelho de Heródoto: ensaios sobre a representação do outro**. (S. l.): UFMG, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida**. S. l.: UFMG, 2002.

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEÃO, Igor Zandoni Martins Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES, 1989.

LEFORT, Claude. Sociedade “sem história” e historicidade. In: _____. **As formas da história**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 37-56.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 11-50.

_____. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 51-106.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Montaillou, povoado occitano, 1294-1324**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FVG, 1998. p. 77-102.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. A micro-história. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária In: CARDOSO, C.F., VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 165-184.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. 1980. 435 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. S.P.: Companhia das Letras, 1999. v. 3. pp. 367-422.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 659-727.

_____. O tempo na fronteira. In: _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. S.P.: Hucitec, 1997.

_____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

MORATO, Ernesto Piancó; MENDES, Manoel Messias. **Os municípios**: sua história e sua gente. Astorga. Maringá: CEDI Editora, 1980.

MONBEIG, Pierre. Formação das funções urbanas nas vilas da orla pioneira. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: um estudo sociológico de Itapetininga-SP. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p. 60-66.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Fronteiras do desejo. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL, 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: UEM, 2000. p 51-57.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Memória e identidade**: travessia de velhos. Maringá: EDUEM, 1998.

MORO, Dalton Áureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2000. p. 27-60

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang**: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança em 'comunidades de Folk'. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidades e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil.. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

NOGUEIRA, Oracy. **Família e comunidade**: um estudo sociológico de Itapetininga-SP. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura/Brasil, 1962.

SERNA, Justo; PONS, Analet. La microhistoria: instrucciones de uso. **Cómo se escribe la microhistoria**: ensayo sobre Carlo Ginzburg. Madrid: Frónesis, Cátedra, 2000. p. 231-273.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, 14, fev. 1997.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996. p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-130.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu - a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. Tese, (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista – UNESP. Assis, 2000.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992. p. 163-198.

PROSOPOGRAFIA. Disponível em <http://www.humanas.unisinos.br/professores/heinz/prosopo.htm>. Acesso: 7 jul. 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O povoado de Santa Brígida. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidades e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

_____. Da pesquisa de bairros rurais para a pesquisa do meio rural em geral. In: _____. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. p. 194-240.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FVG, 1998.

_____. Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. R.J.: FVG, 1998. p. 15-38.

ROLLO GONÇALVES, José Henrique. A ribanceira da necessidade histórica: crítica de uma crítica do tema da reforma agrária no norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**: n 7, 1996, p. 1-28.

_____. **História regional e ideologias: em torno de algumas coreografias políticas do norte paranaense – 1930/1980**. 1995. 255 f. Dissertação. (Mestrado), Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

ROLLO GONÇALVES, José Henrique. Trabalhando com fontes orais... Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: ‘caboclos’ e ‘pioneiros’ em Maringá. **Cadernos de metodologia e técnica de pesquisa**, n. 3, UEM, 1989.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHERIDAN, Thomas E. Os limites do poder: a ecologia política do Império Espanhol no Grande Sudoeste. **Workshop de métodos arqueológicos e gerenciamento de bens culturais** (2; 1993, Florianópolis). 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Arquivístico Nacional, Departamento de Promoção, 1994. p. 109-137.

SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma tradição: cultura e desenvolvimento no município de Cunha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SILVA, Armando. La família en el álbum de fotografías. In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica (Org.). **La dinámica global/local**. Argentina: Ciccus, 1999. p. 185-214.

SILVA, José Adalberto Firmino. **Mandaguari, sua história, sua gente**. Maringá: J. A Editora, 1982.

SITTON, Tad; MEHAFFY, George L. e DAVIS JR., O. L., **História Oral: um guia para professores (y otras personas)**. México: F. C. E., 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Mulher, espaço e sociabilidade: narrativas, representações e códigos culturais na fronteira. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL, 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: UEM, 2000. p. 57-68.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOMAZI, Nelson D. **“Norte do Paraná” histórias e fantasmagorias**. 1997. 338 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

_____. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. 254 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, UNESP – Campus de Assis. 1989.

TRINDADE, Judith Maria Barbosa. Fazenda *gênero*, ou escondendo o “social”. In: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO UEM/UEL MESTRADO – HISTÓRIA SOCIAL, 2000, Maringá. **Resumos...** Maringá: UEM, 2000. p. 68-74.

UM ESTUDO DE MICRO-HISTÓRIA: Domenico Scandella nos processos da Inquisição. O queijo e os vermes. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra5/menocchio.html>. Acesso: 10 jul. 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Jacus e Picaretas: (A história de uma colonização)**. Maringá: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Povoamento do ‘valuto’ do Itararé ao Cinzas. In: _____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: (s. n.), 1987. p. 80-94.

_____. As ferrovias ‘sonhadas’ e a ‘dos desmaios’. In: _____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: (s. n.), 1987. p. 105-114.

WESTPHALEN, Cecília Maria et al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Departamento de História, n. 7, 1968.

WILLEMS, Emílio. **Uma vila brasileira: tradição e transição**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

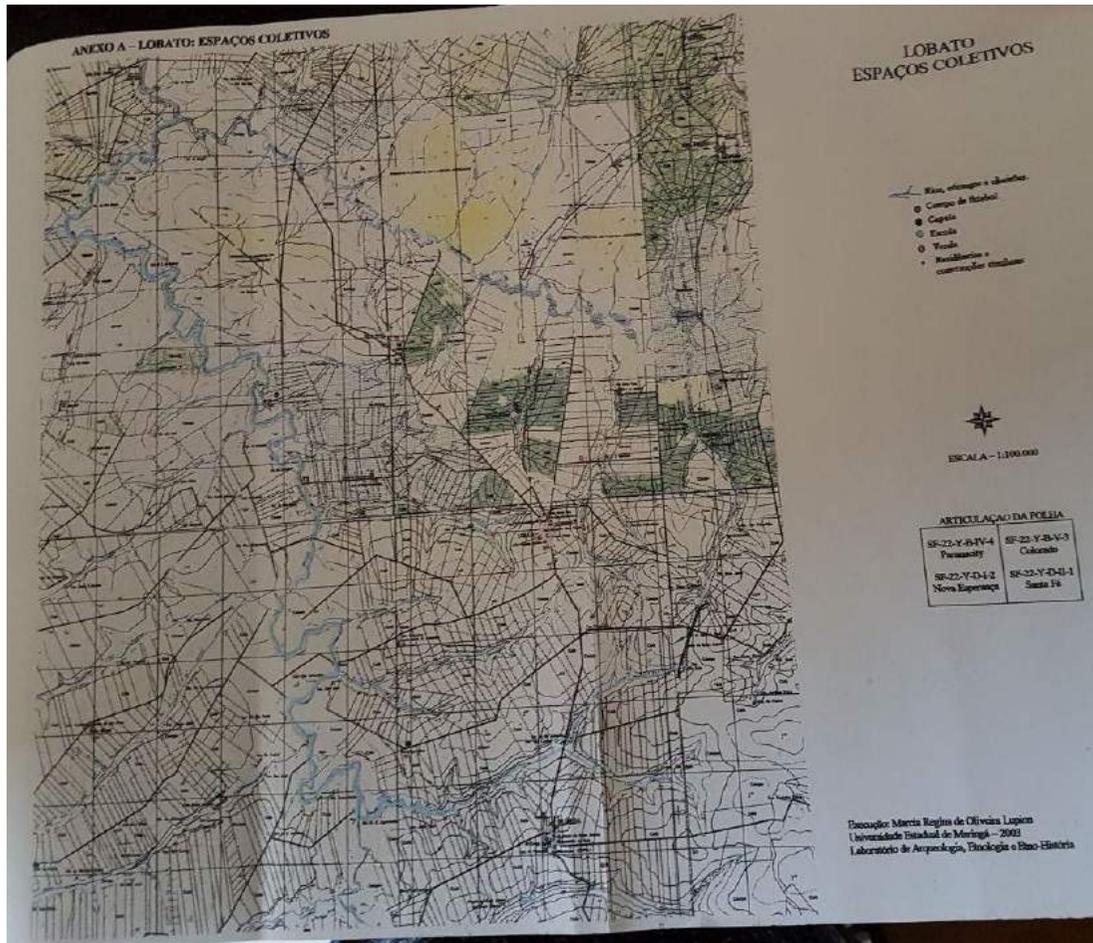
ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. **Enciclopédia Einaudi** – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 14., 1989. p. 306-317.

ZILBERMAN, Regina. O diabo e a Terra de Santa Cruz; ou: quando a história se faz na voz de seus agentes. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria (Org.). **Pelas margens:**

outros caminhos da história e da literatura. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, [s. d.]. p. 119-136.

ANEXOS

ANEXO A- ESPAÇOS COLETIVOS



Observação:

No original esse mapa foi impresso em A-3, por isso as distorções.

Por gentileza, verificar o original na dissertação na

ANEXO B

ANEXO B: **COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA: Lista de compradores de lotes rurais.**

Lote nº	Gleba	Agentes	Data	Comprador	Residência	Nacional.	Profissão	Idade	Estado Civil	Área (alq)	Valor Cr\$
152	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Pedro e Casimiro Ramanaskas e Antonio e Idílio Romanoski	Astorga	Lituanos Brasileiro	Lavradores Lavradores	Maior Maior	Solteiros	20,00	46.080,00
218	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-07-48	Joaquim Bernardes Alves Jucelino Hilário Barboza José Manoel Batista Gercina Barboza	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador e Doméstica	Maior	Casado e Solteiro	20,00	41.742,00
228	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-07-48	Dorcelino Hilário Barboza e Joaquim Bernardes Alves	Sta. Adélia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
351 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	28-06-54	Luiz Cosmo Siqueira e José Cosmo Siqueira	Arapongas-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	9,00	103.680,00
208	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	29-04-48	Afonso Corrêa Filho	Ibiporã	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
209	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	29-04-48	Oswaldo Corrêa Gomes	Ibiporã	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
210	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	29-04-48	Afonso Corrêa Gomes	Ibiporã	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
211	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	29-04-48	Antonio Corrêa Gomes	Ibiporã	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
212	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	29-04-48	Sebastião Lovo	Ibiporã	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
202	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	14-05-48	Bortolo Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	43.776,00
235	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Henrique Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	21.888,00
236	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Ângelo Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00
237	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Luiz Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	21.888,00
238	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Henrique Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	21.888,00
239	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Ângelo Borsato	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00
266	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Luiz Nogueira Monteiro	Londrina veio de Araraquara-SP (60 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	57.000,00
267	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-05-48	Luiz Nogueira Monteiro	Londrina veio de Araraquara-SP (60 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	57.000,00
199	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	15-05-48	Riciotti Luiz Tamiotto	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
139	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	17-05-48	Arthur Durello	Poços de Caldas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,00	27.648,00
140	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-05-48	José Azevedo Lopes	Patr. Lupércio-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,00	18.432,00

	zona primitiva										
198	Coloradozona primitiva	G.B-A.M	18-05-48	Francisco Roque Dercies	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
213	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	21-05-48	Mario Corrêa Gomes	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
271	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
272	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
273	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
274	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
275	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
276	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
277	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-48	Antonio Fertonani	Maringá-veio de F. Prestes (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
200	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	03-06-48	João Ferreira Barboza	Lins	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
201	Colorado	G.B-A.M	03-06-48	Manoel Olimpio Alves Bonfin	Londrina	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	30,00	44.928,00
141	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	04-06-48	Afredo Soares da Silva	Astorga (está há 50 dias em Astorga)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
142	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	04-06-48	Jovelino Soares da Silva	Astorga (50 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
151	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Manoel Figueiredo	Astorga-Taquaritinga (30 d)	Português	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
183	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Augusto Belmiro	Jaboticabal-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
184	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Alcides Rosa de Campos	Jaboticabal-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.824,00
185	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Aldevino Ferreira	Taquaritinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
187	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Alvim Voigt	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	6,00	13.824,00
188	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	Marcondes José de Aguiar	Taquaritinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
189	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-06-48	José Marcondes	Taquaritinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
242	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Sebastião Oliveira Lima	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.824,00
243	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Domingos Servello	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.824,00

244	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Antonio Ferreira	Pindorama	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	16.128,00
245	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Joaquim Ferreira	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
245	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Joaquim Ferreira	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
246	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-06-48	Benedito Cardoso	Pindorama	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
247	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-06-48	Joaquim Gonçalves dos Santos	Echaporã-Sp	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
248	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-06-48	Domingos Vitorino de Souza	Apucarana	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
249	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-06-48	Antonio José dos Santos	Ariranha	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
250	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	15-06-48	José Monforte	Ibitinga	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
250 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	15-06-48	Salvador Domingues Teixeira	São Martinho-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
250 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-06-48	Laurindo Fernando Domingues	Fernando Prestes	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
251	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-06-48	João Bento Pinto	Fernando Prestes	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
251 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-06-48	Jorge Salles Pereira	Ibitinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
155	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	22-06-48	Guilherme Rodriguez	Londrina-Taquiritinga (40 d)	Cubano	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
153	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	30-06-48	Eisaburo Nakayama	Rolândia	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
153 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	30-06-48	Toshio Sato	Rolândia	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
154	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	30-06-48	Wataru Sakurada	Rolândia	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
154 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	30-06-48	Toshio Sato	Rolândia	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
154 B	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	30-06-48	Toshio Sato	Rolândia	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
231	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	02-07-48	Domingos Garaz	Jaquaritinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
268	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	02-07-48	Luiz Nogueira Monteiro	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	109.440,00
215	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-07-48	Joaquim Barboza Sobrinho	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
216	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-07-48	Joaquim Barboza Sobrinho	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
217	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-07-48	Joaquim Barboza Sobrinho	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
251 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	05-07-48	Eduardo Lannes Ribeiro	São Martinho-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
157	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	06-07-48	João Antonio	Alvorada-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
157 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	06-07-48	Augusto Gomes Negrão	Sto. Antonio-PR-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	16,00	36.864,00
158	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	06-07-48	Vitoriano Menezes	Içara-PR-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
182	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-07-48	Análio Belmiro	Jaboticabal-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00

252	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-07-48	Avelino Alves Rodrigues	Taquaritinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
252 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-07-48	João Estavas	Lins	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
252 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	09-07-48	João Antonio Camaforte	Sabáudia-PR-veio de Sta. Adélia (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
252 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	09-07-48	Antonio José Lourenço	Sabáudia-PR-veio de Sta. Adélia (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
229	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-07-48	Joaquim Barboza Sobrinho	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
253	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	13-07-48	Benedito Tiburcio	Astorga-veio de Icoarama há 23 d	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
232	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	16-07-48	Luis Spigolon	Jurema	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
233	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	16-07-48	Paulo Evangelista	Fernando Prestes	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
234	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	16-07-48	Francisco Soares	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
181	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	19-07-48	Kazio Kimura	Monte Alto	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
205 A	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	26-07-48	José Antonio da Silva	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
253 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	06-08-48	Diomar Dias dos Santos	Guarazia-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	9.640,00
253 B	Colorado	B. Monteiro-G. Marques Jr.	06-08-48	José Dias Neto	Guarazia-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.640,00
253 C	Colorado	B. Monteiro-G. Marques Jr.	06-08-48	Olavo Dias dos Santos	Guarazia-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	9.320,00
186	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	11-08-48	Porfírio de Souza Moreira	Sta Adélio	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
254	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	12-08-48	Vicente Ferreira de Melo	Pindorama (há 25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
255 F	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Olegário Marques da Silva	Santa Adélia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.173,00
255 G	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	José de Souza Benevides	Pindorama	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00
255E	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Virgílio Marques da Silva	Santa Adélia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.944,00
255 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Maria de Souza Gonçalves	Astorga-veio de Cândido Rodrigues (20 d)	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casado	5,00	10.944,00
255 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Enéas Ribeiro de Souza	Astorga-veio de Cândido Rodrigues (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.944,00
255 D	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	José Ribeiro de Souza	Astorga-veio Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.944,00
265 C	Colorado	—	18-08-48	Aquiles Fiamengui	Bocaina-SP	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	10,00	19.000,00
265 D	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Benedito Thomé	Fernando Prestes-SP (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00
265 E	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-08-48	Carlos Zambon	Pindorama (15 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	44.776,00
204	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	20-08-48	Sebastião Rosa da Silva	Candido Rodrigues	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00

205	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	20-08-48	João Theodoro da Silva	Fernando Prestes	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	7,00	16.528,00
265 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	20-08-48	Henrique Imperi	Astorga-veio de Jurema (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
143	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-08-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto (40 d)	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
143 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-08-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto (40 d)	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	—
144	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-08-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto (40 d)	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	—
145	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-08-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
146	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-08-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
203	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	24-08-48	João Gomes da Silva	Saleta Sofia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
240 A	Colorado	v.v. 19248	26-08-48	Kojiro Shimizu	Assai	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	35,00	66.500,00
142 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	27-08-48	Pedro Andretto	Londrina-Fernando Prestes (10 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
256	Colorado	G. Durães - B. Monteiro	30-08-48	Pedro José dos Reis	Iguaraçu-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.133,00
256 A	Colorado	G. Durães - B. Monteiro	01-09-48	José Pedro Rodrigues	Ibitinga-SP (S. Pedro)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.500,00
156	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	08-09-48	Francisco Garcia	Porecatu-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
179 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	08-09-48	Cezarino Zampieri	Fazenda Alvorada	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
180 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	08-09-48	Cezar Millati	Fazenda Alvorada (PR)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
175	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	10-09-48	Alberto Bonhotti	Getulina-SP	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	30,00	69.120,00
178 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	10-09-48	Getulino Bonhotti	Getulina –SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
180 B	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	10-09-48	Antonio Telles de Menezes	Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	23.040,00
180 C	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	10-09-48	Antonio Telles de Menezes	Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	23.040,00
256 B	Colorado	G. Durães - B. Monteiro	14-09-48	Ismael Maia Batista	Jurema (há 11 d) (Astorga)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.133,00
174 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	20-09-48	Placidino Porfírio	Candido Rodrigues	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
256 C	Colorado	G. Durães - B. Monteiro	22-09-48	Vitalino Mantovani	Taquaritinga (há 15 d) (Cambé)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00

256 D	Colorado	G. Durães- B. Monteiro	23-09-48	Álvaro Alves Ribeiro	Pindorama (há 25d) Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
256 E	Colorado	G. Durães- B. Monteiro	23-09-48	Carlos Alves Ribeiro	Pindorama (há 25d) Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
175 A	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	23-09-48	Luiz José Paulino	Arapongas-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
149	Colorado zona primitiva	G. Durães	03-10-48	José Fernandes Vieira	Arapongas-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
174 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	06-10-48	Antonio Rodrigues Teixeira	Ibitinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
146 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
146 B	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
146 C	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
146 D	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	Julio Pereira	Rolândia-Monte Alto	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
147	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	José Firmino de Oliveira	Sabaudia-Tabati (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	15,00	34.560,00
151 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	18-10-48	Emilio Gatti	Astoga-Ibitinga (40 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
178 A	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	19-10-48	Pedro José de Oliveira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
178 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	19-10-48	Avelino Rodrigues de Quadros	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.516,00
173 D	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	20-10-48	Bartholo Mestre	São Caetano-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
174	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	20-10-48	João Quesasa	São Caetano-SP	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
174 A	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	20-10-48	José Carmona	São Paulo	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
149 D	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-10-48	José Fernandes Vieira	Arapongas-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
150	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	23-10-48	João Lavanholi	Arapongas	Brasileiro	—	Maior	Solteiro	30,00	69.120,00
175 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	23-10-48	Cipriano de Souza Porto	Ibitinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
177 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	23-10-48	João Volppi	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
177 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	23-10-48	Sebastião Jonas de Souza	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
178	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	23-10-48	João Ferreira Bernardis	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.516,00

147 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	24-10-48	Helena Izo Vieira	Arapongas-Araraquara (45 d)	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casada	15,00	—
148	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	24-10-48	Helena Izo Vieira	Arapongas-Araraquara (45 d)	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casada	15,00	—
148 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	24-10-48	Helena Izo Vieira	Arapongas-Araraquara (45 d)	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casada	18,70	43.085,00
173 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	27-10-48	Jacinto Faria	Sabaudios	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
190	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	28-10-48	Alberico Rambalducci	Londrina	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	74.880,00
241	Colorado	v.v. 16560	28-10-48	Ângelo Prucolli	Londrina	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	74.880,00
172	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	05-11-48	Olívio Mazzo	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
172 A	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	05-11-48	Ângelo Contantini	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	12.442,00
173	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	05-11-48	Álvaro Veronez	Arapongas	Brasileiro	Barbeiro	Maior	Casado	6,00	20.736,00
173 A	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	05-11-48	Arciro Antonio de Oliveira	Alegre-ES	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
173 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	05-11-48	Guilherme Rodrigues	Sertanópolis-PR	Cubana	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
158 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	11-11-48	José Fernandes Vieira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
159	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	11-11-48	José Fernandes Vieira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
159 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	11-11-48	José Fernandes Vieira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
160	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	11-11-48	José Fernandes Vieira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	27.360,00
254 H	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 I	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
254 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
254 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 D	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 E	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 F	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
254 G	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	13-11-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
171 C	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	16-11-48	Henrique Pierobon	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
269	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	16-11-48	Lucio Gonçalves Machado	N. Horizonte-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	20,00	43.776,00
270	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-11-48	Antonio Gomes	Astorga-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00
270 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-11-48	Joaquim de Souza Filho	Astorga-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	21.888,00

278	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-11-48	Dulce Vieira	Arapongas-veio de Araraquara (23 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
284	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	17-11-48	José Gonçalves Pinheiro	Astorga-veio de Fernando Prestes (32 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
279	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-11-48	Sebastião Vieira Ribeiro	Jurema-SP (29 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
280	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-11-48	Miguel Caris	Getulina-SP	Polonês	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
281	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-11-48	Nelson Rodrigues de Oliveira	Astorga-veio de Monte Alto (32 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,00	24.884,00
281 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-11-48	José Batista Sobral	Cambé-veio de Fernando Prestes (32 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,00	24.884,00
282	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	19-11-48	José Luiz de Souza	Rolândia-veio de Sta. Sofia (16 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
265 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	20-11-48	Waldomiro Antonio da Silva	Astorga-veio de Sta. Sofia (22 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
283	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	22-11-48	Calisto Alves	Astorga-veio de (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
283 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-11-48	Joaquim Américo de Oliveira	Astorga-veio de Pindorama (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
283 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-11-48	Alcino Dias Rodrigues	Astorga-veio de Monte Alto (32 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
294	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	24-11-48	Euclides José de Azevedo	Astorga-veio de Sta. Sofia (23 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
295	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	24-11-48	Rodolfo Francisco Palhares	Astorga-veio de Araraquara-SP (45 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
265	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	24-11-48	Waldomiro Antonio da Silva	Londrina-PR-veio de Sta. Sofia (22 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
171 B	Colorado zona primitiva	G.D- B.M	25-11-48	Francisco Gimenes Canton	Monte Alto	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
264 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	25-11-48	Lermirio Antonio da Silva	Londrina-PR-veio de Araraquara (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
292	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	26-11-48	Adão Alves da Silva	Astorga-veio de Monte Alto (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
293	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	26-11-48	Zacarias Alves de Souza	Astorga-veio de Araraquara-SP (34 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	6,00	12.442,00
293 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-11-48	Vitório de Faveri	Londrina-veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
293 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-11-48	Antonio Nunes	Londrina-veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.368,00
296	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-48	Antonio Guerreiro	Londrina veio de Monte Alto (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	11,00	22.809,00
297	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-48	Jacinto Tozetti	Londrina veio de Monte Alto (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
297 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-48	Nelva Auta Tozetti	Londrina	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00

					veio de Monte Alto (30 d)						
298	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-48	Luiz Marcelli Filho	Londrina veio de Monte Alto (30 d)	Argentino	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
298 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-48	Antonio Marcelli	Londrina veio de Monte Alto (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
255 H	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	01-12-48	Joaquim Pires de Oliveira - José Benedito	Jurema	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiros	12,00	24.884,00
220 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	Guerino Vechiatto	Fernando Prestes	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
220 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	Arlindo Giovanussi	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.516,00
220 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	Antonio Giovanussi	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.516,00
220 D	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	Conanzio Giovanussi	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	7,00	14.516,00
220 E	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	Giuseppe Giovanussi	Monte Alto	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.516,00
255 I	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	03-12-48	José Fernandes Vieira	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	18,00	37.325,00
221	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	04-12-48	Pedro Giovanussi	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
221 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	04-12-48	Luiz Giovanussi	Monte Alto	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	12.442,00
224 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	07-12-48	Emilio Carris	Getulina-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
224 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	07-12-48	Tristão Vieira da Cunha	Getulina-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
205 B	Colorado zona primitiva	não há	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Motorista	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
205 C	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.368,00
205 D	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
205 E	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
205 F	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
205 G	Colorado	não há	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Motorista	Maior	Casado	5,00	10.368,00
205 H	Colorado	não há	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Motorista	Maior	Casado	5,00	10.368,00
205 I	Colorado	não há	09-12-48	Haroldo Moraes	Arapongas	Brasileiro	Motorista	Maior	Casado	9,30	19.285,00
224	Colorado	—	09-12-48	Stella Ivan	Arapongas	Eslovaco	Doméstica	Maior	Casado	10,00	20.736,00
329	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Siqueira	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
330	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Siqueira	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	—	10,00	—
302	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Maria Diniz	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
303	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Rias	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
304	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Sebastião Alves	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
305	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Vitalino de Souza	Arapongas veio de Monte Alto (23 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
306	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Vitalino de Souza	Arapongas veio de Monte Alto (23 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
307	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Adauto Lourenço	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00

308	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Adauto Lourenço	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
309	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Pedro Gonçalves	Arapongas-veio de Jurema (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
310	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Pedro Gonçalves	Arapongas-veio de Jurema (20 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
311	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Joaquim Lopes	Arapongas-veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
312	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Joaquim Lopes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
313	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Joaquim Lopes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
314	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Augusto Joaquim Lopes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
315	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Augusto Joaquim Lopes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
316	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Augusto Joaquim Lopes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
317	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
318	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
318 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Antonio Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
319	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	João Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
320	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	João Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
321	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	João Rodrigues dos Santos	Arapongas veio de Monte Alto (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
322	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Sebastião Corrêa	Arapongas veio de Sta. Adélia (15 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
323	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Sebastião Corrêa	Arapongas veio de Sta. Adélia (15 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
324	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	Sebastião Corrêa	Arapongas veio de Sta. Adélia (15 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
325	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Gomes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
326	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Gomes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
327	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Gomes	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
328	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-12-48	José Siqueira	Ourinhos-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00

162	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	22-12-48	João Marcos Vieira	Rolândia veio de Santa. Sofia (30 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
163	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	22-12-48	Estevo Izo	Monte Alto	Húngaro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	20.736,00
164	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	22-12-48	José Julio Vieira	Santa Sofia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	62.208,00
165	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	22-12-48	Stefan Izo	Monte Alto	Húngaro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	103.680,00
227	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Waldemiro Dornelles	Ourinhos	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	31.104,00
227 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Waldemiro Dornelles	Ourinhos	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
331	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Maria Silva	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
332	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Joaquim Silva	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	20,00	41.772,00
334	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Justiniano Carlos Rodrigues	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	103.680,00
335	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	23-12-48	Gil Queiroz Catani	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	41.772,00
207	Colorado	R. Durães-B. Monteiro	12-01-49	Orlando Christovão	Arapongas	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	11,30	26.036,00
338	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Aracelles Cordeiro	Arapongas veio de Tabatinga (30 d)	Brasileiro	Lavradora	Maior	Casado	15,00	34.560,00
339	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Leonardo Berestinas	Arapongas veio de Borborema (25 d)	Russa	Lavrador	Maior	Casado	30,00	69.120,00
340	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Antonio Cordeiro	Arapongas veio de Borborema (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	31,00	71.424,00
341	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Francisco Cordeiro	Arapongas veio de Borborema (25 d)	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	31,00	71.424,00
342	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Santiago Cordeiro	Arapongas veio de Borborema (25 d)	Espanhola	Lavrador	Maior	Casado	31,00	71.424,00
343	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Santiago Cordeiro	Arapongas-veio de Borborema (25 d)	Espanhola	Lavrador	Maior	Casado	31,00	71.424,00
344	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-01-49	Santiago Cordeiro	Arapongas-veio de Borborema (25 d)	Espanhola	Lavrador	Maior	Casado	31,00	71.424,00
264 B	Colorado	não tem	20-01-49	Alberto Manoel	Jacarezinho-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
264 e 264 A	Colorado	não tem	20-01-49	Alberto Manoel	Jacarezinho-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	15,00	34.560,00
179	Colorado zona primitiva	Não há	22-01-49	Elbe Pospissil	Arapongas	Brasileiro	Serv. Justiça	Maior	Casado	20,00	46.080,00
263 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	26-01-49	Francisco Fernandes Vieira	Arapongas-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	24,00	55.296,00
262	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Antonio Belozo	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Viúvo	30,00	69.120,00
262 A	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Augusto Pinto dos Santos	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	69.120,00
262 B	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Ciro José de Souza	Sarandi-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
262 C	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Gildo Segato	Mandaguari-PR	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
262 D	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Rafael Manoel	Mandaguari-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
263	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Waldomiro Veiga	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	57.600,00
263 A	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Natalino Segato	Mandaguari-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	25,00	57.600,00

263 B	Colorado	Waldemar G. Cunha	28-01-49	Adelino Segato	Mandaguari-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
220	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	02-02-49	Leozindo Ferreira Barboza	Lins	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
225	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	02-02-49	Matheus Ferreira Barbosa	Lins	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	20.736,00
149 A-B-C	Colorado zona primitiva	G. Durães	09-02-49	José Fernandes Vieira	Arapongas-Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.520,00
179 A	Colorado zona primitiva	Não há	23-03-49	Luiz Estrella	Londrina	Brasileiro	Contador	Maior	Casado	20,00	50.688,00
179 B	Colorado zona primitiva	Não há	23-03-49	Luiz Estrella	Londrina	Brasileiro	Contador	Maior	Casado	20,00	50.688,00
136	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	25-03-49	Pergentino Resende	Araraquara-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.049,00
137	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	25-03-49	Pergentino Resende	Araraquara-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	20,00	46.080,00
138	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	25-03-49	Miguel Manduca	Araraquara-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
160 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	25-03-49	Alberto Manoel	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
160 B	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	25-03-49	Luiz Manoel	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
161	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	25-03-49	Estevo Izo	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
161 A	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	25-03-49	Geraldo Barreto	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	23.040,00
199 A	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	25-03-49	Pergentino Resende	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	23.040,00
199 B	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	25-03-49	Miguel Manduca	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	16.128,00
255 P	Colorado	Waldemar G. Cunha	05-04-49	Bendito José	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.000,00
255 Q	Colorado	Waldemar G. Cunha	05-04-49	Antonio José Lourenço	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	14.000,00
330 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	06-04-49	Henrique Borsatto	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
330 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	06-04-49	Ângelo Borsatto	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	46.080,00
330 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	06-04-49	Domingos Laverde	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	34.560,00
330 D	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	06-04-49	Bortolo Borsato	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,30	28.340,00
255 R	Colorado	R. Durães - B. Monteiro	08-04-49	Antonio Figueira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	5,00	10.000,00
255 S	Colorado	R. Durães - B. Monteiro	08-04-49	João Júlio Vieira	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	10.000,00
255 A	Colorado	W.G. Cunha	05-05-49	Brasilino Bento	Marialva-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	16.128,00
223 C	Colorado	—	13-05-49	João Maria Sobrinho	Arapongas	Brasileiro	Militar	Maior	Casado	20,00	41.472,00
223 A	Colorado	não há	13-05-49	Odette Moraes Sobrinho	Arapongas	Brasileira	Doméstica	Maior	Casada	15,00	31.104,00
223 B	Colorado	—	13-05-49	Nietta Moraes Sobrinho	Arapongas	Brasileiro	Professora	Maior	Solteiro	15,00	31.104,00
223	Colorado	não há	16-05-49	Luiz Costa Marques	Arapongas	Brasileiro	Militar	Maior	Casado	20,00	50.688,00
304 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-05-49	Aristides Rosa	Araraquara-SP	Brasileiro	Lavrador	22 a	Casado	10,00	26.496,00
268 A	Colorado	Waldemar G. Cunha	03-06-49	Bruno Lessio	Maringá-PR	Italiano	Agrimensor	31 a	Solteiro	10,00	28.800,00

176 C	Colorado zona primitiva	A. Moraes	29-07-49	Clemente Pereira dos Santos	Astorga	Brasileiro	Lavrador	28	Casado	5,00	12.672,80
191 e 192	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	29-07-49	Ângelo Borsatto	Londrina	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,75	45.360,00
255 K	Colorado	Direto	30-07-49	Joaquim América de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	42a	Casado	10,00	25.344,00
255 L	Colorado	Direto	30-07-49	João Gonçalves Xavier	Astorga	Brasileiro	Lavrador	23a	Solteiro	10,00	25.344,00
176 A	Colorado zona primitiva	Não há	08-08-49	José Gonçalves Pinheiro	Astorga	Brasileiro	Lavrador	27	Casado	6,00	15.206,40
176 B	Colorado zona primitiva	Não há	08-08-49	Clemente Pereira dos Santos	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	15.206,40
222 B e C	Colorado	não há	08-08-49	Wilson Junqueira (Dr.)	Arapongas	Brasileiro	Dentista	Maior	Solteiro	40,00	92.160,00
194	Colorado zona primitiva	não há	16-08-49	Fernando Lopes dos Reis	Arapongas	Português	Comerciante	Maior	Casado	10,00	28.800,00
196	Colorado zona primitiva	G. Durães-B. Monteiro	24-08-49	Manoel José dos Anjos	Araraquara	Brasileiro	Pedreiro	Maior	Casado	12,00	34.560,00
195	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	24-08-49	Raimundo de Almeida Campos	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Viúvo	10,00	28.800,00
196	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	24-08-49	Moyses Rosa	Araraquara	Brasileiro	Motorista	Maior	Casado	10,00	28.800,00
197	Colorado zona primitiva	G.B-A.M	24-08-49	Alexandre Melhorin	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	28.800,00
240	Colorado	v.v. 19248	26-08-49	Francisco Di Stefano	Tabatinga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	19.000,00
240 B	Colorado	v.v. 19248	27-08-49	Tsuruo Shimizu	Assai	Japonês	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.500,00
176	Colorado zona primitiva	Não há	02-09-49	Dr. Otacvio Tenório Junqueira	Arapongas	Brasileiro	Advogado	Maior	Casado	10,00	26.496,00
221 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	06-09-49	Heitor Pereira Filho (Dr.)	Monte Alto	Brasileiro	Fun. Federal	Maior	Solteiro	114,00	196.992,00
299	Colorado	H. Nascimento	15-09-49	Querino Gomes de Faria	Assis-SP	Português	Lavrador	60 a	Casado	100,00	288.000,00
299 A	Colorado	H. Nascimento	15-09-49	José da Silva	Assis-SP	Português	Lavrador	37 a	Casado	21,25	61.200,00
299 B	Colorado	H. Nascimento	15-09-49	Virgílio Arruda Câmara	Assis-SP	Brasileiro	Lavrador	40 a	Casado	15,00	43.200,00
257	Colorado	v.v.22044	26-09-49	Sebastião Carvalho	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	44.000,00
257 A	Colorado	v.v.22044	26-09-49	Sebastião Carvalho	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	14,00	30.800,00
257 B	Colorado	v.v.22044	26-09-49	Sebastião Carvalho	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	44.000,00
257 C	Colorado	v.v.22044	26-09-49	Sebastião Carvalho	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	44.000,00
257 D	Colorado	v.v.22044	26-09-49	Sebastião Carvalho	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	13.200,00
222	Colorado	v.v 22350	17-10-49	Patrício Gonzáles	Vera Cruz	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	21,00	22.350,00
222 A	Colorado	v.v. 22350	17-10-49	João Maria Sobrinho	Arapongas	Brasileiro	Militar	Maior	Casado	20,00	44.000,00
345	Colorado	H. Nascimento	14-11-49	Romualdo Gomes Farias	Assis-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	40,00	88.000,00
345 A	Colorado	H. Nascimento	23-11-49	Joaquim Trindade	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	30,50	77.299,20
332	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	26-11-49	Jacinto Manoel Alves	Cafelândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.000,00
333 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	26-11-49	Jacinto Manoel Alves	Cafelândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	18.000,00
333 B	Colorado	v.v. 21013	26-11-49	Jacinto Manoel Alves	Cafelândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	18.000,00

333 C	Colorado	v.v. 21013	26-11-49	Jacinto Manoel Alves	Cafelândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	36.000,00
333 D	Colorado	v.v. 21013	26-11-49	Jacinto Manoel Alves	Cafelândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.000,00
336	Colorado	v.v. 21016	26-11-49	Felismina Silva	Lins-SP	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casado	15,00	27.000,00
336 A	Colorado	v.v. 21016	26-11-49	Felismina Silva	Lins-SP	Brasileiro	Doméstica	Maior	Casado	5,00	9.000,00
337	Colorado	v.v. 21017	26-11-49	Gregório José da Silva	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	9.000,00
337 A	Colorado	v.v. 22252	26-11-49	José Maria Araújo	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	18,00	39.600,00
337 B	Colorado	v.v. 22252	26-11-49	José Maria Araújo	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	16,50	36.300,00
337 C	Colorado	v.v. 21017	26-11-49	Gregório José da Silva	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	27.000,00
284 A	Colorado	v.v. 22046	26-11-49	Bento José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.000,00
284 B	Colorado	v.v. 22046	26-11-49	Bento José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	22.000,00
284 C	Colorado	v.v. 22046	26-11-49	Bento José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	22.000,00
284 D	Colorado	v.v. 22046	26-11-49	Bento José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.000,00
285	Colorado	v.v. 22047	26-11-49	Casemiro José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	55.000,00
285 A	Colorado	v.v. 22047	26-11-49	Casemiro José da Silva	Curvelo-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	11.000,00
286	Colorado	v.v. 22086	26-11-49	Gustavo Gomes	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	13,30	29.260,00
286 A	Colorado	v.v. 22086	26-11-49	Gustavo Gomes	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	10,00	22.000,00
291 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	26-11-49	Gustavo Gomes	Presidente Prudente-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	7,70	16.940,00
261	Colorado	v.v. 22045	26-11-49	Ricardo Barbieri	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	66.000,00
261 A	Colorado	v.v. 22045	26-11-49	Ricardo Barbieri	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	44.000,00
261 B	Colorado	v.v. 22045	26-11-49	Ricardo Barbieri	Tabatinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	66.000,00
166 A	Colorado zona primitiva	não há	23-03-50	Dr. Antão Azevedo Bueno	Arapongas	Brasileiro	Advogado	Maior	Casado	14,00	48.384,00
166	Colorado zona primitiva	G. Durães 11% -B. Monteiro 1%	24-03-50	Manoel Rodrigues Poleti	Sabaudia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	69.120,00
227 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-07-50	Silvio Meschiari	Rolândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	10.800,00
227 B	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-07-50	Adriano Antonio Pires	Rolândia	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	3,00	2.160,00
227 C	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	14-07-50	Antonio Coletto	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	10.800,00
177	Colorado zona primitiva	Não há	09-10-50	Fernando Oliboni	Arapongas	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	4,60	21.196,80
177 A	Colorado zona primitiva	Não há	07-11-50	Joaquim Américo de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,80	40.550,40
218 A	Colorado	não há	07-11-50	José Américo de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	69.120,00
300	Colorado	v.v. 20837	16-11-50	José Ferreira Barbosa	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	90.000,00
301	Colorado	v.v. 20837	16-11-50	José Ferreira Barbosa	Lins-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	50,00	90.000,00
219	Colorado	v.v. 21426	20-02-51	José Américo de Oliveira	Guairá	Brasileiro	Motorista	Maior	Casado	20,00	36.000,00
226	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	20-02-51	Joaquim Américo de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	36.000,00
346	Colorado	24379	11-10-51	João Batista Dominni	Londrina-PR	Brasileiro	Proprietário	Maior	Casado	20,00	80.000,00
346 A	Colorado	24379 e 25764	25-10-51	João Batista Dominni	Londrina-PR	Brasileiro	Proprietário	Maior	Casado	13,00	52.000,00
346 B	Colorado	24379 e 25764	25-10-51	João Batista Dominni	Londrina-PR	Brasileiro	Proprietário	Maior	Casado	13,00	52.000,00
255 M	Colorado	v.v.23.242	04-12-51	Joaquim Américo de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	30.000,00
255 N	Colorado	v.v.23.242	04-12-51	Joaquim Américo de Oliveira	Astorga	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	30.000,00

230, 206 e 214	Colorado	v.v. 18720	01-02-52	José Bertucci	Londrina	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	150,00	300.000,00
214 A	Colorado	v.v. 18720	01-02-52	José Bertucci	Londrina	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	30,00	60.000,00
230 A	Colorado	v.v. 18720	01-02-52	José Bertucci	Italiano	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	40.000,00
170	Colorado zona primitiva	v.v. 24526	10-09-52	Arthur Antunes	São Paulo	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	40.000,00
170 A	Colorado zona primitiva	v.v. 24526	10-09-52	Arthur Antunes	São Paulo	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	40.000,00
171	Colorado zona primitiva	v.v. 24378	10-09-52	Arthur Antunes	São Paulo	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	40.000,00
171 A	Colorado zona primitiva	vv.24378	10-09-52	Arthur Antunes	São Paulo	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	10,00	40.000,00
169 A	Colorado zona primitiva	não há	20-09-52	Alcides Gonçalves dos Santos	Colorado	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,75	40.000,00
166 B	Colorado zona primitiva	Lino C. Graça-A. Moraes	09-10-52	José Saudin	Estrela do Oeste-SP	Espanhol	Comerciante	Maior	Casado	35,00	241.920,00
167	Colorado zona primitiva	Lino C. Graça-A. Moraes	09-10-52	Ricardo Florêncio Saudin	Estrela do Oeste-SP	Brasileiro	Comerciante	Maior	Solteiro	20,00	138.240,00
167 A	Colorado zona primitiva	Lino C. Graça-A. Moraes	09-10-52	Diogo Pajardes Garcia	Fernandópolis-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	15,00	103.680,00
167 B	Colorado zona primitiva	Lino C. Graça-A. Moraes	09-10-52	André Terçe	Fernandópolis-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	69.120,00
168	Colorado zona primitiva	G. Durães-J.R. Lopes	13-11-52	Erotides Campanha Monteiro	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	76.032,00
168 A	Colorado zona primitiva	G. Durães-J.R. Lopes	21-11-52	Bento Monteiro	Araraquara	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	11,00	286.848,00
255	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	21-11-52	Elpídio Fabiani	Araraquara-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
168 B-169	Colorado zona primitiva	G. Durães-J.R. Lopes	31-12-52	Ermelindo Lopes Barroso	Astorga (Prefeito Astorga)	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	41,50	46.656,00
255 U	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	23-01-53	Júlio e Vicente Tondatto	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	57,50	529.920,00
255 T	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	21-02-53	Pedro Gonçalves	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
255 O	Colorado	v.v.24.527	23-06-53	João Baptista Donnimi	Londrina	Brasileiro	Proprietário	Maior	Casado	15,00	20.000,00
255 O	Colorado	v.v.24.527	23-06-53	João Baptista Donnimi	Londrina	Brasileiro	Proprietário	Maior	Solteiro	5,50	22.000,00
258 G	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	20-07-53	Antonio Castanho	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
258 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	João Perussetto	São Paulo	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
354 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Pedro Domingos Fontana	São Paulo-SP	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	20,00	230.400,0
355	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Bertholdo Deni	São Paulo-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	20,00	200.000,00
258 H	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Antonio Ferreira	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
259 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	José Dominós Modesto Poltronieri	Vila Guarani-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	92.160,00
259 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Harry Horst Walendy	São Paulo-SP	Brasileiro	Engenheiro	Maior	Solteiro	10,00	92.160,00
259 D	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	José Zanetti	São Paulo	Brasileiro	Comerciante	Maior	Casado	30,00	345.600,00

259 F	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Romeu de Araújo Bessa	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	288.000,00
259 G	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	José Francisco Valim	Ibitinga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
260 D	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-53	Brasilino bento dos Santos	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	64.512,00
255 O	Colorado	v.v.24.527	29-07-53	João Baptista Donnimi	Londrina	Brasileiro	Proprietário	Maior	Casado	15,00	60.000,00
258 D	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	21-08-53	Anselmo Pinto Barbosa	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
258 E	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	21-08-53	Virgilio Furlan	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	80.640,00
258 F	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	21-08-53	Gonçalves Ribeiro	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
259 E	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	José Rola	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
259 E-1	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	Devino Rola e Orlando Rola	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	69.120,00
259 E-2	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	Cezar Rola	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	9,00	103.680,00
260	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	João Mathias	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	13,00	149.760,00
260 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	Jorge Luiz da Cunha	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	80.640,00
260 A-1	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	Idejair Canêdo	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
260 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	Manoel Canêdo	Sacramento-MG	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
260 B-1	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	10-09-53	José Palota	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,00	92.160,00
289	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	17-09-53	Paulo Salkys	Fernando Prestes-SP	Lituano	Lavrador	Maior	Casado	12,50	115.200,00
258 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	25-09-53	Fortunato Tondato	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
258 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	25-09-53	Sebastião Tondato	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
354	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-53	Orival Welke	Bertioga-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	24,00	221.184,00
290 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-53	Ângelo Palodetti	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	100.000,00
291	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-53	Orlando Marigo	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,00	80.000,00
259	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-53	Sebastião Martins da Silva	Moca-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	30,00	276.480,00
347	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	09-10-53	Benedito Nogueira Pinto	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	70.000,00
353 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	23-10-53	João Neves	Fernando Prestes-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
353 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	23-10-53	Ozório Neves	Fernando Prestes-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
291 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	23-10-53	Reinaldo Mazzo e Antenor Mazzo	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
291 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	23-10-53	Ângelo e Anelsídio Mazzo	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,00	92.160,00
259 A-2	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-10-53	Manoel Tarifa Ruiz	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	92.160,00
259 A-3	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-10-53	Manoel Tarifa Ruiz	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	92.160,00
349	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	29-10-53	Francisco Medeiros	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	80.640,00
353	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	29-10-53	Victório Escarpim	Fernando Prestes-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
259 A-1	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	29-10-53	Adelino Borges Ferreira	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	97.160,00
287	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	24-11-53	Luiz Cassolato	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,00	69.120,00
347 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	28-11-53	Romão Martins Cantão	Fernando Prestes-SP	Espanhol	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
348	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	28-11-53	Genésio Bispo de Oliveira	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
288	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	28-11-53	Bruno Sanches e José Florentino Sanches	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,00	128.240,00
348 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	31-12-53	João Barati	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
350 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	31-12-53	Francisco Pelaquim	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	12,00	132.240,00
258 I	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	31-12-53	Antonio Borges Ferreira	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	6,30	58.060,00

259 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-04-54	Joaquim Pereira Caldas	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	16,00	147.458,00
260 B-2	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	27-04-54	Pedro Caleguer	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	7,00	80.640,00
287 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	28-06-54	Jaime Romero	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	50.000,00
290	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-54	Odilon Martins dos Santos	Arapongas-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	92.160,00
290 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-54	José Florentino Sanches	Astorga-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	100.000,00
290 D	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-09-54	Terçio Justiniano de Souza	Arapongas-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,50	78.336,00
288 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-54	José Teixeira da Silva	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
288 B	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-54	Benedito e Horácio Natal dos Santos	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
260 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-11-54	Hermínio Marques Martins	Fernando Prestes-SP	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
290 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-12-54	Aparecido Inácio da S..Farias	Lobato-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Solteiro	20,00	184.320,00
352 A	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	31-01-55	Liberato Teixeira do Amaral	Iguaraçu-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	25,00	288.000,00
352	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	30-04-55	Liberato Teixeira do Amaral	Iguaraçu-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	5,00	57.600,00
349 A	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	18-05-55	Olimpio Cardoso de Souza	Gleb. Colorado	Brasileiro	Lavrador	Maior	Viúvo	10,00	115.200,00
350	Colorado	G. Durães-B. Monteiro	30-06-55	João Raymundo	Londrina-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	8,00	80.640,00
351	Colorado	G. Durães	30-06-55	Francisco Pelaquim	Astorga-PR	Brasileiro	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00
258/223 C	Colorado	G. Durães-J.R. Lopes	22-07-56	Eugênio Perussetto	São Paulo	Italiano	Lavrador	Maior	Casado	10,00	115.200,00

Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Registro de venda de lotes na zona rural do município de Lobato-PR, 1948-1956.** Maringá, nov. 2000.

ANEXO C

ANEXO C: **COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA: Lista de compradores de lotes urbanos.**

Quadra	Data	Aquisição	Nome Comprador	Nacional.	Valor Cr\$	Agente (10%)	Área m ²	Observações
12	7	21-08-50	Carlos Bronhara	Brasileiro	6.240,00	—	632,50	Flórida-PR, maior, lavrador, casado
18	1	29-08-50	Thomaz Francisco Cafofo	Brasileiro	5.200,00	—	659,00	Campinho/Arapongas, maior, casado
21	6	29-08-50	Salvador de Souza Porto	Brasileiro	4.160,00	—	621,70	Arapongas, maior, lavrador, casado
8	9	23-09-50	João Tenório Sobrinho	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
9	9	26-09-50	Adolfo Cordeiro Vaz	Brasileiro	5.200,00	—	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
22	9	12-10-50	Hermínio Esper	Brasileiro	2.064,00	—	600,00	Passos-MG, maior, comerc., desquitado
21	1	23-10-50	Sebastião Veiga e Silva	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	659,00	Iguaraçu, comerciante, maior, casado
13	8	07-11-50	Aures dos Santos	Brasileiro	4.240,00	—	646,50	Astorga-PR, maior, comerciante, solteiro
13	3	17-11-50	Miguel Carris	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Getulina-SP, maior, lavrador, casado
21	7	20-11-50	José Navarro Gonsales	Espanhol	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	618,70	Arapongas, maior, lavrador, casado
13	4	20-11-50	Joaquim Francisco Pinto	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
13	7	20-11-50	Julia Cordeiro Vaz	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	632,50	Arapongas-PR, maior, doméstica, casada
18	5	22-11-50	Antonio Pinheiro	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	644,00	Astorga, maior, casado
21	4	22-11-50	Francisco Alia	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	659,00	Astorga, maior, lavrador, casado
12	3	22-11-50	Américo Pereira Porto	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, comerciante, casado
12	4	22-11-50	Américo Pereira Porto	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, comerciante, casado
21	3	24-11-50	Yozas Sinskas	Lituano	4.160,00	—	659,00	Astorga, maior, lavrador, casado
21	5	24-11-50	José Ast	Yugoslavo	4.160,00	—	644,00	Astorga, maior, lavrador, casado
12	1	24-11-50	José Ast	Iugoslavo	5.240,00	—	600,00	Astorga-PR, maior, lavrador, casado
12	5	24-11-50	Francisco Piaya Rizzardo	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, motorista, casado
13	9	24-11-50	José Ast	Iugoslavo	5.240,00	—	628,50	Astorga-PR, maior, lavrador, casado

12	2	25-11-50	Patrício Castilho	Espanhol	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, lavrador, casado
8	8	27-11-50	Abílio Ferreira da Silva	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, lavrador, casado
18	6	02-12-50	Paulo Salkys	Lituano	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	621,70	Astorga, maior, lavrador, casado
23	1	04-12-50	Augusta Villais Miranda	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	613,50	Astorga, maior, lavradora, casada
24	9	11-12-50	Luiz Lampugnani	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Sabáudia, maior, lavrador, casado
9	1	11-12-50	Octavio Camparato	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
9	2	11-12-50	Julio Camparato	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
13	14	12-12-50	Julio Diaz Gonçalves	Brasileiro	3.120,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
23	8	14-12-50	Luiz Lampugnani	Brasileiro	5.000,00	Francisco Fernandes Vieira	728,00	Sabáudia, maior, lavrador, casado
21	8	21-12-50	Francisco Fernandes Vieira	Brasileiro	5.200,00	—	629,30	Arapongas, maior, lavrador, casado
13	1 e 2	21-12-50	F.F. Delgado & Cia Ltda.	—	9.000,00	—	1.200,00	Arapongas-PR, firma comercial
13	5	21-12-50	Sammel Martins Delgado	Brasileiro	4.000,00	—	600,00	Arapongas-PR, maior, comerciante, casado
13	6	21-12-50	Sammel Martins Delgado	Brasileiro	4.000,00	—	600,00	Arapongas-PR, maior, comerciante, casado
25	1	22-12-50	Salvador Milkan	Armênio	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	605,00	Armênia, maior, lavrador, casado
25	19	22-12-50	Jamil Jabra Maika	Palestino	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Palestina, maior, comerciante, casado
1	10	29-12-50	Francisco Rodrigues Martins	Espanhol	3.120,00	—	600,00	Batatais-SP, maior, solteiro
25	20	03-01-51	José Aguila Lopes	Espanhol	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Espanha, maior, lavrador, casado
24	3	12-01-51	Valdevino Pereira Carvalho	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
24	5	12-01-51	Messias Almeida	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
2	2	12-01-51	Lyvia Martins	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	
2	3	12-01-51	Adelino Martins	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	
2	4	12-01-51	Álvaro Martins	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, solteiro
24	4	15-01-51	Olívio Miranda	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, lavrador, casado
24	10	15-01-51	José João Galvão	Brasileiro	3.120,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga, maior, dentista, casado
24	6	17-01-51	Genésio de Almeida	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
23	3	18-01-51	Alberto Antonio Silvoni	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	606,80	Rolândia, maior, lavrador, casado
23	9	18-01-51	José Oreste Silvoni	Brasileiro	2.080,00	Francisco Fernandes Vieira	606,00	Rolândia, maior, lavrador, casado
9	7	19-01-51	Salvador Mirkan	Armênio	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, comerciante,

								casado
24	11	22-01-51	Euclides José de Azevedo	Brasileiro	3.120,00	Francisco Fernandes Vieira	601,00	Astorga, maior, dentista, casado
25	9	22-01-51	Henrique Monhoz	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Ângulo, maior, comerciante, casado
9	6	22-01-51	Petrus Salinski	Polaco	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, alfaiate, solteiro
12	9	22-01-51	Cícero Ferreira da Motta	Brasileiro	5.000,00	—	628,50	Astorga-PR, maior, comerciante, casado
23	5	24-01-51	Agenor Barboza	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	625,00	Lobato, maior, lavrador, solteiro
24	19	28-01-51	José Aguila Lopes	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga, maior, lavrador, casado
26	1	31-01-51	Boleslau Dombowski	Polaco	5.000,00	Francisco Fernandes Vieira	613,50	Astorga-PR, maior, alfaiate, casado
24	18	12-02-51	Takai Yamamura	Japonês	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	653,75	Londrina, maior, comerciante, casado
25	18	21-02-51	Eugenio Piveta	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	653,75	Lobato, maior, lavrador, casado
9	5	22-02-51	Manoel Gonçalves	Brasileiro	8.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
8	6	13-03-51	Feliciano Canelutti	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
22	1	26-03-51	José Cordeiro Martins	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Arapongas, maior, lavrador, solteiro
12	11	26-03-51	Francisco Cordeiro Martins	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	665,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
24	13 e 14	27-03-51	Antonio Cordeiro Martinez	Brasileiro	14.000,00	Francisco Fernandes Vieira	1.200,00	Arapongas, maior, lavrador, casado
8	5	17-04-51	Antão de Azevedo Bueno	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, advogado, casado
9	4	17-04-51	Mafalda Zuceon de Azevedo Bueno	Brasileiro	8.320,00	—	600,00	Arapongas-PR, maior, doméstica, casada
23	4	14-05-51	Dagoberto A Bueno	Brasileiro	8.320,00	—	621,50	Arapongas, maior, adv., solt.
8	3	21-05-51	Hisato Hirata	Japonês	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, industrial, casado
24	12	26-05-51	Ronan Basílio da Costa	Brasileiro	6.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Colorado, maior, lavrador, casado
13	11	26-05-51	Ronan Basílio da Costa	Brasileiro	8.000,00	—	665,00	Lote 294-Gleba Colorado, maior, lavrador, casado
23	6	31-05-51	Gines Ponce Garcia	Espanhol	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	606,00	Colorado, maior, lavrador, casado
2	8	05-06-51	Geraldo Antonio da Rocha	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Cajuru-SP, maior, lavrador, casado
2	5	12-07-51	Izidorio Contato	Brasileira	8.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
2	7	23-07-51	Luiz Manoel	Brasileiro	8.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Campinho/Arapongas, maior, lavrador, casado
2	6	25-07-51	Etelvina Mª Bibiana da	Brasileiro	8.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Campinho/Arapongas, maior,

			Conceição					lavradora, casada
3	7	25-07-51	Agostinho Pupim	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Campinho-SP, maior, lavrador, casado
3	8	25-07-51	Joaquim Alves Machado	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Batatais-SP, maior, lavrador, casado
24	16	27-07-51	João Bertucci	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Colorado, maior, lavrador, casado
14	7	03-08-51	Francisco Fernandes de Oliveira	Brasileiro	4.000,00	—	640,00	Lobato-PR, maior, lavrador, viúvo
14	8	03-08-51	Joel Fernandes	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato-PR, maior, lavrador, viúvo
34	2	13-08-51	Ângelo Manzolli	Brasileiro	8.320,00	—	659,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
26	6-7	23-08-51	Edgar Papke	Brasileiro	16.000,00	Francisco Fernandes Vieira	1.297,00	Rolândia, maior, lavrador, solteiro
9	14	24-08-51	Dorvino Felix dos Santos	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
25	5	28-08-51	Thomaz Wismek	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	604,00	Lobato, maior, lavrador, casado
3	2	30-08-51	Antonio Palmeira	Brasileiro	10.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Maior, comerciante, casado
3	2	30-08-51	Antonio Palmeira	Brasileiro	10.400,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
14	6	31-08-51	Hermes Nogueira	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato-PR, maior, carpinteiro, casado
17	18	04-09-51	Doneiro F. Miranda	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato, maior, casado
17	1	11-09-51	Oscar Cotrin Ribeiro	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato-PR, maior, ofic. farm., casado
22	7	18-09-51	Cornélio Batista Coelho	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Cambé, maior, lavrador, casado
3	6	18-09-51	José Batista Sobral	Brasileiro	10.400,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Cambé-PR, maior, lavrador, casado
22	6	19-09-51	Sebastião Dias	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, motorista, casado
3	4	20-09-51	Rosa M ^a de Jesus	Brasileiro	10.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Sabáudia-PR, maior, doméstico
34	19	26-09-51	João Dias França	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	626,50	Lobato-PR, maior, motorista, casado
17	17	28-09-51	José Moreira Filho	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato, maior, solteiro
22	8	01-10-51	Leonil Dias França	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, motorista, solteiro
25	17 e 16	02-10-51	Oswaldo Correia Gomes	Brasileiro	12.000,00	Francisco Fernandes Vieira	1.320,00	Lobato, maior, motorista, casado
17	8	05-10-51	José Lopes de Almeida	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	7	11-10-51	Leopoldino Marques dos Santos	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, viúvo
10	8	13-10-51	Antonio Ribeiro Dias	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
24	15	21-10-51	Salvador Moreira	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato, maior, motorista, solteiro
22	17	25-10-51	Maria do Céu da Silva	Brasileiro	4.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, P. domést., casada

7	18	27-10-51	João Ferreira Augusto e João Paulino	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	9	27-10-51	Luiz Marcheses e Antonio Ribeiro Dias	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
7	17	05-11-51	Pedro Teodoro	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
14	18	05-11-51	Maria Garcia	Brasileiro	4.000,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, doméstica, casado
3	3	08-11-51	Mario Martins	Brasileiro	10.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
3	3	08-11-51	Mário Martins	Brasileiro	10.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
24	17	20-11-51	Valdevino P. Carvalho	Brasileiro	6.000,00	Francisco Fernandes Vieira	680,00	Lobato, maior, motorista, casado
7	16	22-11-51	Constantino Moreira dos Anjos	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
22	16	10-12-51	Manoel Constante	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Arapongas, maior, motorista, casado
8	11	20-12-51	José Ferreira Lima	Brasileiro	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
22	5	26-12-51	José Vicente	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Santa Fé, maior, motorista, casado
7	1	31-12-51	Raphael Ita	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
13	12	09-01-52	Thomaz Giela	Brasileiro	8.400,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga, maior, lavrador, casado
8	12	11-01-52	Antenor Biratti	Brasileiro	4.500,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
22	15	21-02-52	Carlos Alves Ribeiro	Brasileiro	8.000,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Garça-SP, maior, lavrador, solteiro
13	15	01-03-52	Miguel Carris	Brasileiro	8.000,00	—	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
30	1	20-03-52	Masanobu Sato	Japonês	16.650,00	Francisco Fernandes Vieira	634,00	Arapongas, maior, industrial, casado
13	16	02-06-52	Raul de Oliveira Rosa	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
14	4	19-06-52	Joaquim Pereira da Silva	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	9	30-06-52	Luiz Ferreira da Motta	Brasileiro	6.240,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	16	30-06-52	Julio Lourenço da Silva	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	640,50	Arapongas-PR, maior, casado
7	10	08-07-52	Bernardo Gesuino	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
3	10	14-07-52	Antonio Batista dos Santos	Brasileiro	9.360,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Cajuru-SP, maior, lavrador, casado
8	12	19-07-52	José Batista dos Santos	Brasileiro	9.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Cambé-PR, maior, operário, casado
7	6	22-07-52	João Pereira Agostinho	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
25	15	29-07-52	Wilson Lima Lemos	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato, maior, farmacêutico, casado
14	1	09-08-52	Salvador Veiga	Brasileiro	9.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, motorista,

								casado
25	10	11-08-52	José Lopes de Almeida	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	595,47	Lobato, maior, lavrador, solteiro
14	15	13-08-52	Odozio Queiroz	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Jaguapitã-PR, maior, lavrador, casado
12	14	18-08-52	Benedito Ribeiro de Paula	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
14	5	18-08-52	Herbert Kruger	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
12	16	22-08-52	José Ceverino Nunes	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Astorga-PR, maior, lavrador, casado
14	15	22-08-52	Benedito Alves de Oliveira	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
22	4	25-08-52	Augusto de Souza	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Bandeirantes-PR, maior, casado
14	17	29-08-52	Pedro Rodrigues Campos	Brasileiro	6.240,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	2	30-08-52	Otaviano de Brito	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Valência, maior, lavrador, casado
17	3	30-08-52	José Raymundo Dourado	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Valência, maior, lavrador, casado
12	15	01-09-52	José Gabriel de Lima	Brasileiro	8.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Fazenda Água Vermelha-PR, maior, lavrador, casado
14	11	06-09-52	Alfredo Rodrigues Novaes	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira		Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
12	12	10-09-52	Leondio Lima de Souza	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
9	12	12-09-52	Antonio Ribeiro	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, comerciante, casado
14	3 e 13	12-09-52	Manoel Domiciano de Andrade	Brasileiro	14.560,00	Francisco Fernandes Vieira	1.200,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
22	3	18-09-52	Takaaki Coto	Japonês	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, lavrador, casado
25	4	18-09-52	José Bujas Martines	Brasileiro	15.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Estrela d'Oeste-SP, maior, lavrador, casado
14	2	22-09-52	Olindo Previato	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	4	22-09-52	Diego Garcia Martins	Brasileiro	8.320,00	Adelino Lavanholi	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	14	22-09-52	Luiz Gonzaga da Silva	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas-PR, maior, casado
22	14	23-09-52	Severino José Chagas	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, lavrador, casado
22	2	24-09-52	José Ribeiro de Faria	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, dentista, casado
23	10	29-09-52	Girnez Ponce Garcia	Espanhol	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	625,50	Arapongas, maior, lavrador, casado
34	17	29-09-52	Geraldo Gondolfi	Brasileiro	8.320,00	—	626,50	Tupã-SP, maior, lavrador, solteiro
34	18	29-09-52	Roque Gondolfi	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	626,50	Tupã-SP, maior, lavrador, casado
8	13	30-09-52	Moisés Inácio da Silva	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, casado
8	14	02-10-52	Alcides Iguácio da Silva	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado

23	13	10-10-52	Ramon Rodrigues Munhoz	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
23	14	11-10-52	Humberto Zacarias	Brasileiro	9.360,00	Francisco Fernandes Vieira	604,00	Arapongas, maior, lavrador, casado
10	7	13-10-52	Gilhermina Rodrigues da Silva	Brasileiro	6.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, doméstica, casada
9	11	15-10-52	Manoel Moreno Bonilha	Espanhol	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
17	5	15-10-52	José Cordeiro	Brasileiro	8.320,00	—	600,00	Arapongas-PR, maior, lavrador, casado
23	11	17-10-52	Genésio de Almeida	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	621,50	Lobato, maior, lavrador, casado
9	18	17-10-52	João Siunitti	Brasileiro	9.360,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, carpinteiro, casado
2	11	20-10-52	José Garcia Sobrinho	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Capelinha-PR, maior, lavrador, casado
8	12	13-11-52	Luiz Mazzo	Brasileira	7.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
25	7	14-11-52	Francisco Gomes de Oliveira	Brasileiro	15.600,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
2	10	20-11-52	Sebastião Pereira Coutinho	Brasileiro	9.360,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
7	11	21-11-52	Thomaz da Silva Neto	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
26	13	25-11-52	Tristão Vieira da Cunha	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lins-SP, maior, lavrador, casado
10	5	26-11-52	Congregação Cristã do Brasil	—	4.200,00	—	600,00	Sede SP, construção templo religioso
17	15	29-11-52	Vitório Frezze	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	670,50	Arapongas-PR, maior, casado
8	17	10-12-52	Luiz Rodrigues dos Santos	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, viúvo
26	14	10-12-52	João Bertuca	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	604,00	Lobato, maior, lavrador, casado
10	17	12-12-52	Damião Pedroso	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
10	18	12-12-52	Antonio Quirino	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
7	12	27-12-52	Benedito Antonio Ramos	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	1	30-12-52	Leoni Wallbach Ribeiro	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, doméstica, casada
33	—	23-01-53	Prefeitura Municipal de Lobato	—	246.946,00	—	12.347,10	Cemitério
33	—	23-01-53	Prefeitura Municipal de Astorga	—	246.942,00	Francisco Fernandes Vieira	12.347,10	Astorga-PR, Doação para construção
9	10	26-02-53	Adolfo Cordeiro Vaz	Brasileiro	14.560,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
7	7	12-03-53	Salvador Pinto Veiga	Brasileiro	11.440,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Arapongas, maior, motorista, casado

8	16	30-06-53	Antonio Kosmos de Siqueira	Brasileiro	11.440,00	Adelino Lavanholi	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
15	3	30-06-53	Expedito Rodrigues da Silva e João Pedro de Oliveira	Brasileiro	12.240,00	Francisco Fernandes Vieira	633,17	
9	13	06-07-53	José Cargletti	Brasileiro	11.440,00	Adelino Lavanholi	600,00	Arapongas-PR, maior, bancário, solteiro
15	2	10-08-53	João Benedito de Almeida	Brasileiro	10.400,00	Francisco Fernandes Vieira	633,17	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
46	8	14-09-53	Ormindia Francisca da Cruz	Brasileiro	10.400,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Jaguapitã/Colorado-PR, maior, doméstica, viúva
25	13	17-09-53	Zara Joele Lemos	Brasileiro	12.480,00	Adelino Lavanhole	600,00	Lobato, maior, doméstica, casada
45	2	06-10-53	Luiz Gonzaga Lima	Brasileiro	31.200,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato-PR, maior, comerciante, solteiro
9	15	04-01-54	Bernadete Dantas	Brasileiro	11.440,00	Adelino Lavanholi	600,00	Arapongas-PR, maior, doméstica, casada
44	1	26-01-54	Noboru Kyosen	Japonês	26.000,00	—	640,00	Lobato -PR, maior, lavrador, casado
22	10	28-04-54	Basílio Bepalhok	Ucraniano	12.480,00	Adelino Lavanhole	600,00	Maior, lavrador, casado
22	11	28-04-54	Pedro Bepalhok Jr.	Brasileiro	10.400,00	Adelino Lavanhole	600,00	Brasileiro, maior, lavrador, casado
22	12	20-05-54	Valdomiro Bepalhok	Brasileiro	10.400,00	Adelino Lavanhole	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
12	17	16-08-54	Clube recreativo 1ª de Maio	—	7.280,00	Adelino Lavanholi	600,00	Lobato-PR
45	3	14-09-54	Luiz Gonzaga Lima	Brasileiro	10.400,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
30	17 e 18	09-11-54	Reynaldo Paulo Issberner	Brasileiro	25.728,00	—	1.253,00	Lobato-PR, maior, médico, casado
2	9	29-12-54	Tadanori Hayashi	Japonesa	52.000,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, solteiro
23	12	11-06-55	Laurindo Cosmo de Siqueira	Brasileiro	13.520,00	Adelino Lavanhole	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
7	2	11-06-55	Genésio Cosmo de Siqueira	Brasileiro	11.440,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
34	16	24-12-56	Adelino Martins	Brasileiro	26.800,00	—	626,50	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
10	6	13-02-57	Rogel de Souza Dias	Brasileiro	8.320,00	não há	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
30	19	10-02-58	Homero de Quadros Gasparelo	Brasileiro	12.864,00	—	626,50	Lobato-PR, maior, médico, casado
10	4	19-06-58	Congregação Cristã do Brasil	—	4.160,00	—	600,00	Lobato-PR

9	8	13-10-58	Sebastião Batista da Silva	Brasileiro	53.600,00	—	600,00	Lobato, maior, comerciante, casado
9	8	13-10-58	Sebastião Batista da Silva	Brasileiro	7.280,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
12	8	02-12-58	Ildefonso Martins Portelinha	Brasileiro	7.280,00	não há	646,50	Lobato-PR, maior, prefeito, casado
8	7	19-01-59	Aristides Evangelista	Brasileiro	43.316,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, funcionário público, casado
25	20	27-05-59	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	—	26.800,00	não há	600,0	—
18	7	04-06-59	Prefeitura Municipal de Lobato	—	25.000,00	—	618,70	Construção do prédio da prefeitura
9	17	26-06-59	Ildefonso Martins Portelinha	Brasileiro	7.280,00	não há	600,00	Lobato-PR, maior, prefeito município, casado
21	2	14-07-59	José Eduardo Lopes	Brasileiro	44.320,00	não há	659,00	Lobato-PR, maior, funcionário público, solteiro
45	1	22-08-59	Arnézio Leibantti	Brasileiro	4.160,00	não há	640,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
19 e 20	—	11-09-59	Prefeitura Municipal de Lobato	—	208.000,00	—	5.200,00	Lobato-PR, Doações de imóveis para jd.público
8	4	09-02-60	José Eduardo Lopes	Brasileiro	7.280,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, funcionário público, casado
41	4, 5, 6, 7, 8, 9	03-03-60	Otoniel Machado & Cia	Espanhol	5.200,00	José Eduardo Lopes	3.000,00	Astorga-PR, maior, lavrador, casado
8	2	05-03-60	Adelino Lavanholi	Brasileiro	7.000,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	2	07-06-60	João Gonçalves de Aguiar	Brasileiro	9.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
10	3	07-06-60	Adelino Rodrigues Pardiniho	Brasileiro	5.200,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, solteiro
10	10	11-06-60	Francisco Olivony	Brasileiro	8.160,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, solteiro
9	16	05-07-60	José Aguiar Freitas	Brasileiro	11.440,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
22	18	13-07-60	José Eduardo Lopes	Brasileiro	33.960,00	não há	640,00	Lobato-PR, maior, funcionário público, casado
26	2	26-07-60	Aquiles de Souza Machado	Brasileiro	37.740,00	José E. Lopes	617,30	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
26	5	26-09-60	Primo Emiliano	Brasileiro	37.740,00	José E. Lopes	625,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
40	3	07-10-60	Durvalino Caris	Brasileiro	25.160,00	José Eduardo Lopes	633,17	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	11	15-10-60	Nelson Machado	Brasileiro	4.160,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante,

								casado
10	12	18-10-60	Wilson Ferreira	Brasileiro	4.160,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, dentista, casado
40	8	02-01-61	Agripino Lucio dos Santos	Brasileiro	25.160,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
35	1	21-07-61	Januário Camparoto	Brasileiro	62.900,00	José Eduardo Lopes	693,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
12	10	09-08-61	Prefeitura Municipal de Lobato	—	7.280,00	—	665,50	Lobato-PR, Doação
2	1	02-01-62	Anízia Rodrigues Oliveira	Brasileiro	75.480,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, doméstica, solteira
1	6	21-05-62	Edson Pereira Coutinho	Brasileiro	50.320,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, sapateiro, casado
1	7	07-06-62	João Antonio Ramos	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, casado
35	6	17-07-62	João Barbosa da Silveira	Brasileiro	62.900,00	José Eduardo Lopes	728,00	Lobato-PR, maior, motorista, casado
25	2	10-10-62	Aquiles de Souza Machado Davi Bronzi	Brasileiro Brasileiro	100.640,00	José E. Lopes	616,50	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
40	6	13-10-62	Francisco Pereira Bezerra	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
3	5	15-10-62	Raimundo Paulino Neto	Brasileiro	88.060,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
17	13	15-10-62	Pedro Narciso Bueno	Brasileiro	50.320,00	José E. Lopes	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
3	9	16-10-62	Olívia Jorge de Alexandria	Brasileiro	88.060,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, doméstica, solteira
7	4	05-11-62	Ernesto Nunes Barbosa	Brasileiro	5.200,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	5	05-11-62	José Bento de Castro	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comércio, casado
2	12	05-11-62	Estevão Batista Nunes	Brasileiro	50.320,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	4	10-11-62	Francisco Antonio Sales	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	3	16-11-62	Guido Fanella	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	9	20-11-62	Sebastião dos Reis Martins	Brasileiro	44.030,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	1	21-11-62	Sebastião da Silva	Brasileiro	48.400,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	18	21-11-62	Jorge Rocha	Brasileiro	42.350,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	15	27-12-62	Francisco José	Brasileiro	5.200,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
10	16	27-12-62	João José Lourenço	Brasileiro	14.560,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
2	14	28-12-62	Antonio Mattilli	Brasileiro	72.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
13	17	03-01-63	Joaquim Francisco Pinto	Brasileiro	11.440,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, prefeito, casado
44	2	07-01-63	Naboru Kyosen	Japonês	4.160,00	José Eduardo Lopes	640,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
43	1	11-01-63	Iracema Rodrigues de Souza	Brasileiro	9.360,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, doméstica, viúva

44	3	21-01-63	Benedito Navarro	Brasileiro	6.240,00	José Eduardo Lopes	640,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
3	1	30-01-63	Orlando Cotrin Ribeiro	Brasileiro	121.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, farmacêutico, casado
40	4	07-03-63	Sebastião Augusto Ualim	Brasileiro	72.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, casado
40	7	18-03-63	Miguel de Paula Ribas Neto	Brasileiro	72.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, servidor da . justiça, casado
2	18	02-04-63	Antonio Libertino Campos	Brasileiro	84.700,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
44	5	04-04-63	Josefino Alves Nogueira	Brasileiro	6.240,00	José Eduardo Lopes	640,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
2	17	29-05-63	Altino Rogatto	Brasileiro	84.700,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	2	08-06-63	Sebastião Albano Gomes	Brasileiro	72.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, funcionário público, casado
34	15	16-08-63	Francisco Pitaro	Brasileiro	60.000,00	José Eduardo Lopes	626,50	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
2	16	19-08-63	Izidoro Comim	Brasileiro	84.700,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, motorista, casado
26	4	03-01-64	Agostinho Francisco Ualim	Brasileiro	100,00	José E. Lopes	621,50	Lobato-PR, maior, funcionário público, casado
24	2	04-02-64	Kintaro Sugihara	Japonês	181.500,00	José E. Lopes	616,50	Lobato-PR, maior, motorista, casado
1	17	05-03-64	Quintino Francisco de Melo	Brasileiro	121.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
39	3	24-03-64	Nicanor Pinto de Castro	Brasileiro	100.000,00	José Eduardo Lopes	633,17	Lobato-PR, maior, motorista, casado
38	1,2,3 e 4	19-08-64	Laticínios Catupiry	Brasileiro	320.000,00	José Eduardo Lopes	2.400,00	São Paulo, a.v.
35	2	14-10-64	Januário Camparoto	Brasileiro	181.500,00	José Eduardo Lopes	620,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
30	20	09-02-65	Homero de Quadros Gasparelo	Brasileiro	181.500,00	José E. Lopes	626,50	Lobato-PR, maior, médico, casado
38	5,6,7,8 e 9	09-03-65	Laticínios Catupiry	Brasileiro	500.000,00	José Eduardo Lopes	3.000,00	São Paulo, a.v.
37	7 a 8	21-06-65	Governo do Estado do Paraná	—	300.000,00	não há	1.354,00	Doação para utilidade pública
1	14	12-08-66	Benjamim Ximenez	Brasileiro	150.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
41	1,2,3 e 4	17-08-66	Emidio de Andrade	Brasileiro	756.000,00	José Eduardo Lopes	2.400,00	Lobato-PR, maior, professor, casado

1	11	12-10-66	Dorvalino Gandolfo	Brasileiro	120.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, agricultor, casado
1	12	12-10-66	Avelino Alves Cardoso	Brasileiro	189.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
1	15	23-12-66	Benito Navarro Gimenes	Brasileiro	150.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
10	13	11-04-67	Messias Ricardo da Silva	Brasileiro	53.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, barbeiro, casado
34	1	02-10-67	Arlindo Pereira da Silva	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	634,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
43	2	09-10-67	Francisco Bezerra de Araújo	Brasileiro	8.320,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
43	3	09-10-67	Alexandre Bezerra de Alencar	Brasileiro	4.200,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
43	4 e 5	09-10-67	Geraldo Bezerra de Alencar	Brasileiro	6.160,00	José Eduardo Lopes	1.200,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
3	18	09-10-67	Geraldo Rosa	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
30	2	09-10-67	Homero de Quadros Gasparelo	Brasileiro	150,00	José E. Lopes	659,00	Lobato-PR, maior, médico, casado
42	1 a 9	22-07-68	Governo do Estado do Paraná	—	11.440,00	não há	5.400,00	Doação
43	6, 7, 8, 9	30-10-68	Olívia Jorge de Alexandria	Brasileiro	4.000,00	José Eduardo Lopes	2.400,00	Lobato, maior, comerciante, solteiro
17	11	30-10-68	José de Souza	Brasileiro	120,00	José E. Lopes	600,00	Lobato, maior, lavrador, solteiro
17	12	30-10-68	Olindo Egêa	Brasileiro	120,00	José E. Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
26	3	30-10-68	Braz Egêa	Brasileiro	150,00	José E. Lopes	606,80	Lobato-PR, maior, comércio, solteiro
1	16	31-10-68	Benito Navarro Gimenes	Brasileiro	150.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, pedreiro, casado
1	13	14-01-69	José Pereira Filho	Brasileiro	150.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
39	9	27-03-69	Laticínios Catupiry	Brasileiro	140,00	José Eduardo Lopes	600,00	a.v.
14	14	10-04-69	Francisco Bezerra de Araújo	Brasileiro	150,00	José E. Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, alfaiate, casado
45	4 e 5	14-04-69	Arnézio Leibantti	Brasileiro	6.240,00	José Eduardo Lopes	1.280,00	Lobato, maior, comerciante, casado
24	7	08-05-69	Manoel Ignácio de Lima	Brasileiro	200,00	José E. Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
39	4	15-01-70	José Romão da Silva	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, pedreiro, solteiro
39	5	15-01-70	Durval dos Santos	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
39	2	03-03-70	Mario Silva	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	633,17	Lobato, maior, barbeiro, solteiro
5	3,4,5	31-12-70	Antonio Puertas	Espanhol	300,00	José Eduardo Lopes	1.800,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
5	6,7,8,9	31-12-70	Antonio Francisco dos	Brasileiro	400,00	José Eduardo Lopes	2.400,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado

			Santos					
6	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	31-12-70	Francisco Bezerra de Araújo	Brasileiro	840,00	José Eduardo Lopes	4.800,00	Lobato, maior, lavrador, casado
15	4,5,6,7,8 e 9	31-12-70	Alexandre Bezerra de Alencar	Brasileiro	620,00	José E. Lopes	620,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
15	1	17-01-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	100,00	não há	633,17	—
34	4, 5, 6, 7,8 9, 10, 11,12 ,13	12-02-71	Prefeitura	—	1.000,00	não há	6.268,50	Doação para utilidade pública
39	1,6,7 e 8	12-02-71	Prefeitura	—	400,00	não há	2.433,17	Doação para utilidade pública
16	1 a 9	12-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	900,00	não há	5.499,51	—
23	7	12-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	100,00	não há	661,00	Doação para utilidade pública
26	8,9,11 e 12	12-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	400,00	não há	2.549,90	Despesa doação para utilidade pública
31	1, 2, 3, 4, 5 e 6	12-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	600,00	—	4.523,00	Despesa doação para utilidade pública
7	15	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	5.200,00	—	600,00	Lobato-PR, Doação
46	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	6.240,00	não há	4.800,00	Lobato-PR, Doação
5	1 e 2	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	200,00	não há	1.200,00	Lobato-PR, Doação
35	3,4 e 5	17-02-71	Prefeitura	—	300,00	não há	2.482,00	Doação para utilidade pública
37	1 a 6	17-02-71	Prefeitura	—	600,00	não há	600,00	Doação para utilidade pública
40	1,2 e 5	17-02-71	Prefeitura	—	200,00	não há	1.866,34	—
3	11,12,13,14, 15,16,17	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	700,00	não há	4.200,00	Lobato-PR, Doação
25	8,6,11,12 e 14	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	500,00	—	3.003,00	Doação para utilidade pública
27	1 a 9	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	900,00	—	5.400,00	Despesa doação para utilidade pública

28	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	800,00	—	4.988,00	Despesa doação para utilidade pública
30	3 e 16	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	1.400,00	—	8.753,00	Despesa doação para utilidade pública
32	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18	17-02-71	Prefeitura Municipal de Lobato	—	1.800,00	—	10.322,10	Despesa doação para utilidade pública
22	13	26-04-77	Arlindo Capelle	Brasileiro	1.000,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, casado
1	8	04-01-78	José Amaral Costa	Brasileiro	1.500,00	—	600,00	Lobato, maior, comerciante, casado
6	8	04-01-79	José do Amaral Costa	Brasileiro	4.160,00	—	600,00	Lobato, maior, comerciante, casado
34	03	04-01-79	José Amaral costa	Brasileiro	1.500,00	—	605,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
14	12	04-01-79	José Amaral Costa	Brasileiro	1.500,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado
17	10	04-01-79	José Amaral Costa	Brasileiro	1.500,00	—	600,00	Lobato-PR, maior, comerciante, casado

Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Registro de venda de lotes na zona urbana do município de Lobato-PR, 1950-1979. Maringá, nov. 2000.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA: Lista de compradores de lotes urbanos.

Quadra	D	Aquisição	Nome Comprador	Nacionalidade	Valor Cr\$	Agente (10%)	Área m ²	Observações
Fichas sem escritura (compradores que adquiriram o imóvel por contrato e não possuem escritura definitiva)								
12	6	12-10-50	Sebastião de Oliveira Lima	Brasileiro	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Rolândia, maior, lavrador, casado
18	2	06-11-50	Boleslau Dombowski	Polonês	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	659,00	Astorga, maior, alfaiate, casado
18	3 e 4	24-11-50	José Ast	Iugoslavo	8.320,00	—	1.318,00	Astorga, maior, lavrador, casado
18	8	22-12-50	Jorge Abdala	Sírio	5.200,00	Francisco Fernandes Vieira	629,30	Arapongas, maior, comerciante, casado
34	20	27-06-51	Ernesto Evangelista	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	626,50	Arapongas, maior, lavrador, casado
25	3	09-07-51	Ichiri Tanji	Japonês	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
17	6	28-07-52	Ângelo Rodrigues Lopes	Brasileiro	9.000,00	Francisco Fernandes Vieira		Estrela do Oeste-SP, maior,

							600,00	lavrador, casado
11	7	03-09-51	Antonio Guerreiro	Espanhol	4.160,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Londrina, maior, lavrador, casado
14	9	03-07-52	Manoel Rodrigues Sobrinho	Brasileiro	6.240,00	Francisco Fernandes Vieira	640,00	Lobato, maior, lavrador, solteiro
12	13	10-09-52	José Marcos dos Santos	Brasileiro	8.320,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato, maior, lavrador, casado
8	15	10-10-52	Aparecido Ignácio da Silva Faria	Brasileiro	7.280,00	Francisco Fernandes Vieira	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
7	3	23-07-53	Aparecido Ignácio da Silva Faria	Brasileiro	11.440,00	Adelino Lavanholi	600,00	Lobato-PR, maior, lavrador, solteiro
19	–	04-06-59	Prefeitura Municipal de Lobato	—	75.000,00	não há	1.880,00	Lobato, Jardim Público
20	–	04-06-59	Prefeitura Municipal de Lobato	—	75.000,00	não há	1.880,00	Lobato, Jardim Público
7	8	17-09-62	Marcolina Pereira da Rocha	Brasileira	35.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, doméstica, solteira
2	15	16-11-62	Antonio Coletto	Brasileiro	50.320,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, comerciante, casado
2	13	03-01-63	Edemar Pereira Coutinho	Brasileiro	66.550,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, operário, casado
10	14	04-10-63	José Bento de Castro	Brasileiro	72.600,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, comerciante, casado
44	4	17-03-64	Cícero Mendonça Anastácio	Brasileiro	100.000,00	José Eduardo Lopes	640,00	Lobato, maior, lavrador, casado
40	9	18-08-64	Governo do Estado do Paraná	—	100.000,00	não há	600,00	Usina Elétrica
7	9	12-10-66	Marcolina Pereira da Rocha	Brasileira	252.000,00	José Eduardo Lopes	600,00	Lobato, maior, do lar, solteira
34	14	09-10-67	José Paulo Zanolli	Brasileiro	150,00	José Eduardo Lopes	626,50	Lobato, maior, casado
7	13 e 14	30-10-68	Luiz Rogatto	Brasileiro	200.000,00	José Eduardo Lopes	1.200,00	Lobato, maior, lavrador, casado

Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Registro de venda de lotes na zona urbana do município de Lobato-PR, 1950-1979.** Maringá, nov. 2000.

ANEXO D

ANEXO D – Professores da zona rural, 1952-1971.

Ano da informação	Nome	Água/Fazenda
-	Leda Maria de Oliveira	Água Bandeirantes
-	Conceição	-
-	Sebastiana	Água Grajaú
1952	Odete de Oliveira	Água Araçá
1955	Darcy Américo de Oliveira	Água Araçá
1955	Elza Correa Neto Bigueti	Fazenda Moron
1957	Maria Etelvina de Almeyda Silva	Água Ibitipoca
1958	Zélia de Lourdes Silva	Água Paramirim
1958	Carolina Cristina Leite Simões	Fazenda Cristina
1959	Neusa Silveira de Souza	Água Colorado
1960	Francisco Matioli	Água Araçá
1960	João Vieira da Cunha	Água Grajaú
1960	Nair Cirino da Silva	Água Ibitipoca
1960	Ismênia de Souza	Água Ibitipoca
1960	Maria Flor do Nascimento	Água Santa Terezinha
1960	Maria Ferreira Tremequim	Fazenda Cristina
1960	Georgina Silveira de Souza	Fazenda Remanso
1960	Georgina Cerqueira Lima	Fazenda Remanso
1961	Antonia Alves Miranda da Silva	Água Valmarina
1964	Geraldo Bassani	Água Ibitipoca
1964	Maria Masson Manco	Água Valmarina
1966	Terezinha Vieira Feitosa	Água Paramirim
1967	Ademir Chicarolli	Água do Trigo
1967	Dimas Miranda	Água Ibitipoca
1967	Terezinha Oliveira Fernandes	Água Paramirim
1967	Mercedes Gabriel	Água Sarandi
1971	Maria Monteiro Rocha	Água Colorado
1971	Odete Satu Sugihara Miranda	Água Grajaú
1971	Luzia Lemos	Água Ibitipoca
1971	Heloisa Monteiro Rocha	Água Ibitipoca
1971	Maria Souza	Água Paramirim
1971	Felix Freitas	Água Potiguará
1971	Apparecida Paleta	Água Sarandi
1971	Ivone Fernandes Gomes	Água Sarandi
1971	Maria Aparecida dos Santos	Água Sílex
1971	Maria Cecília de A. Rodrigues	Fazenda Santa Maria

Fonte: Divisão Municipal de Educação (1957), Prefeitura Municipal (2000), Fontes Orais.

ANEXO E – Quadro com nome dos Inspetores que atuaram na zona rural de Lobato entre 1957 e 1970.

Data	Inspetor/Guarda/Agente	Quarteirão/Rural
22/03/1957	Severino J. das Chagas	Fazenda Moron
25/03/1957	Antonio F. Lopes	Água Ibitipoca
23/03/1957	Martin Garozzi	Água do Trigo
23/05/1957	Raimundo Macedo	Fazenda Remanso
19/08/1957	José D. Santana Olimpio	Água Valmarina
28/12/1957	Eduardo Belarmino Leôncio	Valmarina
10/02/1960	Vicente Gomes Ferreira	Salto de Pirapó
5/1960	Avelino Morand	Água Sílex
6/1960	Augusto Borges	Lobato
7/1960	Abílio Zuntin	Lobato
8/1960	Guilherme B. de Freitas	Salto de Pirapó
09/07/1966	José Ramos da Silva	Água Valmarina
20/07/1966	(Falta o nome/há uma foto.)	Fazenda Cristina
25/07/1966	Iago Romanin	Água Ibitipoca
30/11/1966	Pedro Fabrett	Água do Trigo
12/03/1969	João Aguitoni	Água Pirapó/Paramirim
04/05/1970	Luiz Ferreira de Mello	Água Valmarina
S/D	Durval Colontonio	Água Araçá

Fonte: Livro Termo de Promessa de Compromisso de Inspetores. Delegacia de Lobato, 1959; Fontes Orais.

Melhor visualizado em xerox

Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

TAXA PAGA

N.º 123

CURITIBA, 4.ª-FEIRA, 1.º DE AGOSTO DE 1956

ANO XLIV

Atos do Poder Legislativo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12021-56-PG.

LEI N. 2804

Art. 1.º - Fica aberto o Município de Lobato, desmembrado do Município de Astorga.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

DECRETO N. 3954
O Governador do Estado do Paraná, sob proposta do Comando Geral da Polícia Militar do Estado.

Resolve conceder, aos seguintes integrantes da Polícia Militar do Estado, as medalhas que especifica:

Tenente Coronel Washington Honório de Moura Brasil, Major João Honório da Silva Lapa, e 1.ª Tenente Germano da Nazareno e Vicente Capes, tantino Vieira, a medalha de "Ouro", de acordo com a lei n.º 1.918, de 20 de março de 1.920;

Major Devoniz Amastácio dos Santos e Capitães Reinaldo José Machado e Miguel Antunes Filho, a medalha de "Prata", de acordo com a lei n.º 1.848, de 20 de março de 1.920;

Capitão Zegmundo Ivanika, a medalha de "Bronze", de acordo com a lei n.º 1.948, de 20 de março de 1.920;

1.ª Tenentes Germano do Nascimento e Vicente Constantino Vieira, a medalha de "Mérito", de acordo com o art. 731, da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.934;

1.ª Tenentes Germano do Nascimento e Vicente Constantino Vieira, a medalha de "Taz", de acordo com o art. 255, da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.934;

1.ª Tenente Germano do Nascimento e Vicente Constantino Vieira, a medalha de Bronze "Comemorativa a Campanha de 1.932", de acordo com o art. 293, da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.934;

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 11869-56-PG.

DECRETO N. 3953

O Governador do Estado do Paraná, Resolve conceder, de acordo com o art. 179, da lei n.º 203, de 24 de novembro de 1.949, a Henrique Maranhães de Menezes, ocupante do cargo de classe T, da carreira de Auxiliar Técnico de Administração, do Quadro Geral, do Departamento do Serviço de Trânsito, da Chefatura de Polícia, 6 (seis) meses de licença especial, por não haver o mesmo se afastado do exercício de suas funções, durante o decênio compreendido entre 17 de março de 1.946 e igual data de 1.956, ficando retificando o decreto n.º 8.411, de 22 de janeiro de 1.953, afin de declarar que a licença especial concedida por este decreto, foi no decênio compreendido entre 16 de março de 1.936 e igual data de 1.946, e uso como constou do aludido decreto.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 10389-56-PG.

DECRETO N. 3952

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia, Resolve nomear, de acordo com o art. 12, item III, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, Naby Euclides Molinari, para exercer, interinamente, o cargo de classe II, da carreira de Guarda de Trânsito, do Quadro Geral, do Departamento do Serviço de Trânsito, da Chefatura de Polícia.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12343-56-PG.

DECRETO N. 3951

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia, Resolve nomear, de acordo com o art. 12, item I, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, Antonio Diniz, para exercer o cargo de Mestre, padroeiro M, do Quadro Geral, da Chefatura de Polícia, no Posto Provisório desta Capital.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12345-56-PG.

DECRETO N. 3957

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o Parecer do Senhor Secretário da Fazenda, a Resolução n.º 2.690-56, do Tribunal de Contas do Estado e a autorização constante da lei n.º 2.753, de 6 de julho de 1.956, DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto à Secretaria de Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer despesas com a aquisição de materiais, ferramentas, instalações e outros materiais necessários ao combate e defesa contra secas.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Marin Gomes da Silva
Raphael Ferreira Brande

Ref. Prot. n.º 9637-56-PG.

DECRETO N. 3950

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o Parecer do Senhor Secretário da Fazenda, a Resolução n.º 2.691-56, do Tribunal de Contas do Estado e a autorização constante da Lei n.º 2.520, de 9 de dezembro de 1.933, DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto à Secretaria do Governo, o crédito especial de Cr\$ 191.500,00 (cento e noventa e um mil e quinhentos cruzeiros), destinados a atender parte do pagamento de despesas remanescentes da Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Nilton Weichert
Marin Gomes da Silva

Ref. Prot. n.º 9224-56-PG.

DECRETO N. 3959

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Secretaria do Interior e Justiça, Resolve nomear Paulo Saporski, para exercer o cargo de Juiz de Paz, no distrito da sede do município de Guaratuba, comarca de São José do Pinhal, ficando exonerado o atual, Guilherme da Silva Mairá.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 11913-56-PG.

DECRETO N. 3960

O Governador do Estado do Paraná, Resolve, nos termos do art. 37, da lei n.º 203, de 24 de novembro de 1949, substituir o subdelegado de Luiza Carlos Reis, nomeado da carreira de classe I, da carreira de Escrivão, do Quadro Geral, do Departamento de Administração, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, para preencher o cargo de seu nomeado e substituído, ficando em férias especiais da função de subdelegado de Luiza Carlos Reis, o subdelegado de Luiza Carlos Reis, nomeado da carreira de classe I, da carreira de Escrivão, do Quadro Geral, do Departamento de Administração, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
C. L. Colombo

Ref. Prot. n.º 12320-56-PG.

Atos do Poder Executivo

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N. 3942

O Governador do Estado do Paraná, Resolve conceder, de acordo com o art. 232, item I, da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.954, com a emenda constante na lei n.º 62-55, de 4 de novembro de 1.955, ao Major da Polícia Militar do Estado, Manoel Moyses dos Santos Caspello, o arremesso dos adiantados de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 8 de novembro de 1.955, data da publicação da referida lei, para, por contar com de vinte anos de serviço.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 11889-56-PG.

DECRETO N. 3949

O Governador do Estado do Paraná, Resolve retificar o nome de Licete Medeiros, ocupante do cargo de classe II, da carreira de Datilógrafo, do Quadro Geral, da Chefatura de Polícia, para Licete Medeiros de Almeida.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12272-56-PG.

DECRETO N. 3950

O Governador do Estado do Paraná, Resolve fixar os proventos da Subdelegacia de Polícia Militar, do Subdelegado Antonio Ferreira da Luz, para o cargo de Mestre, padroeiro M, da carreira de Polícia, no Posto Provisório desta Capital.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 11274-56-PG.

DECRETO N. 3951

O Governador do Estado do Paraná, Resolve retificar o nome de Helton Delfino, ocupante do cargo de classe II, da carreira de Guarda Civil, do Quadro Geral, da Guarda Civil do Paraná, da Chefatura de Polícia, para Helton Delfino.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 10527-56-PG.

DECRETO N. 3952

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia, Resolve nomear, de acordo com o art. 12, item III, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, Naby Euclides Molinari, para exercer, interinamente, o cargo de classe II, da carreira de Guarda de Trânsito, do Quadro Geral, do Departamento do Serviço de Trânsito, da Chefatura de Polícia.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12343-56-PG.

DECRETO N. 3953

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia, Resolve nomear, de acordo com o art. 12, item I, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, Antonio Diniz, para exercer o cargo de Mestre, padroeiro M, da carreira de Polícia, no Posto Provisório desta Capital.

Curitiba, em 30 de julho de 1.956, 135.ª da Independência e 68.ª da República.

(Ass) Moyses Lupion
Gustacora Borba Carneiro

Ref. Prot. n.º 12345-56-PG.